

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico além de ser o eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida na instituição de ensino, proporciona a busca da identidade da escola, tendo por finalidade o comprometimento na construção de uma sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação.

O planejamento é um modo de ordenar a ação tendo em vista os fins desejados, e por base conhecimentos que deem suporte ao objetivo, à ação; é um ato coletivo, não só devido a nossa constituição social, como seres humanos, mas, de que o ato escolar de ensinar e aprender são coletivos. A parceria depende da entrega a um objetivo ou tarefa que seja assumida por todos.

Planejar é o ato pelo qual decidimos o que construir; é o processo de abordagem racional e científica dos problemas da educação. Segundo Gadotti (Veiga, 2001, p. 18):

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Neste sentido a escola se dá como lugar do entrecruzamento do projeto político coletivo da sociedade com os projetos pessoais e existenciais de educandos e educadores. É ela que viabiliza que as ações pedagógicas dos educadores se tornem educacionais, na medida em que as impregna das finalidades políticas da cidadania que interessam aos educandos.

Só a presença viva e vivificante de um projeto educacional possibilitará a escola evitar a hipertrofia burocrática, a divisão técnica- social do trabalho, a prática autoritária e a rotina mecânica.

Mas, o que espera a sociedade da escola? Que prepare os seus membros para a vida social e política, para o desenvolvimento de sua consciência cidadã, sendo capaz de sistematizar e organizar o conhecimento universal, a produção científica, as conquistas da tecnologia e da cultura mundial; que tal sistematização

possibilite novas conquistas e novos desenvolvimentos, ampliando a oferta do bem-estar que as questões novas, surgidas na própria produção do conhecimento, sejam dirimidas e analisadas na escola, e que ela seja, portanto, um lugar de produção de conhecimentos; que a escola possibilite a articulação dos diversos interesses dos variados setores da sociedade, sem que se perca sua verdadeira função: a de ensinar.

A sociedade moderna, através de suas inúmeras conquistas tecnológicas, criou sistemas cada vez mais integrados em nível mundial, ao mesmo tempo mais complexos e diversificados. Frente a essa realidade urge a necessidade de se repensar o papel do conhecimento e da escola numa sociedade que sofre, em seu dia-a-dia, rápidas e profundas transformações.

Assim, espera-se que os egressos do sistema escolar possuam ou desenvolvam a capacidade de entender e interpretar a enorme quantidade de informações e valores que lhe são transmitidos diariamente via meios de comunicação e/ ou as diferentes instituições com as quais mantêm relação de modo que possam participar mais ativamente da vida social e política.

Deste modo, são as relações escola-sociedade que devem se constituir no foco de debate e da reflexão dos educadores, de modo que possam contribuir para a construção de uma escola comprometida com o ensino e com a formação de seus alunos, de acordo com as exigências da sociedade em que vivem.

Projetar, inovar, requer disponibilidade, desejo de mudança. Reformular o Projeto Político-Pedagógico não significa atualizá-lo de acordo com as novas teorias educacionais. Implica em rever a sala de aula, as características dos educandos, a influência da sociedade que vai além dos muros da escola de maneira a antecipar o amanhã, o futuro. Neste sentido, torna-se fundamental ter clara a importância do P.P.P. como um documento norteador das práticas e ações realizadas na instituição escolar, tendo em vista que possui uma intencionalidade.

Conforme afirma Veiga (2004, p.12) “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. Ele não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado as autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas, pois envolve

os indivíduos presentes no processo educativo escolar, de modo que subsidia a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola. Para Veiga (2004, p.13):

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico, com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Sendo assim, o político e o pedagógico são indissociáveis, de maneira que o projeto político pedagógico deve ser considerado um processo constante de discussão e reflexão dos problemas vivenciados pela comunidade escolar, além de possibilitar a busca de alternativas para efetivar a sua real intenção.

2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1 – Denominação da instituição Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho Ensino Fundamental e Médio		
2 – Endereço Rua Ponta Grossa S/N		3 – Código da instituição 02620
4 – Bairro São Francisco	5 – Município - Código Laranjeiras do Sul - 1340	6 – NRE - Código Laranjeiras do Sul - 31
7 – CEP 85303-260	8- DDD 42	9 – Telefone/Fax 3635-5691
10 – E-mail Institucional ljsjosemarcondes@seed.pr.gov.br		11- Site ljsjosemarcondes.seed.pr.gov.br
12 – Entidade mantenedora Secretaria de Estado da Educação - SEED		13 – CNPJ 76416965/0001-21

14 – Distância do Colégio até o NRE Aproximadamente 3 km	15 – Chefe do NRE Rosane Borges de Oliveira
16 – Ato de Autorização de Funcionamento Res. Nº 278/96 DOE de 01/02/1996	
17 – Ato de Autorização de Funcionamento Ensino Médio Res. Nº 470/98 DOE de 05/03/1998	
18 – Ato de Reconhecimento da Instituição Res. Nº 738/98 DOE de 26/03/1998	
19 – Ato de Reconhecimento do Ensino Médio Res. Nº 2020/08 DOE de 05/08/2008	
20 – Ato de Renovação do Reconhecimento da Instituição Res. Nº 2558/03 DOE de 10/09/03	
21 - Ato de Aprovação do Regimento Escolar Ato Administrativo Nº 84/09 de 30/12/2009	

Tabela 1: Dados da Escola

2.2. HISTÓRICO

O Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho Ensino de 1º e 2º Graus teve sua origem na Escola Municipal Florindo Pellizzari, localizada na Vila São Miguel em Laranjeiras do Sul, Escola Municipal criada pelo Decreto Nº 51/90 de 1990 que tem o seu histórico relatado a partir do ano de 1998, quando um prédio medindo 119,26 m com finalidade de produzir leite de soja para a população carente, a chamada “Vaca Mecânica”, não chegou a entrar em funcionamento e suas instalações abandonadas serviram para abrigar um número bastante expressivo de crianças e adolescentes em idade escolar, que até então estavam fora da escola por motivo de falta de vagas nas escolas das proximidades e também devido à grande distância para as crianças se locomoverem até a escola mais próxima.

Com essas condições descobertas através de uma pesquisa feita por uma entidade filantrópica “Instituto Sant’Ana”, ficou eminente a necessidade urgente de reaproveitar o prédio adaptando-o para funcionar como escola.

Assim a Escola Municipal Vereador Florindo Pellizzari Ensino de 1º Grau teve o seu funcionamento autorizado a partir do início do ano letivo de 1990 até 1993, para ministrar o ensino correspondente a primeira fase do ensino Fundamental pela resolução Nº 311/91.

No ano de 1994 a Escola Municipal Vereador Florindo Pellizzari foi transferida para o CAIC IRMÃ DULCE (Centro de Atenção Integral a Criança) construído na mesma comunidade. No ano de 1993 foi requerida pela Secretaria Municipal de Educação a implantação da segunda fase do Ensino Fundamental na referida escola. A autorização de funcionamento, foi concedida pelo prazo de dois anos a partir do início do ano letivo de 1994, para ministrar o Ensino Pré – Escolar nas fases Creche, Maternal e Jardim de Infância e a segunda fase do Ensino Fundamental de forma gradativa.

Em decorrência da resolução Nº 5.889/93 de 1 de novembro de 1993 a instituição passou a denominar-se “Escola Municipal Vereador Florindo Pellizzari – Ensino Pré Escolar e de 1º Grau”.

No ano de 1996 os CAICs pertencentes aos municípios parceiros e que atendiam a demanda de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, através de uma proposta da SEED, passaram para a responsabilidade do Estado, as quatro séries da segunda fase Ensino Fundamental.

Assim, a partir do ano de 1996, a SEED resolveu criar e autorizar através do ato de reconhecimento Resolução Nº 738/98 de 26 de março de 1998 o funcionamento da Escola Estadual José Marcondes Sobrinho CAIC IRMÃ DULCE Ensino de 1º grau, com oferta de 5ª à 8ª séries do 1º grau, sito à Rua Ponta Grossa s/n, Bairro São Francisco, no Município de Laranjeiras do Sul, através da resolução Nº 278/96 de 01 de fevereiro de 1996.

Dando continuidade ao processo em 1998, a atual Administração Municipal, através de reivindicações da comunidade entrou com um pedido para a implantação do 2º Grau noturno, o qual foi autorizado a funcionar através da Resolução Nº 470/98 de 11 de fevereiro de 1998 o Curso de 2o Grau – Educação Geral, com implantação gradativa a partir do ano letivo de 1998, passando a denominar-se Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Ensino de 1º e 2º Graus.

Devido à mudança de nomenclatura atualmente denomina-se Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Ensino Fundamental e Médio.

Em 2008 também passou a funcionar, no período da noite, as três últimas séries do Ensino Fundamental – 2ª fase (6ª, 7ª e 8ª séries), visando atender alunos maiores de 14 anos que, devido ao trabalho, não podem estudar no período diurno.

Em 2010 através da Resolução Nº 5590/2008 da Secretaria de Estado da Educação, o Ensino Médio Regular passa a ser organizado em Blocos de Disciplinas Semestrais, com implantação simultânea, conforme opção dos profissionais que atuam nesta instituição.

Em 2012 o Ensino Fundamental passa a organizar-se por anos, de acordo com a Instrução 008/2011-SUED/SEED, que determina a implantação simultânea mudando as séries para anos iniciais (primeiro ao quinto ano) e anos finais (sexto ao nono ano). Em 2013 foi extinto o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais nesta instituição de ensino, voltando a funcionar o Ensino Médio Regular (anual).

Sobre a origem do nome, o Colégio José Marcondes Sobrinho, foi assim denominado como uma homenagem ao ex-prefeito de Laranjeiras do Sul (Gestão 1959 – 1963), o qual foi também um dos fundadores, em 1960, do Jornal “O Independente”, em circulação até os dias atuais no município e proprietário da Gráfica Independente. Preocupado com a educação escolar, construiu várias escolas nos distritos e interior do município de Laranjeiras do Sul.

3. MARCO SITUACIONAL

3.1. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE

O Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho é uma Instituição constituída de Ensino Fundamental e Médio, está localizado em um bairro com muitas dificuldades de estrutura e saneamento, onde as famílias sofrem as consequências de uma sociedade injusta e desigual que não oferece as mesmas condições para se viver com qualidade para todos, esta realidade vem mudando com implantação e acesso da maioria aos programas sociais como exemplo: Bolsa Família e Leite das Crianças.

Os alunos atendidos são oriundos do Bairro São Francisco e suas adjacências: São Miguel, São Vicente, Vila Jardim, João Fernandes, Monte Castelo, Paz Nascente, Laranjeiras I, Jardim Santana e Invernada Grande.

Em relação às condições socioeconômicas e culturais podemos afirmar que maioria das famílias é de baixa renda, sobrevivendo de serviços informais que não geram uma renda fixa ou a garantia dos direitos trabalhistas como Carteira de

Trabalho assinada.

Faz-se importante também observar o baixo nível de escolaridade das famílias da comunidade escolar, que apresenta um grande número de analfabetos, os quais conseguem, ainda com certa dificuldade, assinarem o próprio nome. A maioria possui apenas o Ensino Fundamental incompleto. Poucos possuem o nível médio ou superior.

A religião praticada pela maioria da comunidade escolar é a Católica observando-se também grande número de Evangélicos.

De acordo com a realidade brasileira na qual o Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho está inserido verificam-se, dentre as já citadas, outras características sociais que refletem no processo de ensino e aprendizagem. Exemplifica-se aí a violência, a desigualdade social, a individualidade, os valores distorcidos, dentre outros...

“A verdade é que o brasileiro acordou para uma realidade que faz parte, hoje, do dia- a –dia. A violência urbana não tem como única causa a pobreza e a miséria que se abateram sobre a grande maioria da população...; mas é, com toda certeza, filha legítima dessa situação.”(PIRES, p.9, 1995).

A violência quando se manifesta no âmbito escolar é denominada como indisciplina, e pode ser de alunos com relação a outros alunos e de alunos com relação ao corpo docente. Nos dois casos, sabe-se que o aluno está refletindo, em parte, a sua realidade, a sua situação de vida.

Quanto à desigualdade social, que se torna cada vez mais evidente e visível, a escola está inserida num meio social que tem esta característica e atende, em sua maioria, alunos que sofrem com esta desigualdade. Sendo assim, tem uma importante tarefa de conscientização, para que os indivíduos não sejam manipulados e percebam as contradições desta sociedade. Pois, assim sendo, existem maiores chances de superação desta realidade.

Por vivermos em uma sociedade capitalista, até mesmo o trabalho escolar, muitas vezes, se flagra aderindo a conceitos e métodos que tem traços capitalistas, por isso é indispensável pensar constantemente na prática que se adota na escola para as mínimas ações, principalmente no que diz respeito ao individualismo que acaba sendo norteador de algumas ações ou discursos dentro da escola, e não é

este valor que devemos fortalecer em nosso meio e sim o que julgamos humanizador.

“...utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico.” (FREIRE, p.16, 1979)

No que diz respeito ao município, esta instituição tem grande importância, sendo que o número de alunos atendidos nas diferentes séries é significativo e ela está situada em um ponto estratégico para atendimento de alunos da periferia. Evidenciamos que aqui também há plena conscientização por parte de todos os envolvidos no processo educacional quanto a importância que tem o estudo na vida desses alunos, sendo que através do ensino existe também a busca pela ascensão social.

A nível estadual o colégio é classificado como de médio porte e tem grande importância, devido ao alunado que atende, os níveis de ensino que oferece, os projetos realizados, e a educação que se desenvolve em seu contexto. Sendo que a preocupação da instituição é a educação pública de qualidade para todos, garantindo assim a formação de cidadãos conscientes de seu papel, na transformação desta sociedade injusta e desigual. Pois, como diria Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.”

3.2. NOSSOS LIMITES E POSSIBILIDADES

Cientes do nosso compromisso em oferecer uma educação de qualidade, verificamos que em alguns aspectos esta instituição precisa de aperfeiçoamento e mudanças, tendo em vista que estamos em processo constante de modernização e atualização.

Sabendo que esta melhora dependerá de um movimento coletivo para se concretizar, diversas reuniões foram realizadas com os diferentes segmentos da comunidade escolar e muitas ideias e sugestões foram surgindo, as quais, de acordo com as possibilidades, já estão sendo colocadas em prática visando a

atender os anseios da comunidade e estando dispostos a ser mais atuantes.

Citamos a seguir alguns dos problemas enfrentados por esta instituição conforme levantamento realizado.

Em relação aos educandos percebemos a multiplicação de atitudes socialmente inusitadas e inconvenientes tais como: o descompromisso com o outro; a falta de motivação para qualquer tipo de atividade; a ausência de perspectiva para si mesmo; a indisponibilidade para qualquer reflexão; a sexualidade banalizada; a violência em suas diversas manifestações; dentre outros aspectos que geram insucessos nos estudos levando os alunos à evasão ou repetência que, no período noturno é bastante acentuada.

Diante desses fatos os professores têm se sentido “impotentes” em sua função fundamental: a de ensinar.

Outra preocupação evidente em nossa comunidade é em relação ao espaço físico, pois este não atende a demanda devido ao seu funcionamento em dualidade com o município. A construção do colégio já foi aprovada a aproximadamente 5 anos e a demora na sua execução tem adiado também a solução de alguns problemas que temos enfrentado no dia a dia, tais como: o número insuficiente de banheiros, tanto para funcionários quanto para alunos; o espaço destinado à biblioteca que não comporta todo o acervo literário existente, sendo necessário alguns improvisos; a sala de direção que não conta com espaço adequado; o ginásio de esportes que é utilizado em revezamento com as turmas do Ensino Fundamental do Município, o que causa transtornos frequentemente além de comprometer os objetivos propostos pelos professores de Educação Física em seus planejamentos; algumas salas de aula foram improvisadas e não estão adequadas ao número de alunos, bem como a falta de entrosamento entre as instituições que funcionam no mesmo espaço – Rede Municipal de Ensino e Rede Estadual.

Mesmo enfrentando tais adversidades constatamos que a comunidade escolar como um todo se preocupa com o trabalho a ser realizado e demonstra satisfação em relação à quantidade e qualidade dos materiais didáticos e pedagógicos que temos a nossa disposição. Neste sentido, a contribuição da SEED, nos últimos anos, tem sido bastante significativa, o que tem contribuído para tornar mais completa a atuação e, em consequência a aprendizagem. Destacamos o

acervo numeroso e atualizado que temos em nossa biblioteca, o laboratório de informática com acesso à Internet para pesquisas e produção de trabalhos em todas as disciplinas, os materiais disponibilizados para o laboratório de Química e Física que proporcionam aulas mais dinâmicas, os jogos pedagógicos para as diversas disciplinas e Sala de Apoio, bem como a diversidade de materiais para as aulas de Educação Física que contribuem para a efetivação do plano de trabalho docente.

Segundo (VALE, p. 59 – 2005) "Estudar com curiosidade é exercitar o prazer de pensar, construir - reconstruir e compartilhar conhecimentos" . Por isso, assumimos o compromisso de ofertar em nosso colégio uma educação de qualidade, capaz de formar alunos conscientes e com maiores chances de êxito no enfrentamento da realidade social à que estão sujeitos. Priorizamos um ambiente de trabalho onde a cooperação e a harmonia visam a busca pela coerência entre propósitos e posturas, onde a união e a unidade na busca de aperfeiçoamento é constante.

3.3. ÍNDICES DE APROVAÇÃO

		SERIES	2009	2010	ANOS SÉRIES	2012	2013
NÍVEIS SÉRIES	ENSINO FUNDAMENTAL	5 ^a	91,45%	98,40%	6 ^o	76,27%	78,08%
		6 ^a	90,43%	88,80%	7 ^o	74,62%	70,31%
		7 ^a	81,65%	81,10%	8 ^o	76,64%	76,60%
		8 ^a	94,28%	98,60%	9 ^o	80,95%	83,72%
	ENSINO MÉDIO	1 ^o	79,66%	75,86%	1 ^a	90,40%	
		2 ^o	89,18%	72,00%	2 ^a		
		3 ^o	85,29%	86,66%	3 ^a		

Tabela 2: Índice de aprovação

3.4. RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE

São dois os principais objetivos da parceria escola-família: o primeiro, propiciar o conhecimento da história de nosso aluno, da história do seu contexto familiar, os costumes e os valores culturais de sua família. Esse conhecimento

favorece e complementa o trabalho realizado na escola, já que nos permite compreender o movimento e o envolvimento de nosso aluno na relação com o grupo e o conhecimento. O segundo objetivo é propiciar o conhecimento dos pais e responsáveis sobre a proposta pedagógica que está sendo desenvolvida, para que possam participar e discutir suas ideias com a equipe.

Como temos firmado o compromisso com uma educação democrática, transformadora e cidadã, o conhecimento, o relacionamento transparente e a participação das famílias dos educandos na vida da escola precisa ser um aspecto fundamental em nossa proposta pedagógica.

Segundo Paro (1992, p. 39):

Se concebermos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve-se voltar – como real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não supunha a comunidade como sua parte integrante.

Neste sentido, compreendemos a parceria escola-comunidade na sua dimensão histórico social, respeitando os modos de agir e pensar dos pais, valorizando seus costumes, tradições, valores e cultura mas, simultaneamente, expressando com clareza nossas metas, atitudes, visão de mundo, valores e prioridades educacionais.

Entretanto, é preciso pontuar que essa forma de conceber o papel das famílias esbarra, muitas vezes, em dificuldades oriundas tanto da maneira com que os pais e profissionais se percebem, de suas expectativas, como ainda das condições objetivas do cotidiano.

O ideal seria que houvesse participação efetiva dos pais nas decisões tomadas no interior da escola, até mesmo as mais simples, mas algumas vezes por comodismo ou por falta de abertura da escola as instâncias colegiadas tornam-se órgãos de caráter consultivo ao invés de deliberativo. Portanto, a participação dos pais nas instâncias colegiadas não é expressiva, sendo necessário um trabalho de conscientização amplo, não só no ambiente escolar, mas na política, nos meios de comunicação, nas igrejas e onde mais for possível para que haja uma mudança real na ideia de que os pais são chamados a participar só quando existem problemas ou falhas na escola, de maneira mais ampla – que os indivíduos só participam

efetivamente de decisões simplistas e não de uma grande importância política - por exemplo.

Não se trata de enfrentar o autoritarismo apenas abrindo espaço para a participação e a comunicação. É preciso motivar para a participação. Isso porque o regime domesticou grande parte da população para a não participação. Arvorando-se em único intérprete dos interesses da sociedade, marginalizou sistematicamente toda a população das decisões. Ao lado, portanto do papel técnico de ensinar, o educador tem um papel político de mobilizar e organizar para a participação. (Gadotti, p.89, 1995)

Por este motivo, constantemente a escola realiza palestras direcionadas as famílias que fazem parte da comunidade onde está inserida. As mesmas também são convidadas a participar ou mesmo organizar festividades com o objetivo de integração entre família e escola. Também são realizadas reuniões de acompanhamento trimestrais, onde os professores, direção e equipe pedagógica ficam a disposição para atendimento aos pais que tiverem interesse em acompanhar o rendimento escolar de seu filho.

Acreditamos, portanto, que a conscientização para a participação deve partir da escola que poderá formar / ensinar os indivíduos para que exerçam sua cidadania de fato, conhecendo e entendendo a realidade social onde estão inseridos e atuando sobre ela. Portanto, faz-se necessária a mobilização do corpo docente, da direção e equipe pedagógica para motivar os pais a se tornarem mais participativos, mesmo que sejam necessárias parcerias com outros profissionais para que esta motivação aconteça.

3.5. ORGANIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/96, em seu artigo 13, os docentes devem incumbir-se de ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional e, sobre a hora-atividade, o artigo 67 diz que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes inclusive nos termos dos estatutos e dos planos

de carreira do magistério público [...] VI- período reservado aos estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

A hora-atividade deve favorecer o trabalho coletivo dos professores, conforme preconiza a Instrução Nº 02/04 – SUED. Sendo assim, seguimos esta orientação e distribuimos a hora-atividade em nossa instituição de forma a favorecer o trabalho coletivo dos professores, que atuam na mesma turma, série ou por área de conhecimento, ou ainda com a formação de grupos que favoreçam o trabalho interdisciplinar.

Seguindo a orientação do NRE a organização da hora-atividade será concentrada por disciplina e destinada a todos os professores, independente do vínculo (QPM, Extraordinária, PSS) conforme demonstrado na seguinte tabela:

SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
ARTE	HISTÓRIA	BIOLOGIA	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUG.
ED. FÍSICA	FILOSOFIA	CIÊNCIAS	FÍSICA	L.E.M
	SOCIOLOGIA	GEOGRAFIA	QUÍMICA	
	ENSINO RELIGIOSO			

Tabela 3: Organização da Hora-atividade

Esta forma de organização de hora-atividade permite maior troca de experiências e conseqüentemente crescimento para o professor em sua prática diária.

A hora-atividade constitui-se num momento muito significativo para o professor, onde ele pode estar preparando ou corrigindo atividades, pesquisando novas metodologias de ensino, trocando experiências com professores da mesma área, ou de outras áreas, discutindo e analisando referenciais teóricos importantes à sua prática, junto a equipe pedagógica, direção ou equipe disciplinar do NRE, esclarecendo possíveis dúvidas, sugerindo mudanças, atendendo as solicitações e

contribuindo para a qualidade do ensino com sua criatividade e inovação relacionados a prática educativa e desenvolvimento de projetos educativos.

Existe também a possibilidade do atendimento aos pais interessados em saber da vida escolar do filho, ou quando o próprio professor julgar necessário e conveniente chamar os pais de alunos com defasagem ou dificuldades de aprendizagem ou ainda com problemas de comportamento, nesta hora em que estará “disponível” para conversar junto com os demais profissionais da escola tornando assim mais significativa a solução dos problemas quando esta parte da decisão da maioria dos interessados.

Nos últimos anos, este trabalho vem oportunizando ao professor maior conhecimento da DCE, permitindo maior familiaridade com o objeto de estudo da sua disciplina, de conhecer o que são conteúdos estruturantes e básicos e saber porque são fundamentais serem tratados em sala de aula, tendo em vista a concepção de sociedade mais igualitária que almejamos.

E, ainda através de reuniões técnicas por disciplinas nos dias de hora-atividade temos a oportunidade de analisar e discutir temas que visam a valorização do profissional da educação como sujeito epistêmico que reflete, fundamenta e planeja sua ação.

O planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações a serem executadas na hora-atividade dos professores são de responsabilidade do conjunto de professores que vão desempenhar suas ações, sob a orientação, supervisão e acompanhamento da equipe pedagógica ou do diretor da escola e, por isto, devem vir acompanhados de um processo de reflexão sobre as necessidades e possibilidades de trabalho docente na escola.

Segue abaixo tabela demonstrativa quanto a correspondência hora-atividade/hora-aula:

HORA-ATIVIDADE	HORA-AULA
1	0
02 a 03	1
04 a 05	2
06 a 07	3

08 a 10	4
11 a 12	5
13 a 14	6
15 a 17	7
18 a 19	8
20 a 21	9
22 a 24	10
25 a 26	11
27 a 28	12

Tabela 4: Relação hora-atividade/hora-aula

3.6. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca(...) É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. (FREIRE, Paulo- 1996)

Percebe-se na escola uma grande preocupação com a formação inicial e continuada de todos os profissionais envolvidos no processo educacional, pois se sabe que as mudanças de concepções e métodos educacionais são constantes, e é absolutamente inquestionável o fato de que os profissionais precisam estar constantemente atualizando-se.

Salientamos a palavra profissional, pois hoje se reconhece que a educação não acontece apenas no espaço da sala de aula e, educador não é apenas o professor, mas todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo educacional. Justificando-se no fato de que o ser humano aprende através da interação com o outro em todos os momentos ou situações que estiver presente. Segundo CUNHA, "... é fundamental muito estudo para dominar a matéria e a cultura mais ampla (...) domínio do conteúdo, a capacidade de interpretá-lo e localizá-lo histórica e socialmente..." (1994.p127).

O autor ressalta também a importância de valores como, por exemplo, a honestidade no trato do conhecimento, o respeito a pessoa humana e a capacidade

de relacionamento que está atrelado a formação do professor.

Vivemos numa sociedade em constante evolução, onde o grande volume de informações veiculadas nos mais diversos meios de comunicação e instituições sociais requer um cidadão que seja capaz de ler, organizar, compreender e transmitir tais informações, sendo a escola, em especial os professores, responsáveis para com a formação do cidadão no que se refere aos processamentos e a utilização desse amontoado de informações.

Diante disso, nós educadores sentimos a necessidade de se inserir nesse “mundo de informações”, através da busca ao saber, de novas metodologias de ensino e aprendizagem, de trocas de experiências com professores da mesma área e também de outras áreas.

Esta instituição, conhecedora dos anseios dos profissionais que aqui atuam e preocupada em ter um corpo docente plenamente capacitado e atualizado, é consciente que a capacitação deve ser constante. Por isso propõe como um momento de encontro e troca de experiências as **Reuniões Pedagógicas**, previstas em calendário escolar, onde estarão reunidos todos os professores das diversas áreas do conhecimento; podendo ainda ser realizadas nessas reuniões palestras e debates, com temas a serem definidos previamente pelos próprios professores e funcionários.

De modo a viabilizar a formação continuada de todos os profissionais em exercício nas Escolas Estaduais, também a mantenedora organiza no início do ano letivo e no segundo semestre letivo as **Semanas Pedagógicas**, conforme o previsto em calendário escolar, onde são discutidas com toda a comunidade as necessidades e possibilidades de cada instituição a partir de alguns referenciais teóricos definidos previamente. Assim, cada instituição estabelece, a partir das discussões realizadas no grupo, as metas para o próximo período letivo, pois entendemos que professores, equipe pedagógica, agentes educacionais, alunos, pais e comunidade não só fazem parte de um mesmo ambiente cultural, como também constroem este espaço devendo haver a integração entre toda a comunidade escolar na organização do trabalho pedagógico que define a identidade da escola e o papel de cada um na construção do P.P.P.

Lembrando sempre, do fato de que nossos alunos aprendem também com

gestos e exemplos de todos os envolvidos em seu ambiente de convívio, conforme afirma PARO, 1995:

... não apenas o professor mas todos os que trabalham no interior da instituição de ensino devem ser considerados como educadores escolares, já que todos têm contato com os alunos e transmitem a eles, por meio da comunicação ou do exemplo, elementos formativos e informativos.

Salientamos ainda que a rede pública estadual de ensino do Paraná tem um amplo programa de formação continuada, sob as formas centralizada e descentralizada, presencial e a distância, por meio de cursos, simpósios, seminários, grupos de estudos, com a utilização de diferentes recursos tecnológicos e com apoio de materiais impressos, uso de mídias como WEB, TV Paulo Freire, Portal Dia-a-Dia Educação, etc.

Além das ações voltadas à produção de conteúdos utilizando as mídias web (Portal dia-a-dia Educação) e televisiva (TV Paulo Freire), as Coordenações Regionais de Tecnologia na Educação (CRTEs) vêm desenvolvendo junto às escolas um trabalho voltado para o uso de tecnologia que, além de oferecer assessoria operacional e instrumental para a utilização dos equipamentos, promove e incentiva a análise e a discussão com os educadores da rede pública acerca da inserção das tecnologias no universo educacional, contribuindo assim com a melhoria da qualidade da Educação Básica no Paraná.

Se a formação prévia adequada é imprescindível à competência profissional daqueles que atuam na educação, a formação continuada é essencial para o seu crescimento constante como profissionais, como cidadãos e como pessoas. Assim, a formação continuada constitui um dos aspectos fundamentais da valorização dos profissionais da educação aos quais é assegurado “progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho” seguindo assim o que é determinado na LDB em seu Artigo 67, inciso IV.

3.7. ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR

O Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho ocupa atualmente um espaço físico cedido pelo município, sendo este constituído de:

- nove (9) salas de aula;

- ginásio de esportes - revezado entre município e estado;
- amplo pátio para a realização de atividades extraclasse;
- uma biblioteca escolar com mobiliário adequado e um bom acervo de livros de literatura, didáticos, paradidáticos, enciclopédias e bibliográficos;
- laboratório de informática com 20 computadores com acesso a Internet e impressora;
- laboratório de Química, Física e Biologia com todos os materiais e equipamentos necessários;
- sala de recurso informatizada com mobiliário próprio;
- sala de professores;
- secretaria;
- sala para a direção e equipe pedagógica;
- cozinha;
- almoxarifado onde são guardados materiais diversos;
- sala para o armazenamento dos alimentos utilizados no preparo da merenda dos alunos;
- saguão e um refeitório onde são realizadas as refeições de todas as turmas também sendo revezado com as turmas do município;
- 06 banheiros, sendo que dois (02) são destinados ao uso dos professores e demais funcionários e quatro (04) são destinados ao uso exclusivo dos alunos – dois (02) femininos e dois (02) masculinos.

No que diz respeito ao quadro de funcionários, o Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho conta atualmente com:

- 34 (trinta e quatro) professores atuando nos seus três turnos de funcionamento no Ensino Fundamental e Médio;
- 02 (duas) Pedagogas com formação em Educação Especial, que atuam no atendimento aos alunos da Sala de Recursos;
- 01 (um) professor que atua nas turmas do CELEM – Espanhol;
- 03 (três) Pedagogas;
- 04 (quatro) Agentes Educacionais II – com 40h, os quais atuam nas áreas de

secretaria, biblioteca, laboratório de informática e laboratório de Biologia, Física e Química;

- 08 (oito) agentes educacionais I – com 40h, estes, tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e alimentação escolar conforme o especificado no Regimento Escolar da instituição;
- 01 (um) diretor com 40h;
- 01 (um) diretor auxiliar com 20h.

Atendemos atualmente aproximadamente 492 alunos. Destes, 337 frequentam a segunda fase do Ensino Fundamental (6º A 9º ano), distribuídos nos três turnos de funcionamento da instituição e 155 frequentam o Ensino Médio estando distribuídos em dois turnos: matutino e noturno. As turmas estão divididas conforme tabela abaixo:

MANHÃ	TARDE	NOITE
6º A	6º C	9º D
6º B	6º D	1º C
7º A	7º B	2º B
8º A	7º C	3º B
9º A	8º B	
1º A	9º B	
1º B	9º C	
2º A		
3º A		

Tabela 5: Distribuição de turnos e turmas

Seguindo as normas da L.D.B, as aulas terão duração 50 minutos de hora/aula, que somados na Matriz Curricular, deverão totalizar 800 (oitocentas) horas relógio, a serem distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar, perfazendo no Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, após quatro anos, um total de 3200 horas e no Ensino Médio 2400 horas.

Para se fazer cumprir a legislação organizamos o horário das aulas da seguinte forma :

TURNO	AULAS	HORÁRIO
MANHÃ	1ª aula	07h30min às 08h20min
	2ª aula	08h20min às 09h10min
	3ª aula	09h10min às 10h
	INTERVALO	10h às 10h15min
	4ª aula	10h15min às 11h05min
	5ª aula	11h05min às 11h55min
TARDE	1ª aula	13h às 13h50min
	2ª aula	13h50min às 14h40min
	3ª aula	14h40min às 15h30min
	INTERVALO	15h30min às 15h45min
	4ª aula	15h45min às 16h35min
	5ª aula	16h35min às 17h25min
NOITE	1ª aula	18h50min às 19h40min
	2ª aula	19h40min às 20h30min
	3ª aula	20h30min às 21h15min
	INTERVALO	21h15min às 21h30min
	4ª aula	21h30min às 22h20min
	5ª aula	22h20min às 23h10min

Tabela 6: Divisão de aulas por período

3.7.1. OUTROS CURSOS

Além do Ensino regular obrigatório os alunos podem estar inseridos em atividades de complementação curricular e apoio as quais são oferecidas em turno contrário sendo elas as seguintes:

CELEM – Espanhol Básico

O CELEM, em nosso colégio oferta o curso básico de Língua Estrangeira Moderna – Espanhol, com duração de dois anos, que estabelece em seu currículo uma carga horária total de 320 horas/aula, devendo ser cumpridas 160 horas/aula

em cada ano de forma trimestral e distribuídas em 04 horas/aula semanais.

Além das vagas ofertadas aos alunos matriculados na instituição, o curso também disponibiliza vagas para professores e funcionários que estejam em efetivo exercício de suas funções e para a comunidade.

Em nosso colégio está em funcionamento atualmente uma turma do Curso de Espanhol Básico que funciona em período intermediário: 17h20min às 19h, sendo que as aulas são ministradas nas segundas e terças-feiras, cumprindo um total de 04 horas/aula semanais.

Sala de Recursos Multifuncional

A Sala de Recursos conta com Professora formada em Educação Especial, que atende alunos com avaliação fonoaudiológica, psicológica, oftalmológica ou outras, o trabalho é individualizado e acontece em contra-turno com cronograma específico para cada aluno. O atendimento poderá ocorrer a até cinco alunos por horário, sendo que estes deverão frequentar pelo menos dois dias na semana esta sala.

Programa de Aulas Especializadas em Treinamento Esportivo

Este Programa atende alunos em horário intermediário das 17:15 às 19:00 horas, nas quartas e sextas-feiras, sendo direcionado aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. Tem como objetivo o treinamento esportivo em si na modalidade basquetebol.

3.8- RECLASSIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, PROGRESSÃO PARCIAL E PROMOÇÃO

O processo de reclassificação leva em consideração o número de alunos repetentes nas salas, o nível de conhecimento e a elevada idade dos mesmos, a escola busca planejar igualmente os procedimentos pedagógicos para organização, desenvolvimento e avaliação de reclassificação de estudos para alunos com atraso escolar, possibilitando que seja resgatada a dívida que uma organização tradicional, seletiva e excludente criou para eles.

Fazendo uma investigação mais profunda, esses alunos abandonam a escola num certo período de tempo para trabalhos diretos ou indiretos no município ou fora dele, pois necessitam de uma renda a mais na família, renda esta que a escola segundo eles, não pode oferecer para necessidades básicas como comida e vestuário.

A solução deve ser muito bem planejada institucionalmente pela equipe pedagógica, corpo docente, administrativo e discutida com a comunidade de alunos e pais, a revitalização do Conselho de Classe e outros órgãos colegiados é fundamental para uma análise crítica das situações de aprendizado/reprovação realizados em reuniões em que sejam discutidos esses problemas e formas de superá-los, assim como as salas de recurso e as avaliações que tenham sido efetivadas. Um esforço de chamamento dos pais para com eles discutir as dificuldades dos alunos e das turmas nesse processo (repetência e abandono), com exame dos resultados de avaliação do aproveitamento e da assiduidade, e dos procedimentos de recuperação adotados poderá servir para levantar novas alternativas de atuação.

Uma alternativa será o processo de reclassificação, pelo qual a escola avalia o grau de experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independente do que registre o seu histórico escolar. Esta deverá ocorrer no início do ano letivo, cabendo aos professores verificar as possibilidades de avanço na aprendizagem.

No processo de reclassificação serão avaliadas as matérias que constam no Regimento Escolar, sendo selecionados os conteúdos para que os alunos possam ter conhecimento prévio do que será cobrado. A escola comunicará com antecedência os alunos e seus responsáveis o procedimento próprio do processo, a fim de obter consentimento, caberá a mesma, instituir uma Comissão de Reclassificação, encarregada de elaborar relatórios, atas, documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados para que sejam arquivados na pasta individual de cada aluno. O aluno reclassificado deverá ser acompanhado pela equipe pedagógica quanto aos seus resultados de aprendizagem, tanto no ano de reclassificação como em relação ao avanço para o ano subsequente, visando

possibilitar as intervenções pedagógicas necessárias. Será vetado o processo aos alunos de 9º ano (Ensino Fundamental).

Ao NRE caberá orientar e supervisionar os processos de reclassificação garantindo o cumprimento dos preceitos legais e éticos e das normas que o fundamentam.

A matrícula com Progressão Parcial é aquela por meio da qual o aluno, não obtendo aprovação final em até 3 (três) disciplinas em regime seriado, poderá cursá-las subsequente e concomitantemente às séries seguintes, porém esta instituição de ensino não oferta aos seus alunos matrícula com Progressão Parcial. As transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos.

Quanto a Classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que a instituição de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquiridos por meios formais ou informais, podendo ser realizada por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série anual ou os blocos de disciplinas semestrais da respectiva série ou fase anterior, na mesma escola; por transferência, para os alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem; independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o aluno na série anual, no Bloco de Disciplinas Semestral da respectiva série, no ciclo, na disciplina ou na etapa compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes ações para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

- Organizar comissão formada por docentes, pedagogos e direção da escola para efetivar o processo;
- Proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica;
- Comunicar o aluno e/ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento;
- Arquivar Atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;

- Registrar os resultados no Histórico Escolar do aluno.

É vedada a classificação para ingresso no ano inicial do Ensino Fundamental.

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no regime de 9 (nove) anos de duração, a promoção será no final de cada ciclo, desde que tenha frequência mínima exigida em lei.

Na promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), observando a frequência mínima exigida por lei.

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina, serão considerados aprovados ao final do ano letivo.

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio serão considerados retidos ao final do ano letivo quando apresentarem:

- Frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar;
- Frequência superior a 75% do total de horas letivas e média inferior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina;
- Poderão ser promovidos por Conselho de Classe os alunos que demonstrarem apropriação dos conteúdos mínimos essenciais com condições de dar continuidade aos estudos nos anos seguintes.

A disciplina de Ensino Religioso não se constitui em objeto de retenção do aluno, não tendo registro de notas na documentação escolar.

Os resultados obtidos pelo aluno no decorrer do ano letivo serão devidamente inseridos no sistema informatizado, para fins de registro e expedição de documentação escolar.

3.9- A RELAÇÃO QUE SE ESTABELECE ENTRE OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA E OS DISCENTES

Como a educação é determinada pela estrutura social vigente, conforme

afirma Saviani (1993), as formas de relacionamento entre professores e alunos varia de acordo com as concepções de ensino. Sabe-se que ao longo da História da Educação foram diversas as concepções e tendências que nortearam o trabalho e a função das escolas, e por consequência, dos profissionais que nela atuam. Assim, podemos concluir que a estrutura social define, mesmo que indiretamente, as relações entre professores e alunos.

Pensando na diversidade que atendemos hoje nas escolas, ou seja, a escola é um local privilegiado em reunir grupos bem diferenciados a serem trabalhados. Essa realidade acaba contribuindo para que, no conjunto de tantas vozes, as singularidades de cada aluno sejam respeitadas.

A relação que se estabelece entre os profissionais da escola e os discentes têm como característica fundamental o respeito mútuo. Tanto professores como equipe administrativa e pedagógica têm como objetivo a formação do aluno na sua totalidade, o professor não deve preocupar-se somente com o conhecimento através da absorção de informações, mas também pelo processo de construção da cidadania do aluno.

O professor tem consciência de que seu papel é de facilitador da aprendizagem, aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos tentando levá-los à auto-realização. Ao mesmo tempo que por parte do aluno torna-se indispensável a disciplina e capacidade de seguir regras básicas de convivência.

A relação educador-educando não deve ser uma relação de imposição, mas sim, uma relação de cooperação, de respeito e de crescimento. O aluno deve ser considerado como um sujeito interativo e ativo no seu processo de construção de conhecimento. Assumindo o educador um papel fundamental nesse processo, como um indivíduo mais experiente. Por essa razão cabe ao professor considerar também, o que o aluno já sabe, sua bagagem cultural e intelectual, para a construção da aprendizagem.

O conceito da afetividade também perpassa o ambiente escolar uma vez que alguns pensadores a consideram um requisito para a aprendizagem, na teoria de Henri Wallon, por exemplo, encontramos subsídios importantes no que diz respeito à dimensão afetiva do ser humano e como ela é significativa na construção da pessoa

e do conhecimento. Para esse teórico, a afetividade e a inteligência são inseparáveis, uma vez que uma complementa a outra.

...não estamos falando da afetividade do professor para com determinados alunos, nem de amor pelas crianças. A relação maternal ou paternal deve ser evitada, porque a escola não é um lar. Os alunos não são nossos sobrinhos e muito menos filhos. Na sala de aula o professor se relaciona com o grupo de alunos. Ainda que o professor necessite atender um aluno em especial ou que os alunos trabalhem individualmente, a interação deve estar voltada para a atividade de todos os alunos em torno dos objetivos e do conteúdo da aula. (LIBÂNEO 1994, p.251).

Nesse sentido, acredita-se que uma das tarefas das equipes pedagógicas de qualquer escola, é a criação de estratégias eficazes, no sentido de promover uma formação humana, a qual possibilite uma relação pedagógica significativa e responsável entre professores e alunos, garantindo a todos a melhoria no processo ensino aprendizagem. O pedagogo assume um papel importante ao estar sugerindo e direcionando um trabalho pedagógico que leve em consideração a afetividade e o respeito às diferenças.

4. MARCO CONCEITUAL / FUNDAMENTAÇÃO

4.1. O PROJETO POLÍTICO SOCIAL

O Projeto Político Pedagógico da nossa instituição define-se como uma ação coletiva, constituindo a expressão da autonomia da escola.

Nesse sentido, tomamos por base a realidade social, cultural e econômica do nosso educando, visando à formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Para que isso ocorra, o Projeto Político Pedagógico deve ter objetivos e metas claras para atingir uma globalidade no seu contexto social e ser permanentemente objeto de reflexão e discussão em todo o ambiente escolar.

A prática do ensino que fragmenta o conhecimento em disciplinas estanque muitas vezes, dificulta e, às vezes, inviabiliza a compreensão destas realidades, o que acaba provocando alienação do educando sobre o seu próprio meio, portanto,

dificultando-o de realizar ações transformadoras que visem melhorar a condição da qualidade de vida da sua comunidade.

Diante deste prisma a direção, professores, funcionários, Conselho Escolar, APMF e comunidade em geral, deverão ter clareza que a instituição transcende a mera função de ensinar conteúdos, e deverão ser norteadores para uma escola pública de qualidade, visando o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar.

A escola deverá ter no centro das discussões a inovação, investigação e autonomia que permitindo a construção de sua identidade e exercendo seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e a participação, transforme-se num instrumento de libertação para todos.

É preciso revigorar o engajamento dos jovens no contingente de pessoas envolvidas na busca do crescimento próprio, do país e do mundo. Portanto, o educador deve possibilitar ao aluno a compreensão da realidade cultural, social e política, a fim de que se torne capaz de participar do processo de construção da sociedade – com perspectivas de um falar real, e não apenas científico. É preciso que surja um novo espaço para os saberes de cada um.

Se o exercício da cidadania se coloca como missão primordial para a educação escolar deve-se entender que a liberdade compreende a formação do homem social, participativo, responsável, político e produtivo. É a formação do homem capaz de estabelecer relações para além do individualismo e do seu egoísmo, e que compreende que seu conhecimento técnico, profissional, científico e intelectual só tem valor se socialmente necessário.

O processo educacional deve, portanto, ser um processo que introduz o indivíduo na atualidade histórica e social de sua época, possibilitando-lhe conhecer e relacionar-se com a realidade social e cultural. O conhecimento não pode ser morto e amorfo, mas vivo e dinâmico, levando o indivíduo a ser um agente de transformação e mudança, pois segundo LUCKESI (1984), "...o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações."

O educando se desenvolve à medida que torna propriamente sua, a experiência vivida não basta apenas que ele reproduza as informações, é preciso

que ele as compreenda, manipule-as e as possa utilizar de modo flexível, transferível, multilateral.

Se desejarmos exercitar uma prática docente crítica, importa levar em conta objetivos políticos dessa prática, assim como princípios científicos e metodológicos que traduzam coerentemente a visão política que se tenha.

Portanto, para se exercitar a atividade de planejar torna-se necessária a posse de conhecimentos específicos, que possibilitem a melhor decisão sobre o que se pretende fazer e sobre o modo de atingir aquilo que se pretende.

O ato de planejar, através do Projeto Político Pedagógico, exige de nós um conhecimento seguro sobre o que fazer com a educação, quais seus valores e significados, devendo portanto, ser um ato coletivo, baseado no método da ação – reflexão – ação para só assim poder chegar a uma avaliação crítica do trabalho realizado, reciclá-lo e acrescentar-lhe novos conhecimentos convertendo-os em ação consciente, crítica e democrática capaz de transformar não somente a realidade, mas também os sujeitos nela inseridos.

4.2. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Esta instituição tem como proposta um currículo que retome a totalidade e a práxis como elementos constitutivos da formação humana.

A compreensão de currículo para uma escola transformadora deve ser de que este não é neutro nem deve se encontrar para além das discussões dos profissionais da educação e da sociedade.

O currículo é uma prática social e marca de forma definitiva o percurso formativo dos educandos na nossa sociedade, sendo também um terreno de disputas pela hegemonia, pois é desta discussão que se encaminham os projetos educativos de uma sociedade.

Segundo documento da SEED (2008), o currículo é [...] um produto histórico, resultado de um conjunto de forças políticas e pedagógicas que expressam e organizam os saberes que circunstanciam as práticas escolares na formação dos sujeitos que por sua vez, são também históricos e sociais.

Sendo assim, ao optarmos por um currículo para a formação humana

compreendemos que este precisa ser situado historicamente onde se possa introduzir sempre novos conhecimentos não se limitando apenas aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno mas que entende que o conhecimento formal traz outras dimensões ao desenvolvimento humano que vão além do uso prático; um currículo orientado para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento e que está, assim a serviço da diversidade.

A rede estadual de ensino do Paraná após ampla discussão entre os sujeitos da educação, elaborou suas Diretrizes Curriculares buscando manter o vínculo com o campo das teorias críticas da educação e com as metodologias que priorizem diferentes formas de ensinar, de aprender e de avaliar; além de adotar uma concepção de conhecimento que considera suas dimensões científica, filosófica e artística, enfatizando-se a importância de todas as disciplinas.

Para a seleção do conhecimento, que é tratado, na escola, por meio dos conteúdos das disciplinas concorrem tanto os fatores ditos externos, com aqueles determinados pelo regime sócio-político, religião, família, trabalho quanto as características sociais e culturais do público escolar, além dos fatores específicos do sistema como os níveis de ensino, entre outros. Além desses fatores, estão saberes acadêmicos, trazidos para os currículos escolares e neles tomando diferentes formas e abordagens em função de suas permanências e transformações.

Ainda com referência nas DCEs (2008), é importante destacar que embora se compreendam as disciplinas escolares como indispensáveis no processo de socialização e sistematização dos conhecimentos não se pode conceber esses conhecimentos restritos aos limites disciplinares. A valorização e o aprofundamento dos conhecimentos organizados nas diferentes disciplinas escolares são condição para se estabelecerem as relações interdisciplinares, entendidas como necessárias para a compreensão da totalidade.

Assim, o fato de se identificarem condicionamentos históricos e culturais, presentes no formato disciplinar de nosso sistema educativo, não impede a perspectiva interdisciplinar. Tal perspectiva se constitui, também, como concepção crítica de educação e, portanto, está necessariamente condicionada ao formato disciplinar, ou seja, à forma como o conhecimento é produzido, selecionado, difundido e apropriado em áreas que dialogam, mas que se constituem em suas

especificidades.

4. 3- CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Para compreendermos o sentido da escola, sua função social e a natureza do trabalho educativo, precisamos antes entender em que tipo de sociedade estamos inseridos. Sempre que se exige a mudança da escola, a própria sociedade está em transição e precisa de outro tipo de educação. No mundo contemporâneo de intensa urbanização, as alterações são muito mais velozes do que nas comunidades tradicionais. Mesmo assim, não há sociedade estática: em maior ou menor grau, todas mudam, estabelecendo uma dinâmica que resulta do embate entre tradição e ruptura, herança e renovação.

A transformação produzida pelo homem pode ser caracterizada como um ato de liberdade, entendendo-se liberdade não como alguma coisa que é dada ao homem, mas como resultado da sua capacidade de compreender o mundo, projetar mudanças e realizar projetos.

A sociedade configura todas as experiências individuais do homem, transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo e recolhe as contribuições que o poder de cada indivíduo engendra e que oferece a sua comunidade. Nesse sentido a sociedade cria o homem para si. (PINTO, 1994)

4.4- CONCEPÇÃO DE HOMEM

Percebe-se de maneira cada vez mais evidente a necessidade de tornar coletiva a “ideia” do homem atual ao qual a escola pretende se dedicar enquanto instituição formadora / educativa.

Torna-se importante o reconhecimento da busca humana constante pelo aperfeiçoamento, pois o homem caracteriza-se pela insaciabilidade e é portanto insatisfeito permanentemente. Através desta busca surgem suas principais virtudes : a capacidade de tomar decisões e mudar, a capacidade de avaliar sua situação e a capacidade de permanecer na busca pelo que anseia.

Do ponto de vista antropológico é o homem como um ser de práxis, ou seja,

um ser com características fundamentais, que o distinguem dos demais seres da natureza. Nesse sentido, pode se dizer que o homem:

- é um ser consciente- é sujeito
- sabe-se inacabado- é um ser em busca
- é solidário- um ser de relações
- é histórico- tem consciência de ter um passado e de possuir um futuro.

Existe, portanto, uma realidade social inegável onde cada indivíduo tem fundamental papel, acumulando e transmitindo experiências que vão preenchendo os espaços geográficos e históricos de sua existência, tornando-o um ser histórico-crítico-social, o qual convém a escola desenvolver, visando a competência e a criticidade, bem como, a participação ativa e consciente, capaz de gerar mudanças significativas para construir uma nova realidade.

4.5- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade.

Assim como o ser humano, também a educação é um acontecimento sempre em transformação, seus objetivos e conteúdos variam ao longo da história e são determinados conforme o desdobramento concreto das relações sociais, das formas econômicas da produção, das lutas sociais.

A educação considera a interação de todos os aspectos da pessoa humana com a sociedade na qual está inserida. São múltiplos os conceitos estabelecidos sobre a educação, mas necessariamente, um conceito de educação considera o homem e a sociedade. Daí decorrem os questionamentos:

- Que tipo de homem desejamos obter com o produto do nosso trabalho?
- Que tipo de sociedade interage com este homem que pretendemos formar?

Nesta instituição, pretendemos através das atividades educativas, se abrir para relações mais amplas entre o indivíduo e o meio humano, social, físico, ecológico, cultural e econômico, diversificando assim as formas de atuação,

possibilitando maior interação entre esta instituição e a comunidade onde está inserida, pois compreendemos a educação como um processo que se baseia na reflexão sobre a realidade e, ao mesmo tempo, assimila suas necessidades e a critica em suas inconsistências, agindo no sentido de entendê-la em muitos aspectos.

A função primordial da educação já não pode ser adaptar o aluno a uma ordem já existente fazendo com que assimile os conhecimentos e o saber destinados a inseri-lo em tal ordem, como procederam gerações anteriores, mas, ao contrário, ajudá-lo a viver num mundo que se transforma em ritmo sem precedente histórico tornando-o capaz de criar o futuro e de inventar possibilidades inéditas. (LUCKESI, 2005)

4.6- CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Por muito tempo a Pedagogia focou o processo de ensinar, no professor, supondo que, como decorrência, estaria valorizando o conhecimento. O ensino, então, ganhou autonomia em relação à aprendizagem, criou seus próprios métodos e o processo de aprendizagem ficou relegado a segundo plano.

Hoje se sabe que é necessário ressignificar a unidade entre aprendizagem e ensino, uma vez que um não se realiza sem o outro.

Segundo FREIRE (1997):

Ensinar inexistente sem aprender e vice – versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar...Aprender precedeu ensinar ou em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender.

Daí a importância de conhecermos e refletirmos sobre o real significado do ensino e da aprendizagem que não se resumem apenas ao espaço da escola, mas estão presentes em diversos ambientes e situações como: em casa, na rua, no trabalho, no lazer, em contato com os produtos da tecnologia e no contato com a natureza.

Cada situação pode ser uma situação de ensino e aprendizagem, que consiste em ser capaz de indagar, pesquisar, procurar alternativas, experimentar,

analisar, dialogar, compreender, ter uma atitude indagadora perante tudo o que se relaciona com a educação.

Aprender e ensinar são processos inseparáveis. Isto acontece porque o ato de ensinar “é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1995). Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários a sua formação e a sua humanização.

Nada mais democrático que ensinar com o compromisso que haja a aprendizagem por parte de todos os alunos. Contudo, a forma, o tempo e o entorno pelo qual se aprende, por parte dos sujeitos, são diferentes, isso deve ser considerado. Não se trata de negligenciar o que deve ser ensinado em nome das dificuldades do sujeito, deve-se sim, modificar as formas de mediação para que ele de fato aprenda.

É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existentes que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos (...) o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos (SEED/PR, 2005).

Para Vygotsky (1995) a aprendizagem é um processo histórico, fruto de uma relação mediada e possibilita um processo interno, ativo e interpessoal. “O conhecimento é, portanto, fruto de uma relação mediada entre sujeito que aprende e sujeito que ensina e o objeto de conhecimento. Os processos de produção do conhecimento permitem, ao aluno, sair do papel de passividade e fazer parte dessa relação, através do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, entre elas a linguagem.

Esta defesa de dimensão política da educação, da indissociabilidade entre o ensino e a aprendizagem, entre o fazer e o pensar, do movimento dialético de apropriação do conhecimento que possibilite compreender o real em suas contradições, são algumas das muitas defesas da abordagem histórico cultural.

4.7- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Qualquer atividade que se exerça necessita, para alcançar o sucesso, ser bem planejada e avaliada criticamente, garantindo assim os seus resultados. De pouco adiantará iniciar e executar um trabalho, se não houver preocupação em avaliá-lo.

Com isso, pretendemos assumir a avaliação como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que este, possa avançar no seu processo de aprendizagem.

Nossa intenção não é a classificação ou a retenção de alunos, pois vemos a avaliação classificatória como um instrumento estático e freador no processo de desenvolvimento. Pretendemos pois, identificar o processo de compreensão e assimilação do saber pelo educando para a partir daí adotar medidas de caráter diagnóstico, visando sua emancipação e autonomia, voltadas para a construção do sucesso escolar e da inclusão como princípio e compromisso social.

A concepção de avaliação que fundamenta o nosso trabalho tem sua base no materialismo histórico dialético, de modo que a concepção de homem é a de ser histórico, produtor de sua existência, transcendência da natureza e portanto, livre no sentido de agir intencionalmente de modo a construir possibilidades não previstas, não naturais, optar por uma coisa ou outra, decidir entre o que é bom e o que não é.

Desse modo educa e educa-se, avalia e avalia-se também e assim transforma e se transforma, faz-se humano. Avaliar, portanto, é uma ação intencional, pois é trabalho, o qual contribui para “fundar a humanidade do homem junto com a postura ética, para lhe dar sustentação.”

A avaliação deve ser emancipadora que implica em garantir o acesso ao conhecimento por parte do aluno e avaliá-lo durante todo o processo de apropriação do saber.

A avaliação da aprendizagem será formativa diagnóstica, contínua permanente e cumulativa, dando ênfase aos aspectos qualitativos de aprendizagem e na atividade crítica de síntese e elaboração pessoal, respeitando sempre a realidade individual de cada aluno com base no crescimento para a autonomia.

Sendo assim o processo avaliativo terá de situar-se e estar a serviço de uma pedagogia preocupada com a transformação social e não com a sua conservação, deve ser um ato acolhedor, interativo e inclusivo, não um ato de julgar e excluir. O acolhimento integra, o julgamento afasta.

A avaliação é a garantia do sucesso de toda a atividade da aprendizagem. Cabe o senso crítico e à clareza de objetivos e valores do professor divisar a melhor forma de realizá-la, especialmente não reduzindo à simples verificação de resultados alcançados, mas considerando-a como o acompanhamento sistemático de todo o processo da tomada de decisões e da própria educação. (SCHIMITZ, 1993)

Compreende-se a avaliação como um referencial que gera parâmetros que devem ser previamente estabelecidos, descritos e conhecidos pelos alunos, favorecendo a transferência, a orientação do trabalho discente e a corresponsabilidade do aluno no processo de aprendizagem. Sabemos que devemos compreender que esses critérios caminham numa mesma perspectiva.

Sendo assim, os critérios de avaliação devem revelar na sua prática a relação coerente com a DCE, o PPP e o estabelecido no Plano de Trabalho Docente. Os critérios de avaliação devem ser previamente elaborados pelo professor a partir dos conteúdos estruturantes e específicos, propostos no PTD, apresentados aos discentes, e se necessário, adequá-los às necessidades educativas apresentadas no contexto do processo.

4.8- CONCEPÇÃO DE CULTURA

Podemos considerar que, de um ponto de vista antropológico, cultura é tudo o que o homem faz, seja material ou espiritual, seja pensamento ou ação.

A cultura exprime as variadas formas pelas quais os homens estabelecem relações entre si e com a natureza: como constroem abrigos para se proteger das intempéries, como organizam suas leis, costumes e punições, como se alimentam, casam e têm filhos, como concebem o sagrado e como se comportam diante da morte.

O contato do homem com a natureza, com outros homens e consigo mesmo é

intermediado pelos símbolos, isto é, signos – arbitrários e convencionais - por meio dos quais o homem representa o mundo. Portanto, ao criar um sistema de representações aceitas por todo o grupo social, os homens se comunicam de forma cada vez mais elaborada.

Nesse sentido pode-se dizer que a cultura é o conjunto de símbolos elaborados por um povo em determinado tempo e lugar. Dada a infinita possibilidade de simbolizar, as culturas são múltiplas e variadas.

As diversas manifestações culturais são expressões diferentes de uma sociedade pluralista, e não tem sentido tecer considerações a respeito da superioridade de uma sobre outra, o que leva à depreciação, quando a avaliação é feita segundo parâmetros válidos para outro tipo de cultura.

O grande desafio está na abertura de oportunidades iguais, para que todos tenham acesso não só ao consumo ativo da cultura, mas também a sua produção. Para tanto é necessário o esforço conjunto da sociedade, que não se restringe apenas ao espaço da escola, embora este seja importante. Nesses espaços, as atividades culturais devem ser realizadas não para as pessoas, mas com elas.

4.9- CONCEPÇÃO DE ESCOLA

O fato de a família encaminhar seus filhos à escola, não a exime de sua função principal de educadora. Antes a amplia. Através da escola, a família participa mais ampla e extensamente, não só nos problemas de seus próprios filhos, mas também nos dos outros.

Atualmente muitos autores discutem a existência ou a finalidade da escola. Entretanto, todos eles estão de acordo em que seja necessário que haja alguma forma de educação sistemática.

Com isso, acreditamos e vemos a escola como uma possibilidade de participação, socialização, desenvolvimento, integração, aquisição e aprofundamento do conhecimento nos diversos ramos do saber humano, bem como a preparação de novos membros para viver e se integrar na comunidade, para enriquecê-la e transformá-la, tornando-a cada vez melhor e mais humana.

Esperamos também, criar na escola um ambiente de discussão onde os

educandos podem tomar consciência de suas aspirações e valores mais íntimos e mais legítimos, tomando decisões mais esclarecidas sobre sua vida, a partir de aprendizagens significativas.

Nossa escola pretende representar uma espécie de “consciência ativa” da própria comunidade, para alertá-la quanto aos seus valores, problemas e possibilidades, preparando seus elementos para que sejam membros renovadores e criativos nessa mesma sociedade. Tal atuação lhe dará mais força e consistência, porque os cidadãos assumirão com muito maior convicção e empenho os objetivos de sua comunidade, que se identificam com os objetivos das pessoas integrantes da sociedade.

Antes de qualquer coisa, a escola tem de conhecer o ambiente de onde provêm os alunos, para poder tratá-los de acordo com suas peculiaridades e características, não lhes oferecendo uma educação inadequada.

Concluimos, portanto, que a escola tem muito para oferecer, contanto que se prontifique a sair de seu isolamento e a considerar-se de fato um agente social da educação, uma colaboradora na tarefa ingente da educação das novas gerações. “Ainda que não mude o mundo, a escola pode ajudar o (a) estudante a melhor entender como o mundo opera, o que é condição indispensável para se operar nesse mundo.”(MOREIRA)

4.10- CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

Quando falamos em conhecimento, estamos designando o ato de conhecer como uma relação que se estabelece entre a consciência que conhece e o objeto conhecido, mas podemos também estar nos referindo ao produto, ao resultado desse ato, ou seja, ao saber adquirido e acumulado pelo homem.

O conhecimento humano não ocorre individualmente. Ele acontece no social gerando mudanças internas e externas no cidadão e nas relações sociais, tendo sempre uma intencionalidade. Ele também adquire diferentes formas: senso comum, científico, teológico e estético, pressupondo diferentes concepções, muitas vezes antagônicas que o homem tem sobre si, sobre o mundo e sobre o próprio conhecimento.

O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, mudando portanto a forma de interferir na realidade. Essa interferência traz consequências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi expropriado do trabalho nas suas relações. Conforme VEIGA, “o conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa- etária e aos interesses dos alunos”.(1995 p.27). Dessa forma, o conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos e generalizações, sendo portanto, o objeto de trabalho do professor.

Conhecer implica pois, fazer uma experiência e a partir dela ganhar consciência e capacidade de conceptualização. O ato de conhecer, portanto, representa um caminho privilegiado para a compreensão da realidade, o conhecimento sozinho não transforma a realidade; transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação (BOFF, 2000 p. 82).

4.11. CONCEPÇÃO DE CIDADÃO E DE CIDADANIA

O exercício da cidadania exige o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e participação responsável na vida social. Para que a escola atenda esses objetivos, torna-se necessário uma proposta educacional que expresse a busca da qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. A escola mais do que nunca é um espaço social privilegiado de construção de conhecimentos, significados éticos necessários e constitutivos das ações de cidadania, que de acordo com MARTINS, 2000 “... envolve um processo ideológico de formação de consciência pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres.” Assim sendo, exercemos nossa cidadania através de lutas contra as discriminações e contra as opressões e tratamentos desiguais.

É condição essencial da cidadania reconhecer que a emancipação depende fundamentalmente do interessado.

Portanto o grande desafio em nossa escola é dar condições aos educandos de se tornarem cidadãos conscientes, organizados e participativos do processo de construção político- social e cultural onde a educação constitui-se em um dos principais instrumentos de formação da cidadania e deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem a sua inserção na sociedade.

4.12- CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática, se efetiva com a consciência pedagógica sobre o administrativo, demonstrada pela participação dos integrantes da escola bem como a da comunidade visando a divisão de responsabilidades através do exercício da cidadania.

Desenvolver uma cultura de participação e comprometimento supõe um redimensionamento dos papéis tradicionalmente executados e a utilização efetiva de órgãos colegiados existentes na escola. Do ponto de vista da direção espera-se o exercício efetivo da liderança enquanto elemento integrador e catalisador dos esforços do grupo.

Conferir à escola maior poder de decisão é sem dúvida, livrá-la das amarras que constituem entraves à realização dos seus projetos, porém, isso implica aumento de responsabilidades para seus membros, sobretudo para o diretor. Espera-se dele um trabalho de articulação tanto em nível interno, com seus pares, como com a comunidade de pais e representantes legais da comunidade ou ainda com as lideranças locais, a fim de obter o apoio necessário para a execução dos projetos assumidos pela comunidade escolar. Sendo assim, a gestão da escola deve ser entendida como um processo que rege o seu funcionamento, compreendendo a tomada de decisões, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação referentes às políticas educacionais no âmbito da unidade escolar, com base na legislação em vigor e de acordo com as diretrizes fixadas pela SEED.

As relações com a comunidade escolar dimensionam os aparelhos de gestão participativa (eleição de diretor, Conselho Escolar, Conselho de Classe, dentre outros).

“Natural é criar instâncias e fazer parte delas. Extraordinário é exercer a

direção coletiva.” (ADEMAR BOGO)

4.13- CONCEPÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO

A imagem do tempo é uma imagem projetada. O que possuímos, de fato, além do espaço, são os ritmos que fundamentam e cumprem a tarefa de mediar temporalidades. Todos os organismos vivos acabam funcionando como marcadores temporais que, agindo de forma aparentemente conjunta, fazem surgir, como uma síntese, objetos estáveis. Daí a possibilidade da biologia apreender o mundo como possuindo estabilidade e continuidade. Que estaria ocorrendo, a partir da percepção de uma nova experiência de tempo, é uma mudança profunda no modo como a ação é concebida. Não há mais um limite no presente e um alvo no futuro.

O limite hoje de uma dada ação é a sua consequência. É essa expectativa que pode funcionar como limite do presente. Ou seja, a modernidade caracterizava o presente como emergência de um possível e sua singularidade era apreendida na distancia com um passado recente. O passado tinha função explicativa. Agora, nossas ações passam a depender de nossas expectativas que são conformadas pelas informações que dispomos. Muda, assim, também, o próprio estatuto da experiência.

Ao contrário de no passado, quando o futuro parecia um horizonte aberto, hoje, tem-se a impressão de um futuro bloqueado, ocupado por ameaças. Por outro lado, por meio de simulações têm-se a possibilidade cada vez maior de ocupar o presente com coisas passadas e de fazer projeções muito próximas do futuro. Isso faz mudar radicalmente o presente. Ele deixa de ser um mero momento transitório. Passa ser um presente com muitas simultaneidades. A experiência do tempo se presentifica e se desdobra de forma indiferenciada.

4.14- CONCEPÇÃO DE MUNDO

É no mundo que ocorrem as interações homem-homem e homem-meio social, caracterizado pelas diversas culturas e pelo conhecimento. O mundo concebido é resultado do processo de instituição das relações entre a subjetividade individual do homem e a realidade objetiva. É na integração destas duas dimensões

da natureza humana que o indivíduo vai se permitir e conseguir viver com a grandiosidade da pluralidade da sua capacidade, transcendendo sua subjetividade.

4.15- CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA

É fato que estamos vivenciando uma nova experiência do tempo intrinsecamente ligada às novas tecnologias que parecem provocar impactos significativos nos processos cognitivos e que, conseqüentemente, indicam a urgência de pensar mudanças nas formas de pensar a seleção e transmissão do conhecimento e da informação.

A tecnologia tem influenciado todas as esferas da vida do ser humano, todas as informações são possíveis de acesso e todos têm o direito a participar desta nova realidade.

4.16- CONCEPÇÃO DE TRABALHO

Na era das novas tecnologias de comunicação e informação, o conteúdo qualitativo do trabalho passa a ser privilegiado, transformando-se, assim, sua concepção. O trabalho passa a ser uma série de aplicações de conhecimentos, onde os indivíduos voltam suas capacidades para a programação e o controle, e isto traz como exigência pensar a formação dos indivíduos para o trabalho com base em pressupostos pós-fordistas, sob os quais novas habilidades estão sendo demandadas.

Temos hoje um aumento das exigências de aptidões para o trabalho, considerando-se uma base de conhecimentos mais amplos, exigência de capacidade para resolução de problemas, exigência para tomada de decisões autônomas, capacidade de abstração e comunicação escrita e verbal. Somando-se a isto, o trabalhador deve ser polivalente, e com maior nível de escolaridade. Polivalente no sentido de multi qualificado, isto é, aquele que é capaz de desenvolver e incorporar diferentes competências e repertórios profissionais.

4.17-CONCEPÇÃO DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

Alfabetização e Letramento são dois processos que se inter-relacionam, complementando-se, sendo que a alfabetização se inicia antes da entrada da

criança na escola, e se formaliza no ensino Fundamental com a aquisição do código escrito, visto que a cultura escrita perpassa a sociedade humana.

O Letramento, por sua vez, vai além do domínio do código, constituindo-se enquanto prática social, de uso do código escrito, em várias situações da vida do indivíduo. Começa com a alfabetização, sendo contínuo nas relações humanas.

Nossa função primária enquanto instituição, é permitir ao aluno acessar a leitura e a escrita, sendo responsável por formalizar esse processo. Infelizmente isso não acontece de forma simples, pois uma concepção de valores permeia essa aquisição.

O senso comum diz que apenas com o domínio do código, pode-se obter ascensão social e cultural. Na realidade, só o processo de alfabetização não é suficiente, para isso ocorrer. É necessário que o processo de alfabetização ocorra numa perspectiva de letramento.

Podemos entender a alfabetização e o letramento como práticas indissociáveis, resultantes das relações humanas, sendo duas práticas fundamentais que perpassam o período escolar, estando presentes em toda a vida do indivíduo.

Desta forma, enquanto escola, somos responsáveis por propiciar aos alunos, aprendizagem na qual estes consigam fazer uma relação dos conceitos cotidianos com os conceitos científicos. A escola é, pois, espaço privilegiado para produzir conhecimento e esta, bem como os professores, precisam assumir uma postura de mediadores desse conhecimento, utilizando-se de recursos motivadores e diversificados que atendam à diversidade de alunos existentes numa sala de aula, conhecendo, analisando e acompanhando seus ritmos e possibilidades de aprendizagem.

No processo de alfabetização e de letramento, é indispensável que o professor tenha claro, os objetivos e os caminhos que precisa percorrer, para favorecer a apropriação da leitura e da escrita por seus alunos.

A escola deve estar altamente comprometida com o processo, buscando desenvolver nos alunos, a consciência crítica, para poderem atuar na construção da sua própria história e da sua realidade social. Para tanto, é imprescindível que um professor crítico faça essa mediação estabelecendo um clima de confiança e de diálogo onde os alunos possam participar das reflexões propostas, em sala de aula,

respeitando a diversidade cultural, a vivência de cada um e refletindo sobre a função social da leitura e da escrita, reconhecendo a importância das modalidades.

4.18-CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

Esta instituição de ensino têm, ao longo dos anos ampliado a oferta de ensino fundamental e médio à comunidade do seu entorno, uma vez que atende sete bairros, estes em situações de risco e pobreza o que não é diferente com as crianças e jovens atendidos, estes marcados por inúmeras situações que por vezes a escola não é capaz de superar, dentre elas a pobreza, os casos de violência, gravidez na adolescência, abandono, enfim situações que não distam das demais realidades do nosso país, porém esta nos atinge mais diretamente pois é a realidade que se apresenta para, através dos processos educativos serem minimamente superados.

O modo como as crianças, adolescentes e jovens viveram e vivem, como são tratados, assim como as diversas violações de seus direitos e o crescente aumento da violência na sociedade são questões amplas, que freqüentemente são trazidas para o espaço escolar e por vezes acabam por transformar o cotidiano escolar, sendo assim não se pode deixar de reconhecê-los como sujeito social e histórico, apesar de esta ser uma concepção muito recente, surgida na segunda metade do século XX, assim como não consideramos a existência de um único conceito de infância, adolescência e juventude.

Na imersão de múltiplas e diferentes relações como as de classe social, etnia e gênero, para compreender plenamente cabe aos educadores tomarem consciência de questão tão importante e redirecionarem suas práticas com o reconhecimento da criança, adolescente e jovem como sujeito atuante das práticas sociais.

Grande parte das crianças, que frequentam esta instituição de ensino, apesar de viverem tão inseridas no mundo adultos, não são tratadas como cidadãos com direitos, pouco lhes é oportunizado de espaços e momentos para viverem a ludicidade e expressividade importantes e necessárias nessa etapa da vida.

Contudo ressalta-se a importância desta instituição de ensino, pois educação é ação intencional, transformadora, consciente, premeditada, organizada e

prolongada no

desenvolvimento do ser humano como ser de relações e integral.

Deste modo pensar a educação da criança, do adolescente e do jovem, do ser humano do modo mais amplo é pensar de tal forma que o contexto de possibilidades de interações sociais intersubjetivas estabelecidas ou que se estabelecem em um processo de trocas mediadas pelo conhecimento, pela cultura e pela história inerentes a todos os seres humanos, pois, para alguns desses sujeitos a escola é a única forma de emancipação humana.

Com esta responsabilidade a escola deve assumir a formação integral deste ser humano que está sob sua formação deve primar pela elaboração do conhecimento e apropriação do mesmo pelas crianças e jovens para que assim a concepção de ser humano em contínua formação se efetive.

Lembrando que a falta de uma história e respeito pela infância e juventude são um

indício da incapacidade por parte do adulto de ver a criança em sua perspectiva histórica e humana¹.

Com os limites apresentados e ainda a ausência de perspectiva para si mesmo e ainda com o pouco espaço físico disponível a melhor forma de conceber a infância e a juventude é aquela que está em contínuo processo de transformação de si, da realidade que o cerca e da própria história para ao final do processo chegar ao ser da práxis, consciente, sujeito da história, sabendo-se como ser inacabado, ser que busca continuamente a transformação, um ser humano solidário e ser de relações e acima de tudo histórico com consciência do passado construindo no presente seu futuro transformado pela ação emancipatória da escola onde está inserido. Porém mudar nossa visão e a partir daí olhar e tratar a criança como cidadão implica no reconhecimento de seus direitos.

No final do Século XX, em 1959, ao ser proclamada a Declaração Universal dos Direitos da Criança pela Organização das Nações Unidas, pela primeira vez na história, a criança passou a ser reconhecida legalmente como um ser humano singular, com características específicas e com direitos próprios, enfim como cidadão e com direitos da cidadania, porém os sistemas instituídos ainda não a

¹ ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. 2a ed., Rio de Janeiro: Guanabara: 1973. p.279

consideram como cidadã.

Na atualidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, considera criança a pessoa até os doze anos e esta lei dispõe sobre as formas de salvaguardar a criança e medidas de proteção da mesma.

Sustentado pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, na data de 20 de novembro de 1989 o Brasil foi o primeiro país da América Latina a instituir uma lei para amparar a criança e o adolescente.

Segundo Abramovay²:

O Estatuto da criança e do Adolescente – ECA foi um importante ponto de partida para a política da criança/adolescente como sujeito de direitos, como cidadã. Sua aprovação resultou de uma intensa atividade dos movimentos sociais em favor da criança e do adolescente, envolvendo grupos e instituições ligados ao Fórum Nacional de Crianças e Adolescentes e contando com o apoio de vários setores relevantes da sociedade civil. Desde sua criação até agora, muitos passos foram dados. (1999, p. 155).

Deve-se considerar o ECA um avanço na história da criança e adolescência em nosso país e para a legislação brasileira e muitas reflexões e debates têm sido feitas acerca dessa lei, mesmo tendo muito a avançar na área de legislação e proteção aos direitos da criança.

A infância, adolescência e juventude devem ser consideradas como uma condição da transformação humana, sendo importante respeitá-la e considerar seu universo de representações, pois são sujeitos participante das relações sociais, fazendo parte de um processo histórico, social, cultural, psicológico e econômico.

Assim explicita-se neste Projeto Político Pedagógico a concepção de infância, adolescência e juventude como etapas fundamentais na temporalidade humana e que são indispensáveis para a plenitude da formação humana e os concebe como sujeitos histórico-sociais criadores de cultura, que são capazes de revelar e desvelar contradições e que em sua diversidade cultural e étnico são sujeitos da função social da educação nesta instituição de ensino e torna-se fundamental na vida contemporânea.

² ABRAMOVAY, Miriam. et alii. Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

4.19- CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um colegiado constituído, de acordo com as normas estabelecidas pela SEED, por membro nato, por representantes dos pais, por representantes dos alunos e por representantes de outros segmentos representativos da escola e da sociedade.

O Conselho Escolar terá natureza deliberativa, cabendo-lhe estabelecer para o âmbito da escola, diretrizes e critérios relativos a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, compatíveis com orientações e diretrizes, participando e se responsabilizando social e coletivamente pela implementação e deliberações.

As atribuições do Conselho Escolar definem-se em função das condições reais da escola, da organização do próprio Conselho Escolar e das competências dos profissionais em exercício na unidade escolar.

O Conselho Escolar é uma nova forma de organizar a gestão da escola através da divisão de responsabilidades. Através dele é possível ampliar as possibilidades de soluções dos problemas e reforçar compromissos, criando a possibilidade de mudança porque permite a união entre as pessoas. Com o auxílio do Conselho Escolar a escola também pode tornar-se mais justa pois nela estão representados os interesses dos diversos segmentos da comunidade.

Em nosso Colégio os membros do Conselho Escolar geralmente aparecem na escola quando são convocados e participam muito pouco das atividades escolares, principalmente no que diz respeito ao pedagógico.

Portanto constitui-se em desafio para a escola trazer o conselho escolar com mais frequência para o seu espaço, envolvendo-o mais diretamente nas atividades desenvolvidas, informando e conscientizando da importância de sua participação.

4.20- REPRESENTANTES DE TURMA

Em nosso Colégio os estudantes terão assegurado o direito de organizarem-se livremente com apoio da Equipe Pedagógica, para escolherem o seu representante através de eleição. Assim cada turma terá o seu representante que

será o principal articulador entre a turma, a qual representa, e os profissionais que atuam no espaço escolar.

A formação política ajuda na gestão democrática através do poder de envolver os alunos em questionamentos e atividades que contribuem para o crescimento contínuo da Comunidade Escolar.

Percebemos também na escola o interesse de alguns alunos em participar do Grêmio Estudantil, porém não há organização e persistência dos alunos na atuação dentro do Grêmio, os alunos se organizam por um certo período de tempo, mas sem muitas ideias que realmente possam ser postas em prática.

Sabemos da importância do Grêmio para a formação política de nossos alunos, portanto consideramos de fundamental importância que também os alunos estejam bem informados sobre a função do Grêmio no espaço escolar não servindo apenas para organizar festas ou criticar sem fundamentos ou consciência política, mas que através dos seus representantes possam colocar sua opinião sobre os problemas da escola e propor soluções para ampliar e melhorar a vida escolar e a comunidade em que vive.

Além dessa agremiação é papel da escola incentivar a organização de grupos de alunos em atividades artísticas e recreativas, estimulando os alunos a se envolver em ações de solidariedade e participação efetiva na gestão democrática da escola.

4.21- APMF – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS

É uma associação de representação dos pais, professores e funcionários da escola, sem caráter político, partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos. Tendo como objetivos principais: assistência ao educando, aprimoramento do ensino, integração família-escola-comunidade, melhoria do ensino e da adequação dos planos curriculares além de contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e da instituição escolar.

Para atingir o objetivo acima exposto a APMF juntamente com o Conselho Escolar deverá mobilizar a sociedade para uma visão coletiva. Porém percebemos que os representantes da APMF em nosso Colégio participam muito pouco, falta

iniciativa na atuação e definição propostas, geralmente aceitam o que já está colocado sem questionar. Na maioria das vezes agem assim pela própria cultura na qual estão inseridos. Esperamos poder contribuir para ajudá-los a participar mais mantendo-os informados das atividades do Colégio para que assim possam opinar e dar sua contribuição através de ações mais concretas.

A ação de mobilização inicia com propósito comum, levando a um consenso coletivo, que nada mais é que a escolha e construção de um interesse compartilhado, sem deixar de ser cada um de nós.

Uma escola solidária, livre e participativa só terá uma educação de excelência, pelo enriquecimento ou reforço curricular promovidas pela mobilização social, desempenhando um importante papel no desenvolvimento da plena cidadania. “Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar. É também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, e se amarrar nela.” (Paulo Freire)

4.22- CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe tem a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem. Através das informações referentes aos alunos serão discutidas no Conselho de Classe, algumas alternativas possíveis de serem aplicadas aos alunos com defasagem na aprendizagem ou ainda com problemas que impeçam o bom rendimento dos mesmos.

O Conselho de classe tem como atribuições analisar as informações sobre conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e praticas avaliativas, bem como propor formas diferenciadas de ensino, estabelecendo mecanismos de recuperação concomitantes ao processo de aprendizagem.

Vemos portanto, o Conselho de Classe como um momento de reflexão de toda a prática educativa, onde professores, alunos e demais envolvidos no processo educativo, discutem suas dificuldades e levantam alternativas. Como afirma HOFFMANN: “... não basta discutir a manutenção ou não dos Conselhos de Classe, mas o seu significado. Não é o fato que está em questão, mas a sua concepção”.

Pois avaliar o que realizamos é importante não só para a escola. É necessário para todos os segmentos da sociedade, do individual ao mais complexo agrupamento. É a oportunidade de discutirmos, à luz dos objetivos propostos, as dificuldades enfrentadas, a parcela de responsabilidade de cada um em todo o processo e principalmente estratégias que serão adotadas para que todo o conjunto alcance seus objetivos.

Anterior ao momento próprio do Conselho de Classe será realizado o Pré conselho onde os alunos poderão colocar seus anseios, reconhecer suas limitações e descrever possíveis formas de facilitar seu entendimento ou mesmo seu rendimento escolar.

Durante o Conselho de Classe será realizada uma ata descritiva na qual serão registrados: um parecer da turma, relação de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e defasagem de conteúdos, as linhas de ações relativas a tais dificuldades, o número de faltas quando considerável e em alguns casos o comportamento, quando intervir no processo ensino aprendizagem.

Em uma etapa posterior, os alunos relacionados na ata elaborada no Conselho de Classe realizado com os professores serão chamados pela equipe pedagógica para discutir suas dificuldades, dúvidas e sugestões buscando a partir delas alternativas para repensar sua situação e assumir a responsabilidade de solucionar os problemas levantados. Esta etapa deve ser estendida aos pais através de reuniões, incentivando a discussão e reflexão sobre o processo educativo como um todo, fazendo sentirem-se como parte essencial desta escola.

Para os alunos é de fundamental importância avaliar a própria aprendizagem e se tornar protagonista no processo educativo, uma vez que todas as discussões realizadas no Conselho de Classe serão socializadas com os alunos e posteriormente com os pais, como citado anteriormente.

A partir das discussões realizadas no Conselho de Classe os professores terão a oportunidade de realizar uma autocrítica, buscando alternativas de ações metodológicas, que levem a realização dos objetivos primeiros de sua atuação enquanto docente. Será possível também a idealização de adaptações curriculares para alunos com maiores dificuldades ou até avaliados no contexto escolar para atendimento especializado em Sala de Recurso.

Durante o Conselho de Classe as relações interpessoais são favorecidas bem como a comunicação entre professores, alunos e gestores, pois é um momento de debate coletivo onde se tornam significativas as trocas de experiências entre os professores que poderão propor ações que para determinados alunos deram resultado positivo em determinado momento e/ou situação.

A coordenação dos Conselhos de Classe fica a cargo da pedagoga, que tem papel fundamental na condução dos encontros procurando fazer com que se tornem fórum de análise sobre as condições que a escola e as aulas devem assegurar para favorecer a melhoria do desempenho dos alunos, e não somente um momento de discussão retrospectiva do comportamento e notas do aluno no decorrer do período.

CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO NO CONSELHO DE CLASSE

- Avanços obtidos na aprendizagem;
- Trabalho realizado para que o aluno melhore a aprendizagem;
- Desempenho do aluno em todas as disciplinas;
- Acompanhamento do aluno no ano seguinte;
- Situações de inclusão;
- Questões estruturais que prejudicam o aluno (ex. Falta de professores sem reposição);
- Não há nota mínima estabelecida: todos os alunos que não atingiram média para aprovação devem ser submetidos à análise e decisões do Conselho;
- Não há número de disciplinas para aprovar ou reprovar. Mesmo que o aluno tenha sido reprovado em todas as disciplinas o que está em análise é sua possibilidade de acompanhar a série seguinte;
- Questões disciplinares não são indicativos para reprovação. A avaliação deve priorizar o nível de conhecimento que o aluno demonstra ter e não suas atitudes ou seu comportamento;
- Ter sido aprovado em conselho de classe no ano anterior não quer dizer que não possa ser novamente aprovado.

4.23- DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO

No espaço democrático como é o ambiente escolar é necessário respeitar a diversidade, pois cada pessoa é um ser único e as mudanças de atitude por si só não promovem a transformação. É necessário haver uma rede de apoio ao aluno, aos profissionais e a família e maior comprometimento da comunidade escolar.

A escola deve implantar a inclusão de maneira responsável para assim enfrentar este desafio repensando e re-estruturando as políticas e estratégias educacionais de maneira a não só criar oportunidade efetivando o acesso para os educandos com necessidades educacionais especiais, mas garantindo condições indispensáveis para que possam não apenas estar na escola, mas sim, aprender.

A elaboração de um PPP inclusivo deve assegurar educação escolar que propicie respostas educacionais a todos os alunos, inclusive àqueles que apresentam Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento(TDG) e Altas Habilidades/Superdotação atendidos pela Educação Especial. O aluno com necessidades educacionais especiais deve ser inserido, preferencialmente, na escola regular com currículo adaptado para atender às suas necessidades individuais e as necessidades gerais da classe. A rede regular de ensino deve prever a rede de apoio à inclusão, no espaço físico da escola ou em espaços os mais próximos possíveis da mesma, onde o aluno receba o atendimento educacional especializado (AEE) sempre que necessário.(SEED, 2010)

Diante disso, compreendemos a inclusão educacional não apenas como a presença física, acessibilidade arquitetônica ou a matrícula, a rede de apoio precisa ser implantada e implementada com profissionais nas diversas áreas, o que ainda não é realidade em nossas escolas e tem dificultado o trabalho dos professores que não possuem formação para identificar/diagnosticar ou mesmo trabalhar com alguns alunos.

Neste sentido, tornam-se necessárias reflexões e estudos para que nós educadores possamos adquirir uma nova definição/concepção sobre temas como inclusão e diversidade, pois, são vários fatores incluindo uma gama de significados de olhares e formas, relações do “eu”, os “outros” e desta instituição escolar que definirão a realidade.

Visando a tendência das políticas educacionais da SEED, “escola para todos”, é importante que nossa instituição adote um sistema educacional que atenda e reconheça as diferenças individuais, bem como, as respeite na tentativa de adaptar-se as particularidades dos educandos, construindo um espaço dialógico no qual as diferenças se complementam.

Dentro de toda problemática que envolve a diversidade cultural surge portanto a necessidade de saber como compreender o outro, o diferente no seu mundo de cultura, sem excluí-lo por antecipação, por isso através de análises e discussões realizadas consideramos importante conhecer antes de fazer julgamentos. E no que diz respeito ao professor, em sua prática pedagógica, é preciso conhecer o meio (casa) em que os alunos estão inseridos, para atender as diferentes culturas presentes na sala de aula.

No cotidiano escolar e social muitos preconceitos revelam-se, em geral através da linguagem, do discurso ou de comportamentos e gestos, os quais podem ser identificados no conteúdo de dança, trabalhado em Educação Física e Arte - onde há preconceito com os meninos que dançam. Também existe discriminação referente ao local de origem das pessoas que vivem na cidade ou no campo, sendo muitas vezes chamados de “vileiros”, “favelados,” “colonos” dentre outros. Destacamos também o preconceito com relação a cor da pele, padrão de beleza, etnia, grupo social, gênero, religião e faixa etária.

Em nossa instituição de ensino presenciamos esses problemas, que são visíveis através dos educandos e de suas famílias que enfrentam as desigualdades sociais, culturais, afetivas e econômicas, que, por inúmeros motivos se evadem da escola, tais como: necessidade de trabalhar, casamento ou gravidez precoce, falta de valorização de estudo, abandono dos pais, entre outros.

Diante disso, em sala de aula, os educadores podem utilizar-se de recursos como dinâmicas, trabalhos em grupo, atividades lúdicas e entrosamento através de conversação ou diálogos que possam auxiliar no trabalho para que a prática pedagógica venha a ser heterogênea, lembrando que as diferenças e desigualdades não desaparecem, mas podem ser amenizadas quando compreendidas. Salientamos que nesta instituição de ensino não há registro de matrículas de descendentes da cultura indígena, mesmo assim nossos educandos e os

profissionais que aqui atuam reconhecem a importância histórica dessa cultura na sociedade brasileira valorizando-a e respeitando-a.

Outro fator relevante é a dificuldade de aprendizagem, que vem através de anos em que o educando esteve presente na escola, mas que por vários fatores não se apropriou do conhecimento científico estabelecido. Vale ressaltar que a partir do ano de 2005, o colégio oferece salas de apoio e de recursos, com profissionais habilitados, para atender as particularidades de cada aluno, sejam por defasagem na aprendizagem ou por problemas mais sérios com diagnósticos, pois cada sujeito tem sua identidade determinada pelo contexto social e histórico em que sua existência é produzida, o qual deverá ser respeitado.

Nossa tarefa enquanto escola é procurar atender a diversidade social, cultural e econômica na busca da inclusão para todos os indivíduos, e nosso maior desafio é criar uma proposta de ensino que valorize e reconheça práticas culturais destes indivíduos sem perder o conhecimento produzido por eles.

Enquanto educadores éticos, necessitamos de preparação técnica e científica para trabalhar com diferentes situações sendo que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.”(Freire,1996)

Existem valores que são condicionados à história, à cultura, ao espaço ou à formação de cada indivíduo e isto faz com que adote posturas eticamente incoerentes, ou seja, para aquele indivíduo, naquele momento e contexto, podem até ser julgados como moralmente corretos mas transgridem os princípios éticos de nossa existência tornando-se em um ato discriminatório muitas vezes presentes no espaço escolar e um dos principais fatores de exclusão.

Acreditamos, portanto, que enquanto professores precisamos respeitar a dignidade do educando, sua autonomia e identidade através de uma prática educativa que considere as condições sociais, culturais e econômicas da comunidade escolar da qual fazemos parte. Reconhecemos também a necessidade de uma reflexão crítica permanente sobre a prática realizada, ou seja, uma auto-avaliação do próprio fazer com os educandos, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos. “A prática docente especificamente humana, é profundamente formadora, por isso, ética”.(Freire, 1996).

4.24- O FUNCIONÁRIO E SUA ATUAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

Os funcionários da escola participaram de vários momentos de capacitação que tinham como objetivo refletir sobre as questões legais e históricas que sustentam a sua atividade.

Diante disso surgiram as questões referentes ao seu papel dentro da instituição como um educador não docente, participando da implementação do PPP e da gestão democrática, visando com que os objetivos a que a escola se propõe sejam alcançados.

Os profissionais enquanto educadores, atuam na transmissão de valores, zelo e respeito, através, principalmente, de exemplos. Sendo assim, têm participação ativa na formação do cidadão, consciente dos seus direitos e deveres.

Os profissionais da educação - agentes educacionais, vêm buscando aperfeiçoar-se continuamente em sua função, com vista no plano de carreira (Lei 123/08), pois os princípios e garantias estão pautados na valorização do funcionário, buscando reconhecimento da carreira, qualidade da educação, gestão democrática, vencimento digno, resultando também em melhoria da qualidade de vida.

O plano de carreira dos funcionários de escolas públicas classificou estes profissionais em dois cargos, sendo Agente Educacional I e Agente Educacional II. Através do desempenho das suas funções é dado suporte a todo o trabalho desenvolvido na escola, desde as atividades do professor em sala de aula, conservação e zelo com o patrimônio e recursos da escola até a documentação e questão legal que dá sustentação a instituição de ensino.

A efetivação da gestão democrática só se realizará com a participação de toda a comunidade escolar, abrindo-se assim, espaço para o debate e a troca de experiências, no sentido de melhorar o ambiente de trabalho, tornando-o mais construtivo e respeitoso.

O primeiro passo para a tomada de consciência e participação no PPP é o seu pleno conhecimento por parte de toda a comunidade escolar. A partir daí, todos tem condições de opinar e avaliar o seu conteúdo, bem como agregar conhecimentos úteis para o aprimoramento do mesmo.

Isso significa dizer que a construção do Projeto Político Pedagógico só pode acontecer a partir da ação empreendida pelo coletivo escolar. Considerando que todos os integrantes da escola são protagonistas do processo educativo, torna-se imprescindível a construção de uma prática de trabalho coletiva, comprometida com a qualidade da educação. (SEED, 2010)

O PPP precisa necessariamente ter a cara da escola e contemplar toda a sua comunidade, dedicando a todos sua devida importância, sem minimizar a relevância dos papéis dos seus componentes. A partir deste ponto fica mais fácil saber que rumo tomar e trilhar uma caminhada rumo ao sentido central e objetivo maior da escola, que é o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, todos juntos, por um objetivo comum.

A segunda ação, é a interação entre direção, equipe pedagógica, professores e funcionários, através do trabalho em equipe, da interação entre todos e da quebra de velhos paradigmas e modelos culturais, onde cada um está de um lado, com separações distintas, passando para um novo modelo, todos reunidos, lutando pela mesma causa, empunhando a mesma bandeira e falando a mesma linguagem, defendendo os interesses coletivos e deixando de lado a individualidade.

5. MARCO OPERACIONAL / PROPOSIÇÕES DE AÇÕES

5.1 PLANEJAMENTO DE AÇÕES DA ESCOLA

Nosso Colégio vem procurando melhorar o desenvolvimento de sua atuação como instituição educacional tendo como principal meta o ensino-aprendizagem efetivo, para isto muitas conquistas e avanços notam-se no histórico de nossa instituição, baseados em princípios sólidos de democratização do ensino e priorização da aprendizagem. Persistem alguns problemas de ordem estrutural que esperamos ainda resolver, temos para isto um planejamento de ações, visando mudanças significativas a serem alcançadas.

Um dos maiores desafios que tínhamos referia-se a pouca ou quase nula participação dos pais na vida escolar de nossos alunos, e notoriamente houve uma reversão deste quadro, contamos hoje com a presença maciça de pais e responsáveis em reuniões propostas pela direção ao longo do ano, os profissionais

se sentem motivados a buscar parceria com as famílias, já que a resposta tornou-se positiva.

Buscaremos ainda a maior participação do Conselho Escolar, que não contempla o esperado, e que poderia estar respaldando muitas das ações de enfrentamento que ocorrem na escola no dia a dia, participando inclusive do Conselho de Classe. Portanto necessitamos de uma participação e atuação de pais e comunidade, representados pelos órgãos colegiados, mais presente.

5.2- PLANO DE METAS – PROBLEMAS E AÇÕES

De acordo com análises feitas nas Reuniões e Semanas Pedagógicas evoluímos muito diminuindo o índice de reprovação e praticamente zerando o número de desistências, porém será necessário um cuidado permanente para que não voltem a se repetir tais problemas e para amenizarmos os atuais, tais como: defasagem de conteúdos, distorções idade/série, grande número de notas abaixo da média nas disciplinas da área de exatas principalmente, faltas excessivas no período noturno, falta de acompanhamento dos pais na vida escolar dos alunos, etc.

As atividades diferenciadas visando a recuperação paralela vem sendo realizadas já há algum tempo, priorizando conhecimentos básicos de Matemática e Língua Portuguesa inclusive com fornecimento de cadernos de caligrafia e outros, quando necessário, onde a equipe pedagógica acompanha a realização de tais atividades.

Nossa escola enfrenta o problema da distorção entre idade/série numa quantidade preocupante, principalmente no período noturno, existe a necessidade de maior oferta de reclassificação.

Nosso espaço físico é muito limitado, o que torna difícil a ampliação de oferta de novas turmas e de cursos como por exemplo Formação de Docentes, porém o novo prédio que será construído para abrigar nosso Colégio, que atualmente divide espaço com a rede municipal, deverá suprir todos os projetos e idealizações que pretendemos realizar para melhorar a qualidade do ensino que ofertamos. Bem como o Ensino Profissionalizante, que temos o objetivo de implantar principalmente se for voltado para nossa realidade, ou seja, com cursos que os alunos realmente

utilizarão para ingresso no mercado de trabalho.

A educação em tempo integral é muito importante para alguns alunos que tem interesse em aprender conhecimentos práticos e estão em situação de risco ao permanecerem ociosos durante o período em que não estão no ambiente escolar, porém precisamos disponibilizar bons cursos, que sejam trabalhados de forma que atendam ao interesse e as necessidades das especificidades dos nossos alunos.

Precisamos fortalecer as ações das instâncias colegiadas onde se torne efetiva sua participação, buscando inclusive parcerias com a comunidade e entidades sociais. A construção coletiva da PPP, PPC e Regimento Escolar vem sendo efetivada já há algum tempo, os professores e funcionários conhecem cada item da PPP e a PPC foi elaborada pelos professores organizados por disciplinas, o Regimento Escolar foi reformulado de acordo com solicitações de todo coletivo escolar principalmente na questão da avaliação e recuperação. Acreditamos que o respeito a autonomia e a diferença entre as instituições de ensino de acordo com a clientela que atendem torna real as propostas de soluções para cada tipo de situação, ou seja, os documentos tonar-se-ão mais autênticos/fidedignos.

A escolha dos gestores deve sim continuar da maneira que vem sendo feita, ou seja, através de eleições, a escolha desta forma é democrática e conta com a participação de todos os interessados no processo de escolarização: pais, alunos e profissionais da instituição.

No que diz respeito aos instrumentos de registro de aluno ausente a Ficha FICA tem sido útil e eficaz, o problema que sentimos é a falta de um acompanhamento posterior ao retorno do aluno a escola, o problema é identificado e o aluno retorna, porém ele volta a desistir na maioria dos casos porque não há além da escola quem cuide e cobre sua frequência escolar. A necessidade de se definir o instrumento de acompanhamento dos Conselhos de Classe é pauta antiga dos encontros de pedagogos, mas não se chegou a nenhuma conclusão, e finalmente quando decidiu-se pela ata descritiva por orientação da SEED tendo em vista a validade desses registros, também para fins de revisão de resultado final, foi acertada a orientação, que padronizou e validou nossos registros.

Quanto a melhoria dos espaços a acessibilidade física da escola, percebemos que são muitas as necessidades que enfrentamos, principalmente de maior espaço

para salas de aula, cozinha, dispensa, banheiros, dentre outros.

Vemos como falha ainda a formação do professor no que diz respeito ao atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais, existe o respeito e a aceitabilidade do aluno portador de deficiência, porém não temos capacidade de trabalhar de forma inclusiva com tais alunos. Não basta inserí-los no ambiente escolar, mais que isto precisamos saber trabalhar com cada grau de deficiência ou déficit intelectual, garantindo a acessibilidade.

Precisamos adotar medidas quanto ao enfrentamento a violência e combate ao uso de drogas, que tem sido um problema marcante não só no bairro onde a escola está inserida, que tem como característica marcante a situação de pobreza das famílias, em sua maioria são assistidas pelos programas sociais, mas de toda sociedade moderna. A educação de afrodescendentes está sendo discutida com os professores em muitos momentos de capacitações e reuniões, e com a formação da equipe multidisciplinar algumas ações estão sendo planejadas e executadas para o enfrentamento a discriminação e estigmatização racial.

O processo de avaliação psicoeducacional precisa urgentemente de uma equipe capacitada para dar credibilidade às avaliações que detectam algum tipo de problema, pois o professor não tem a formação psicológica para avaliar e diagnosticar a causa e detectar as principais características que acabam por definir qual o tipo e o grau de deficiência dos alunos, porém não há profissionais habilitados que possam atender no tempo necessário para diagnosticar o problema a ser trabalhado, a parceria entre saúde e educação ainda é falha.

Um problema muito significativo em nossa instituição que vem preocupando os profissionais que aqui trabalham é a falta de valorização do estudo, não percebemos nos alunos, pelo menos na maioria deles, perspectiva de um futuro melhor e mais justo ou ainda vontade de ser mais atuante na sociedade - buscando formas de lutar por um futuro menos desigual, onde não se admite predestinação, onde sim, podemos conseguir realização plena de nossos sonhos profissionais e pessoais sem que nossa origem interfira na forma como os outros nos veem ou nas oportunidades que teremos.

5.3- GESTÃO

Há uma constante preocupação com o tipo de gestão que tem se efetivado na escola, pois procuramos uma maior participação dos órgãos colegiados, o que sugere maior caracterização da Gestão Democrática que deve acontecer no ambiente escolar.

[...] a gestão democrática na escola pública valoriza a participação de seus segmentos constitutivos, entendendo que o funcionamento da escola, exige uma relação ao mesmo tempo objetiva, pela via da definição de ações, como uma relação subjetiva, pela qual os sujeitos, movidos por suas próprias percepções, conferem ao processo de tomada de decisões as suas impressões. Entretanto, resta-nos saber que defini-las, no coletivo escolar, remete necessariamente a um planejamento, entendido como uma ação racional, intencional, estruturada e coordenada, pela qual se propõe objetivos, ações e suas formas de provimento, avaliação, etc. (PARANÁ, 2008a, p. 4)

A escola, ao construir seu Plano de Ação, deve definir ações a serem realizadas a curto prazo e organizá-lo coletivamente, já que a gestão democrática implica uma tomada de decisão coletiva nas ações de natureza imediata, proporcionando condições didático-pedagógicas para a realização e concretização do Projeto Político Pedagógico.

Como afirma Ferreira (2004, p. 1241) gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades.

5.4- CONSELHO ESCOLAR, CONSELHO DE CLASSE, APMF E GRÊMIO ESCOLAR

O redimensionamento da Gestão Democrática compreenderá a busca por uma maior participação do Conselho Escolar, como já dito anteriormente. A escolha deste conselho está sendo feita a cada dois anos através de reunião e eleição, porém sentimos a necessidade de torná-lo mais atuante no que diz respeito aos problemas enfrentados no ambiente escolar, para os quais seria preciso uma tomada de decisão coletiva, pois em algumas situações torna-se imprescindível a participação deste conselho representativo dos pais.

Buscamos também um trabalho posterior ao Conselho de Classe,

entendemos que sua importância é fundamental para a instituição de ensino, pois é uma instância avaliativa que analisa, discute e delibera sobre os processos de ensino aprendizagem, tornando-se assim parte integrante do processo de avaliação desenvolvido no decorrer do ano letivo, há ainda a necessidade de se pensar o que precisa ser revisto, melhor fixado ou retomado a partir das análises feitas durante esta reunião. Precisamos redefinir as práticas pedagógicas a partir de definições feitas durante os Conselhos de Classe e superar a fragmentação do trabalho escolar, que ainda persiste apesar de todas as discussões já realizadas em reuniões pedagógicas.

A APMF tem sido geridora dos recursos recebidos pela escola, sua função vai além disso, portanto precisamos torná-la mais participativa.

O Grêmio Estudantil ainda é um desafio pois não há interesse por parte dos alunos em dar continuidade aos trabalhos iniciados. O funcionamento produtivo do Grêmio Estudantil seria muito enriquecedor para esta instituição, porém com formação adequada aos seus integrantes.

5.5- EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

As equipes Multidisciplinares foram criadas com o intuito de orientar e auxiliar o desenvolvimento de ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. O principal objetivo desta equipe é de acabar com práticas racistas, preconceituosas e excludentes para com a diversidade presentes no ambiente escolar. O trabalho da Equipe Multidisciplinar visa garantir o cumprimento da Lei nº10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Esta Equipe subsidiará os professores para que o ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana seja motivadora de orgulho e reconhecimento das contribuições dos negros e indígenas para formação dos nossos costumes, para isso tornam-se necessárias abordagens positivas, o momento da escravidão por exemplo, não deve o único lembrado, a abordagem deve fazer com que o aluno negro perceba a valorização da história do seu povo e a contribuição atual para o

país e à humanidade.

De acordo com a Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 04/06, em seu Art.2º “todas as disciplinas da matriz curricular devem contemplar ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica.” Nesta mesma Deliberação em seu Art. 9º cita a inclusão do dia 20 de novembro nos calendários escolares como Dia Nacional da Consciência Negra.

Para o cumprimento das leis no que diz respeito as especificidades da Equipe Multidisciplinar esta desenvolve ao longo do ano letivo, junto a comunidade escolar desta instituição um Plano de Ação onde constam atividades a serem realizadas nas diversas disciplinas e ao longo do ano letivo. O ponto culminante dos trabalhos realizados é a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra em novembro.

5.6-SISTEMA DE AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO

Em concordância as concepções já descritas anteriormente, a avaliação tem a função de diagnosticar o nível de apropriação dos conhecimentos pelos alunos, dar-se-á como uma prática pedagógica intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem, será contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, devendo ser coerente com os pressupostos das diversas disciplinas. Os instrumentos de avaliação deverão estar adequados a metodologia de ensino do professor, descrita na Proposta Pedagógica Curricular e no Plano de Trabalho Docente, e conhecidos pelos alunos, o que favorece sua corresponsabilidade no processo de aprendizagem.

Estabelecemos ainda, uma porcentagem da nota para trabalhos e outra para avaliações propriamente ditas, o qual caracteriza o Sistema de Avaliação definido

pelo coletivo da escola e regimentado, onde a avaliação em cada disciplina será composta de: 70% provas, utilizando instrumentos diversificados e 30% trabalhos (pesquisas, produções textuais, sínteses, resenhas, atividades de fixação, seminários, painéis, dinâmicas de grupo,...) exceto nas disciplinas de Educação Física e Arte que utilizarão critérios específicos, conforme expresso no Plano de Trabalho Docente do professor.

Quanto ao resultado do processo avaliativo, servirá de reflexão sobre a ação pedagógica, de forma que a escola possa se reorganizar, ou seja, os critérios de avaliação poderão ser adequados às necessidades educativas apresentadas no decorrer do processo.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem referente a cada avaliação realizada no período, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Isto permite que todos os alunos tenham oportunidades de apropriar-se do conhecimento acumulado por meio de metodologias diversificadas e participativas.

O processo de recuperação deverá acontecer com a retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação e em seguida pela reavaliação do conteúdo já retomado em sala de aula.

Os pais e/ou responsáveis poderão acompanhar todo o processo avaliativo através de visitas à escola sempre que achar necessário, bem como ter acesso aos documentos que regularizam a forma como ocorre a avaliação na escola, os quais estão expressos no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica Curricular.

A escola também passa por uma avaliação dos resultados obtidos a cada ano, esta é denominada de Avaliação Institucional, é feita uma análise dos índices de aprovação, reprovação e abandono, bem como são sugeridos novos direcionamentos que venham a melhorar o andamento da escola como um todo.

Serão considerados aprovados ao final do ano letivo os alunos que apresentarem a frequência mínima exigida por lei do total de horas letivas e média anual igual ou superior à 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina. Aplicando-se a fórmula:

1º trim. + 2º trim. + 3ºtrim.

5.7 AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR

Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida

Com base nas diretrizes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, que contemplam a articulação, integração e conscientização de todos os envolvidos no processo de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, a Coordenação de Gestão Escolar e com o apoio do Ministério Público do Estado do Paraná, apresenta o Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida.

Com este programa, a Secretaria busca confirmar a concepção democrática da escola como direito de todos. Não apenas um direito legal, com a preocupação em situações que impeçam a permanência ou o acesso de crianças e adolescentes na escola.

A escola tem papel fundamental no combate à evasão escolar, pois o aluno está diretamente vinculado a ela em seu dia-a-dia. É necessário que a escola tome todas as iniciativas que lhe cabem, visando à permanência do aluno no sistema educacional, conscientizando-o da importância da educação em sua vida e para seu futuro, mantendo contato frequente e direto com os pais ou responsáveis, enfatizando a sua responsabilidade na educação dos filhos, encaminhando aos órgãos competentes casos que não foram resolvidos pela escola, ou casos recorrentes de evasão.

O Colégio tem desenvolvido suas ações conforme propõe o programa, buscando sempre estar atento às faltas dos alunos, enviando bilhetes, telefonando quando possível, visitando a residência, convocando os pais, na busca para encontrar a solução do problema e, quando a escola já tomou todas as providências necessárias e não obteve êxito, é enviado a ficha do FICA aos órgãos competentes.

O Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida foi concebido pela Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Ministério Público. Seu objetivo maior é garantir que nenhuma criança fique fora da escola, impedindo que os números da evasão escolar, motivada por vários fatores históricos, sociais e mesmo educacionais, continuem a crescer.

A Ficha de Comunicação do Aluno Ausente - FICA é um dos instrumentos

colocados à disposição da escola para a sistematização de ações de combate à evasão escolar. No sistema de operacionalização da FICA o principal agente desse processo é o professor, na medida em que, constatada a ausência do aluno por 05 (cinco) dias consecutivos ou, então, 07 (sete) alternados no período de um mês, esgotadas as iniciativas a seu cargo, o professor comunicará o fato à equipe pedagógica da escola, que entrará em contato com a família, orientando e adotando procedimentos que possibilitem o retorno do aluno.

Recebendo a notícia (mediante a entrega, pelo professor, do formulário próprio), o pedagogo comunica o fato à direção da escola. A direção, juntamente com a equipe pedagógica e com o Conselho Escolar realiza, no prazo de cinco dias, contato com o aluno e sua família, buscando viabilizar o retorno daquele à escola. Não obtendo êxito, encaminha o Ofício com as medidas tomadas pela escola ao Conselho Tutelar (ou, na falta deste, ao Juiz da Infância e Juventude), arquivando a 2ª via na escola. Transcorridos 10 dias do encaminhamento da FICA ao Conselho Tutelar, não obtendo resposta, o Ministério Público deverá ser imediatamente comunicado.

O motivo das faltas são em relação a dificuldades com família, alunos, escola, políticas públicas e/ou outras, e, são descritas nos Ofícios enviados ao Conselho Tutelar, na maioria dos casos há o retorno dos alunos ao ambiente escolar.

5.8 AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS, A VIOLÊNCIA E A INDISCIPLINA NA ESCOLA

-Patrulha Escolar

A Patrulha Escolar Comunitária é a alternativa inteligente que a PMPR encontrou para assessorar as comunidades escolares na busca de soluções para os problemas de segurança encontrados nas escolas. Problemas esses que se faziam presentes em quase todas as instituições de ensino e que em uns, mais que em outros, determinavam comprometimento na segurança dos alunos, professores, funcionários e instalações das instituições.

O trabalho realizado pela Patrulha Escolar é muito importante para nossa escola, pois temos problemas referentes às:

- **Instalações Físicas Inadequadas:** O acesso às dependências da escola é fácil e possível a qualquer um a qualquer momento do período de aula, devido a junção entre escola municipal, creche e Colégio Estadual, há ainda a entrega do leite (programa do Estado), funcionamento de projetos tais como Segundo Tempo, aulas de contra turno entre outros.

- **Arena de conflitos interpessoais e intergrupais:** A escola por ser o centro das aglomerações e das movimentações de pessoas nos horários de aula na comunidade, passa a ser arena de muitos conflitos, principalmente aqueles que para se solucionarem ou mesmo se fortalecerem necessitam de opiniões externas. E o maior palco tornou-se o ambiente escolar. Alguns conflitos iniciados na comunidade acabam por interferir no ambiente escolar.

Cabe aos educadores a formação e instrução dos cidadãos. A PMPR é a instituição estadual mais especializada nas questões de segurança. Destes conhecimentos nasceu a Patrulha Escolar Comunitária que visa assessorar as instituições de ensino para restabelecer e manter a ordem e a segurança. Para tanto organiza seus trabalhos em cinco etapas:

- I. Análise das instalações físicas com orientações em sua estrutura e utilização que possam proporcionar a segurança das pessoas que frequentem a instituição;
- II. Diagnóstico da realidade própria de cada comunidade escolar através da aplicação de dinâmicas aos pais, professores, funcionários e alunos de cada escola, que ao final indicará o compromisso de cada segmento e determinará o plano de ação e o plano de palestras necessário para a mudança da realidade encontrada ao início dos trabalhos;
- III. Concretização do plano de ação, pela comunidade escolar;
- IV. Concretização do plano de palestras pela PMPR e SEED;
- V. Elaboração do Plano de Segurança por comissão representativa de todos os segmentos da comunidade escolar, descrevendo e registrando todas as providências tomadas para se atingir as melhorias que o foram ao final dos trabalhos;

A participação efetiva de todos as autoridades locais juntamente com a comunidade escolar nas reflexões sobre a realidade não desejada, as soluções para mudanças e o compromisso de cada um para juntos se chegar à realidade projetada

é a retomada para a conquista do sentimento de segurança e das rédeas do crescimento social. O processo educativo deve ser constante e certo para que os resultados sejam satisfatórios.

5.9- PROGRAMAS QUE A ESCOLA PARTICIPA OU DESENVOLVE:

5.9.1- Semana Cultural

A semana cultural deverá ser entendida como um momento de socialização de atividades curriculares e de complementação curricular, mostrando ações investigativas desenvolvidas na escola.

A Semana Cultural, entendida como Mostra de Conhecimento, é um importante espaço de socialização dos resultados das investigações de cunho científico, filosófico e artístico. As disciplinas que compõem a matriz curricular e todas as atividades desenvolvidas no decorrer do ano tem contribuições importantes para a realização da Semana Cultural.

A Semana Cultural será realizada em data prevista em calendário. Sua efetivação será de responsabilidade da direção, equipe pedagógica, professores e alunos da escola, que deverão compor uma comissão organizadora.

O tema a ser desenvolvido na Semana Cultural será definido pelo coletivo escolar. A escola poderá compartilhar junto a outras escolas os trabalhos realizados para esta semana.

5.9.2- Conferência Infante-Juvenil do Meio Ambiente e Política Nacional de Educação Ambiental

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis

e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Tem como objetivos fundamentais o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, garantindo a democratização das informações ambientais, estimulando e fortalecendo uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, incentivando à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Em nossa instituição a educação ambiental será desenvolvida através de uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todas as séries e não sendo implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Com relação à Conferência Infanto-Juvenil para o Meio Ambiente, o Colégio em sua tarefa de sensibilizar e formar cidadãos com espírito científico, procura tornar-se um centro de produção (não só de reprodução) do conhecimento, com pesquisas em ciências humanas e biológicas, provocando a reflexão, incentivando o debate, o raciocínio e a capacidade de aprender de forma continuada e permanente.

5.10 CAMPANHAS QUE A INSTITUIÇÃO REALIZA

a) Orientação sobre a gravidez na adolescência e sexualidade humana

Quanto a orientação sobre a gravidez na adolescência (Lei nº16105/2009), contamos com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde que faz palestras direcionadas às diferentes faixas etárias. Anualmente algumas enfermeiras com ampla experiência e capacitação na área de sexualidade humana nos propõem esta parceria ou quando sentimos necessidade de tratar do assunto fazemos a solicitação, a qual tem sido sempre atendida. Percebemos que estas palestras e orientações trazem bons resultados, os alunos sentem-se seguros ao tirar suas dúvidas com pessoas de fora de sua convivência constante e acabam participando com interesse e seriedade.

Os professores solicitam muitas vezes outras palestras direcionadas a temas específicos tais como: Doenças Sexualmente Transmissíveis, Métodos

Anticoncepcionais, ou outras. Bem como são feitas algumas campanhas durante o ano que a escola adere e trabalha com os temas sugeridos enviando as atividades realizadas aos competentes.

Na ocorrência de gravidez as alunas serão atendidas com regime de atividades domiciliares como garante a LEI N.º 6.202 DE 17 DE ABRIL DE 1975 instituído pelo Decreto-lei n.º 1.044, o período que esta tem de direito previsto em lei é de três meses, porém prevalece o atestado médico, a aluna terá suas faltas abonadas e o registro das avaliações será normal.

b) Dia da Consciência Negra

Desenvolvemos como ação educativa de combate ao racismo e a discriminação um projeto de atividades culturais, que foi formulado pela Equipe Multidisciplinar da escola em concordância com os professores de todas as disciplinas, o projeto é sempre bem aceito por todos os alunos da escola pela oportunidade que estes têm de estar pondo em prática demonstrações de talento e capacidade.

- **Tema:** História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena – Ações Educativas de Combate ao Racismo e Discriminação.

- **Objetivo:** Desenvolver atividades culturais visando a integração dos alunos matriculados nos três turnos do colégio, valorizando a experiência de vida dos alunos e suas aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas brancas, negras e mestiças no conjunto da sociedade.

- **Justificativa:** Durante muito tempo foram apresentadas visões equivocadas sobre algumas etnias, que precisam ser desmistificadas através de medidas e ações capazes de corrigir as injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos os envolvidos no sistema educacional.

Acreditamos que a educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integridade estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeite as diferenças e características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a

ampliação da cidadania de um povo.

Nesse sentido pretendemos desenvolver no ambiente escolar atividades inovadoras que permitam a valorização da nossa diversidade étnico-racial e cultura. Pois a escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados.

5.10.1- Ações que envolvam a escola e outras instituições ou instâncias

Comemoração e Desfile Cívico

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabelece todos os anos parceria com instituições, Clubes de serviços, escolas públicas e privadas, associações, empresas, entre outros, que enviam à SEMEC um texto resumido com o histórico da instituição confirmando assim a participação no evento realizado em comemoração ao aniversário do município.

Nossa escola por sua vez participa desta comemoração desenvolvendo algumas atividades em sala de aula, referentes ao tema anual do desfile, e na data - 30 de novembro, com alunos uniformizados e cartazes e/ou faixas do desfile propriamente dito.

5.10.2- JOCOP's

Os Jocop's – Jogos Colegiais do Paraná - tem como finalidade promover o desporto educacional, por meio de jogos que envolvam várias modalidades esportivas, dando oportunidade de participação de um maior número de alunos e despertando o gosto pela prática de esportes com fins educativos e formativos, bem como oportunizar a descoberta de novos talentos esportivos. Procuramos enfatizar a importância da cooperação e não apenas estimular-los a competir.

5.10.3- Atendimento em Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I

A Sala de Recursos Multifuncional-Tipo I atende alunos do sexto ao nono ano e alunos do Ensino Médio, em período contrário ao de sala regular, este atendimento destina-se a alunos com deficiências (intelectual, física neuromotora,

visual e surdez), transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Na maioria dos casos estes alunos têm avaliação psicopedagógica realizada nos anos iniciais do ensino fundamental.

A avaliação psicoeducacional no contexto escolar dos alunos com indicativos de deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, e transtornos funcionais específicos é realizado por uma equipe formada por professores, equipe pedagógica e professor especializado. Muitas vezes é solicitado à família um atendimento complementar com Psicólogo, Oftalmologista ou Fonoaudiólogo, neste caso a escola estará fazendo encaminhamento à Secretaria de Saúde.

A professora responsável pela Sala de Recursos Multifuncional I tem especialização em Educação Especial, atende os alunos distribuindo-os em um cronograma semanal, não ultrapassando 02 horas diárias de duas a quatro vezes na semana. Estes alunos têm matrícula específica na Sala de Recursos e no SERE.

O trabalho pedagógico na SRM I, de acordo com a Instrução 016/11

“deve propiciar condições para o desenvolvimento de habilidades cognitivas básicas indispensáveis à aprendizagem dos conteúdos disciplinares trabalhados na escola, bem como de habilidades práticas, sociais e conceituais. É um serviço especializado que complementa a escolarização do aluno na classe comum.”

5.10.4- Programa SAREH

O Programa tem como objetivo o atendimento educacional aos educandos, que se encontram impossibilitados de frequentar a escola em virtude de situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde, permitindo-lhes a continuidade do processo de escolarização, a inserção ou a reinserção em seu ambiente escolar.

O nosso objetivo enquanto instituição será garantir aos alunos pacientes ou em tratamento domiciliar um conjunto de ações, que lhes possibilite a continuidade das suas atividades escolares, reintegrando-o à escola aqueles que estão fora do contexto de ensino, incentivando o crescimento e desenvolvimento intelectivos e sócio-interativo, fortalecendo o vínculo entre o aluno paciente e o seu processo de aprendizagem, amenizando a trajetória acadêmica durante o seu período de internação hospitalar ou exercício domiciliar.

O aluno terá direito ao atendimento em domicílio quando apresentar atestado médico a partir de 90 (noventa) dias, um professor será contratado pelo NRE e estará trabalhando com os conteúdos e atividades referentes ao ano/série em que o aluno se encontrar.

5.10.5- Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e História do Paraná

O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica, conforme a Lei nº 10639/03, tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

A inclusão dos conteúdos de História do Paraná de acordo com a Lei 13.381/2001 nos currículos da educação básica, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, do potencial e das possibilidades de valorização do nosso Estado. Nossa instituição de ensino oferta a disciplina História do Paraná distribuindo seus conteúdos em outros componentes curriculares, baseados em bibliografia especializada.

Para a aprendizagem dos conteúdos curriculares, a escola oferece atividades por diversas abordagens metodológicas, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, com o estudo das comunidades, municípios e regiões do Estado. A distribuição de conteúdos da História do Paraná em outras disciplinas configura-se no uso de materiais pedagógicos específicos, dados de fatos relacionados ao Paraná e ao seu desenvolvimento, bem como suas dificuldades e desafios.

5.10.6- Política Nacional de Educação Ambiental

Os Desafios educacionais contemporâneos devem ser entendidos na mesma perspectiva do conteúdo escolar: na perspectiva da historicidade, da concreticidade

e da totalidade. Buscamos fundamentos conceituais sobre eles, ou seja, não só em relação a Educação Ambiental, mas também a Cidadania e Direitos humanos, o Enfrentamento a Violência na Escola, a Prevenção ao uso indevido de drogas e a Educação Fiscal.

O tema Educação Ambiental (Lei nº 9795/99) portanto, é trabalhado durante o ano letivo e abordado de diferentes maneiras em todas as disciplinas. Descaracteriza-se como um problema isolado e independente do fator histórico, político, social e econômico, ou seja, é visto em sua totalidade.

A escola procura dar ênfase ao assunto já abordado e entendido pelos alunos, durante a semana do meio ambiente, onde a escola em parceria com professores de todas as disciplinas, organiza atividades relacionadas ao tema e é realizada então uma gincana que consiste em diferentes apresentações e exposições de trabalhos feitos pelos alunos.

5.10.7- Ensino da Música

Sancionada no dia 18 de agosto de 2008 a Lei nº11769 que torna obrigatória a volta da música ao currículo de todas as escolas brasileiras, da educação infantil ao ensino médio com a seguinte redação:

“O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. (§ 2º)”

“ A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. ”

Consideramos a aprovação de tal lei de suma importância, pois já está mais que comprovado os benefícios da música no auxílio à aprendizagem. A música trabalha os hemisférios cerebrais, equilibrando o pensar e o sentir. A percepção auditiva trabalha a afinação. A melodia trabalha diretamente o emocional. A harmonia desenvolve o racional e a inteligência. A coordenação motora e movimentos são estimulados através da pulsação rítmica. É sabido que ela auxilia na aprendizagem da matemática, desenvolve a concentração, habilidades intelectuais, raciocínio lógico, etc. Porém deve haver muito mais que apenas a inclusão deste conteúdo na disciplina de Arte, precisa de investimentos para a aquisição dos materiais necessários e também capacitar os professores para que

desenvolvam atividades referentes ao tema com qualidade e competência utilizando-se de diferentes metodologias e instrumentos musicais que deverão estar disponíveis no acervo da escola.

Esperamos que esta lei seja executada de forma condizente com o projeto inicial, melhorando assim a aprendizagem dos alunos, não apenas para formar músicos, mas sim auxiliando na aprendizagem de outras matérias e saberes necessários para a formação da criança e do adolescente.

5.10.8- Direito das Crianças e Adolescentes

De acordo com a Lei Fed. Nº 11525/07 “o currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.” Todas as disciplinas deverão trabalhar com o tema citando-o inclusive em seu Plano de Trabalho Docente.

5.10.10- Educação Fiscal e Educação Tributária

O Trabalho com a Educação Fiscal faz parte de um conjunto de temas que deverão ser incorporados nos conteúdos das diferentes disciplinas curriculares, o qual denomina-se Desafios Educacionais Contemporâneos.

O Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF foi regulamentado por meio da Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação nº 413 de dezembro de 2002. Essa mesma portaria define as competências dos órgãos envolvidos na implementação do Programa.

A Educação Fiscal pode ser entendida como uma nova prática educacional que tem como objetivo o desenvolvimento de valores e atitudes, competências e habilidades necessárias ao exercício de direitos e deveres na relação recíproca entre o cidadão e o Estado. Conhecer e entender o que é e como funciona o Sistema Tributário constitui-se em dever e direito de todos os indivíduos, para sua participação na sociedade da qual faz parte seja significativa.

5.10.11- O Ensino Fundamental de 9 anos

O Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Ensino Fundamental e Médio com base na Instrução nº 008/2011 SUED/SEED passa a implantar a partir do ano de 2012, o Ensino Fundamental de Nove Anos (6º ao 9º ano).

A partir das orientações do Documento da Secretaria de Educação Básica – Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental: Ensino Fundamental de Nove Anos (Orientações Gerais), a determinação Legal de implantar o Ensino Fundamental de Nove Anos - inclusão das crianças de seis anos de idade - tem duas intenções: oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade.

Mas afinal por que Ensino Fundamental a partir dos seis anos?

Dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE) mostram que em recentes pesquisas 81,7% das crianças de seis anos estão na escola, sendo que 38,9% frequentam a Educação Infantil, 13,6% as classes de alfabetização e 29,6% já estão no Ensino Fundamental. Esse dado reforça o propósito de ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, uma vez que permite aumentar número de crianças incluídas no sistema educacional. Sendo que, os setores mais populares deverão ser os mais beneficiados, uma vez que as crianças de seis anos da classe média e alta já se encontram majoritariamente incorporadas ao sistema de ensino.

O objetivo principal desta implantação é um maior número de anos obrigatórios é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla. É importante ressaltar que a maior aprendizagem não depende do aumento do tempo de permanência na escola, mas sim do emprego mais eficaz do tempo.

Deste modo, a nova organização do Ensino Fundamental de Nove Anos deverá incluir dois elementos: a) os nove anos de trabalho escolar; e b) a nova idade que integra esse ensino.

Ao pensar nos nove anos de trabalho escolar, os estabelecimentos da rede estadual precisam repensar quais as implicações para os Anos Finais do Ensino

Fundamental, ou seja, pensar que o Ensino Fundamental deve ter uma continuidade. Isso

implica em uma nova perspectiva de trabalho para este nível de ensino; sendo necessário a ideia de continuidade principalmente do 5º ano para o 6º ano.

Outro detalhe importante a ser considerado, é a nova idade dos alunos que passa a integrar o Ensino Fundamental. Isso não pode representar uma ruptura como o processo anterior, vivido pelas crianças em casa ou na instituição de educação infantil, mas sim uma forma de dar continuidade as suas experiências anteriores para que elas, gradativamente sistematizem os conhecimentos sobre a língua escrita.

Diante disso, este estabelecimento de ensino ao contemplar os Anos Finais do Ensino Fundamental, passará a partir de 2012 a usar a nova organização para este nível de ensino, sendo a seguinte nomenclatura:

Ensino Fundamental								
Anos Iniciais					Anos Finais			
1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano

Nesta perspectiva, implantar o Ensino Fundamental leva necessariamente o coletivo da escola (gestores, equipe pedagógica, professores, funcionários, pais, alunos, instâncias colegiadas, comunidades escolar) a repensar o seu conjunto. Uma vez que a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 determina que ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade, traz a tona a necessidade de considerar com primazia as condições sócio-culturais educacionais das crianças (Séries Iniciais) e adolescentes da comunidade (Anos Finais), norteando-se para a melhoria da qualidade da formação escolar, zelando pela oferta equitativa de aprendizagem e o alcance dos objetivos do Ensino Fundamental, conforme descrito na lei.

5.10.12- Plano de estágio não obrigatório

Em virtude da Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio dos estudantes do Ensino Médio, o Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho pretende, através do plano de estágio não obrigatório, explicita as normas para a organização de estagio dos alunos que frequentam o Ensino Médio nesta instituição. Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo.

O estágio é uma atividade curricular de competência da instituição de ensino e será planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos para a formação dos alunos. Tem por objetivo contribuir para a formação do aluno no desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho que oportunizem concebê-lo como ato educativo. O educando deverá ter no mínimo 16 anos completos na data do termo de convênio/compromisso e ficará responsável pelo estágio o professor-pedagogo.

O aluno-estagiário poderá realizar no estágio não-obrigatório, atividades que possibilitem a integralização da matrícula com Progressão Parcial é aquela por meio da qual o aluno, não obtendo aprovação final em até 3 (três) disciplinas em regime seriado, poderá cursá-las subsequente e concomitantemente às séries seguintes.

A instituição de ensino não oferta aos seus alunos matrícula com Progressão Parcial. As transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos. ção social, o uso das novas tecnologias, produção de textos, aperfeiçoamento do domínio do cálculo, aperfeiçoamento da oralidade, compreensão das relações do mundo do trabalho, tais como: planejamento, organização e realizações de atividades que envolvam rotina administrativa, documentação comercial e rotinas afins.

5.10.13- PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Equipe Multidisciplinar para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

1-Composição:

Pedagoga;

Agente Educacional;

Representante de Instâncias Colegiadas;

Professora da área de Humanas;

Professora da área de Exatas;

Professor da área de Biológicas;

2-Metas :

- Fazer abordagens positivas ressaltando a contribuição do negro e do indígena em todos os campos da cultura brasileira;
- Investir na promoção de uma educação ética, voltada para o respeito e convívio harmônico com a diversidade;
- Mediar a ação da equipe pedagógica junto aos professores, para que sejam realmente trabalhados temas referentes as questões étnico-raciais;
- Realizar formação permanente visando fundamentação;
- Subsidiar os/as professores/as, equipe pedagógica, gestores/as, funcionários/as e alunos/as na execução de ações que efetivem a EREER e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena;
- Proporcionar momentos onde os alunos possam desenvolver sua capacidade artística e dialógica, tomem consciência das raízes históricas que ajudaram e ajudam a construir a cultura e formar a nação brasileira;
- Desmistificar visões equivocadas sobre o negro e o Continente Africano de maneira a corrigir as injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e cidadania para todos os envolvidos no sistema educacional nesta comunidade;
- Estar atento às situações de discriminação, preconceito racial e racismo e quando denunciadas registrar e buscar soluções;

3-Justificativa:

O problema da não valorização da cultura afro-brasileira, africana e indígena e da discriminação vivenciada por estes grupos étnico-raciais resultou na necessidade de abordar o assunto para um posicionamento mais crítico frente à

realidade social em que vivemos, para auto valorização dos sujeitos em situação de discriminação, para eliminação das diferenças ainda presentes subjetivamente nas nossas ações e pela consolidação de ações e políticas afirmativas que reconheçam, valorizem e respeitem o pertencimento dos sujeitos da diversidade na oferta da Educação Básica.

“ A década de 90 traz à cena do debate uma percepção de currículo que muito deve às compreensões sociais advindas dos estudos culturais, dos, movimentos sociais feministas, raciais, étnicos, sexuais e pós-coloniais, e que movimenta a discussão em torno da linguagem como elemento central de análise, Dessa forma, o currículo passa a ser entendido como um local de disputas de construção de objetos de conhecimento no qual outros significados estão envolvidos de forma ativa. Segundo Tomaz Tadeu da Silva “o texto que constitui o currículo não é simplesmente um texto: é um texto de poder”. (SILVA, 1999;2003, P.37).” (PARANÁ, SEED – Semana Pedagógica 2013).

4-Cronograma:

O QUE	QUEM	COMO	POR QUE	QUANDO E ONDE
Reuniões	Equipe disciplinar, alunos, professores e funcionários.	Divulgação e direcionamento das ações para cada segmento trabalhar com o tema.	Para que aconteça o envolvimento de todos	Momentos diversos: reuniões pedagógicas, conversas com alunos, Capacitações, semanas pedagógicas, Reuniões de pais e/ou Instâncias Colegiadas.
Subsidio aos professores com textos e materiais direcionados a cada área do	Grupos de professores Exatas Humanas Biológicas	Leitura de textos e discussão de possibilidades em cada área.	Para mobilização de todos.	Hora atividades e em momentos diversos.

conhecimento, referentes as temáticas da diversidade.				
Orientar os professores coordenadores de turmas quanto as atividades a serem realizadas referentes ao Dia da Consciência Negra.	Professores coordenadores de turmas.	Elencar atividades que podem ser desenvolvidas pelos alunos durante o ano letivo com culminância no Dia da Consciência Negra – 20 de novembro.	Organizar atividades e executores.	Início do ano letivo.
Participação na Mobilização contra o Abuso e Exploração Sexual Infantil.	Alunos, professores, direção, equipe pedagógica e demais profissionais da educação.	Elaboração de Cartazes; Concurso de Redação; Confecção de mural; Leitura de textos informativos e debates.	Para conscientizar, informar e alertar a comunidade escolar e do entorno da escola sobre os direitos da criança e do adolescente.	Durante todo o mês de maio e principalmente na semana de 13 a 18 de maio com atividades desenvolvidas nas salas de aula, no saguão da escola e na Praça José Nogueira do

				Amaral, dentre outros.
Divulgação do projeto de atividades culturais (PPP da escola)	Equipe multidisciplinar	Conversas com professores e alunos.	Para preparação da semana de Conscientização Da Cultura Afro.	Na sala dos professores e salas de aula, nos três períodos de funcionamento do colégio.
Palestras abordando temas como: Respeito à Cultura Africana. História e Origem dos costumes e tradições indígenas e Africanas da nossa região.	Professores e profissionais capacitados em diferentes áreas tais como: Ademir Severino Alves e Miguel Severino Alves.	Exposição do tema e relato de experiência	Para fundamentação dos alunos em relação ao tema. Minimizar atitudes caracteristicamente racistas e discriminatórias.	Data a ser marcada de acordo com a disponibilidade do palestrante. Nos turnos: manhã, tarde e noite.
Atividades pedagógicas e formativas na escola – Gincana Cultural de conhecimento gerais sobre os povos indígenas e	Alunos e professores com participação de toda a comunidade escolar.	Preparação de apresentações, através de pesquisas e estudos referentes a Cultura Africana, Afro-brasileira e indígena.	Finalização e socialização das atividades pedagógicas. Realização da gincana com as questões previamente elaboradas pelos membros	Primeiro semestre letivo com data ainda a ser definida.

africanos.			da equipe multidisciplinar.	
Visita à Aldeia indígena do Rio das Cobras no município de Nova Laranjeiras	Professores e alunos do Ensino Médio.	Interação com este grupo e conhecimento da sua cultura: modo de vida, hábitos, costumes, religiosidade, dentre outros, através de entrevista e observação.	Para conhecer a diversidade étnico cultural existente em nossa região, além observar o dia a dia da comunidade indígena.	Dia 18/05/2013
Apresentações Artísticas – Dança indígena.	Toda a comunidade escolar e membros da Aldeia Indígena do Rio das Cobras.	Apresentação de dança indígena; Teatro e danças da cultura brasileira;	Promover uma troca de experiências dos alunos desta escola com os alunos da Aldeia visitada já mencionada.	Primeiro semestre letivo com data ainda a ser definida.
Evento Cultural Dia da Consciência Negra Abertura com apresentação de dança do grupo de Capoeira	Grupo de Capoeira coordenado pelo prof. Dulci --- Professora Eliane Maria da	Apresentação de dança de origem africana --- Os alunos irão apresentar para a comunidade as	Apreciar a arte e a cultura de origem Africana. --- Visualização de paisagens que	20/11/12

(PETI)	Silva e alunos	atividades	representam as	
---	do Ensino	realizadas em	regiões	
História da	Fundamental e	sala de aula.	africanas –	
Matemática	Médio	---	Mapa e	
na África.		---	maquetes	
Sistema de	---	Será organizado	elaborados/conf	
Numeração	Toda a	um cronograma	eccionados	
Africana.	comunidade	de apresentação	anteriormente.	
---	escolar	de trabalhos	---	
Seminário e		realizados em	Para	
Exposição dos		cada turma.	socialização	
trabalhos			dos trabalhos e	
realizados.			divulgação do	
			tema.	

5-Avaliação:

Serão analisados os impactos na forma de agir e pensar dos alunos frente as questões de discriminação que eram vivenciadas tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Portanto o trabalho desenvolvido vai além do momento de trabalho com o tema na escola, deverá sim fazer parte da formação humana dos sujeitos desenvolvendo uma postura mais crítica.

6-Referências:

PARANÁ - Caderno Temático História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, SEED, 2009.

PARANÁ - Prêmio Orirerê Cabeças Iluminadas 2012 – Curitiba, PR: Centro Cultural Humaita, 2012.

5.10.14 BRIGADA ESCOLAR – DEFESA CIVIL

PROCEDIMENTOS DO PLANO DE ABANDONO

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte do Programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola e tem como objetivo a proteção humana, mantendo a comunidade escolar segura em situações de risco, realizando treinamentos pautados em normas de segurança nacionais e internacionais, buscando fundamentalmente organizar a saída da população de maneira ordeira dos ambientes escolares, doutrinando a população para agir pro-ativamente em situações que envolvam ameaça de desastres.

O Programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola, irá tratar de conhecimentos relacionados a construção de um Plano de Abandono, formas de se proteger e ações para minimizar os impactos desastrosos de um sinistro, seja ele de origem natural, humano ou misto.

1.1 OS DESASTRES MAIS RECENTES

As impensadas interferências humanas no meio ambiente têm acarretado sérias consequências para a população. Diariamente temos notícias de desastres ao redor do mundo. O Brasil pouco é afetado por desastres naturais de grande magnitude tais como terremotos, maremotos, tufões e tornados, porém, vem sofrendo as consequências das mudanças climáticas e tem registrado em seu território ocorrências como enchentes de grandes proporções, que provocam deslizamentos de encostas, inundações de cidades, causando não só perdas materiais, mas também de vidas.

Também não restam dúvidas que tais eventos se potencializam quando não há uma cultura prevencionista que mantenha cada habitante preparado para agir diante de uma ocorrência desastrosa. Não se pode evitar a ação da natureza, mas podemos minimizar seus efeitos quando enfrentamos as ocorrências de maneira mais organizada.

Considerando que a população adulta só adquire hábitos preventivos após terem vivenciado uma situação de crise ou por força de uma legislação pertinente, optamos em trabalhar no ambiente escolar, onde se espera mitigar os impactos, promovendo mudanças de comportamento, visto que crianças e adolescentes são

mais receptíveis e menos resistentes a uma transformação cultural e potencialmente capazes de influenciar pessoas, atuando como multiplicadores das medidas preventivas.

2. PLANO DE ABANDONO

Através das ações previstas neste documento pretendemos adotar procedimentos fundamentados em normas brasileiras e internacionais de segurança. Sugere um Plano Geral de Abandono para as Escolas do Estado do Paraná.

Mas o que é um Plano de Abandono?

É um procedimento realizado pelas pessoas que ocupam uma edificação que apresente algum risco a vida ou que esteja em eminência de sofrer um acidente. De uma forma geral é uma ação de desocupação do prédio, que tem por objetivo minimizar e prevenir o máximo possível a ocorrência de acidentes que possam provocar danos pessoais.

É a eficiência de um abandono que delimita as perdas humanas, principalmente em edifícios de vários pavimentos, tais como hospitais, creches, escolas e qualquer estabelecimento em que haja um número considerável de pessoas fixas e/ou circulantes.

2.1. LEGISLAÇÃO

As normas previstas nesse estudo são:

- **Norma Regulamentadora (NR 23) Proteção Contra Incêndios:** Esta NR estabelece os procedimentos que todas as empresas devam possuir, no tocante à proteção contra incêndio, saídas de emergência para os trabalhadores, equipamentos suficientes para combater o fogo e pessoal treinado no uso correto.
- **Norma Regulamentadora (NR 26) Sinalização de Segurança:** Tem por objetivo fixar as cores que devam ser usadas nos locais de trabalho para prevenção de acidentes, identificando, delimitando e advertindo contra riscos.
- **Norma Brasileira (NBR) 13.434-2:** Esta Norma padroniza as formas, as dimensões e as cores da sinalização de segurança contra incêndio e pânico utilizada em edificações.

- **NBR 14276 - Formação de Brigada de Incêndio:** Estabelece os requisitos mínimos para a composição, formação, implantação e reciclagem de brigadas de incêndio, preparando-as para atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros-socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir as consequências sociais do sinistro e os danos ao meio ambiente.
- **NBR 15.219 - Plano de Emergência Contra Incêndio:** Esta Norma estabelece os requisitos mínimos para a elaboração, implantação, manutenção e revisão de um plano de emergência contra incêndio, visando proteger a vida e o patrimônio, bem como reduzir as consequências sociais do sinistro e os danos ao meio ambiente.
- Código de Prevenção de Incêndios do Corpo de Bombeiros do Paraná de 2012: Institui o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

3. TERMINOLOGIA

3.1. PONTO DE ENCONTRO

Local previamente estabelecido, onde serão reunidos todos os alunos, professores, funcionários e outras pessoas que estejam em visita à escola. Neste local as faltas de alunos constatadas pelos professores ou a ausência de funcionários deverão ser comunicadas o mais breve possível ao responsável pelo Ponto de Encontro. Ele por sua vez deve repassar as informações ao chefe de equipe de emergência para que as devidas providências sejam tomadas.

No Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho foram definidos dois pontos de encontro sendo eles os seguintes:

- Ponto de encontro 1 (P – 1) – ESTACIONAMENTO
- Ponto de encontro 2 (P – 2) – PÁTIO DO COLÉGIO

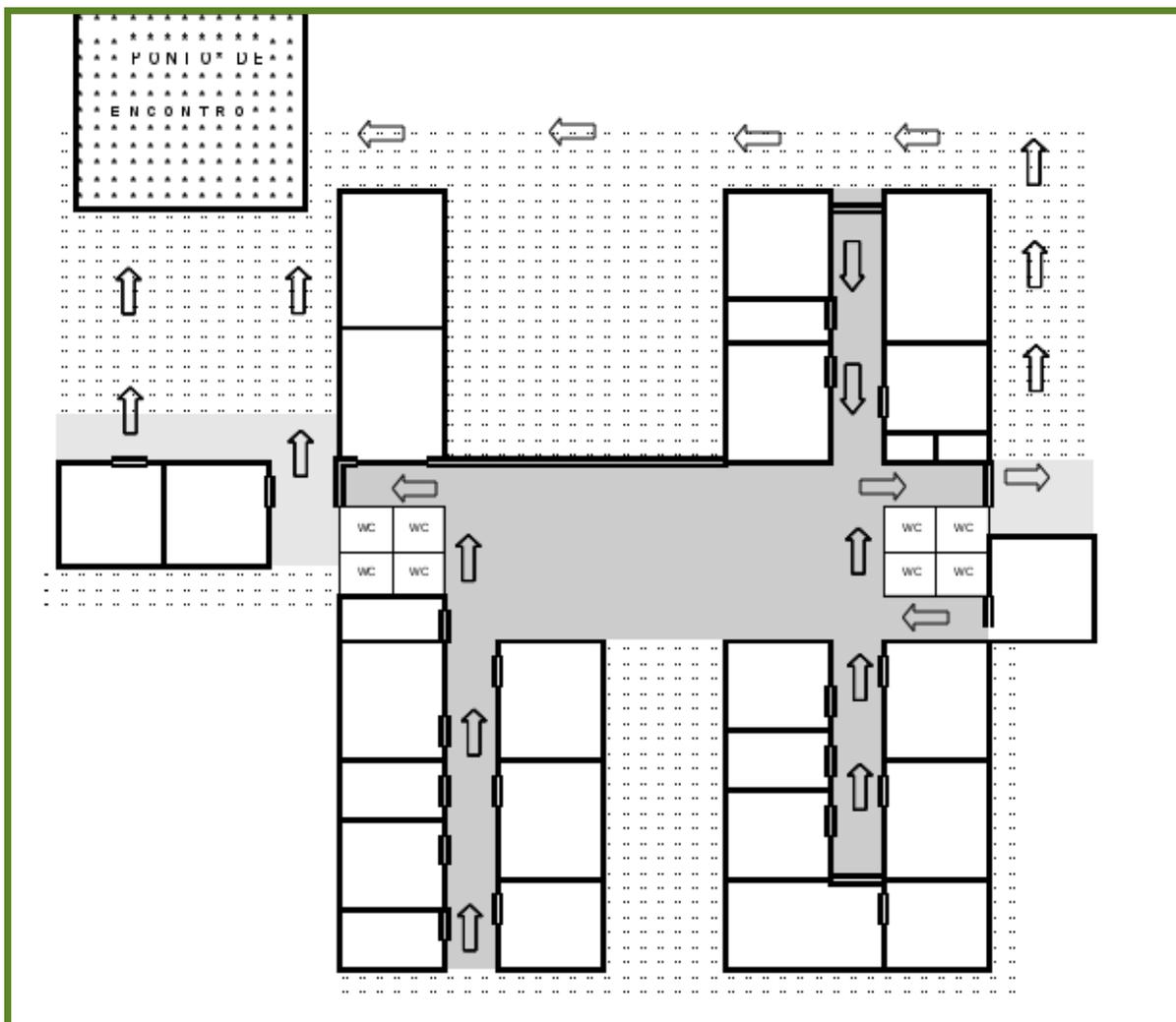
3.2. ROTA DE FUGA

Trajetos a serem percorridos em passo rápido do local onde esteja a pessoa até o Ponto de Encontro. Na análise desse trajeto devem ser observados os pontos críticos do caminho como por exemplo: cantos vivos de parede, locais escorregadios, escadarias sem corrimão, guarda-corpos irregulares, portas e portões de difícil **acesso**.



3.3. PLANTA DE EMERGÊNCIA

Representação gráfica em forma de planta que orienta os ocupantes de cada ambiente da escola sobre qual rota deve ser seguida para o abandono da edificação em segurança, de forma a dirigí-los ao Ponto de Encontro.

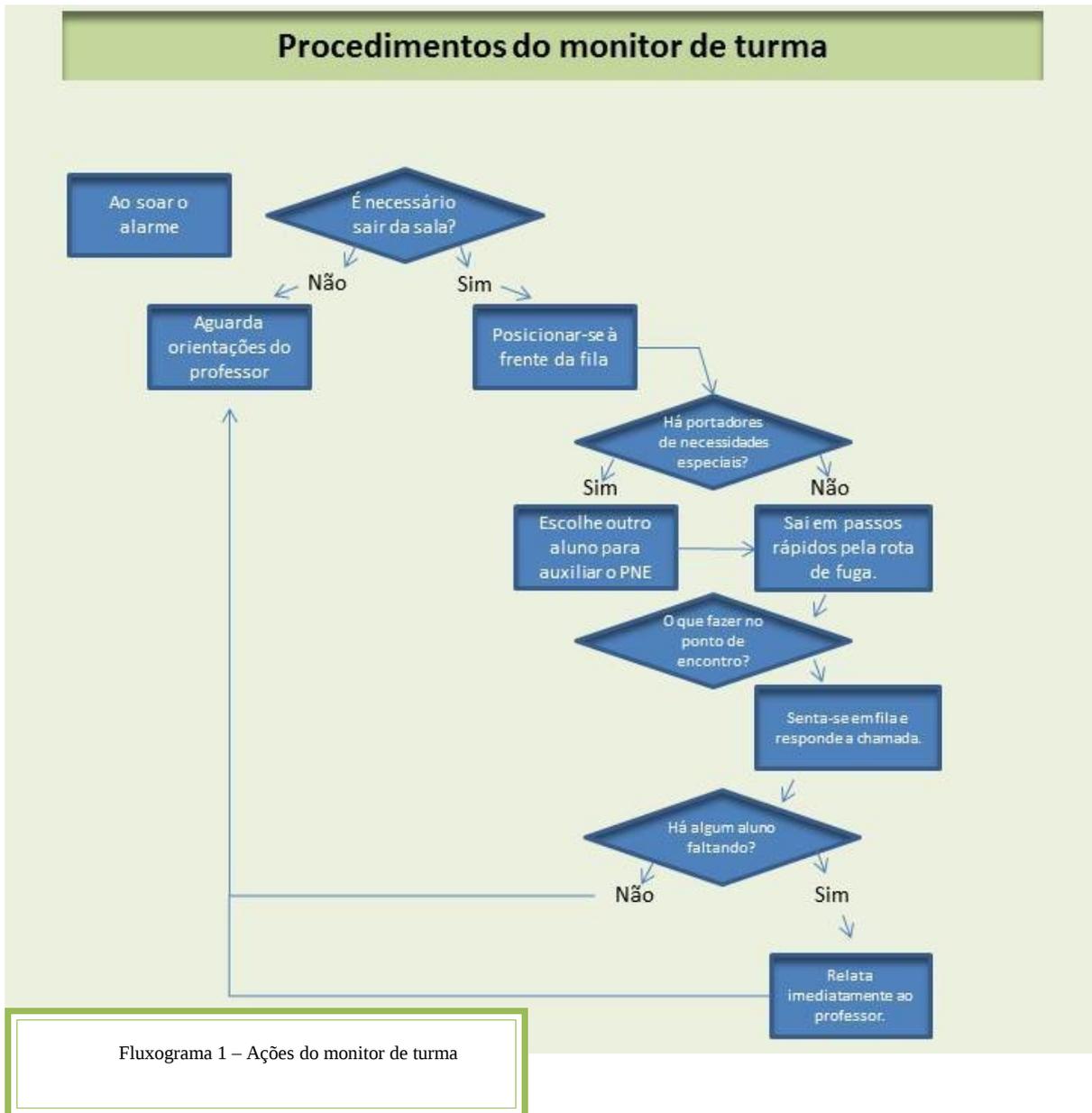


4. FUNÇÕES

4.1. MONITOR

Aluno designado com antecedência para conduzir a turma do ambiente onde estiver até o Ponto de Encontro seguindo a Rota de Fuga contida na Planta de Emergência ou orientada pelo responsável do bloco. Se houver na turma alunos com necessidades especiais, deverão ser escolhidos dois alunos para acompanhá-los.

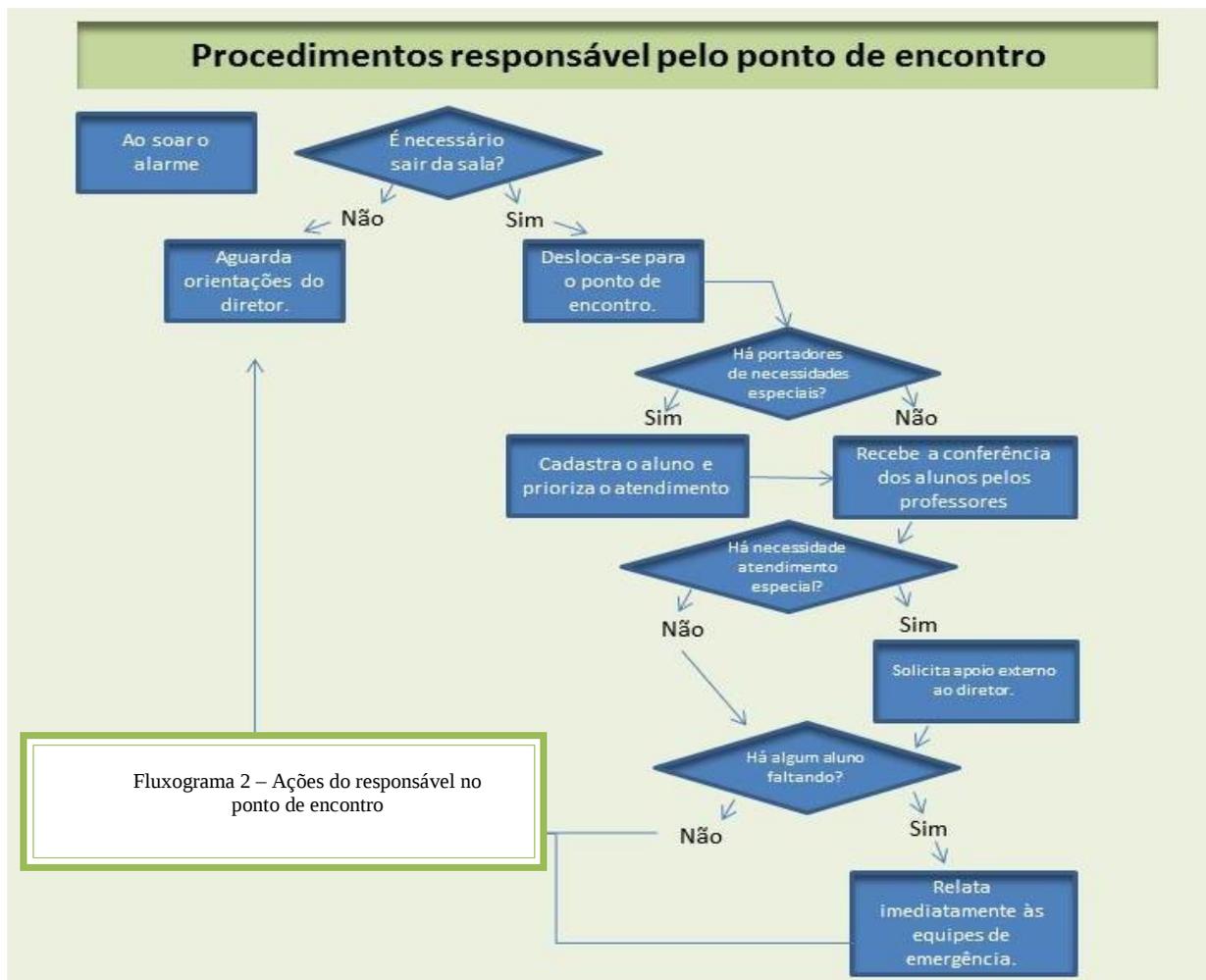
A direção da escola deverá selecionar criteriosamente os alunos para desenvolver a função de monitor.



4.2. RESPONSÁVEL PELO PONTO DE ENCONTRO

Organiza a chegada e a formação dos alunos, professores e funcionários no ponto de encontro. Além do **diretor da instituição** serão designados mais dois auxiliares para ajudar a organizar as filas dos alunos.

Os dois auxiliares devem estar em condições de assumir a função, caso o responsável não esteja na escola no momento do sinistro.



4.3. RESPONSÁVEIS PELOS BLOCOS DE SALAS DE AULA/ANDARES

Organiza o fluxo de alunos nos corredores das salas de aula. Deve ficar atento para liberar uma turma de cada vez, de modo a não haver filas duplas. Ao encerrar a saída de seu andar ou bloco, deverá conferir se todas as salas estão vazias e marcadas com um traço na diagonal, só então deve se deslocar até o Ponto de Encontro. Nos pontos de conflito (cruzamentos, escadas e etc.), orienta as filas que devem avançar de acordo com a prioridade da emergência, não permitindo cruzamentos das filas nem correria. Importante não esquecer de verificar os banheiros. Concluída a verificação em todo o bloco ou andar, segue atrás da fila de alunos para o Ponto de Encontro. O bom desempenho desta função é fundamental

para a execução e sucesso do abandono das instalações, visto que os corredores são os locais mais prováveis de haver aglomeração de pessoas, o que pode gerar tumulto e pânico.

4.4. RESPONSÁVEL PELO SETOR ADMINISTRATIVO

Ordenará a saída dos funcionários do setor administrativo em direção ao Ponto de Encontro. Ao encerrar a retirada das pessoas, deve conferir se todos os ambientes do seu setor (ex: banheiros, laboratórios, secretaria, etc.) estão vazios e marcados com um traço na diagonal, só então se desloca até o Ponto de Encontro. Caso algum funcionário necessite retornar ao setor administrativo, deve ser autorizado pelo diretor ou responsável no Ponto de Encontro, após concluído o abandono.

4.5. TELEFONISTA

Efetuará as ligações telefônicas pertinentes. Ao soar o alarme, deverá se deslocar imediatamente ao Ponto de Encontro e apresentar-se ao diretor ou responsável, solicitando autorização para retornar à edificação e fazer os devidos contatos se necessário ou fazê-lo através de um celular no próprio Ponto de Encontro. Manter lista de telefones de emergência, tais como Corpo de Bombeiros 193, Polícia Militar 190, Copel 196 e Defesa Civil 199.

4.6. PORTEIRO

Funcionário responsável pela portaria. Só permitirá a entrada das equipes de emergência e será responsável pela liberação do trânsito e acesso a edificação. Deverá ter acesso ao claviculário, onde estarão todas as chaves de portas, portões e cadeados. Se a escola tiver disponibilidade de funcionários, o ideal é que o porteiro tenha outra pessoa para ajudá-lo. Também será responsável pelo impedimento da saída de alunos e entrada de estranhos sem as devidas autorizações, evitando tumultos.

4.7. PROFESSOR

Deve orientar os alunos em sala de aula no dia do exercício, expondo como

ocorrerá o deslocamento até o Ponto de Encontro e como devem se comportar no local.

O professor só iniciará a retirada dos alunos ao sinal do funcionário responsável pelo andar ou bloco ou quando este considerar oportuno, de modo a evitar aglomerações.

Caso verifique alguma emergência iniciando em sua sala, deve proceder o abandono imediato do local e avisar o Diretor, sendo o último a sair, certificando-se que ninguém permaneceu na sala de aula. Somente então fechará a porta e fará um risco de giz em diagonal nela ou na parede ao lado do acesso à sala, isso significa que foi



conferido o ambiente e não há mais ninguém lá dentro. Tal sinal será identificado pelas equipes de emergência direcionando as buscas a possíveis vítimas em locais que não tenham esse sinal. O professor é responsável pela turma que acompanha desde a saída da sala até o término do evento, o controle do professor da chegada ou não de todos os seus alunos no Ponto de Encontro é crucial para ação de resgate.

Obs.: Ao chegar à sala de aula, deve fazer imediatamente a chamada pois, se necessário o deslocamento ao Ponto de Encontro, fará uso do livro de chamada para conferência dos alunos. Terminada a conferência, informará as alterações ao Responsável pelo Ponto de Encontro, mantendo o controle da turma.

4.8. EQUIPE DE APOIO

Além do telefonista e do porteiro, na equipe de apoio deve conter funcionários que devem ser previamente designados para realizar as seguintes funções: Abertura das saídas de emergência, corte de energia, gás e da água (exceto em caso de incêndio), neste caso os funcionários podem utilizar o extintor da sua área (sabendo manusear o equipamento);

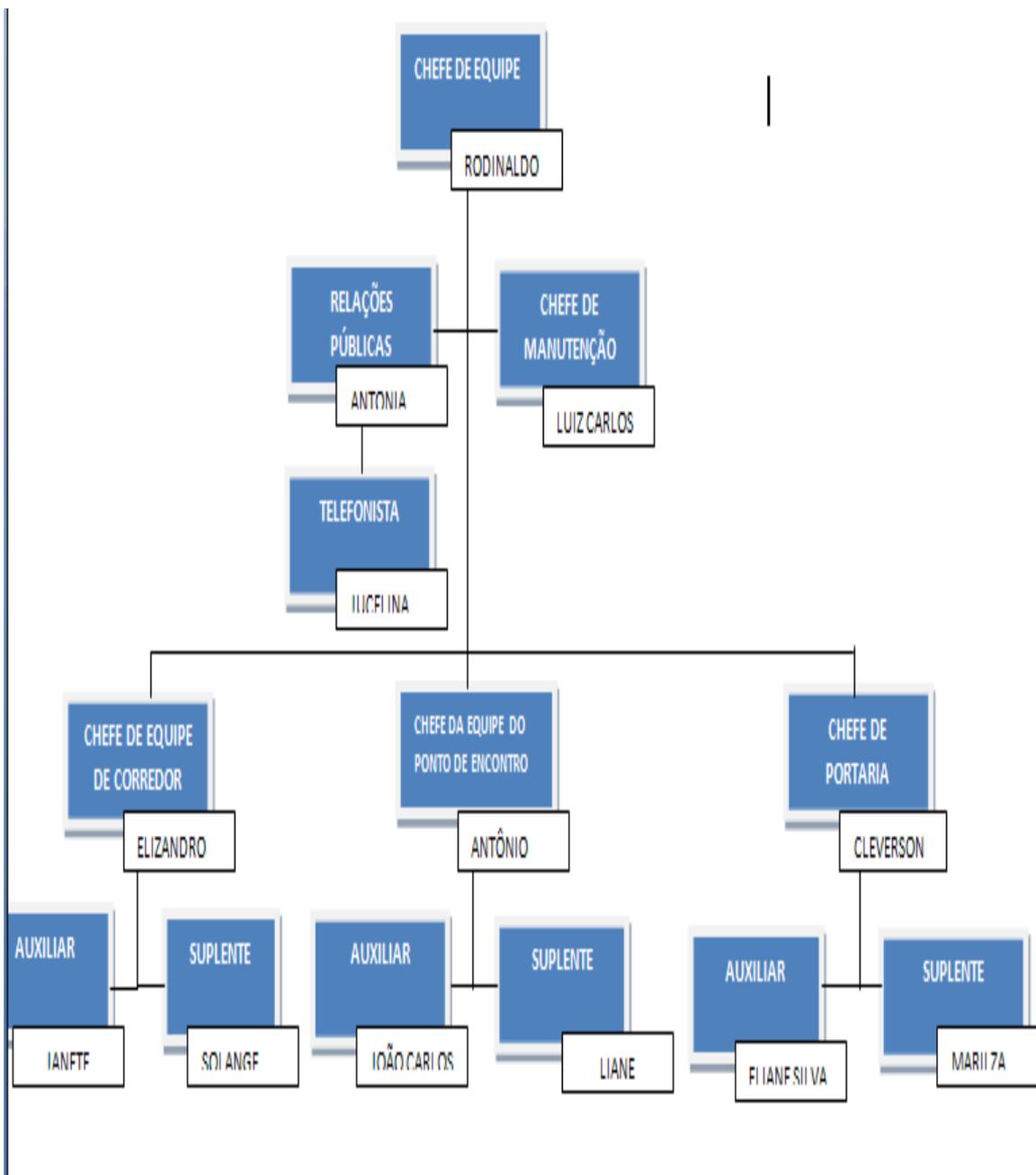
4.9. ORGANOGRAMA

O Organograma da Brigada deverá ser preenchido pelo diretor da escola, que por sua vez, detêm o conhecimento da capacitação de cada um dos componentes. Nele será descrito o turno de trabalho e as funções de cada brigadista, necessitando ser incluído o nome logo abaixo de cada função.

OBS: Se não houver pessoas suficientes para compor todos os quadros, deverão ser priorizados os de chefia.

ORGANOGRAMA DA EQUIPE DE ABANDONO

Turnos (manhã, tarde e noite)



5. EXECUÇÃO

5.1. COMPETÊNCIAS DO DIRETOR DA ESCOLA E/OU RESPONSÁVEL PELO PLANO DE ABANDONO

- Nomear os responsáveis e os respectivos suplentes para atuarem em todas as funções específicas. A nomeação deverá ser de caráter permanente e os nomeados serão os responsáveis numa situação real.
- Decidir se é viável ou não executar o Plano de Abandono. Supervisionar o abandono.
- Receber as equipes de socorro e fornecer informações sobre casos pontuais de maior risco.
- Determinar a desativação do Plano de Abandono, fazendo com que os alunos retornem às salas de aula após a simulação. Em caso de uma situação real, depois de conferidas todas as pessoas e autorizado pelo Corpo de Bombeiros, os alunos poderão ser liberados para os pais ou responsáveis.
- Convencionar o toque do alarme de emergência, que obrigatoriamente deverá ser diferente do usado para início e término das aulas.
- Nomear um responsável para acionar o toque de emergência.
- Traçar as rotas de fuga nas plantas de emergência.
- Estabelecer locais para o Ponto de Encontro.

5.2. PREPARAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR

Manter em locais estratégicos (secretaria, sala da direção, sala da orientação e supervisão) informações e plantas baixas com orientações contendo o quantitativo de salas, alunos, funcionários e professores de cada ambiente escolar. No setor administrativo, deve haver relação nominal de funcionários por ambiente.

Todo ambiente escolar deve ser sinalizado, indicando as saídas, rotas de fuga e Ponto de Encontro.

5.3. PROCEDIMENTOS DO EXERCÍCIO DE ABANDONO

Aciona-se o alarme, definido pela escola, por ordem do **responsável** (Diretor, Vice-Diretor, Coordenador, entre outros), iniciando o processo de deslocamento da comunidade escolar, que deve seguir as orientações estabelecidas pelos responsáveis pelos blocos/andares, evitando pânico e descontrole.

Na saída das salas de aula, o professor abre a porta e faz contato visual com o responsável pelo andar. Ao receber o aviso de saída, libera os alunos para iniciarem o deslocamento em fila indiana, começando pelos mais próximos da porta. O professor se certifica da saída de todos os alunos, fecha a porta e a sinaliza com um traço em diagonal, mantendo-se como último da fila e evitando o pânico. Os alunos seguem em passos rápidos, sem correr, com as mãos cruzadas no peito pelo lado direito do corredor ou conforme indicado nas plantas afixadas nos corredores até ao Ponto de Encontro. Lá chegando, o professor confere todos os alunos que estão sob a sua responsabilidade com o auxílio do livro de chamada e apresenta as alterações ao responsável pelo Ponto de Encontro, informando as faltas se houver. Aos professores sugere-se a prática da chamada no início das aulas, para que em uma situação de emergência, possa fazer a conferência dos alunos no Ponto de Encontro.

Aos alunos a orientação é de que deixem todo o material na sala de aula e não retornem até que seja autorizado pelo responsável. Para os exercícios simulados, objetos de valor como celulares deverão ser guardados no bolso, para evitar posteriores problemas de extravio, mesmo porque não são objetos pedagógicos.

Os alunos encarregados de auxiliar o professor na retirada do colega portador de necessidades especiais deverão acompanhá-lo durante todo o trajeto.

ATENÇÃO: Se por algum motivo alguém se encontrar isolado, deverá seguir as setas de saída indicadas na planta de emergência onde se encontra e sair pela porta mais próxima. Caso não o consiga, deverá fazer-se notar para que o socorro possa lhe encontrar.

5.4. O PLANO DE ABANDONO SERÁ EXECUTADO EM CASOS DE

- Incêndio.

- Explosão ou risco de, por exemplo, vazamento de gás.
- Desabamento.
- Abalo sísmico de grande intensidade.
- Acidentes de grande vulto que ofereçam insegurança às pessoas.
- Outras situações que o diretor entender necessárias.

5.5. SITUAÇÕES QUE NÃO REQUEREM O ACIONAMENTO DO PLANO DE ABANDONO

- Vendavais ou ciclones, pois o abrigo é o edifício escolar;
- Inundação pelas chuvas que não atinja o espaço escolar bem como em temporais com granizo;
- Fuga de gás sem incêndio, pelas áreas isoladas com central de gás independente e restritas, deve ser considerado sinistro facilmente controlável;
- Na ocorrência de sismo (terremotos) de fraca intensidade, o espaço escolar é o melhor abrigo.

5.6. NORMAS DE PROCEDIMENTOS EM SITUAÇÃO DE RISCO

A primeira providência é garantir a integridade física das pessoas. Se ocorrer vazamento de gás, desligar a válvula do gás, não acionar qualquer dispositivo que provoque faíscas inclusive o interruptor de luz, abrir portas e janelas arejando o local, retirar-se do local e comunicar o incidente ao responsável pelo Plano de Abandono da escola.

Se ocorrer uma fuga de gás no laboratório, fechar a válvula de segurança, arejar a sala, abrindo portas e janelas lentamente, não acender fósforos ou isqueiros nem acionar interruptores, abandonar o laboratório e comunicar imediatamente o acidente ao responsável pelo Plano de Abandono da escola.

Se ocorrer um derramamento de substâncias tóxicas, recolher ou neutralizar a

substância derramada de acordo com as recomendações presentes no rótulo do produto ou conforme orientações técnicas do fabricante. Se for um ácido ou outro produto corrosivo não se deve lavar com água. (procurar sempre orientações de um técnico bioquímico).

Se ocorrer um incêndio, acionar o Corpo de Bombeiros (193) e as demais equipes de emergência. Os ocupantes das instalações deverão sair imediatamente, respeitando integralmente o percurso da rota de fuga ou seguindo orientação do responsável pelo bloco. Se houver obstrução das saídas pela presença de fogo ou acúmulo de fumaça, as pessoas deverão abaixar-se próximas do chão, a fim de buscar melhor qualidade de ar, com maior concentração de oxigênio. Nos pisos superiores dirigir-se para o local mais afastado do foco de incêndio, aguardando socorro. Nesta situação deverão abaixar-se para fugir da concentração de fumaça, fechando sempre as portas a fim de retardar a propagação do fogo.

Se ocorrer um incêndio na cozinha e/ou refeitório, avisar a pessoa mais próxima, fazer uso do extintor se tiver capacidade técnica e cortar o fornecimento de gás e energia elétrica (desligar o disjuntor fora do ambiente).

Caso não consiga dominar a situação, fechar portas e janelas e comunicar imediatamente o acidente ao responsável pelo Plano de Abandono.

Na ocorrência de sismo (terremoto), os ocupantes das instalações deverão imediatamente colocar-se debaixo das mesas e nos vãos das portas, com as mãos à volta da cabeça, como medida de proteção. Nunca deverão abandonar a sala onde se encontram enquanto durar o sismo. Se soar o alarme, deverão se retirar do edifício cumprindo as orientações do Plano de Abandono;

Em outros tipos de ocorrências (como explosões ou desabamentos), mantenha a calma e saia do ambiente que estiver em risco, comunique imediatamente o acidente ao responsável pelo Plano de Abandono.

Importante: Na ocorrência de temporais, os ocupantes do edifício permanecerão nas salas, afastando-se das janelas, até que seja segura a saída do edifício.

6. MAPA AÉREO COM A IDENTIFICAÇÃO DAS ENTRADAS E PONTO DE ENCONTRO

Ponto de encontro 1 (P-1) – ESTACIONAMENTO.

Ponto de encontro 2 (P-2) – PÁTIO NA ENTRADA DO COLÉGIO - FRENTE.



Foto aérea Google Eearth – Colégio Est. José M. Sobrinho – Lar. do Sul – PR.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reunir trimestralmente a Brigada de Emergência para rever e reavaliar o Plano de Abandono.

Designar suplentes para todas as funções.

Manter listagens das pessoas, planilha de dados, plantas de emergência e organogramas atualizados em locais de fácil acesso.

O presente plano deverá ser discutido em conselho antes da sua aprovação, e poderá ser alterado dado às suas particularidades após sua discussão.

Telefones de emergência: Corpo de Bombeiro: 193; Polícia Militar: 190; Defesa Civil: 199; SAMU: 192.

8. REFERÊNCIAS

- NR 23 Proteção Contra Incêndios.

- NR 26 Sinalização de Segurança.

- NBR 13.434-2 Sinalização de segurança contra incêndio e pânico (Parte 2): símbolos e suas formas, dimensões e cores.
- NBR 14276 Formação de Brigada de Incêndio.

- NBR 15.219 Plano de Emergência Contra Incêndio Segurança nas Escolas.

- Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná / 2012

5.10.15- PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA

1. Justificativa do programa

Considerando que a população adulta só adquire hábitos preventivos após terem vivenciado uma situação de crise ou por força de uma legislação pertinente, o Programa opta em trabalhar no ambiente escolar, onde se espera mitigar os impactos, promovendo mudanças de comportamento, visto que crianças e adolescentes são mais receptíveis, menos resistentes a uma transformação cultural e potencialmente capazes de influenciar pessoas, atuando como multiplicadores das medidas preventivas. Ainda mais, a opção de se trabalhar com as escolas da rede estadual de educação tem a ver com a necessidade de adequá-las internamente para atender as disposições legais de prevenção de toda espécie de riscos, sejam eles de cunho natural ou de outra espécie como acidentes pessoais e incêndios, entre outros.

2. Objetivo Geral

Promover a conscientização e capacitação da Comunidade Escolar do Estado do Paraná para ações mitigadoras e de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou humanos, bem como o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas para garantir a segurança dessa população e possibilitar, em um segundo momento, que tais temas cheguem a um grande contingente da população civil do Estado do Paraná.

3. Objetivos Específicos

- Levar as Instituições de Ensino Estadual do Paraná a constituírem uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar;
- Proporcionar aos alunos da Rede Estadual de Ensino condições mínimas para enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas, assim como conhecimentos para se conduzirem frente a desastres;
- Promover o levantamento das necessidades de adequação do ambiente escolar, com vistas a atender às recomendações legais consubstanciadas nas vistorias do Corpo de Bombeiros;
- Preparar os profissionais da rede estadual de ensino para a execução de ações de Defesa Civil, a fim de promover ações concretas no ambiente escolar com vistas a prevenção de riscos de desastres e preparação para o socorro, destacando-se ações voltadas ao suporte básico de vida e combate a princípios de incêndio;
- Articular os trabalhos entre os integrantes da Defesa Civil Estadual, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar (Patrulha Escolar Comunitária) e dos Núcleos de Educação;
- Adequar as edificações escolares estaduais às normas mais recentes de prevenção contra incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, acompanhando os avanços legais e tecnológicos para preservação da vida dos ocupantes desses locais.

4. Estratégias

Ocorrerão capacitações contemplando públicos diferentes, com objetivos específicos, englobando uma capacitação para os gestores regionais e locais, outra para a Brigada Escolar.

O coordenador local do Programa será o diretor da instituição de ensino.

Ao diretor do estabelecimento escolar caberá a responsabilidade de criar formalmente a Brigada Escolar. Trata-se de um grupo de cinco servidores do estabelecimento que atuarão em situações emergenciais, além de desenvolverem ações no sentido de:

- Identificar riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar;
- Garantir a implementação do Plano de Abandono, que consiste na retirada, de forma segura, de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados, no mínimo um por semestre, a ser registrado em calendário escolar;
- Promover revisões periódicas do Plano de Abandono;
- Apontar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, bem como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono;
- Promover reuniões bimestrais entre os integrantes da Brigada Escolar para discussão de assuntos referentes a segurança da instituição de ensino, em livro ata específico ao Programa;
- Verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina da escola, em busca de situações inseguras, comunicando imediatamente o diretor para as providências necessárias.

Os cinco integrantes da Brigada Escolar, são os seguintes:

Antonio Celso da Costa - Diretor

João Carlos Garcia – Vice-diretor

Janete Zuchinali – Pedagoga

Antonia Beloni Ribeiro – Agente Educacional II

Luiz Carlos Gomes Ferreira – Agente Educacional II

Os integrantes citados acima serão capacitados pelo Corpo de Bombeiros Militar na modalidade de ensino a distância – EaD e presencial.

5. Atividades Permanentes

O diretor de cada unidade escolar terá como responsabilidade, desenvolver o trabalho de implantação e implementação do Plano de Abandono.

Esse Plano de Abandono consiste na retirada de forma segura de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados e em tempo razoável.

Exercícios simulados deverão ser realizados no mínimo 01 (um) por semestre, e as datas registradas em Calendário Escolar.

6. Ações na implementação do programa

- Treinar os profissionais da escola;
- Reunir a comunidade escolar para o repasse do Programa Brigadas Escolares ;
- Diagnóstico da escola (fatores de risco);
- Implantação da brigada contra incêndio;
- Elaboração e implementação do Plano de emergência.

7. Tipos e quantidade de simulações:

- De 2 (duas) simulações por ano, previstas no Calendário Escolar:
Dia 03/04/2013 e 09/09/2013 (Calendário anexo)
- Primeiro com professores e funcionários;
- Posteriormente com os alunos.

8. Qual a função que cada um desempenhará, na implementação do programa:

- Direção – Coordenador geral de prédio;
- Secretário(a) – Controle da chave geral;
- Pedagogos(as) – Coordenador de setores;
- Professores(as) – Cerra filas;
- Agente Educacional I – Abertura de portas e portões/utilização de extintores;sinalizadores;
- Agente Educacional II – Acionar alarme/ ligar ao Corpo de Bombeiros;
- Professores Readaptados – Responsáveis nos pontos de encontro;
- Aluno monitor – Puxa fila.

9. Rota de Fuga:

- Caminhos mais curtos e retos;
- Maior acessibilidade;
- Caminhos mais seguros e bem sinalizados.

10. Pontos de Encontro:

- Estacionamento;
- Pátio da escola - FRENTE.

11. Locais de extintores:

- Secretaria;
- Cozinha;
- Laboratórios;
- Corredores próximos as salas de aula.

12. Equipamentos indispensáveis numa emergência:

- Colocar o telefone de emergência bem visível;
- Kit Primeiros Socorros;
- Alarme/lanterna;
- Lâmpada de emergência;
- Sinalizador de Rota de Fuga;
- Extintores em funcionamento e no lugar;
- Brigada de emergência;
- Maca e colete cervical.

13. Recursos Financeiros: Fundo Rotativo / PDDE.

- Avaliação do prédio;
- Solicitação de serviços para reparos;
- Solicitação de extintores;
- Solicitação de lâmpadas de emergência.

14. Fatores de Risco da instituição:

- Instalações elétricas muito antigas;
- Ausência da Central de GLP;
- Falta das placas/adesivos de sinalização.

10. Bibliografia

Instrução Técnica: nº16/2004

NR – 23 do MTB

NBR 9077, 5413 e 1343

Código Estadual de Prevenção de Incêndios e Pânico.

6. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A avaliação do presente projeto seguirá uma perspectiva transformadora de uma escola democrática capaz de favorecer não só o acesso às camadas populares, mas sim, sua permanência na escola; visa a formação do aluno como cidadão crítico, participativo e autônomo, cuja apropriação significativa e crítica do conhecimento, constitui o objetivo do processo ensino-aprendizagem. Reconhece aluno e o professor como sujeitos socioculturais dotados de identidade própria, com gênero, raça, classe social, visões de mundo e padrões socioculturais próprios a serem levados em consideração através das práticas docentes e avaliativas tendo em vista uma apropriação efetiva e significativa do conhecimento.

O presente Projeto será avaliado em seu dia-a-dia na escola observando-se os pressupostos que o embasam e os elementos facilitadores, bem como as dificuldades a serem superadas em nossa comunidade, seu potencial, os pontos fortes e fracos. Através deste, visamos a integração entre escola e comunidade fazendo uma análise realista da missão da escola, do perfil do cidadão, da aprendizagem, dos conteúdos da metodologia, dos recursos didáticos, da organização curricular e da avaliação, considerando-se sempre a igualdade, a sensibilidade e a identidade.

Pretendemos, junto as Instâncias Colegiadas envolvidas no trabalho da escola questionar constantemente: “O que fazemos que está dando certo e não

queremos mudar”? “Precisamos melhorar e adequar o que foi planejado? O que fazemos que não está dando certo e não queremos repetir”?

Portanto, o Projeto Político Pedagógico desenvolvido pelos integrantes desta instituição não é algo pronto e acabado mas será sempre avaliado, repensado, redimensionado e realimentado no que for necessário, assim, seu objetivo se concretizará com sucesso.

7. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

7.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTE

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A arte é a criação e manifestação do poder criador do homem. Criar é transformar e nesse processo o sujeito também se recria assim a existência humana é o objeto do estudo da Arte. A arte, quando cria uma nova realidade, reflete a essência do real. O sujeito, por meio de suas criações artísticas, amplia e enriquece a realidade já humanizada.

A Arte no âmbito escolar se desenvolveu embasada na educação jesuíta e foi importante, pois influenciou a cultura brasileira, manifestando-se também na cultura paranaense, durante o período colonial o trabalho de catequização dos indígenas se dava com os ensinamentos de artes e ofícios, por meio da retórica, literatura, música, teatro, dança, pintura, escultura e artes manuais. Ensinava-se a arte ibérica da Idade Média e renascentista, mas valorizavam-se, também, as manifestações artísticas locais. Com a Reforma Pombalina não foram registradas mudanças.

A influência francesa contribuiu para o culto à beleza clássica, o que caracterizou o pensamento pedagógico tradicional da arte, mas com a Proclamação da República o ensino da Arte foi direcionado a valorização da ciência e da geometria propagando o ideário positivista no Brasil. Porém, sabe-se que o ensino da Arte nas escolas e cursos são influenciados também, por movimentos políticos e sociais, por exemplo, a semana da Arte Moderna de 1922 que valorizava a cultura popular brasileira.

Enfocando a expressividade, espontaneísmo e a criatividade, essa concepção apoiava-se na pedagogia da Escola Nova. No governo de Getúlio Vargas a música foi muito difundida, através do canto orfeônico. Alguns movimentos tiveram forte caráter ideológico, propunham uma nova realidade social, mas pela repressão do regime militar deixaram de acontecer. Neste momento histórico o ensino da Arte passou a ser obrigatório. As propostas curriculares fundamentadas na pedagogia histórico-crítica pretendiam fazer da escola um instrumento para a transformação social e nelas o ensino de Arte propôs a formação do aluno pela humanização dos sentidos, pelo saber estético e pelo trabalho artístico.

Os PCNs (publicado de 1997 a 1999) sugerem o trabalho com temas e projetos, o que relega a segundo plano os conteúdos específicos da Arte. Em 2003 o Estado do Paraná iniciou a construção das Diretrizes Curriculares Estaduais concebem o conhecimento nas suas dimensões artísticas, filosóficas e articulam-se com políticas que valorizam a arte e seu ensino da rede estadual do Paraná.

A Arte passou por vários processos devido as novas ideias e experiências, mas o que estimulou a Arte a se tornar disciplina escolar foi sua importância para o desenvolvimento da sociedade e a valorização da realidade local, bem como a aplicação dela nos meios produtivos.

O ensino da Arte proporciona o conhecimento das mais variadas linguagens artísticas por intermédio do conhecimento dos conteúdos e das técnicas necessárias à leitura e produção, possibilitando a formação da percepção da sensibilidade estética e o domínio do conhecimento acumulado, por meio do contato com a produção cultural existente. Esta prática se fundamenta na premissa de que o acesso ao conhecimento no âmbito da escola, se realizará na interação professor-aluno. A Arte propicia um tipo de comunicação em que inúmeras significações se condensam na combinação de determinados elementos e conceitos específicos de cada modalidade artística. A percepção é condicionada pelas vivências culturais, experiências estruturas mentais.

O ensino de Arte na escola objetiva construir a identidade e a consciência do jovem, tornando-se capaz de conhecer, diferenciar e ao mesmo tempo integrar o concreto e o abstrato compreendendo a diversidade de valores que orientam tanto seus modos de pensar e agir na sociedade. A proposta curricular no ensino, aponta caminhos possíveis no processo de ensinar e aprender.

Conteúdos Estruturantes

São conhecimentos que constituem para a fundamentação do ensino das Artes, são eles:

- Elementos formais – Recursos empregados numa obra
- Composição – Produção artística
- Movimentos e Períodos – Caracterizado pelo contexto histórico relacionado ao conhecimento em Arte.

Conteúdos básicos para a Disciplina de Arte no Ensino Fundamental

6º ano

Área música

ELEMENTOS FORMAIS

- altura
- duração
- timbre
- intensidade
- densidade

COMPOSIÇÃO

- ritmo
- melodia
- escalas: diatônica, pentatônica cromática, improvisação

MOVIMENTOS E PERIODOS

- greco-romana ocidental, oriental e africana

7º ano

Área música

ELEMENTOS FORMAIS

- altura
- duração
- timbre
- intensidade
- densidade

COMPOSIÇÃO

- ritmo
- melodia
- escalas
- gêneros: folclórico, indígena, popular e étnico
- técnicas: vocal, instrumental, mista improvisação.

MOVIMENTOS E PERIODOS

- Música popular e étnica (ocidental oriental)

8º ano

Área Música

ELEMENTOS FORMAIS

- altura
- duração
- timbre
- intensidade
- densidade

COMPOSIÇÃO

- ritmo
- melodia
- harmonia
- tonal, modal e a fusão de ambos
- técnicas: vocal, instrumental e mista

MOVIMENTOS E PERIODOS

- indústria cultural
- eletrônica
- minimalista
- rap, rock, tecno

9º ano

Área Música

- altura
- timbre
- duração
- intensidade
- densidade

COMPOSIÇÃO

- ritmo

- melodia
- harmonia
- técnicas: vocal, instrumental, mista
- Gêneros: popular, folclórico, étnico.

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- Música engajada
- música popular brasileira
- música contemporânea

6° ano

Área Artes Visuais

ELEMENTOS FORMAIS

- ponto
- linha
- forma
- textura
- superfície
- volume
- cor
- luz

COMPOSIÇÃO

- bidimensional
- figurativa
- geométrica, simetria
- técnicas: pintura, escultura
- arquitetura
- gêneros: cenas da mitologia

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- arte Greco-Romana
- arte Africana
- arte Oriental
- arte Pré-histórica

7º ano

Área de Artes Visuais

ELEMENTOS FORMAIS

- ponto
- linha
- forma
- textura
- superfície
- volume
- cor
- luz

COMPOSIÇÃO

- proporção
- tridimensional
- figura e fundo
- abstrata
- perspectiva
- técnicas: pintura, escultura, modelagem, gravura...
- gêneros: paisagem, retrato, natureza morta...

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- arte indígena
- arte popular brasileira e paranaense
- renascimento
- barroco

8º ano

Área Artes Visuais

ELEMENTOS FORMAIS

- linha
- forma
- textura

- superfície
- volume
- cor
- luz

COMPOSIÇÃO

- semelhanças
- contrastes
- ritmo visual
- estilização
- deformação
- técnicas: desenho, fotografia, audio-visual, mista

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- arte no Séc. XX
- arte contemporânea

9º ano

Área Artes Visuais

ELEMENTOS FORMAIS

- linha
- forma
- textura
- superfície
- volume
- cor
- luz

COMPOSIÇÃO

- bidimensional
- tridimensional
- figura-fundo
- ritmo visual
- técnica: pintura, grafite, performace...
- gêneros: paisagem urbana, cenas do cotidiano...

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- realismo
- vanguardas
- muralismo e arte latino-americana
- hip hop

6° ano

Área Teatro

ELEMENTOS FORMAIS

- personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
- ação
- espaço

COMPOSIÇÃO

- enredo, roteiro
- espaço cênico, adereços
- técnicas: jogos teatrais, teatro indireto e direto, improvisação, manipulação, máscara...
- gênero: tragédia, comédia, circo

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- greco-romana
- teatro oriental
- teatro medieval
- renascimento

7° ano

ÁREA TEATRO

ELEMENTOS FORMAIS

- personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
- ação
- espaço

COMPOSIÇÃO

- representação
- leitura dramática
- cenografia

- técnicas: jogos teatrais, mímica, improvisação, formas animadas...
- gêneros: rua, arena, caracterização...

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- comédia dell'arte
- teatro popular brasileiro e paranaense
- teatro africano

8º ano

ÁREA TEATRO

ELEMENTOS FORMAIS

- personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
- ação
- espaço

COMPOSIÇÃO

- representação no cinema e mídias
- texto dramático
- maquiagem
- sonoplastia
- roteiro
- técnicas: jogos teatrais, sombra, adaptação cênica...

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- indústria cultural
- realismo
- expressionismo
- cinema novo

9º ano

ELEMENTOS FORMAIS

- personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
- ação
- espaço

COMPOSIÇÃO

- técnicas: monólogo, jogos teatrais, direção, ensaio, teatro-fórum...
- dramaturgia
- cenografia
- sonoplastia
- iluminação
- figurino

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- teatro engajado
- teatro do oprimido
- teatro pobre
- teatro do absurdo
- vanguardas

6° ano

ÁREA DANÇA

- movimento corporal
- tempo
- espaço

COMPOSIÇÃO

- kinesfera
- eixo
- ponto de apoio
- movimentos articulares
- fluxo (livre, interrompido)
- rápido e lento
- formação níveis (alto, médio e baixo)
- deslocamento (direto e indireto)
- dimensões (pequeno e grande)
- técnica: improvisação
- gênero: circular

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- pré-história

- greco-romana
- renascimento
- dança clássica

7º ano

ÁREA DANÇA

ELEMENTOS FORMAIS

- movimento corporal
- tempo
- espaço

COMPOSIÇÃO

- ponto de apoio
- rotação
- coreografia
- salto e queda
- peso (leve, pesado)
- fluxo (livre, interrompido e conduzido)
- lento, rápido e moderado
- níveis (alto, médio e baixo)
- formação
- direção
- gênero: folclórica, popular, étnica

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- dança popular
- brasileira
- paranaense
- africana
- indígena

8º ano

ÁREA DANÇA

ELEMENTOS FORMAIS

- movimento corporal
- tempo
- espaço

COMPOSIÇÃO

- giro
- rolamento
- saltos
- aceleração
- desaceleração
- direções (frente, lado, atrás, direita e esquerda)
- improvisação
- coreografia
- sonoplastia
- gênero: indústria cultural e espetáculo

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- hip hop
- musicais
- expressionismo
- indústria cultural
- dança moderna

9º ano

ÁREA DANÇA

ELEMENTOS FORMAIS

- movimento corporal
- tempo
- espaço

COMPOSIÇÃO

- kinesfera
- ponto de apoio
- peso
- fluxo
- quedas

- saltos
- giros
- rolamentos
- extensão (perto e longe)
- coreografia
- deslocamento
- gênero: performance, moderna

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- vanguardas
- dança moderna
- dança contemporânea

Conteúdos básicos para a Disciplina de Arte para o Ensino Médio

ÁREA MÚSICA

ELEMENTOS FORMAIS

- altura
- duração
- timbre
- intensidade
- densidade

COMPOSIÇÃO

- ritmo
- melodia
- harmonia
- escalas
- modal, tonal e fusão de ambos
- gêneros: erudito, clássico, popular, étnico, folclórico, pop...
- técnicas: vocal, instrumental, eletrônica, informática e mista e

improvisação

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- música popular
- brasileira

- paranaense
- indústria cultural
- engajada
- vanguarda
- ocidental
- oriental
- africana
- latino-americano

ÁREA ARTES VISUAIS

ELEMENTOS FORMAIS

- ponto
- linha
- forma
- textura
- superfície
- volume
- cor
- luz

COMPOSIÇÃO

- bidimensional
- tridimensional
- figura e fundo
- figurativo
- abstrato
- perspectiva
- semelhanças
- contrastes
- ritmo visual
- simetria
- deformação
- estilização
- técnica: pintura, desenho, modelagem

- instalação performance, fotografia, gravura e esculturas, arquitetura, história em quadrinhos...

- gêneros: paisagem, natureza-morta, cenas do cotidiano, histórica, religiosa da mitologia

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- arte ocidental
- arte oriental
- arte africana
- arte brasileira
- arte paranaense
- arte popular
- arte de vanguarda
- indústria cultural
- arte contemporânea
- arte latino-americana

ÁREA TEATRO

ELEMENTOS FORMAIS

- personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
- ação
- espaço

COMPOSIÇÃO

- técnicas: jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica, ensaio, teatro-fórum

- roteiro
- encenação, leitura e dramática
- gêneros: tragédia, comédia, drama e épico
- dramaturgia
- representação nas mídias
- caracterização
- cenografia, sonoplastia, figurino, iluminação
- direção
- produção

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- teatro grego-romano
- teatro medieval
- teatro brasileiro
- teatro paranaense
- teatro popular
- indústria cultural
- teatro engajado
- teatro dialético
- teatro essencial
- teatro do oprimido
- teatro pobre
- teatro de vanguarda
- teatro renascentista
- teatro latino-americano
- teatro realista
- teatro simbolista

ÁREA DANÇA

ELEMENTOS FORMAIS

- movimento corporal
- tempo
- espaço

COMPOSIÇÃO

- kinesfera
- fluxo
- peso
- eixo
- salto e queda
- giro
- rolamento
- movimentos articulares, lentos, rápido e moderado
- aceleração

- desaceleração
- níveis
- deslocamento
- direções
- planos
- improvisação
- coreografia
- gêneros: espetáculo, industrial cultural, étnica, folclórica, populares, salão

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- pré-história
- grego-romana
- medieval
- renascimento
- dança clássica
- dança popular brasileira, paranaense, africana, indígena, hip hop
- indústria cultural
- dança moderna
- vanguardas
- dança contemporânea

METODOLOGIA

É necessário sentir e perceber, conhecer e trabalhar artisticamente saberes que levem os educandos a conhecer, compreender e envolver-se com a arte. Portanto educar esteticamente é ensinar a ver, ouvir criticamente, interpretar a realidade a fim de ampliar as possibilidades de fruição e expressão artística. Tornase necessária a continuidade dos conhecimentos práticos e teóricos aprendidos, para isso tentaremos desenvolver aspectos que se constituem como base para a ação pedagógica: a humanização dos objetos e dos sentidos, a familiarização cultural e o saber estético, bem como o trabalho artístico.

A metodologia do ensino da Arte deve contemplar; o *Teorizar* onde o aluno apreende o conhecimento historicamente produzido sobre arte através dos conteúdos trabalhados; o *Sentir e Perceber* onde o aluno terá contato com diferentes

produções artísticas exercitando a interpretação; o *Trabalho Artístico* onde deve-se possibilitar ao aluno a produção colocando em exercício a imaginação e a criatividade.

Para isso nos fixaremos no ver, sentir, e fazer através de aulas expositivas; leitura de obras produzidas; aulas teóricas e práticas; experimentação com técnicas e materiais diversos; exposição de trabalhos realizados pelos alunos; participação efetiva com materiais solicitados.

Serão abordados temas do cotidiano dos alunos para que possa haver contextualização de alguns conteúdos. Temas como a História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11645/08) e Música (Lei F. Nº 11769) estarão contemplados nos próprios conteúdos.

A prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação fiscal e tributária Dec. nº 1143/99, Portaria nº 413/02 e a Lei Ambiental nº 9795/99 serão abordadas no decorrer do ano letivo no Conteúdo Básico de artes visuais e teatro. Para subsidiar a prática pedagógica no que se refere às temáticas já mencionadas serão utilizados os Cadernos Temáticos organizados pelo Departamento de Diversidade da SEED/PR.

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO

Propomos no trabalho do aluno avaliar o domínio que vai adquirindo dos modos de organização destes conteúdos ou elementos formais na composição artística. Valorizar também o aspecto da sua formação como pontualidade, responsabilidade e respeito com os trabalhos dos outros e de seu próprio trabalho e asseio com seu material produzido e propostas a fazer. Faremos através de:

- Participação efetiva das aulas através do uso de materiais e elaboração das atividades propostas, individual ou grupal.
- Entregar os cadernos ou pastas com os trabalhos e atividades no dia marcado, com condições satisfatórias para avaliação.
- Observação direta sobre a produção.
- Avaliação teórica descritiva.

As provas e trabalhos serão adaptados aos alunos com necessidades especiais, conforme suas especificidades visando atender as necessidades

individuais de cada aluno.

AVALIAÇÃO SIMULTÂNEA

Fará de forma imediata possibilitando ao aluno uma nova chance para entrega dos trabalhos e ou apresentações do que lhe foi proposto, pesquisa, trabalho prático, entrega de atividades, apresentações em sala na cooperação com o grupo e outros, a fim de que se aproprie de uma ou outra forma do conteúdo trabalhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGHIROLI, Mário M, MORAIS, Walter A.- Educação Artística, Ed. FTD.

FREITAS, Juliana e Orinaldo- Arte e comunicação, Ed. FTD.

MARCHESI, Isaias Junior- Atividades de Educação Artística, Ed. Ática

OLIVEIRA, Malaí Guedes- Hoje é dia de arte, Ed. IBEP.

PARANÁ- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Diretrizes Curriculares para a disciplina de Artes, 2006.

VASCONCELLOS, Thelma, NOGUEIRA Leonardo - *Reviver nossa arte*, Ed, Scipione

XAVIER, Natália, AGNER, Albano- Viver com arte, Ed. Ática.

YAJIMA, Eiji- Plástica e educação artística, Ed. IBEP.

7.2 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A disciplina de Ciências tem como objeto de estudo o conhecimento científico que resulta da investigação da Natureza. Do ponto de vista científico, entende-se por Natureza o conjunto de elementos integradores que constitui o Universo em toda sua complexidade. Ao Homem cabe interpretar racionalmente os

fenômenos observados na Natureza, resultantes das relações entre elementos fundamentais como tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida.

As relações entre os seres humanos com os demais seres vivos e com a Natureza ocorrem pela busca de condições favoráveis de sobrevivência. Contudo, a interferência do Homem sobre a Natureza possibilita incorporar experiências, técnicas, conhecimentos e valores produzidos na coletividade e transmitidos culturalmente. Sendo assim, a cultura, o trabalho e o processo educacional asseguram a elaboração e a circulação do conhecimento, estabelecem novas formas de pensar, de dominar a Natureza, de compreendê-la e se apropriar dos seus recursos.

A história e a filosofia da ciência mostram que a sistematização do conhecimento científico evoluiu pela observação de regularidades percebidas na Natureza, o que permitiu sua apropriação por meio da compreensão dos fenômenos que nela ocorrem.

Uma opção para conceituar ciência é considerá-la

(...) um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos, etc, visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e renovação, que resulta da aplicação deliberada de uma metodologia especial (metodologia científica) (FREIRE-MAIA, 2000, p. 24).

A historicidade da ciência está ligada não somente ao conhecimento científico, mas também às técnicas pelas quais esse conhecimento é produzido, as tradições de pesquisa que o produzem e as instituições que as apoiam (KNELLER, 1980).

De acordo com Gaston Bachelard (1884-1962) existem três grandes períodos do desenvolvimento do conhecimento científico:

O primeiro período, que representa o estado pré-científico, compreenderia tanto a Antigüidade clássica quanto os séculos de renascimento e de novas buscas, como os séculos XVI, XVII e até XVIII. O segundo período, que representa o estado científico, em preparação no fim do século XVIII, se estenderia por todo o século XIX e início do século XX. Em terceiro lugar, consideraríamos o ano de 1905 como o início da era do novo espírito científico, momento em que a Relatividade de Einstein deforma conceitos primordiais que eram tidos como fixados para sempre (BACHELARD, 1996, p.9).

O pensamento pré-científico representa, segundo Bachelard (1996), um

período marcado pela construção racional e empírica do conhecimento científico. Este estado representa a busca da superação das explicações míticas, com base em sucessivas observações empíricas e descrições técnicas de fenômenos da natureza, além de intenso registro dos conhecimentos científicos desde a Antiguidade até fins do séc. XVIII.

O século XIX foi, segundo Bachelard (1996), um período histórico marcado pelo estado científico, em que um único método científico constitui-se para a compreensão da Natureza.

O método científico, como estratégia de investigação, é constituído por procedimentos experimentais, levantamento e teste de hipóteses, axiomatização e síntese em leis ou teorias. Isso produz um conhecimento (científico) a respeito de um determinado recorte da realidade, o que rompe com a forma de construção e divulgação do conhecimento feita no período pré-científico.

O estado do novo espírito científico configura-se também, como um período fortemente marcado pela aceleração da produção científica e a necessidade de divulgação, em que a tecnologia influenciou e sofreu influências dos avanços científicos. Segundo Sevcenko (2001), mais de oitenta por cento dos avanços científicos e inovações técnicas ocorreram nos últimos cem anos, destes, mais de dois terços após a Segunda Guerra Mundial. Ainda, cerca de setenta por cento de todos os cientistas, engenheiros, técnicos e pesquisadores formados desde o início da ciência ainda estão vivos, continuam a contribuir com pesquisas e produzir conhecimento científico. Ressalta-se que, se o ensino de Ciências na atualidade representasse a superação dos estados pré-científico e científico, na mesma expressividade em que ocorre na atividade científica e tecnológica, o processo de produção do conhecimento científico seria mais bem vivenciado no âmbito escolar, possibilitando discussões acerca de como a ciência realmente funciona (DURANT, 2002).

O ensino de Ciências, no Brasil, foi influenciado pelas relações de poder que se estabeleceram entre as instituições de produção científica, pelo papel reservado à educação na socialização desse conhecimento e no conflito de interesses entre antigas e recentes profissões, “frutos das novas relações de trabalho que se originaram nas sociedades contemporâneas, centradas na informação e no

consumo” (MARANDINO, 2005, p.162).

O ensino de Ciências na escola não pode ser reduzido à integração de campos de referência como a Biologia, a Física, a Química, a Geologia, a Astronomia, entre outras. A consolidação desta disciplina vai além e aponta para “questões que ultrapassam os campos de saber científico e do saber acadêmico, cruzando fins educacionais e fins sociais” (MACEDO e LOPES, 2002, p.84), de modo a possibilitar ao educando a compreensão dos conhecimentos científicos que resultam da investigação da Natureza, em um contexto histórico-social, tecnológico, cultural, ético e político.

A disciplina de Ciências iniciou sua consolidação no currículo das escolas brasileiras com a Reforma Francisco Campos, em 1931, com objetivo de transmitir conhecimentos científicos provenientes de diferentes ciências naturais de referência já transmitiam-se informações gerais por meio de metodologia centrada na aula expositiva, não-dialogada, que exigia a memorização da biografia de cientistas importantes e da divulgação dos conhecimentos provenientes de suas descobertas. Desse modo, privilegiava-se a quantidade de informações científicas em prejuízo de uma abordagem de base investigatória.

Na década de 1940, com a Reforma Capanema, o ensino objetivava a preparação de uma “elite condutora” e para tal, “a legislação era clara: a escola deveria contribuir para a divisão de classes e, desde cedo, separar pelas diferenças de chances de aquisição cultural, dirigentes e dirigidos” (GHIRALDELLI JR., 1991, p.86). O currículo era organizado no ensino secundário em dois ciclos, um de quatro e outro de três anos. O primeiro ciclo, ginásial, distribuía a disciplina de Ciências Naturais nas duas séries finais. Em linhas gerais, no 3º ano, atual 7ª série do Ensino Fundamental, abordavam-se os seguintes conteúdos: água, ar e solo, noções de botânica e de zoologia e corpo humano. No 4º ano, atual 8ª série do Ensino Fundamental, prevaleceram as noções de Química e Física e foram retirados alguns conteúdos da proposta anterior que propiciavam articulação com a realidade. Dessa maneira acentuava-se o caráter propedêutico da disciplina, objetivando o ingresso dos alunos da classe média, mesmo que em minoria, na universidade. O país modernizava-se rapidamente e o parque industrial exigia uma qualificação de mão-de-obra que o sistema público de ensino profissional, recém-

criado, não poderia fornecer em curto prazo. Nesse contexto de modernização e industrialização, instituíram-se escolas de formação profissional paralelas ao ensino secundário público.

As decisões políticas instituídas na LDB nº 4024/61 apontaram para o fortalecimento e consolidação do ensino de Ciências no currículo escolar. Um dos avanços em relação às reformas educacionais de décadas anteriores foi a ampliação da participação da disciplina de Ciências Naturais no currículo escolar, ampliando para todas as séries da etapa ginasial a necessidade do preparo do indivíduo (e da sociedade como um todo) para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos por meio do exercício do método científico.

Os acordos entre o Brasil e os EUA, provenientes dos projetos voltados ao ensino de Ciências, asseguravam ao Brasil assistência técnica e financiamento externos, a fim de instituir novas reformas tanto no ensino universitário (Lei nº. 5540/68) quanto no ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5692/71). Tais reformas marcaram o advento do ensino tecnicista, que pretendia articular a educação ao sistema produtivo para aperfeiçoar o sistema capitalista. Portanto, os investimentos na área educacional pretendiam a formação para o mercado de trabalho, de acordo com as exigências da sociedade industrial e tecnológica.

O objetivo primordial do ensino de Ciências, anteriormente focado na formação do futuro cientista ou na qualificação do trabalhador, voltou-se, neste momento histórico, à análise das implicações sociais da produção científica, com vistas a fornecer ao cidadão elementos para viver melhor e participar do processo de redemocratização iniciado em 1985.

Nesse contexto histórico, ao final da década de 1980 e início da seguinte, no Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação propôs o Currículo Básico para o ensino de 1º grau, construído sob o referencial teórico da pedagogia histórico-crítica. Este documento resultou de reflexões e discussões realizadas no Estado do Paraná, visando debater os conteúdos e as orientações de encaminhamento metodológico. Esse programa analisava as relações entre escola, trabalho e cidadania.

O Currículo Básico, no início dos anos 1990 ainda sob a LDB nº. 5692/71, apresentou avanços consideráveis para o ensino de Ciências, assegurando sua

legitimidade e constituição de sua identidade para o momento histórico vigente, pois valorizou a reorganização dos conteúdos específicos escolares em três eixos norteadores e a integração dos mesmos em todas as séries do 1º Grau, hoje Ensino Fundamental, a saber:

1. Noções de Astronomia;
2. Transformação e Interação de Matéria e Energia;
3. Saúde - melhoria da qualidade de vida.

Com a promulgação da LDB nº. 9394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, foram produzidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que propunham uma nova organização curricular em âmbito federal. O Currículo Básico foi desvalorizado e os PCN contribuíram para a perda de identidade da disciplina de Ciências, pois parte de seus conteúdos mais tradicionais foram englobados pelos Temas Transversais. O quadro conceitual de referência da disciplina e sua constituição histórica com campo do conhecimento ficaram, assim, em segundo plano.

Tal proposta considerava que tudo o que fosse passível de aprendizagem na escola poderia ser considerado conteúdo curricular. O conceito de conteúdo curricular passou a ser entendido então, em três dimensões: conceitual, procedimental e atitudinal. Neste momento histórico houve a supervalorização do trabalho com temas, como por exemplo, a questão do lixo e da reciclagem, das drogas, dos valores, da sexualidade, do meio ambiente, entre outros. Entretanto, os conceitos científicos escolares que fundamentam o trabalho com esses temas não eram enfatizados, ficavam em segundo plano. A ênfase no desenvolvimento de atitudes e valores, bem como no trabalho pedagógico com os temas transversais enfraqueceram o ensino dos conteúdos científicos na disciplina de Ciências.

A incursão pela história da ciência permite identificar que não existe um único método científico, mas a configuração de métodos científicos que se modificaram com o passar do tempo.

No ensino de Ciências, ao assumir posicionamento contrário ao método único para toda e qualquer investigação científica da Natureza, faz-se necessário ampliar os encaminhamentos metodológicos para abordar os conteúdos escolares de modo que os alunos superem os obstáculos conceituais oriundos de sua vivência

cultural.

Considera-se, na Diretriz Curricular, que, no processo de ensino-aprendizagem a construção de conceitos pelo estudante não difere, em nenhum aspecto, do desenvolvimento de conceitos não sistematizados que traz de sua vida cotidiana.

O aprendizado dos estudantes começa muito antes do contato com a escola. Por isso, aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida e qualquer situação de aprendizagem na escola tem sempre uma história anterior. Há, no entanto, uma diferença entre o aprendizado anterior e o aprendizado escolar. O primeiro não é sistematizado, o segundo é, além disso, este objetiva a assimilação do conhecimento científico e produz algo fundamentalmente novo no desenvolvimento do estudante.

Dentre os saberes sociais, os conhecimentos científico e cotidiano “se mostram como campos que se inter-relacionam com o conhecimento escolar” (LOPES, 1999, p.104), porém não sem contradições. O conhecimento cotidiano tem origem empírica e é a soma dos conhecimentos sobre a realidade produzida na cotidianidade. Esse conhecimento pode acolher certas aquisições científicas, por meio de divulgação na mídia e na informalidade, mas não é o conhecimento científico. O educando, nos dias atuais, tem mais acesso a informações sobre o conhecimento científico, no entanto, constantemente reconstrói suas representações a partir do conhecimento cotidiano, formando as bases para a construção de conhecimentos alternativos, úteis na sua vida diária.

A apropriação do conhecimento científico pelo estudante no contexto escolar implica a superação dos obstáculos conceituais. Para que isso ocorra, o conhecimento anterior do estudante, construído nas interações e nas relações que estabelece na vida cotidiana, num primeiro momento, deve ser valorizado. Denominam-se tais conhecimentos como alternativos aos conhecimentos científicos e, por isso, podem ser considerados como primeiros obstáculos conceituais a serem superados. Nem sempre o conhecimento cotidiano ou mesmo o alternativo podem ser considerados incoerentes com o conhecimento científico, uma vez que são úteis na vida prática e para o desenvolvimento de novas ideias. Valorizá-los e tomá-los como ponto de partida terá como consequência a formação dos conceitos

científicos, para cada estudante, em tempos distintos.

Dessa forma, o ensino de Ciências deixa de ser encarado como mera transmissão de conceitos científicos, para ser compreendido como processo de superação das concepções alternativas dos estudantes, possibilitando o enriquecimento de sua cultura científica (LOPES, 1999). Espera-se uma superação do que o estudante já possui de conhecimentos alternativos, rompendo com obstáculos conceituais e adquirindo maiores condições de estabelecer relações conceituais, interdisciplinares e contextuais, de saber utilizar uma linguagem que permita comunicar-se com o outro e que possa fazer da aprendizagem dos conceitos científicos algo significativo no seu cotidiano.

Com base em investigações realizadas sobre o ensino de Ciências, nota-se uma tendência de superação de estratégias de ensino que privilegiam atividades de estímulo, resposta, reforço positivo, objetivos operacionais e instrução programada (MOREIRA, 1999). Tais estratégias não enfocam a aprendizagem no processo de construção de significados.

A aprendizagem significativa no ensino de Ciências implica no entendimento de que o estudante aprende conteúdos científicos escolares quando lhe atribui significados. Isso põe o processo de construção de significados como elemento central do processo de ensino-aprendizagem. A disciplina de Ciências tem como objetivo interpretar racionalmente os fenômenos observados na natureza, resultantes das relações entre elementos fundamentais como o tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida.

A construção de significados pelo estudante é o resultado de uma complexa rede de interações composta por no mínimo três elementos : o estudante, os conteúdos científicos escolares e o professor de Ciências como mediador do processo de ensino-aprendizagem. O estudante é o responsável final pela aprendizagem ao atribuir sentido e significado aos conteúdos científicos escolares. O professor é quem determina as estratégias que possibilitam maior ou menor grau de generalização e especificidade dos significados construídos. É do professor, também, a responsabilidade por orientar e direcionar tal processo de construção.

OBJETIVOS GERAIS PARA A DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

Pretende -se que a disciplina de Ciências gere oportunidades sistemáticas para que o aluno ao final do ensino fundamental, tenha adquirido um conjunto de conceitos, procedimentos e atitudes que operem como instrumentos para a interpretação do mundo científico e tecnológico em que vivemos, capacitando -o nas escolhas que faz parte como indivíduo e como cidadão. Neste sentido destacam-se como objetivos gerais da disciplina de Ciências.

- Compreender a natureza como um todo dinâmico e o ser humano, em sociedade, como agente de transformações do mundo em que vive, em relação essencial com os demais seres vivos e outros componentes do ambiente.
- Compreender a Ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspectos de ordem social, econômica , política e cultural.
- Identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica, e compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, sabendo elaborar juízo sobre riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas.
- Compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes.
- Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das Ciências Naturais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar.
- Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida.
- Saber combinar leituras, observações , experimentações e registros para coleta, comparação entre explicações, organização, comunicação e discussão de fatos e informações.
- Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / BÁSICOS DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

Desde que foi inserida no currículo escolar, a disciplina de Ciências passou por muitas alterações em seus fundamentos teórico-metodológicos e na seleção dos conteúdos de ensino. Isso ocorreu em função dos diferentes interesses econômicos, políticos e sociais sobre a escola básica e dos avanços na produção do conhecimento científico. Contudo, essa disciplina sempre contribuiu para superar a banalização do conhecimento que se alicerça, muitas vezes, na consolidação de conceitos equivocados, socialmente validados e tomados como um saber “científico”.

A seleção dos conteúdos de ensino de Ciências deve considerar a relevância dos mesmos para o entendimento do mundo no atual período histórico, para a constituição da identidade da disciplina e compreensão do seu objeto de estudo, bem como facilitar a integração conceitual dos saberes científicos na escola. Sendo assim, os conteúdos de Ciências valorizam conhecimentos científicos das diferentes Ciências de referência – Biologia, Física, Química, Geologia, Astronomia, entre outras.

Na disciplina de Ciências, os Conteúdos Estruturantes são construídos a partir da historicidade dos conceitos científicos e visam superar a fragmentação do currículo, além de estruturar a disciplina frente ao processo acelerado de especialização do seu objeto de estudo e ensino (LOPES, 1999).

São os conteúdos estruturantes:

- Astronomia
- Matéria
- Sistemas Biológicos
- Energia
- Biodiversidade

Propõe-se que o professor trabalhe com os cinco conteúdos estruturantes em todas as séries, a partir da seleção de conteúdos específicos adequados ao nível de desenvolvimento cognitivo do estudante. Para o trabalho pedagógico, o professor deverá manter o necessário rigor conceitual, adotar uma linguagem adequada à série, problematizar os conteúdos em função das realidades regionais, além de considerar os limites e possibilidades dos livros didáticos de Ciências.

QUADRO TEÓRICO DOS CONTEÚDOS BÁSICOS

6º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ASTRONOMIA

MATÉRIA
SISTEMAS BIOLÓGICOS
ENERGIA

BIODIVERSIDADE

CONTEÚDOS BÁSICOS

UNIVERSO
SISTEMA SOLAR
MOVIMENTOS TERRESTRES
MOVIMENTOS CELESTES
ASTROS
CONSTITUIÇÃO DA MATÉRIA
NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO CELULAR
FORMAS DE ENERGIA
CONVERSÃO DE ENERGIA
TRANSMISSÃO DE ENERGIA
ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS
ECOSSISTEMAS
EVOLUÇÃO DOS SERES VIVOS

7º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ASTRONOMIA

MATÉRIA
SISTEMAS BIOLÓGICOS

ENERGIA

BIODIVERSIDADE

CONTEÚDOS BÁSICOS

ASTROS
MOVIMENTOS TERRESTRES
MOVIMENTOS CELESTES
CONSTITUIÇÃO DA MATÉRIA
MORFOLOGIA E FISILOGIA DOS
SERES VIVOS
FORMAS DE ENERGIA
TRANSMISSÃO DE ENERGIA
ORIGEM DA VIDA
ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS
SISTEMÁTICA

8º ANO

CONTEÚDOS

ESTRUTURANTES

ASTRONOMIA

MATÉRIA
SISTEMAS BIOLÓGICOS

ENERGIA

CONTEÚDOS BÁSICOS

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO
UNIVERSO
CONSTITUIÇÃO DA MATÉRIA
CÉLULA
MORFOLOGIA E FISILOGIA DOS
SERES VIVOS
FORMAS DE ENERGIA

BIODIVERSIDADE

EVOLUÇÃO DOS SERES VIVOS

9º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ASTRONOMIA

MATÉRIA

SISTEMAS BIOLÓGICOS

ENERGIA

BIODIVERSIDADE

CONTEÚDOS BÁSICOS

ASTROS

GRAVITAÇÃO UNIVERSAL

PROPRIEDADES DA MATÉRIA

MORFOLOGIA E FISILOGIA DOS
SERES VIVOS

MECANISMOS DE HEREAÇA
GENÉTICA

FORMAS DE ENERGIA

CONSERVAÇÃO DE ENERGIA

INTERAÇÕES ECOLÓGICAS

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

As Diretrizes Curriculares para o ensino de Ciências propõem uma prática pedagógica que leve à integração dos conceitos científicos e valorize o pluralismo metodológico. Para isso é necessário superar práticas pedagógicas centradas num único método e baseadas em aulas de laboratório (KRASILCHIK, 1987) que visam tão somente à comprovação de teorias e leis apresentadas previamente aos alunos.

Ao selecionar os conteúdos a serem ensinados na disciplina de Ciências, o professor deverá organizar o trabalho docente tendo como referências: o tempo disponível para o trabalho pedagógico (horas/aula semanais); o Projeto Político Pedagógico da escola, os interesses da realidade local e regional onde a escola está inserida, a análise crítica dos livros didáticos de Ciências disponíveis e informações atualizadas sobre os avanços da produção científica.

Para isso é necessário que os conteúdos específicos de Ciências sejam entendidos em sua complexidade de relações conceituais, não dissociados em áreas de conhecimento físico, químico e biológico; estabeleçam relações interdisciplinares e sejam abordados a partir dos contextos tecnológico, social, cultural, ético e político que os envolvem.

O professor de Ciências deve lançar mão de encaminhamentos metodológicos que utilizem recursos diversos, planejados com antecedência, para

assegurar a interatividade no processo ensino-aprendizagem e a construção de conceitos de forma significativa para os estudantes. É importante que o professor tenha autonomia para fazer uso de diferentes recursos e estratégias, de modo que o processo ensino-aprendizagem em Ciências resulte de uma rede de interações sociais entre estudantes, professores e o conhecimento científico escolar selecionado para o trabalho em um ano letivo.

A finalidade de uma metodologia eficiente e adequada é priorizar as relações e interdependências entre conteúdos estruturantes e conteúdos específicos. A articulação entre os conteúdos é realizada na medida em que os conceitos são tratados em diferentes momentos, tais como nos conteúdos de biodiversidade, sistemas biológicos, astronomia e quando as situações de aprendizagem possibilitam aprofundamentos e retomadas; reforçadas as suas significações e associando-teoria à prática referente História e Afro-Brasileira e Africana e Indígena, Lei 10639/03, Prevenção ao uso indevido de Drogas, Sexualidade Humana Educação Ambiental, Educação Fiscal e Enfrentamento à Violência contra a criança e o adolescente, como temáticas trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas.

POSSIBILIDADE DE RELAÇÃO DA DISCIPLINA COM AS TEMÁTICAS DA DIVERSIDADE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: BIODIVERSIDADE

- Evolução dos seres vivos;

Gênero e Diversidade Sexual

- Morfologia e fisiologia dos seres vivos;

Diversidade étnico -racial

- Herança Genética;

Educação Escolar Indígena

- Interações ecológicas.

No ensino de Ciências, alguns aspectos são considerados essenciais tanto para a formação do professor quanto para a atividade pedagógica. São eles:

I- A HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Considera-se que a história da ciência contribui para a melhoria do ensino de Ciências porque propicia melhor integração dos conceitos científicos escolares, prioritariamente sob duas perspectivas: como conteúdo específico em si mesmo e como fonte de estudo que permite ao professor compreender melhor os conceitos científicos.

O professor de Ciências, ao optar pelo uso de documentos, textos, imagens e registros da história da ciência como recurso pedagógico, está contribuindo para sua própria formação científica, além de propiciar melhorias na abordagem do conteúdo específico, pois “ensinar um resultado sem a fundamentação é simplesmente doutrinar e não ensinar ciência” (MARTINS, 1990, p.4).

II - A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Um importante papel da divulgação científica consiste em servir de alternativa para cobrir a defasagem entre o conhecimento científico e o conhecimento científico escolar, permitindo a veiculação em linguagem acessível do conhecimento que é produzido pela ciência e dos métodos empregados nessa produção. Também, tem o papel de oportunizar ao professor de Ciências o contato com o conhecimento científico atualizado contribuindo desta forma para sua própria formação continuada (LINS DE BARROS, 2002).

III - AS ATIVIDADES EXPERIMENTAIS

As atividades experimentais estão presentes no ensino de Ciências desde sua origem e são estratégias de ensino fundamentais, pois podem contribuir para a superação de obstáculos na aprendizagem de conceitos científicos.

Entende-se por atividade experimental toda atividade prática cujo objetivo inicial é a observação seguida da demonstração ou da manipulação, utilizando-se de recursos como vidrarias, reagentes, instrumentos e equipamentos ou de materiais alternativos, a depender do tipo de atividade e do espaço pedagógico planejado para sua realização. As atividades experimentais possibilitam ao professor criar dúvidas, problematizar o conteúdo que pretende ensinar e contribuir para que o estudante construa suas hipóteses. Tais atividades devem ser tão somente estratégias de ensino que permitam o estudante refletir sobre o conteúdo em estudo e os contextos

que o envolvem.

Tão importante quanto selecionar conteúdos específicos para o ensino de Ciências, é a escolha de estratégias pedagógicas adequadas à mediação do professor. A estratégia contribui para que o estudante se aproprie de conceitos científicos de forma mais significativa.

O professor de Ciências, no momento da seleção dos conteúdos, das estratégias e dos recursos instrucionais, dentre outros critérios, precisa levar em consideração o desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

O processo ensino-aprendizagem pode ser mais bem articulado com o uso de:

- recursos pedagógicos/tecnológicos que enriquecem a prática docente, tais como: livro didático, texto de jornal, revista científica, figuras, revista em quadrinhos, música, quadro de giz, mapa (geográficos, sistemas biológicos, entre outros), globo, modelo didático (torso, esqueleto, célula, olho, desenvolvimento embrionário, entre outros), microscópio, lupa, jogo, telescópio, TV multimídia, computador, retroprojektor, entre outros;
- de recursos instrucionais como organogramas, mapas conceituais, mapas de relações, diagramas V, gráficos, tabelas, infográficos, entre outros;
- de alguns espaços de pertinência pedagógica, dentre eles, feiras, museus, laboratórios, exposições de ciência, seminários e debates.

Diante de todas essas considerações propõem-se alguns encaminhamentos metodológicos a serem valorizados no ensino de Ciências, tais como: **a problematização, a contextualização, a interdisciplinaridade, a pesquisa, a leitura científica, a atividade em grupo, a observação, a atividade experimental, os recursos instrucionais e o lúdico.**

É importante ressaltar, que dentro de recursos como a pesquisa, a leitura científica, a interdisciplinariedade, a atividade em grupo, deverão ser tratados os temas referentes a História e Cultura Afro e Indígena (Lei nº 11.654/3/2008), e questões referentes ao Meio Ambiente (Lei nº 9795/99).

4. AVALIAÇÃO

A avaliação é atividade essencial do processo ensino-aprendizagem dos conteúdos científicos e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação como prática pedagógica que compõe a mediação didática realizada pelo professor é entendida como “ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as” (HOFFMANN, 1991, p.67).

A ação avaliativa é importante no processo ensino-aprendizagem, pois pode propiciar um momento de interação e construção de significados no qual o estudante aprende. O professor precisa refletir e planejar sobre os procedimentos a serem utilizados e superar o modelo consolidado da avaliação tão somente classificatória e excludente.

A avaliação deverá valorizar os conhecimentos alternativos do estudante, construídos no cotidiano, nas atividades experimentais, ou a partir de diferentes estratégias que envolvem recursos pedagógicos e instrucionais diversos. É fundamental que se valorize também, o que se chama de “erro”, de modo a retomar a compreensão (equivocada) do aluno por meio de diversos instrumentos de ensino e de avaliação.

A compreensão de um conceito científico escolar implica a aquisição de significados claros, precisos, diferenciados e transferíveis (AUSUBEL, NOVAK e HANESIAN 1980). Ao investigar se houve tal compreensão, o professor precisa utilizar instrumentos compostos por questões e problemas novos, não-familiares, que exijam a máxima transformação do conhecimento adquirido.

A investigação da aprendizagem significativa pelo professor pode ser por meio de problematizações envolvendo relações conceituais, interdisciplinares ou contextuais, ou mesmo a partir da utilização de jogos educativos, entre outras possibilidades, como o uso de recursos instrucionais que representem como o estudante tem solucionado os problemas propostos e as relações estabelecidas diante dessas problematizações.

O diagnóstico permite saber como os conceitos científicos estão

sendo compreendidos pelo estudante, corrigir os “erros” conceituais para a necessária retomada do ensino dos conceitos ainda não apropriados, diversificando-se recursos e estratégias para que ocorra a aprendizagem dos conceitos que envolvem:

- origem e evolução do universo;
- constituição e propriedades da matéria;
- sistemas biológicos de funcionamento dos seres vivos;
- conservação e transformação de energia;
- diversidade de espécies em relação dinâmica com o ambiente em que vivem, bem como os processos evolutivos envolvidos.

Serão utilizados instrumentos de avaliação diferenciados, tais como: prova objetiva, prova dissertativa, seminários, trabalhos em grupos, relatórios dentre outros. Tendo como critérios de avaliação a compreensão e não apenas a memorização dos conteúdos, o entendimento dos conteúdos por meio do processo da resolução de atividades propostas.

O professor investigará a aprendizagem significativa dos conceitos de Ciências utilizando os seguintes critérios de avaliação:

6º ano:

O aluno é capaz de:

- Entender as ocorrências astronômicas como fenômenos da natureza;
- Reconhecer as características básicas de diferenciação entre estrelas, planetas, planeta anões, satélites naturais, cometas, asteroides, meteoros e meteoritos;
- Conhecer a história da Ciência, a respeito das teorias geocêntricas e heliocêntricas;
- Compreender os movimentos de rotação e translação dos planetas constituintes do Sistema Solar;
- Conhecer a constituição do planeta Terra, no que se refere à atmosfera e crosta, solos, rochas, minerais, manto e núcleo;
- Identificar a composição e características da água presente no Planeta Terra.
- Reconhecer as características gerais dos seres vivos.

- Entender o conceito de energia por meio da análise das suas mais diversas formas de manifestação;

- Identificar as formas de energia relacionadas aos ciclos de matéria.
- Compreender os termos ecossistema, comunidade e população.

7º ano:

O aluno é capaz de:

- Compreender a constituição do planeta Terra primitivo, antes do surgimento da vida.
- Identificar os componentes essenciais para o surgimento da vida no Planeta Terra Primitivo.
- Conhecer os movimentos aparentes do céu, noites e dias, eclipses do Sol e da Lua, com base no referencial Terra.
- Conhecer os fundamentos da estrutura química da célula.
- Compreender os mecanismos de constituição da célula e as diferenças entre os tipos celulares.
- Entender o fenômeno da fotossíntese e os processos de conversão de energia na célula.
- Relacionar órgãos e tecidos vegetais a partir do entendimento dos mecanismos celulares.
- Compreender a relação entre a energia luminosa solar e sua importância para com os seres vivos.
- Identificar os fundamentos da luz, cores e a radiação ultravioleta e infravermelha.
- Entender o conceito de biodiversidade e sua amplitude de relações com os seres vivos, o ecossistema e os processos evolutivos.
- Conhecer a classificação dos seres vivos, as categorias taxonômicas e a filogenia.
- Identificar as interações e sucessões ecológicas, cadeia alimentar, seres autótrofos e heterótrofos.

8º ano

O aluno é capaz de:

- Compreender os fundamentos da classificação cosmológica (galáxias, aglomerados, nebulosas, buracos negros, Lei de Hubble, idade do Universo, escala do Universo).
- Realizar reflexões sobre os modelos científicos que abordam a origem do universo.
- Conhecer o conceito de matéria e sua constituição, com base nos modelos atômicos.
- Entender o conceito de átomo, íons, elementos químicos, substâncias, ligações químicas, reações químicas.
- Conhecer os compostos orgânicos e a relação destes com a constituição dos organismos vivos.
- Reconhecer a estrutura e o funcionamento da célula e dos tecidos.
- Identificar os fundamentos da energia química com a célula.
- Compreender os conceitos que fundamentam os sistemas: digestório, cardiovascular, respiratório, excretor e urinário.
- Identificar as principais teorias evolutivas.

9º ano

O aluno é capaz de:

- Entender o funcionamento das Leis de Kepler para as órbitas dos planetas.
- Relacionar as leis de Newton com os conceitos da gravitação universal.
- Identificar as propriedades da matéria, massa, volume, densidade, compressibilidade, elasticidade, divisibilidade, indestrutibilidade, impenetrabilidade, maleabilidade, ductibilidade, flexibilidade, permeabilidade, dureza, tenacidade, cor, brilho, sabor.
- Compreender os fundamentos teóricos que descrevem os sistemas: nervoso, sensorial, reprodutor e endócrino.
- Entender os conceitos de movimento, deslocamento, velocidade, aceleração, trabalho e potência.
- Reconhecer os ciclos biogeoquímicos , bem como as relações interespecíficas e intraespecíficas.
- Relacionar os conceitos de energia elétrica com o conceito de magnetismo.

- Compreender os sistemas conversores de energia, as fontes de energia e sua relação com a Lei de conservação da energia.

Quanto a recuperação, acontecerá de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem.

Nestes termos, avaliar no ensino de Ciências implica intervir no processo ensino-aprendizagem do estudante, para que ele compreenda o real significado dos conteúdos científicos escolares e do objeto de estudo de Ciências, visando uma aprendizagem realmente significativa para sua vida.

5- REFERÊNCIAS

Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho - Projeto Político Pedagógico, 2012.

Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Regimento Escolar 2012.

Maíra Rosa Carnevalle – Jornadas.Cie. 2.ed.- São Paulo: Saraiva, 2012.

Paraná - Diretrizes Curriculares de Ciências para o Ensino Fundamental - Secretaria de Estado da Educação do Paraná - Superintendência da Educação. 2008.

7.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE BIOLOGIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A disciplina de Biologia tem como objetivo de estudo o fenômeno VIDA. Ao longo da história da humanidade muitos foram os conceitos elaborados sobre esse fenômeno numa tentativa de explicá-lo e ao mesmo tempo, compreendê-lo. Hoje o estudo da Biologia permite compreender o que está acontecendo no mundo e participar, de forma esclarecida, das decisões que afetam toda a coletividade.

Decidir sobre questões que envolvem a destruição dos ecossistemas, o aquecimento global, a perda da biodiversidade, o destino do lixo ou os alimentos transgênicos, nos torna mais capazes de tomar decisões que afetam nossa saúde e nosso bem-estar, como a importância de não fumar, de praticar atividades físicas, de ter uma alimentação equilibrada. Outro aspecto importante é o desenvolvimento do espírito crítico, a necessidade de se buscar evidências, de questionar afirmações

gratuitas, de usar argumentos. Desenvolver o espírito crítico é extremamente importante no mundo de hoje, dominado pela propaganda, até mesmo propagandas enganosas veiculadas nos meios de comunicação.

O estudo da Biologia deve possibilitar a compreensão de que a vida se organizou, através do tempo, sob a ação de processos evolutivos, o que resultou numa diversidade de formas, sobre as quais continuam atuando as pressões seletivas. Esses organismos, incluindo os seres humanos, não estão isolados; ao contrário, constituem sistemas no interior dos quais estabelecem complexas relações de interdependência. O entendimento dessas interações implica compreender as condições físicas do meio, o modo de vida e a organização funcional interna própria das diferentes espécies biológicas. Contudo, particular atenção, deve ser dada às relações estabelecidas pelos seres humanos, considerando a especificidade de seu potencial de interferência. Em tal abordagem, os conhecimentos biológicos não se dissociam das questões sociais, políticas e culturais.

A preocupação com a descrição dos seres vivos e dos fenômenos naturais levou o homem a diferentes concepções de VIDA, de mundo e de seu papel como parte deste. Tal interesse sempre esteve relacionado à necessidade de garantir a sobrevivência humana.

Desde o homem primitivo, caçador e coletor, as observações dos diferentes tipos de comportamento dos animais e da floração das plantas foram registradas nas pinturas rupestres como forma de representar sua curiosidade em explorar a natureza.

No entanto os conhecimentos apresentados pela disciplina de Biologia no Ensino Médio não resultam da apreensão contemplativa da natureza em si, mas dos modelos teóricos elaborados pelo homem – seus paradigmas teóricos –, que evidenciam o esforço de entender, explicar, usar e manipular os recursos naturais.

Para compreender os pensamentos que contribuíram na construção das diferentes concepções sobre o fenômeno VIDA e suas implicações no ensino, buscaram-se, na História da Ciência, os contextos históricos nos quais as influências religiosas, econômicas, políticas e sociais impulsionaram essa construção.

A História da Ciência mostra que tentativas de definir a VIDA tem origem na

Antiguidade. Ideias desse período, que contribuíram para o desenvolvimento da Biologia, tiveram como um dos principais pensadores o filósofo Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.). Esse filósofo deixou contribuições relevantes quanto à organização dos seres vivos, com interpretações filosóficas que buscavam, dentre outras, explicações para a compreensão da natureza.

Na Idade Média, a Igreja tornou-se uma instituição poderosa, tanto no aspecto religioso quanto no social, político e econômico.

Os estudos de zoologia desenvolveram-se mais rapidamente a partir dos avanços tecnológicos, posteriores a 1800, com o desenvolvimento das técnicas de conservação dos animais que permitiram estudos anatômicos comparativos, dando novo impulso à sistemática animal e aperfeiçoando as observações e descrições feitas por Aristóteles (RONAN,1987a; MAYR,1998). (DCE- Biologia).

Enquanto a zoologia, a botânica e a medicina trataram de explicar a natureza de forma descritiva, no contexto filosófico discutia-se a proposição de um método científico a ser adotado para compreender a natureza. Em meio às contradições desse período histórico, o pensamento do filósofo Francis Bacon (1561-1626) contribuiu para uma nova visão de Ciência, pois recuperou o domínio do homem sobre a natureza.

No início do século XIX, o naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882) apresentou suas ideias sobre a evolução das espécies. Inicialmente, manteve-se fiel à doutrina da Igreja Anglicana. Entretanto, os espécimes coletados na viagem pelas Ilhas Galápagos começaram a lhe fornecer evidências de um mundo mutável. Com Darwin, a concepção teológica criacionista, que compreendia as espécies como imutáveis desde sua criação, deram lugar à reorganização temporal dessas espécies, inclusive do homem. "Quando lemos A origem das espécies não surge dúvida nenhuma de que Darwin incluía o Homem entre os produtos da seleção natural" (REALE & ANTISERI, 2005, p. 344).

No século XIX, a Biologia fez grandes progressos com a proposição da teoria celular, a partir de descrições feitas por naturalistas como os alemães Matthias Schleiden (1804-1881), em 1838, e Theodor Schwann (1810-1882), em 1839, ao afirmarem que todas as coisas vivas – animais e vegetais – eram compostas por células. O aperfeiçoamento dos estudos sobre a origem da vida

contribuiu para a refutação do vitalismo e da ideia de geração espontânea.

No século XX, a nova geração de geneticistas confirmou os trabalhos de Mendel e provocou uma revolução conceitual na Biologia que contribuiu para a construção de um modelo explicativo dos mecanismos evolutivos, vinculados ao material genético, sob influência do pensamento biológico evolutivo.

Os estudos do geneticista Thomas Hunt Morgan (1866-1945) contribuíram para que a Genética se desenvolvesse como ciência e, aliada aos movimentos políticos e tecnológicos decorrentes das grandes guerras, promoveu uma ressignificação do darwinismo e deu força ao processo de unificação das Ciências Biológicas. Nesse contexto histórico e social, a Biologia começou a ser vista como utilitária pela aplicação de seus conhecimentos na medicina, na agricultura e em outras áreas.

A Biologia então ampliou sua área de atuação e se diversificou. Uma dessas áreas a biologia molecular, considerada por Mayr (1998) o centro dos interesses biológicos na atualidade. Os avanços dessa área, sobretudo os relativos à bioquímica, à biofísica e à própria biologia molecular, permitiram o desenvolvimento de inovações tecnológicas e interferiram no pensamento biológico evolutivo. Por exemplo, ao conhecer a estrutura e a função dos cromossomos foi possível desenvolver técnicas que permitiram intervir na estrutura do material genético e, assim, compreender, manipular e modificar a estrutura físico-química dos seres vivos e as conseqüentes alterações biológicas (Mayr,1988). (DCE- Biologia).

Esses conhecimentos geram conflitos filosóficos, científicos e sociais e põem em discussão a manipulação genética e suas implicações sobre o fenômeno VIDA. Essas controvérsias contribuem para que um novo modelo explicativo se constitua como base para o desenvolvimento do pensamento biológico da manipulação genética.

Do ponto de vista do ensino, à semelhança do que ocorre com as demais disciplinas escolares, não se trata de promover, unicamente, a aquisição de um repertório de saberes, mas, sobretudo, de dar oportunidades aos estudantes para que desenvolvam os objetivos de:

- Reconhecer a Biologia como um fazer humano, e, portanto, histórico, fruto da conjunção de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e

tecnológicos;

- Buscar encontrar a informação de maneira autônoma, crítica e criativa;
- Compreender os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática;
- Integrar a formação na sua experiência pessoal;
- Produzir outros saberes;
- Avaliar o impacto da produção científica e tecnológica na real melhoria da qualidade de vida da população;
- Reconhecer a relatividade (histórica e cultural) dos saberes e das crenças;
- Procurar as formas (institucionais ou não) de participação democrática;
- Valorizar a responsabilidade individual, o trabalho em equipe e a postura solidária e cooperativa.

A disciplina de Biologia contribui ainda, para formar sujeitos críticos e atuantes, por meio de conteúdos que ampliem seu entendimento acerca do objeto de estudo – o fenômeno VIDA – em sua complexidade de relações, ou seja:

- na organização dos seres vivos;
- no funcionamento dos mecanismos biológicos;
- no estudo da biodiversidade em processos biológicos de variabilidade genética, hereditariedade e relações ecológicas;
- na análise da manipulação genética.

CONTEÚDOS DA DISCIPLINA DE BIOLOGIA

Os conteúdos estruturantes apontam como a Biologia se constitui como conhecimento, e como esta tem influenciado na construção de uma concepção de mundo contribuindo para que se possam compreender as implicações sociais, políticas, econômicas e ambientais que envolvem a apropriação deste conhecimento biológico pela sociedade.

Os conteúdos propostos serão trabalhados de tal forma que relacionem diversos conhecimentos específicos entre si e com outras áreas de conhecimento devendo priorizar o desenvolvimento de conceitos cientificamente produzidos e

propiciar uma reflexão constante sobre as mudanças de tais conceitos de questões emergentes.

Os Conteúdos Estruturantes são interdependentes e não passíveis de seriação e organização, porém aqui, fez-se uma divisão geral dos conteúdos específicos para facilitar o trabalho, com estratégias metodológicas voltadas para a prática social, problematização, instrumentalização e o retorno à prática social, ressaltando que os conteúdos estruturantes serão trabalhados em todos eles.

Compreendendo-se a proposta dos Conteúdos Estruturantes, procurar-se-á dar uma atenção especial em como os recursos pedagógicos serão utilizados e aos critérios político-pedagógicos da seleção de recursos didáticos que podem contribuir para uma leitura crítica que permitirá realizar os recortes necessários dos conteúdos específicos identificados como significativos para o Ensino Médio e Normal.

A Diretriz Curricular para a disciplina de Biologia apresentam quatro modelos interpretativos do fenômeno VIDA, sendo divididos em conteúdos estruturantes, sendo eles: ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS; MECANISMOS BIOLÓGICOS; BIODIVERSIDADE; MANIPULAÇÃO GENÉTICA.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos Seres Vivos • Mecanismos Biológicos • Biodiversidade 	<p>Classificação dos seres vivos: critérios taxonômicos e filogenéticos.</p> <p>Sistemas biológicos: anatomia, Morfologia e fisiologia.</p> <p>Mecanismos de desenvolvimento embriológico.</p> <p>Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos.</p> <p>Teorias evolutivas.</p> <p>Transmissão das características hereditárias.</p> <p>Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente.</p>

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------------|
| • Manipulação Genética | Organismos geneticamente modificados. |
|-------------------------------|---------------------------------------|

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Em concordância com a Diretriz Curricular do Ensino de Biologia a abordagem dos conteúdos deve permitir a integração dos quatro conteúdos estruturantes de modo que ao introduzir a classificação dos seres vivos como tentativa de conhecer e compreender a diversidade biológica, agrupando-os e categorizando-os, seja possível também, discutir o mecanismo de funcionamento, o processo evolutivo, a extinção das espécies e o surgimento natural e induzido de novos seres vivos. Deste modo, a abordagem do conteúdo classificação dos seres vivos não se restringe a um único conteúdo estruturante. Ao adotar esta abordagem pedagógica, o início do trabalho poderia ser o conteúdo específico organismos geneticamente modificados, partindo-se da compreensão das técnicas de manipulação do DNA comparando-as com os processos naturais que determinam a diversidade biológica, chegando à classificação dos Seres Vivos. Portanto, é imprescindível que se perceba a interdependência entre os quatro conteúdos estruturantes.

Outro exemplo é a abordagem do funcionamento dos Sistemas que constituem os diferentes grupos de seres vivos. Parte-se do conteúdo estruturante Mecanismos Biológicos incluindo-se o conteúdo estruturante Organização dos Seres Vivos que permitirá estabelecer a comparação entre os sistemas, envolvendo inclusive a célula, seus componentes e respectivas funções.

Neste contexto, é importante que se perceba que a célula tanto pode ser compreendida como elemento da estrutura dos seres vivos quanto um elemento que permite observar, comparar, agrupar e classificar os seres vivos.

Da mesma forma, a abordagem do conteúdo estruturante Biodiversidade envolve o reconhecimento da existência dos diferentes grupos e mecanismos biológicos que determinam a diversidade, envolvendo a variabilidade genética, as relações ecológicas estabelecidas entre eles e o meio ambiente, e os processos evolutivos pelos quais os seres vivos têm sofrido modificações naturais e as

produzidas pelo homem.

Na disciplina de Biologia segue-se a orientação de que os conteúdos não sejam ensinados com um fim em si mesmo, como resultados científicos, mas que se liguem à significação humana e social. Desta forma, os conteúdos específicos não estabelecem as posições entre cultura popular / conhecimentos espontâneos e cultura erudita, mas uma relação de continuidade em que o conhecimento sistematizado supera a apreensão da realidade requerida pela experiência imediata.

O ensino da Biologia não se trata, portanto, de um ensino enciclopédico, mas que exercita os modos de pensar, além da memória. Assim a maior parte das situações de aprendizagem deve procurar envolver a resolução de um problema, por meio de uma investigação documental e/ou experimental, a partir da qual os alunos, ao interagirem com os objetos e com os indivíduos, analisem, levantem hipóteses, proponham explicações, concluam e comuniquem os resultados, servindo-se de diferentes linguagens (textos, gráficos, tabelas, etc.). Tais situações devem estar preferencialmente, fundadas na vida real, o que implica ter em conta as experiências, os interesses e os contextos socioculturais dos alunos.

De acordo com a flexibilização curricular faz-se necessário uma modificação do nível de complexidade das atividades. Considerando que nem todos os alunos conseguem aprender um determinado conteúdo se ele não lhe for apresentado passo a passo, mesmo que o “tamanho” dos passos precise ser diferente de um aluno para outro. Como na disciplina de Biologia utiliza-se com frequência a terminologia científica e termos até então desconhecidos pelos alunos o, professor, tanto pode eliminar componentes da cadeia que constitui a atividade, como dar nova sequência à tarefa, dividindo a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um e outro. Para isso pode apropriar-se de uma adaptação de matérias para atender às mais diferentes necessidades dos alunos, sendo elas permanentes ou temporárias, dando preferência a materiais que objetivem uma ação pedagógica voltada ao aprendizado do aluno e não um mero repasse de conteúdos.

Recursos como à aula dialogada, a leitura, a escrita, a experimentação, as analogias, entre tantos outros poderão ser utilizados no sentido de possibilitarem a participação dos alunos, favorecendo a expressão de seus pensamentos, suas percepções, significações, interpretações, uma vez que aprender envolve a

produção/criação de novos significados, tendo em vista que esse processo acarreta o encontro e o confronto das diferentes ideias que circulam em sala de aula.

A leitura e a escrita, práticas tão comuns e tão pouco refletidas em sala de aula merecem atenção especial, pois são propagadoras de repetição e ou de deslizamentos de significado dados ao conhecimento científico. Elas são demarcadoras do papel social assumido pelo professor e pelos alunos, devendo ser pensadas a partir do significado das mediações, das influências e incorporações que os alunos demonstram.

O uso de diferentes imagens como vídeo, transparências, fotos e atividades experimentais, são recursos a serem utilizados com frequência nas aulas de Biologia e requerem uma problematização em torno da questão demonstração- interpretação. Analisar quais os objetivos, expectativas a serem atingidas, além da concepção de ciência que se agrega a estas atividades, pode contribuir para a compreensão do papel do aluno frente a tais atividades.

Uma aula experimental, seja ela de manipulação de material ou demonstrativo, também representa um importante recurso de ensino. É preciso lembrar que para estas aulas promoverem aprendizagem elas não necessitam estar associadas a um aparato experimental sofisticado, mas sim a sua organização, discussão e reflexão, possibilitando a interação com fenômenos biológicos, a troca de informações entre os grupos que participam da aula e assim promover novas interpretações.

Atendendo aos encaminhamentos metodológicos expressos na Diretriz de Biologia, essa prática pode potencializar o aprendizado e nesse sentido são indissociáveis do processo ensino-aprendizagem de Biologia. Assim os experimentos podem ser o ponto de partida para desenvolver a compreensão de conceitos ou a percepção de sua relação com as ideias discutidas em aula, levando os alunos à reflexão sobre a teoria e a prática e, ao mesmo tempo permitindo que o professor perceba as dúvidas de seus alunos.

Devem-se considerar também as aulas demonstrativas como um importante recurso, entretanto é preciso permitir a participação do aluno e não apenas tê-lo como observador passivo.

Outra atividade que, além de integrar conhecimentos veicula uma

concepção sobre a relação homem-ambiente e possibilita novas elaborações por meio da pesquisa, é o estudo do meio, como parques, praças, terrenos baldios, bosques, rios, hortas, mercados, lixões, fábricas etc.

Também os jogos didáticos contribuem para gerar desafios. Segundo MOURA (1994), o jogo é considerado um instrumento impregnado de conteúdos culturais a serem veiculados na escola. Ele detém conteúdo com finalidade de desenvolver habilidades de resolução de problemas, o que possibilita a oportunidade de traçar planos de ações para atingir determinados objetivos.

Cabe ressaltar ainda, que articulados com os conteúdos de Biologia se faz necessário trabalhar a pluralidade cultural brasileira. Sendo assim, é pertinente observar as mudanças legislativas que implicam na reorganização dos currículos, como é o caso da Lei Nº11.645, de março de 2008, que alterou a Lei Nº9394 de 1996, já modificada pela Lei Nº10,639, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”

A Lei 9795/99 institui no país a Política Nacional de Educação Ambiental que será trabalhada de forma interdisciplinar e integrada nos diferentes conteúdos, pois é um direito coletivo devendo ser estimulado através da participação coletiva e individual. Também será trabalhado a Educação Fiscal de acordo com o decreto 1143/99 e portaria 411/02.

AVALIAÇÃO

A avaliação diagnóstica será uma ajuda ao processo ensino aprendizagem: ela fornecerá elementos que permitam os conhecimentos prévios dos alunos bem como os pontos críticos para que se avance na construção do saber, tendo em vista um projeto de escola não excludente. A avaliação diagnóstica é vista como um processo de construção permanente, de acerto de estratégia para mobilizar a aprendizagem, ampliando o conceito e a prática da avaliação ao conjunto de saberes que interesse contemplar na aprendizagem de conceitos biológicos, superando sua habitual limitação a rememoração receptiva de conteúdos conceituais, de auxílio (e não de punição ou prêmio) ao aluno e professor.

Portanto, na perspectiva da diversidade sociocultural de nossos alunos,

construir uma forma avaliativa é aquela que incorpora as diferenças, combatendo a desigualdade e discriminação, a exclusão, que permite a pesquisa, a reflexão crítica sobre os ajustes e reajustes de rota para que o diálogo com as culturas dos alunos se concretize no dia a dia da escola, avançando e alcançando os resultados desejados.

A avaliação na disciplina de Biologia permite ampliar o conceito e a prática da avaliação ao conjunto de saberes, destrezas e atitudes que interesse contemplar na aprendizagem de conceitos biológicos, superando sua habitual limitação à rememoração receptiva de conteúdos conceituais.

Propõe-se aqui uma avaliação como prática emancipadora, passando a ser entendida como instrumento cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de aprendizagem.

Pressupõe-se uma tomada de decisão onde o aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias.

A avaliação como instrumento reflexivo prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor ao longo do ano letivo. Professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superar obstáculos.

Para tanto, as formas de avaliação na disciplina de Biologia podem ser bem variadas: individuais, coletivas, orais e escritas. Os instrumentos de avaliação comportam a observação sistemática durante as aulas, as respostas dadas, os registros de debate, de entrevistas, de pesquisas, de filmes, de experimentos, dos desenhos de observações, relatórios de leituras de experimentos, avaliações dissertativas e de múltipla escolha, espera-se que o aluno:

- Identifique e compare as características dos diferentes grupos de seres vivos;
- Classifique os seres vivos quanto ao número de células, tipo de organização celular, forma de obtenção de energia e tipo de reprodução;
- Reconheça e compreenda a classificação filogenética dos seres vivos;
- Compreenda a anatomia, morfologia, fisiologia e embriologia dos

sistemas biológicos;

- Reconheça e analise as diferentes teorias sobre a origem da vida e a evolução das espécies;
- Compreenda a importância e valorize a diversidade biológica para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas;
- Identifique algumas técnicas de manipulação do material genético e os resultados decorrentes de sua aplicação/utilização;
- compreenda a evolução histórica da construção dos conhecimentos biotecnológicos aplicados à melhoria da qualidade de vida da população e a solução de problemas sócio-ambientais;
- Analise e discuta interesses econômicos, políticos, aspectos éticos e bioéticos da pesquisa científica que envolvem a manipulação genética.

Será ofertada ao aluno a recuperação de estudos , com retomada de conteúdos e exercícios de fixação, tendo por objetivo proporcionar ao aluno que demonstrar rendimento insuficiente, estudos complementares oportunizando melhoria de conteúdo e rendimento.

REFERÊNCIAS

AMABIS, J. M. e MARTHO, G. R. e MIZUGUCHI, Y. **Biologia**. São Paulo: Editora Moderna

PAULINO, Wilson R. **Biologia**. São Paulo: Editora Ática

CHEIDA, Luiz Eduardo. **Biologia Integrada**. São Paulo: Editora FTD

PARANÁ, SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. Departamento do Ensino Médio. **Diretrizes Curriculares de Biologia**. Curitiba: SEED/DEM,2008.

MERCADANTE, Clarinda. **Biologia**. São Paulo: Editora Moderna

MOURA, M. O. A séria busca no jogo: do lúdico na matemática. **A Educação**

Matemática em Revista – SBEM, n.3, 1994.

LINHARES, Sérgio e GEWANDSZNAJEDER, Fernando. **Biologia Hoje**. São Paulo: Editora Ática

SILVA JÚNIOR, César e SASSON, Sezar. **Biologia**. São Paulo: Editora Saraiva

SOARES, José Luís. **Biologia**. São Paulo: Editora Scipione

7.4 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

I Apresentação da disciplina

Na Diretriz Curricular, o conceito adotado para o objeto de estudo da Geografia é o *espaço geográfico*, entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade (LEFEBVRE, 1974), composto pela inter-relação entre *sistemas de objetos* – naturais, culturais e técnicos – e *sistemas de ações* – relações sociais, culturais, políticas e econômicas (SANTOS, 1996).

A discussão acerca do ensino de geografia inicia-se pelas reflexões epistemológicas do seu objeto de estudo. Muitas foram as denominações propostas para este objeto, hoje entendida como Espaço Geográfico e sua composição conceitual básica – lugar, paisagem, região, território, natureza, sociedade, entre outros.

Ao tomar a dialética como método, propôs-se analisar o espaço geográfico a partir de algumas de suas categorias, tais como: totalidade, contradição, aparência/essência e historicidade. Segundo este método, nenhum fenômeno pode ser entendido isoladamente, só é possível conhecer o particular quando situado na totalidade. “A totalidade estrutura os elementos de acordo com uma lógica interna por isso só é compreensível no e pelo todo” (ARAÚJO, 2004, p. 80).

A sociedade é entendida por Santos (1985) como totalidade social. Assim, para que se compreenda a produção espacial é necessário ir além da aparência, dos aspectos visíveis, é preciso compreender como os determinantes políticos, culturais e econômicos se constituem na essência social e produzem as

transformações espaciais.

Segundo Santos (1985) há uma relação entre a sociedade e um conjunto de formas materiais e culturais. O espaço pode ser entendido como um produto social em permanente transformação, ou seja, sempre que a sociedade sofre mudança, as formas (objetos geográficos) assumem novas funções, novos elementos, novas técnicas são incorporados à paisagem e ao espaço, demonstrando a dinâmica social. Os objetos construídos sobre o espaço são datados e vão incorporando novas tecnologias e novas formas de produzir. De acordo com esse autor, a história é uma totalidade em movimento e o movimento da sociedade produz mudanças em diferentes níveis e diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura em relação umas com as outras.

As relações com a natureza e com o espaço geográfico fazem parte das estratégias de sobrevivências dos grupos humanos desde suas primeiras formas de organização. Observando as estações do ano, conhecer o ciclo reprodutivo da natureza, a direção e dinâmica dos ventos etc. Esses conhecimentos permitiram às sociedades se relacionarem com a natureza e modificá-la em benefício próprio.

Os saberes geográficos, no processo histórico, passaram a ser evidenciados nas discussões filosóficas, econômicas e políticas, que buscavam explicar questões referentes ao espaço e às sociedades. Temas como comércio, formas de poder, organização do Estado, produtividade do solo, recursos minerais, territórios eram preocupações dos grandes impérios coloniais.

Pode-se considerar que o Ensino da Geografia, no século XIX, teve, do ponto de vista epistemológico, sua predominância no positivismo, e foi no interior dessa concepção de ciência que a Geografia emergiu. Portanto, embora o exercício não estivesse caminhando de forma condizente, surgiu a necessidade de uma visão globalizada.

A partir dos anos 1960, iniciaram estudos com propostas para construção de uma outra Geografia que se construísse a partir de uma posição política, clara, a começar pelos professores, e que deveria, portanto, trabalhar as relações indelévels entre a política e o epistemológico diante de um novo contexto político. Porém, na década de 1970, teve início um movimento de contestação à geografia tradicional

que na escola, traduzia-se por um ensino mecanicista.

Pode-se afirmar que a Geografia do século XXI é uma geografia crítica e que, portanto, trabalha com as contradições, os conflitos, as ambigüidades das lutas sociais, que caracterizam as relações entre sociedade e natureza que produziram e produzem o espaço geográfico. Contudo, trabalhar com assuntos que enfocam a natureza e seus fenômenos tem se distanciado cada vez mais do discurso geográfico, deslizando para um campo das teias interdisciplinares.

Mas, como deve caminhar o ensino da Geografia do século XXI? Vesentini (1995, p.15) esclarece:

(...) O ensino de geografia no século XXI, portanto, deve ensinar- ou melhor, deixar o aluno descobrir – mundo em que vivemos, com especial atenção para a globalização e as escalas local e nacional, deve focar criticamente a questão ambiental e as relações sociedade/natureza (sem embaralhar uma dinâmica na outra), deve realizar constantemente estudos do meio (para que o conteúdo ensinado não seja meramente teórico ou “livresco” e sim real, ligado à vida cotidiana das pessoas) e deve levar os educandos a interpretar textos, fotos, mapas, paisagens. (...)

Como a Geografia é a ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, em muitos momentos ela possui a tendência de utilizar outras ciências, segundo Andrade (1987, p.15), tem naturalmente a necessidade de manter contatos, de trocar conhecimentos e experiências com muitas das ciências ditas naturais. (...) tem colocado em perigo até a identidade da Geografia.

Ainda, conforme Andrade (op.cit, p.17):

Como a Geografia é uma ciência que tem relacionamento com uma série de ciências afins, é natural que entre ela e as outras ciências se desenvolvam áreas de conhecimento intermediário, ora como ramos do conhecimento geográfico, ora como ramos do conhecimento de outras ciências que se tornaram ou tendem a tornar-se novas ciências a serem pragmaticamente catalogadas. Daí a existência da Geomorfologia, entre a Geografia e a Geologia; da Hidrografia, entre a Geografia e a Hidrologia; da Climatologia, entre a Geografia e a Meteorologia; da Biogeografia, entre a Geografia e a Biologia; da Geo - história, entre a Geografia e a História; da Geopolítica entre a Geografia, a Ciência Política e as Relações Internacionais; da Geoeconomia, entre a Geografia e a Economia Política etc.

Partindo deste pressuposto, ao analisarmos um fenômeno de geografia, em um determinado espaço, temos que ter ciência da dimensão histórica deste fenômeno. Por conseguinte, a realidade que temos hoje é fruto de um processo de

transformação social, onde os principais agentes são os homens que interagem com o meio e o transformam através dos tempos (OLIVEIRA, 1984, p. 121).

O avanço da tecnologia, principalmente no campo da informática e da comunicação, e a conseqüente transformação econômica, social e política, trazem mudanças na configuração, na estrutura e na leitura da Geografia de hoje. Essa situação vem provocando discussões, entre profissionais, acerca de uma nova abordagem teórica e de sua prática nas escolas. Tal fato sinaliza a necessidade de uma constante atualização dos profissionais para o aprofundamento de conhecimento teórico, com a preocupação de novas formas de estudo e da aplicação de uma nova prática.

Ao nosso ver uma concepção de Geografia que visa a transformação e a formação do cidadão é aquela que leve o aluno, segundo Oliveira (1989, p.29), a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza.

Diante da terceira revolução industrial ou revolução técnico-científica, novas abordagens foram inseridas no contexto geográfico como nova ordem mundial, globalização, multipolaridade, sociedade pós-capitalista, competição econômica e tecnológica, excluindo quase que integralmente o estudo da natureza.

Levando em consideração que o mundo de hoje é submetido a expressões como globalização, nova ordem mundial e revolução técnico-científica, tudo isso passou a fazer parte, com maior frequência, do universo de estudiosos de comunicação de massa, provocando a moldagem de opiniões mais críticas.

O ensino de Geografia e a escola sofrem suas crises provocadas pela abstração de suas responsabilidades, a Geografia que não consegue firmar suas bases conceituais, pois como responsável por definir e analisar o mundo deveria ser um elo despertador de interesse parte dos alunos, mas apenas tem conseguido provocar por parte dos mesmos um bloqueio ao nível da disciplina, pois a primeira preocupação é descrever em lugar de explicar; inventariar e classificar em lugar de analisar e de interpretar. (BRABANT, 1986, p.19)

É preciso procurar elucidar as questões das contradições e entender que mesmo a degradação do meio ambiente tem sua origem nas relações intersociais; e

levar em consideração que a realidade local, onde o aluno se encontra, está inserida no processo no contexto do mundo, em meio à globalização da economia e da mundialização da cultura engendrada numa sociedade tecnológica.

Como contribuir para formar o homem por inteiro, no sentido de torná-lo capaz de exercer sua cidadania, suprimindo suas necessidades e contribuindo para a construção de uma nova ordem mundial.

O trabalho do docente precisa ser integrado com as demais disciplinas no sentido de se buscar a humanização ou sua formação por inteiro, evitando o ensino compartimentado ou fragmentado.

A formação de o cidadão manifestar-se criticamente em relação à forma como foi ou está sendo, ou será construído, é um dos principais fundamentos do ensino da Geografia. Ela não pode ser encarada apenas com uma ciência que serve para dotar os indivíduos de conhecimento sobre o mundo. Ele deve ir mais adiante questionando sobre os problemas da região, sobre as contradições existentes na vida econômica, social e política e tentar buscar as soluções que beneficiem a todos os segmentos da sociedade, principalmente aqueles que estão à margem de todo o processo.

Hoje a geografia possui um papel essencial que é o de investigar e debater o ser humano e a natureza podendo provocar a descoberta do “grande segredo da humanidade”: a ação humana pode construir um espaço melhor para todos.

II Objetivos

Objetivo Geral

A ciência geográfica possui a especificidade de articular diferentes níveis de análises, pois integra saberes oriundos tanto das ciências naturais e físicas como também aquelas provenientes das ciências humanas, o que estimula e torna viáveis leituras diferentes de um mesmo fenômeno ou temática estudada.

A Geografia é uma ciência que possibilita o aprofundamento dos conhecimentos geográficos, referentes ao resultado da inter-relação entre objetos e ações, de constituição e organização do Espaço, seus conhecimentos podem ser

trabalhados através dos eixos, assim promove uma análise espacial sob a abordagem natural, histórica, econômica, cultural e política.

III Conteúdos Estruturantes e Básicos de Geografia

Ensino Fundamental

Geografia 6ª ano

Conteúdos Estruturantes

Conteúdos básicos

Dimensão econômica do espaço geográfico

- Formação e transformação das paisagens naturais e culturais;
- Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias e exploração e produção;

Dimensão política do espaço geográfico

- A formação, localização, exploração dos recursos naturais;

Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico

- A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico;
- As relações entre campo e cidade na sociedade capitalista;

Dimensão socioambiental do espaço geográfico

- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
- A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural;

As diversas regionalizações do espaço geográfico;

Geografia 7º Ano

Conteúdos Estruturantes

Dimensão econômica do espaço geográfico

- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro;
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- As diversas regionalizações do espaço brasileiro;

Dimensão política do espaço geográfico

- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;

Dimensão cultural demográfico do espaço geográfico

- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
- Movimentos migratórios e suas motivações;
- O espaço rural e a modernização da agricultura;
- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização;

Dimensão socioambiental do espaço geográfico

- A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico;
- A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações;

Geografia 8ª ano

Conteúdos Estruturantes

Conteúdos Básicos

Conteúdos Básicos

- Dimensão econômica do espaço geográfico**
 - As diversas regionalizações do espaço geográfico;
- Dimensão política do espaço geográfico**
 - A formação, mobilidades das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano;
 - A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado;
- Dimensão cultural demográfico do espaço geográfico**
 - O comércio em suas implicações socioespaciais;
 - Circulação da mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações;
- Dimensão socioambiental do espaço geográfico**
 - A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico;
 - As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista;
 - O espaço rural e a modernização da agricultura;
 - A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
 - Os movimentos migratórios e suas motivações;
 - As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
 - Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais;

Geografia 9^a ano

Conteúdos Estruturantes

Dimensão econômica do espaço geográfico

Dimensão política do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

- As diversas formas de regionalizar o espaço geográfico.
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.
- A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos do espaço de produção.
- O comércio mundial e as implicações socioespaciais.

**Dimensão cultural
demográfica do espaço
geográfico**

- A formação e a mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;

**Dimensão socioambiental
do espaço geográfico**

- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
- A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico;
- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.
- A dinâmica da natureza e suas alterações pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.
- Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações.

Ensino Médio

**Conteúdos
Estruturantes**

Conteúdos Básicos

**Dimensão econômica
do espaço geográfico**

- A formação e transformação das paisagens.
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a (re) organização do espaço geográfico
- A formação, localização e exploração dos recursos naturais.
- A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.
- O espaço rural e a modernização da agricultura.

**Dimensão política do
espaço Geográfico.**

- O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial.
- A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.
- Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.

- | | |
|--|---|
| Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico. | <ul style="list-style-type: none"> • As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista. • A formação e o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente. • Os movimentos sociais, urbanos e rurais, e a apropriação do espaço. • A evolução demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos. |
| Dimensão socioambiental do espaço geográfico | <ul style="list-style-type: none"> • Os movimentos migratórios e suas motivações • A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural. • O comércio e as implicações socioespaciais. • As diversas regionalizações do processo de mundialização. • A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado. |

V METODOLOGIA

No desenvolvimento das aulas, o tratamento metodológico assume o papel relevante no ensino da Geografia, uma vez que se torna imprescindível ao professor realizar um trabalho criativo com aulas diferentes e inovadoras, fugindo das atitudes padronizadas do cotidiano escolar que elimina a multiplicidade de ações.

O papel do professor frente a esta nova postura é ora de mediar nas interações educativas, ora de criador de desafios perante os conteúdos propostos, que por sua vez poderão estar revelando a realidade do mundo do aluno.

O espaço apropriado para a interação dos fatores envolvidos na aprendizagem desde o campo da afetividade o nível de maturidade e individualidade o nível de conhecimentos prévios a natureza do espaço físico e dos materiais e recursos didáticos é a sala de aula que deverão ser propiciadas as condições para que seja desenvolvido um clima de aceitação e respeito em que erro seja encarado como desafio para o aprimoramento do conhecimento e construção de personalidade e que todos se sintam seguros e confiantes para pedir ajuda.

Para tanto, serão desenvolvidos diferentes atividades: trabalhos em grupos, leitura de textos, debates, leitura de paisagens (através de visitas, vídeos e tv multimídia (pen drive), fotografias, literaturas, relatos e mapas), observação, descrição, explicação, interação territorial e extensão (estabelecendo limites e

fronteiras dos fenômenos, extensão e tendências espaciais), análise de trabalho com pesquisa, representação cartográfica, de forma dinâmica e instigante que propiciem a interpelação entre professores, alunos e conteúdos trabalhados. Oportunizando confronto de ideias, interesses, valores sociais, econômicos e ambientais.

O professor deve estar ciente à lei 10.639/03 e 11.645/08 envolvendo a temática da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, História do Paraná Lei Nº 13381/01, a prevenção ao uso indevido de drogas, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito das crianças e adolescentes L.F. Nº 11525/07, Educação Tributária Dec. Nº1143/99, Portaria Nº 413/02, Educação Ambiental L.F Nº 9795/99, Dec. Nº4201/02 que devem ser vistas nas diferentes séries, relacionadas aos conteúdos estruturantes de forma contextualizada. Algumas destas temáticas são apresentadas no quadro abaixo.

Ensino Fundamental e Ensino Médio

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	Possibilidades de relação com as temáticas da diversidade
Dimensão Cultural demográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Os povos da América; • A miscigenação de europeus, ameríndios e africanos na formação da sociedade americana e da brasileira; • A importância da cultura indígena e africana na sociedade brasileira. Ex.: Na escrita, culinária, na música e outros aspectos culturais; • As diferenças nas tradições indígenas.

VI AVALIAÇÃO

A avaliação depende de algumas questões: Para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar?

Sabemos que no ensino tradicional a avaliação é feita por meio de cobranças, isto é, provas ou testes em que se mede apenas a capacidade de repetição do que foi ensinado na sala de aula. É uma avaliação somente quantitativa. Mas o professor que quiser implementar um ensino crítico deve avaliar no aluno tanto o desenvolvimento cognitivo (aquisição de conhecimento) quanto no desenvolvimento de suas habilidades (raciocínio, capacidade de observação e de crítica) e de suas atitudes (sociabilidade, responsabilidade, etc.). Deve, portanto, fazer uma avaliação contínua ou permanente mais qualitativa, sempre lembrando que o objetivo não é prejudicar o educando e sim orientá-lo, e ainda, medir o seu desenvolvimento e as suas deficiências para que se possa corrigi-las.

A avaliação da disciplina de Geografia deve ser entendida como um processo de compreensão do desenvolvimento do aluno e das práticas docentes.

O professor deve observar, então, se os alunos compreendem e utilizam os conceitos geográficos e as relações espaço-tempo e sociedade - natureza para a compreensão do espaço nas diversas escalas geográficas.

Quanto aos critérios a serem utilizados na avaliação, serão levados em consideração o uso de instrumentos que contemplem várias formas de expressão dos alunos, e que priorize a formação dos conceitos geográficos e a compreensão dos fenômenos nas diversas escalas geográficas, a questão da operacionalização de conceitos, os procedimentos e as atitudes do educando tendo em vista os conteúdos ministrados, as competências e habilidades desenvolvidas da prática da realidade através de vídeos; cartazes; produção de textos; leitura e interpretação de fotos, imagens gráficas, tabelas e mapas trabalhos de pesquisa bibliográficas, em grupos ou individuais; exposição oral; debates; atividades no caderno; apresentações avaliações escritas: objetivas e subjetivas, dupla, individual, com pesquisa e sem pesquisa.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino-aprendizagem referente a cada avaliação realizada no período, com base nos conteúdos trabalhados durante o trimestre (ensino fundamental) e o bimestre por meio de blocos (ensino médio) e poderá ser através de avaliações, trabalhos de pesquisa ou relatórios conforme o regimento escolar da instituição.

De acordo com o Regimento escolar é vedado submeter o aluno a uma

única oportunidade e a um único instrumento de avaliação, sendo a *recuperação de estudos* um direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de **Geografia ciência da sociedade**: Uma introdução á análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAUJO, I. L. **Introdução á filosofia da ciência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

SANTOS M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro Record, 2000.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. Departamento do Ensino Médio. **Diretrizes Curriculares de Geografia**. Curitiba: SEED/DEM, 2008.

VESENTINI, J. W. Para uma Geografia crítica na escola. São Paulo: Ática, 1992.

7.5 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O surgimento da Educação Física se deu a partir do século XIX e tinha como intuito a aplicação de preceitos de moralidade, bem como instaurar a ordem social, adaptando o modo de viver dos novos cidadãos configurados na sociedade. A partir da Proclamação da República, começou a discussão sobre as instituições escolares e as políticas educacionais que eram praticadas pelo antigo regime. A princípio, a burguesia brasileira depositava na ginástica, a responsabilidade de promover através de exercícios físicos, a saúde do corpo, o pudor e os hábitos condizentes com a vida urbana.

As práticas pedagógicas escolares da Educação Física se fortaleceram com as instituições militares e pela medicina, onde seus modelos eram provindos da Europa e sendo incorporados nos currículos brasileiros.

Esses modelos visavam melhorar o funcionamento do corpo e dependiam de técnicas construídas com base no conhecimento biológico e tinha a tarefa de construir corpos saudáveis e dóceis que levassem o sujeito a um maior processo produtivo.

A Educação Física foi consolidada realmente no contexto escolar, somente a partir da Constituição de 1937 e tinha como objetivos a doutrinação, dominação e contenção dos ímpetos da classe popular, enaltecendo o patriotismo, a hierarquia e a ordem, além desses, ela pregava princípios higienistas para um corpo forte e saudável, com atividades ligadas a formação de um corpo masculino robusto, voltado para a defesa familiar e da pátria, e o feminino caracterizado pelas formas femininas e também preparação para a maternidade futura.

Ainda nessa década (30), o esporte começou a ser difundido e confundido com a Educação Física. Uma série de medidas foram implantadas para ressaltar o sentimento de valorização da pátria por meio dos esportes.

Foram criados vários centros esportivos e importados especialistas que dominavam técnicas de algumas modalidades esportivas.

Com o passar dos anos a Educação Física se tornou obrigatória e objetivava formar mão de obra fisicamente adestrada e capacitada para o mercado de trabalho, além de sua obrigação pela defesa da pátria.

A partir de 1964, o esporte ganhou mais ênfase no Brasil na área de Educação Física e os professores começaram a frequentar cursos de pós-graduação nos Estados Unidos na área esportiva. O esporte se tornou uma hegemonia nas escolas e os currículos passaram a tratá-lo com maior ênfase, através do método tecnicista que era centrado na competição e no desempenho, sendo seu objetivo central formar atletas para representar o país em competições internacionais.

Já no início da década de 90, um momento significativo para o Estado do Paraná foi a elaboração do Currículo Básico que está embasado na Pedagogia Histórico-Crítica da educação e caracteriza-se por uma proposta avançada onde a

instrumentalização do corpo deveria dar lugar a formação humana do aluno em todas as suas dimensões.

Com o passar dos anos a Educação Física rompeu com as perspectivas da aptidão física fundamentada em aspectos técnicos e fisiológicos, destacando outras questões consideradas relevantes relacionadas as dimensões culturais, sociais, políticas e afetivas no tratamento dos conteúdos, baseada em concepções teóricas que discutem corpo e movimento.

É fundamental entender a importância da Educação Física como uma área que possibilita aos alunos uma ampliação da visão e trata um tipo de conhecimento denominado cultura corporal do movimento, que tem como temas e conteúdos que apresentam relações com os principais problemas dessa cultura corporal de movimento e o contexto histórico-social do aluno.

A participação dos alunos em atividades culturais, com jogos, esportes, danças, lutas e ginástica com a finalidade de lazer, é parte integrante do ensino-aprendizagem, possibilitando a eles maior valorização e vivência de modo concreto no cotidiano escolar.

A psicomotricidade na questão da busca de formação integral, com a inclusão das dimensões afetivas e cognitivas ao movimento humano, busca desatrelar sua atuação na escola dos pressupostos da instituição desportiva, valorizando o processo de aprendizagem e não mais a execução de um gesto isolado.

A análise crítica e a busca de superação apontam a necessidade de que se considerem também, discussões culturais, sociais e afetivas que integrem os educandos como cidadãos, visando seu aprimoramento como ser humano, para que desenvolvam suas possibilidades de forma democrática.

Visando garantir o acesso ao conhecimento e suas inúmeras manifestações ou práticas corporais produzidas pela humanidade, buscando um ideal mais completo na formação de um ser humano crítico e reflexivo, nesse sentido o objeto de estudo e de ensino é a **Cultura Corporal**.

CONTEÚDOS DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: Esporte, Ginástica, Lutas, Dança, Jogos, Brinquedos e Brincadeiras.

6º ANO		CONTEÚDOS BÁSICOS	
ESPORTE		ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	
COLETIVOS INDIVIDUAIS	E	<p>Pesquisar e discutir questões históricas dos esportes, como: sua origem, sua evolução, seu contexto atual. Propor a vivência de atividades pré- desportivas no intuito de possibilitar o aprendizado dos fundamentos básicos dos esportes e possíveis adaptações às regras.</p>	
GINÁSTICA: rítmica; circense e geral			
<p>Estudar a origem e histórico da ginástica e suas diferentes manifestações. Aprender e vivenciar os movimentos básicos da ginástica (ex: saltos, rolamento, parada de mão, roda). Construção e experimentação de materiais utilizados nas diferentes modalidades de ginásticas. Pesquisar a cultura do circo. Estimular a ampliação da consciência corporal.</p>			
JOGOS E BRINCADEIRAS: populares; cantigas de roda; jogos de tabuleiro e cooperativos			
<p>Abordar e discutir a origem e histórico dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Possibilitar a vivência e confecção de brinquedos, jogos e brincadeiras com e sem materiais alternativos. Ensinar a disposição e movimentação básica dos jogos de tabuleiro.</p>			
DANÇA: folclóricas; de rua e criativas.			
<p>Pesquisar e discutir a origem e histórico das danças. Contextualizar a dança. Vivenciar</p>			

movimentos em que envolvam a expressão corporal e o ritmo.

LUTAS: lutas de aproximação e capoeira.

Pesquisar a origem e histórico das lutas. Vivenciar atividades que utilizem materiais alternativos relacionados às lutas. Experimentar a vivência de jogos de oposição. Apresentação e experimentação da música e sua relação com a luta. Vivenciar movimentos característicos da luta como: a ginga, esquivas e golpes.

7º ANO		CONTEÚDOS BÁSICOS
ESPORTE		ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA
COLETIVOS E INDIVIDUAIS	Estudar a origem dos diferentes esportes e mudanças ocorridas com os mesmos, no decorrer da história. Aprender as regras e os elementos básicos do esporte. Vivência dos fundamentos das diversas modalidades esportivas. Compreender, por meio de discussões que provoquem a reflexão, o sentido da competição esportiva.	
GINÁSTICA: rítmica; circense e geral		
Estudar os aspectos históricos e culturais da ginástica rítmica e geral. Aprender sobre as posturas e elementos ginásticos. Pesquisar e aprofundar os conhecimentos acerca da cultura circense.		
JOGOS E BRINCADEIRAS: populares; cantigas de roda; jogos de tabuleiro e cooperativos		
Recorte histórico delimitando tempos e espaços nos jogos, brinquedos e brincadeiras. Reflexão e discussão acerca da diferença entre brincadeira, jogo e esporte. Construção		

coletiva dos jogos, brincadeiras e brinquedos. Estudar os jogos, as brincadeiras e suas diferenças regionais.

DANÇA: folclóricas, de rua, criativas e circulares.

Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na dança. Experimentação de movimentos corporais rítmico/expressivos. Criação e adaptação de coreografias. Construção de instrumentos musicais.

LUTAS: lutas de aproximação e capoeira.

Pesquisar e analisar a origem das lutas de aproximação e da capoeira, assim como suas mudanças no decorrer da história. Vivenciar jogos adaptados no intuito de aprender alguns movimentos característicos da luta, como: ginga, esquiva, golpes, rolamentos e quedas.

8º ANO		CONTEÚDOS BÁSICOS
ESPORTE	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	
COLETIVOS E INDIVIDUAIS	Recorte histórico delimitando tempos e espaços, no esporte. Estudar as diversas possibilidades do esporte enquanto uma atividade corporal, como: lazer, esporte de rendimento, condicionamento físico, assim como os benefícios e os malefícios do mesmo à saúde. Analisar o contexto do esporte e a interferência da mídia sobre o mesmo. Vivência prática dos fundamentos das diversas modalidades esportivas. Discutir e refletir sobre noções de ética nas competições esportivas.	

GINÁSTICA: rítmica; circense e geral	
Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na ginástica. Vivência prática das posturas e elementos ginásticos. Estudar a origem da ginástica com enfoque específico nas diferentes modalidades, pensando suas mudanças ao longo dos anos. Manuseio dos elementos da ginástica rítmica. Vivência de movimentos acrobáticos.	
JOGOS E BRINCADEIRAS: populares, jogos de tabuleiro, dramáticos e cooperativos.	
Recorte histórico delimitando tempos e espaços, nos jogos, brincadeiras e brinquedos. Organização de festivais. Elaboração de estratégias de jogo.	
DANÇA: criativas e circulares.	
Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na dança. Análise dos elementos e técnicas de dança. Vivência e elaboração de esquetes (que são pequenas seqüências cômicas).	
LUTAS: com instrumento mediador. Capoeira.	
Organização de roda de capoeira. Vivenciar jogos de oposição no intuito de aprender movimentos direcionados à projeção e imobilização.	

9º ANO	CONTEÚDOS BÁSICOS
ESPORTE	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA
	Recorte histórico delimitando tempos e espaços. Organização de festivais esportivos. Análise dos diferentes

<p>COLETIVOS E INDIVIDUAIS</p>	<p>esportes no contexto social e econômico. Pesquisar e estudar as regras oficiais e sistemas táticos. Vivência prática dos fundamentos das diversas modalidades esportivas. Elaboração de tabelas e súmulas de competições esportivas.</p>
<p>GINÁSTICA: rítmica e geral.</p>	
<p>Estudar a origem da ginástica: trajetória até o surgimento da Educação Física. Construção de coreografias. Pesquisar sobre a ginástica e a cultura de rua (circo, malabares e acrobacias). Análise sobre o modismo relacionado a ginástica. Vivência das técnicas específicas das ginásticas desportivas. Analisar a interferência de recursos ergogênicos (doping).</p>	
<p>JOGOS E BRINCADEIRAS: jogos de tabuleiro, dramáticos e cooperativos.</p>	
<p>Organização e criação de gincanas e RPG (Role-Playing Game, jogo de interpretação de personagens), compreendendo que é um jogo de estratégia e imaginação, em que os alunos interpretam diferentes personagens, vivendo aventuras e superando desafios. Diferenciação dos jogos cooperativos e competitivos.</p>	
<p>DANÇA: criativas e circulares.</p>	
<p>Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na dança. Organização de festivais de dança. Vivência de elementos e técnicas constituintes da dança.</p>	
<p>LUTAS: com instrumento mediador. Capoeira.</p>	
<p>Pesquisar a origem e os aspectos históricos das lutas.</p>	

ENSINO MÉDIO	CONTEÚDOS BÁSICOS
ESPORTE	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA
<p>COLETIVOS; INDIVIDUAIS E RADICAIS</p>	<p>Recorte histórico delimitando tempos e espaços.</p> <p>Analisar a possível relação entre o Esporte de rendimento X qualidade de vida.</p> <p>Análise dos diferentes esportes no contexto social e econômico.</p> <p>Estudar as regras oficiais e sistemas táticos.</p> <p>Organização de campeonatos, torneios, elaboração de Súmulas e montagem de tabelas, de acordo com os sistemas diferenciados de disputa (eliminatória simples, dupla, entre outros).</p> <p>Análise de jogos esportivos e confecção de Scalt.</p> <p>Provocar uma reflexão acerca do conhecimento popular X conhecimento científico sobre o fenômeno Esporte.</p> <p>Discutir e analisar o Esporte nos seus diferenciados aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • enquanto meio de Lazer. • sua função social. • sua relação com a mídia. • relação com a ciência. • doping e recursos ergogênicos e esporte alto rendimento. • nutrição, saúde e prática esportiva. <p>Analisar a apropriação do Esporte pela Indústria Cultural.</p>
<p>GINÁSTICA: artística/olímpica, de academia e geral.</p>	

Analisar a função social da ginástica.
Apresentar e vivenciar os fundamentos da ginástica.
Pesquisar a interferência da Ginástica no mundo do trabalho (ex. laboral).
Estudar a relação entre a Ginástica X sedentarismo e qualidade de vida.
Por meio de pesquisas, debates e vivências práticas, estudar a relação da ginástica com: tecido muscular, resistência muscular, diferença entre resistência e força; tipos de força;
fontes energéticas, frequência cardíaca,
fonte metabólica, gasto energético, composição corporal, desvios posturais, LER, DORT, compreensão cultural acerca do corpo, apropriação da Ginástica pela Indústria Cultural entre outros.
Analisar os diferentes métodos de avaliação e estilos de testes físicos, assim como a sistematização e planejamento de treinos.
Organização de festival de ginástica.

JOGOS E BRINCADEIRAS: jogos de tabuleiro, dramáticos e cooperativos.

Analisar a apropriação dos Jogos pela Indústria Cultural.
Organização de eventos.
Analisar os jogos e brincadeiras e suas possibilidades de fruição nos espaços e tempos de lazer.
Recorte histórico delimitando tempo e espaço.

DANÇA: folclóricas, de salão e de rua.

Possibilitar o estudo sobre a Dança relacionada a expressão corporal e a diversidade de culturas.
Analisar e vivenciar atividades que representem a diversidade da dança e seus diferenciados ritmos.
Compreender a dança como mais uma possibilidade de dramatização e expressão corporal.

<p>Estimular a interpretação e criação coreográfica.</p> <p>Provocar a reflexão acerca da apropriação da Dança pela Indústria Cultural.</p> <p>Organização de Festival de Dança.</p>
<p>LUTAS: lutas com aproximação; lutas que mantêm a distancia; com instrumento mediador. Capoeira.</p>
<p>Pesquisar, estudar e vivenciar o histórico, filosofia, características das diferentes artes marciais, técnicas, táticas/ estratégias, apropriação da Luta pela Indústria Cultural, entre outros.</p> <p>Analisar e discutir a diferença entre Lutas x Artes Marciais.</p> <p>Estudar o histórico da capoeira, a diferença de classificação e estilos da capoeira enquanto jogo/luta/dança, musicalização e ritmo, ginga, confecção de instrumentos, movimentação, roda.</p>

METODOLOGIA

Ao incluir o aluno na elaboração das propostas de ensino e aprendizagem, serão consideradas, a sua realidade social e pessoal, a percepção de si e do outro, suas dúvidas e necessidades de compreensão desta mesma realidade.

Os conteúdos de Educação Física serão trabalhados respeitando as individualidades físicas, rítmicas, psíquicas e motoras buscando a compreensão e vivências das diferentes formas de praticar esportes. Modismos, valores estéticos, percepção, desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades motoras serão relacionadas às atividades esportivas.

A partir da inclusão, pode-se construir um ambiente de aprendizagem significativa, que faça sentido ao aluno, no qual ele tenha a possibilidade de fazer escolhas, trocar informações, estabelecer questões e construir hipóteses na tentativa de responde-las, valorizando a história e cultura do povo negro e indígena, não apenas elevando a autoestima e compreensão de sua etnia, mas de todas as etnias, na perspectiva da afirmação de uma sociedade multicultural e pluriétnica.

Os alunos participarão das atividades propostas individualmente e em

grupos variando conforme os objetivos a serem alcançados, abrindo assim um leque para discussões férteis para a melhoria da qualidade durante a aula.

Professor e aluno podem participar de uma integração cooperativa de construção e descoberta, em que o professor promove uma visão organizada do processo e o aluno contribui com o elemento novo, trazendo a síntese da atualidade para o movimento da aprendizagem.

Utilizaremos várias formas de trabalho como:

- Estudo do meio
- Exposição de vídeo
- Leitura de textos
- Apreciação de obras de vários autores
- Discussão de assuntos (debates, questionamentos e reflexões)
- Estudo sobre mídia
- Projetos interdisciplinares
- Resgate de brincadeiras populares
- Elaboração de coreografias
- Confecção de materiais alternativos

Haverá no decorrer do processo uma articulação entre: O uso indevido de drogas; Sexualidade Humana; Educação Ambiental; Enfrentamento à Violência Contra a Criança e Adolescente conforme o quadro seguinte:

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	POSSIBILIDADE DE RELAÇÃO COM AS TEMÁTICAS DA DIVERSIDADE.
<ul style="list-style-type: none"> • ESPORTE • JOGOS E BRINCADEIRAS • DANÇA 	<p>GENERO E DIVERSIDADE SEXUAL Abordagem que privilegie o reconhecimento e a ampliação da diversidade nas relações sociais através da história e evolução do esporte.</p> <p>EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resgate dos Jogos e Brincadeiras de

	<p>seus antepassados.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adaptação de atividades a serem desenvolvidos no campo. <p>ÉTNICO-RACIAL / EDUCAÇÃO ESCOLAR ÍNDIGENA.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Danças folclóricas. • Capoeira. • Jogos indígenas.
--	--

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Discutir com os alunos os critérios de avaliação, contribuindo no atendimento do programa a ser desenvolvido no período letivo como também ampliará a compreensão dos alunos sobre o que buscamos alcançar, responsabilizando a todos pela trajetória a ser percorrida.

Estabelecer relações entre conhecimentos, conceitos, valores e atitudes; integrar-se a dimensão emocional e sensível do corpo à cultura corporal do movimento e ampliando sua compreensão de saúde e bem-estar, tendo em vista a promoção da qualidade devida, buscando do aluno o seu próprio valor como ser humano integrado na sociedade.

Utilização da autoavaliação como um momento para a reflexão do educando sobre as contribuições, no seu crescimento profissional e coletivo, sobre seu próprio desempenho, buscando assim, a mudança da conduta e posicionamento do educando sobre o processo de construção do conhecimento contínuo.

Avaliar a cooperação, integração social em grupo, com atitudes de respeito mútuo, solidariedade e dignidade, reconhecendo suas próprias características e limitações no seu desenvolvimento.

Não esquecendo que a avaliação deve ser contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Nas aulas práticas, o aluno será avaliado diariamente pela sua participação e produção na aula.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino-aprendizagem. Devendo ser feita uma revisão dos conteúdos, onde serão propostos novos exercícios de fixação e esclarecimentos das dúvidas que ainda possam existir. Quanto aos alunos inclusos será feita uma avaliação diferenciada, respeitando seu tempo e limitações, de acordo com o PPP da escola.

Dessa forma, utilizar-se-á diferentes critérios de avaliação, de acordo com as diversidades e possibilidades das várias turmas e turnos, respeitando as vivências dos alunos, tais como:

- Debate
- Participação
- Avaliação teórica e prática
- Avaliação oral
- Trabalhos individuais
- Trabalhos em grupo
- Pesquisas
- Relatórios

REFERÊNCIAS

ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. Reinventando o esporte: Possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores associados/CBCE, 2001.

AUTORES ASSOCIADOS. Imagens da educação no corpo. Campinas:1998

BARRETO, Débora. Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola. Campinas: Autores associados, 2004

BERTHERAT, Therése. As estações do corpo. São Paulo: Martins Fontes, 1986

BRACHT, Valter. **Educação Física: Conhecimento e especificidade.**

BRACHT, Valter. **Pesquisa em ação: Educação Física na escola.** 2003.

BREGOLATO, R.A. **Textos de Educação Física para a sala de aula.** Cascavel, assoeste, 1994

CARVALHO, Yara Maria de RUBIO, Kátia. **Educação Física e Ciências Humanas.** São Paulo: Hucitec, 2001

CRESPO Jorge. **A história do corpo**. Liboa: Difel.1990.

DCEs – **Diretrizes Curriculares da Educação Fundamental da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná**. 2008

Educar em revistas nº16. **Corporalidade e educação**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **O corpo que fala dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lúdico, Educação e Educação Física**. 1999.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Revista Estudos Históricos, vol. 13 nº23. **Esporte e Lazer**. Rio de Janeiro: 1999.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio. **Existe espaço para o ensino de educação Física na escola básica? Pensar a prática**. Goiânia Junho/1998.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Intervenção e conhecimento na escola: por uma cultura escolar de Educação Física**.

7.6 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A disciplina de Ensino Religioso participa dos currículos escolares no Brasil e, em cada período histórico, assumiu diferentes características pedagógicas e legais. A primeira forma de inclusão dos temas religiosos na educação brasileira que se perpetuou até a Constituição da República em 1891 pode ser identificada nas atividades de evangelização promovidas pela Companhia de Jesus e outras instituições religiosas de confissão católica.

Com o advento da República, contudo, e do ideal positivista de separação entre Estado e Igreja, todas as instituições e assuntos de ordem pública e conseqüentemente a educação do povo foram incumbidos da tarefa de se reestruturar de acordo com o critério de laicidade interpretada no sentido de neutralidade religiosa. Assim, surgiu, entre os defensores da República, o impulso de dissolver o modelo de educação baseado na catequese religiosa, iniciando-se um

período de intensa disputa entre os defensores da manutenção do ensino confessional e os partidários do princípio republicano de educação laica.

Em 1934, o Estado Novo introduziu a disciplina de Ensino Religioso, nos currículos da educação pública, salvaguardando o direito individual de liberdade de credo. Ele apresentou, em forma de lei, uma proposta de ensino da temática religiosa que, por um lado, garantisse a existência de uma disciplina desse teor na educação pública e que, por outro lado, mantivesse um caráter facultativo para os estudantes não católicos.

Tal orientação levantou uma série de questionamentos e discussões, mas a possibilidade de um Ensino Religioso aconfessional e público só se concretizou legalmente na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, onde pela primeira vez na história da inclusão dos temas religiosos na educação brasileira, foi proposto um modelo laico pluralista com a intenção de impedir qualquer forma de prática catequética nas escolas públicas.

No Paraná, para viabilizar a proposta de Ensino Religioso, foram adotadas uma série de medidas, dentre elas citamos a elaboração de material pedagógico, cursos de formação continuada e de atualização religiosa, oferta de apostilas aos professores, Simpósio de Educação Religiosa(1981), curso de Especialização em Pedagogia Religiosa,. elaboração do Currículo Básico, etc.

Somente a partir das discussões da LDBEN 9394/96, incentivadas pela sociedade civil organizada, o Ensino Religioso passou a ser compreendido como disciplina escolar. Em decorrência desse processo, sua instituição nas escolas públicas do país foi regulamentada.

De acordo com o artigo 33 da LDBEN, o Ensino Religioso recebeu a seguinte caracterização:

Art. 33 – O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica assegurado o respeito à diversidade religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§1º – Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão de professores.

§2º – Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Em 1997, foi elaborado pelos educadores e publicado pelo MEC o PCN de

Ensino Religioso, o qual passou a ser uma das principais referências para a organização do currículo em todo o país.

No Estado do Paraná, com a aprovação da Deliberação 03/02 e a elaboração da Instrução Conjunta Nº. 001/02 do DEF/SEED, os professores que ministravam aulas de Ensino Religioso foram envolvidos num processo de formação continuada voltado à legitimação da disciplina na Rede Pública Estadual. Por meio de encontros, simpósios, grupos de estudos e DEB Itinerante, as discussões realizadas entre os professores da rede resultaram na elaboração das Diretrizes Curriculares de Ensino Religioso para a Educação Básica que tem como proposta a implementação de um Ensino Religioso laico e de forte caráter escolar.

O Ensino Religioso tem como objeto de estudo **o Sagrado**.

A disciplina de Ensino Religioso deve propiciar a compreensão, comparação e análise das diferentes manifestações do Sagrado, com vistas à interpretação dos seus múltiplos significados. Ainda, subsidiará os educandos na compreensão de conceitos básicos no campo religioso e na forma como as sociedades são influenciadas pelas tradições religiosas, tanto na afirmação quanto na negação do Sagrado.

O fenômeno religioso acontece no universo de uma cultura, é influenciado por ela e, por sua vez também influencia a cultura. Tal fenômeno é inerente ao ser humano e tem como pressuposto a transcendência, a qual está na raiz de toda produção cultural.

O Ensino Religioso tem em vista o compromisso com a transformação social e histórica diante da vida, pois a religião e o conhecimento religioso se constitui em patrimônio da humanidade.

E, como área de conhecimento, favorece a compreensão das diferentes expressões religiosas, possibilitando uma visão global de mundo e de pessoa. Essa humanização se constrói nas relações que o ser humano estabelece consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

A educação religiosa fundamenta-se na fenomenologia religiosa e objetiva instrumentalizar o aluno com o conhecimento do fenômeno religioso, tendo como ponto de partida a realidade sociocultural do mesmo, com enfoque centrado no conhecimento religioso, historicamente produzido e acumulado pela humanidade,

sem perder de vista as questões que se relacionam ao aprendizado da convivência baseada em valores éticos.

A mesma tem uma contribuição social e uma função importantíssima na formação do cidadão. Todavia, o seu conteúdo precisa estar alicerçado na pluralidade e na diversidade religiosa, ser multireligioso e usar de uma comunicação inter religiosa. Sua metodologia precisa estar fundamentada nos princípios da imparcialidade. Esse conteúdo está sempre em movimento pelas ações da História.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

6º Ano	
Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
Paisagem Religiosa Universo Simbólico Religioso Texto Sagrado	Organizações religiosas Lugares Sagrados Textos Sagrados orais ou escritos Símbolos Religiosos

7º Ano	
Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
Paisagem Religiosa Universo Simbólico Religioso Textos Sagrados	Temporalidade Sagrada Festas Religiosas Ritos Vida e Morte

METODOLOGIA

Propor encaminhamento metodológico para a disciplina de Ensino Religioso, mais do que planejar formas, métodos, conteúdos ou materiais a serem adotados em sala de aula, pressupõe um constante repensar das ações que subsidiam esse trabalho, pois, uma abordagem nova de um conteúdo escolar leva a novos métodos de investigação, análise e ensino.

A diretriz para a disciplina de Ensino Religioso, propõe um encaminhamento metodológico baseado na aula dialogada, isto é, partir da experiência religiosa do aluno e de seus conhecimentos prévios para, em seguida, apresentar o conteúdo que será trabalhado.

Os Conteúdos Básicos devem ser tratados sob a Ética dos três Conteúdos Estruturantes, utilizando uma linguagem científica e não religiosa, a fim de que as aulas de ensino religioso deixem de ter o caráter proselitista.

O objetivo é superar toda e qualquer forma de doutrinação ou imposição de uma religião em específico, oferecendo subsídios para que os estudantes entendam como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o sagrado, através de um processo de ensino e aprendizagem que estimule a construção do conhecimento através de discussões, debates, apresentação de hipóteses, confronto de ideias, comparação e análise das diferentes manifestações religiosas, interpretação dos seus múltiplos significados e na exposição de conteúdos formalizados.

Para isso inicialmente o professor deve verificar o que os alunos conhecem sobre o assunto e que uso fazem desse conhecimento em sua prática social cotidiana. Deve-se então fazer com que os próprios alunos identifiquem o quanto já conhecem a respeito do conteúdo, promovendo a compreensão de que o assunto a ser desenvolvido em aula está presente na prática social deles próprios.

Após essa primeira etapa parte-se para a problematização do conteúdo, a elaboração de questões que articulem o conteúdo em estudo à vida do educando. É o momento da mobilização do aluno para a construção do conhecimento. Essa abordagem pressupõe a contextualização do assunto, pois o conhecimento só faz sentido se associado ao contexto histórico, político, cultural e social em que o aluno vive para que ele possa ser identificado. Ou seja, estabelecem-se relações entre o que ocorre na sociedade, o objeto de estudo da disciplina, nesse caso, o sagrado, e os conteúdos estruturantes.

Esses conteúdos formalizados devem tratar as diversas manifestações culturais e religiosas, englobando seus ritos, suas paisagens e símbolos. Os conteúdos dessa disciplina devem ser trabalhados enquanto conhecimento da diversidade sócio-político e cultural da realidade em que o aluno está inserido. Através da busca da compreensão dessa diversidade essa escola objetiva a inclusão do aluno nesse meio reconhecendo as diferenças individuais, e as utilizando como instrumentos na construção de um espaço dialógico no qual as diferenças se complementam tornando o currículo aberto e flexível, afirmando um

dos princípios norteadores dessa escola que é o respeito a individualidade.

AVALIAÇÃO

Para efetivar o processo de avaliação no Ensino Religioso, é necessário estabelecer os instrumentos e definir os critérios que explicitem o quanto o aluno se apropriou do conteúdo específico da disciplina e foi capaz de relacioná-lo com as outras disciplinas. A avaliação pode revelar em que medida a prática pedagógica, fundamentada no pressuposto do respeito à diversidade cultural e religiosa contribui para a transformação social.

Apesar da disciplina de Ensino Religioso não se constituir como objeto de reprovação, e não ter registro de notas ou conceitos na documentação escolar, a avaliação é um elemento integrado do processo educativo e cabe ao professor implementar práticas avaliativas e construir instrumentos que permitam acompanhar e registrar o processo de apropriação de conhecimentos pelo aluno em articulação com a intencionalidade do ensino que será explicitada no Plano de Trabalho Docente. O que se busca com o processo avaliativo é identificar em que medida os conteúdos passam a ser referenciais para a compreensão das manifestações do Sagrado pelos alunos.

O processo avaliativo será registrado por meio dos seguintes instrumentos: desenhos, debates, textos produzidos pelos alunos, textos para análises, músicas, livros (montagens), individual ou coletivo, atividades no caderno ou outras atividades coletivas (painéis, cartazes); a partir dos quais será possível diagnosticar o quanto o aluno se apropriou do conteúdo, como resolveu as questões propostas, como reconstituiu seu processo de concepção da realidade social e, como, enfim, ampliou o seu conhecimento em torno do objeto de estudo do Ensino Religioso, o Sagrado, sua complexidade, pluralidade, amplitude e profundidade.

REFERÊNCIAS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Ensino Fundamental e Médio.

REGIMENTO ESCOLAR - Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Ensino Fundamental e Médio

7.7 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA

I - APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

“Quem por ventura pretende refletir sobre a natureza do conhecimento ou do mundo não pode evitar questões filosóficas”. (Salles, “Introdução” In: PERINI, 2007).

A busca, a percepção, e a difusão do conhecimento não são possíveis sem o questionamento, sem a dúvida, sem o estranhamento, sem a admiração e a perplexidade em relação ao novo... em outras palavras, sem o filosofar. A Filosofia, constituída como pensamento, surgiu há mais de 2600 anos, e tem como sua origem a Grécia Antiga. Como reflexão sobre o homem e o mundo, este pensamento é tão antigo como o próprio homem.

À primeira vista, entendemos a Filosofia como algo enigmático, profundamente abstrato e distante da realidade. Essa visão da Filosofia decorre do trabalho de diversos pensadores que, ao longo da história da Filosofia, buscaram respostas e refletiam sobre questões que constantemente fazemos ao longo de nossa existência. Essas inquietações decorrem da necessidade que todo ser humano tem de compreender o significado, questionando e tecendo uma teia de relações cada vez mais abrangentes que nos indiquem respostas, mesmo que provisórias.

Desta forma, o primeiro passo para a Filosofia é a inquietação que conduz ao questionamento. O Objeto da Filosofia é a reflexão, o movimento do pensamento que nos permite recuar, nos distanciar dos fatos aparentemente banais para buscarmos seus fundamentos.

A Filosofia inicia seu procedimento num momento preciso: é naquele momento que em abandonamos nossas certezas cotidianas e não dispomos de nada para substituí-las, ou para preencher a lacuna deixada por elas. Em outras palavras, a Filosofia nasce naquele instante em que a realidade natural(o mundo

das coisas) e a realidade histórica cultural (o mundo dos homens) se tornam estranhas, espantosas, enigmáticas e os instrumentos que dispomos já não são suficientes, já não podem satisfazer. Segundo Russell, em Os problemas da Filosofia:

“O valor da Filosofia, em parte, deve ser buscado na sua mesma incerteza. Quem não tem umas tintas de Filosofia é um homem que caminha pela vida fora sempre aguilhoado a preconceitos que se derivam do senso comum, das crenças habituais do seu tempo e do seu país, das convicções que cresceram no espírito sem a cooperação ou consentimento de uma razão deliberada. O mundo tende, para tal homem, tornar-se finito, óbvio; para ele os objetos habituais não erguem problemas e as possibilidades infamiliares são desdenhosamente rejeitas. Quando começamos a filosofar, ao contrário, imediatamente caímos na conta de que incompletissimamente se dá a resposta. A Filosofia, se bem incapaz de nós dizer ao servo qual ser a verdadeira resposta. A Filosofia, se bem incapaz de nos dizer ao servo qual ser a verdadeira resposta a varias dúvidas que ela própria evoca, surgem numero as responsabilidade que nos conferem amplidão aos pensamentos, descativando-nos da tirania do hábitot. Embora diminua, por consequência, o nosso sentimento de certeza no que podem ser, varre o dogmatismo, um tudo nada arrogante, dos que chegaram a empreender viagens nas religiões da duvida libertadora; e vivia o sentimento de admiração, por que mostra que nos são costumadas num determinado aspecto o que não é”.(Russell, 2001, p. 148).

Se é verdade que continuamente refletimos, nem sempre refletimos com radicalidade, ultrapassando as fronteiras da superficialidade para buscarmos as raízes de nossa forma de pensar e agir no mundo. A reflexão radical requer um caminho que nos garanta esse aprofundamento, ela deve ser organizada, ciente dos princípios e dos objetivos que almeja.

Radicalizar, sistematização e abrangência são as marcas da Filosofia que nasce da experiência humana, da tentativa do ser humano de compreender a si mesmo e tudo que o cerca, valendo-se da autonomia da razão para criar e recriar conscientemente o mundo em que vivemos.

A complexidade da Filosofia está na enigmática e surpreendente aventura de ideias que nos identifica e nos diferencia de outros seres. Portanto, a Filosofia está presente na ciência, na arte, no mito, na religião e no cotidiano. Embora possamos afirmar que a Filosofia esteja presente nas diversas manifestações do humano, ela não se confunde com nenhuma dessas formas de conhecimentos específicos, mas as fundamenta.

A Filosofia é, antes de tudo, uma atividade e uma atitude. A atitude filosófica é a postura que resulta de uma ação reflexiva. Para a Filosofia não basta saber que

as coisas estão aí à nossa frente, que há objetos no nosso mundo de um ou outro jeito. Deve-se perguntar: Por Quê? – Por quê as coisas estão aí deste modo? Qual a causa de serem assim? Quando a dúvida e o espanto se instala no nosso pensamento é que começamos a filosofar.

Tendo em vista esta concepção de Filosofia abordada na presente Proposta Curricular, parece interessante perguntar: Qual é o papel que o professor de Filosofia tem no universo escolar? O contexto do mundo atual impõe um grande desafio aos educadores: a formação de pessoas com habilidades necessárias para transformar a informação em conhecimento e conhecimento em ações consequentes.

A velocidade com que são produzidas e repassadas as informações exigem uma forma mais elaborada de apreensão, possibilitando, assim, relacioná-las e delas extrair tudo aquilo que está implícito. Além disso, os indivíduos desta sociedade em rápida transformação terão êxito e serão atuantes na medida em que conseguirem interagir autonomamente com o meio em que vivem.

Em primeiro lugar, o retorno do ensino de Filosofia no Ensino médio deve ser entendido como o reconhecimento da importância desta disciplina para ampliar o significado e os objetivos sociais e culturais da Educação. Para tanto, é imprescindível que, nos programas escolares, existam disciplinas como a Filosofia, a História e a Sociologia, que propõem e permitem ao aluno compreender melhor as relações histórico-socio-culturais e diversidades no contexto em que vive, elevando assim a Educação a exercer um papel político-existencial, capaz de superar o estigma de uma mera transmissão de informações.

Então cabe ao educador e, especificamente ao professor da Filosofia, indagar: Qual é o papel da Filosofia nos atuais formatos curriculares do Ensino Médio? Qual o papel ou os papéis que ele pode desempenhar? Neste sentido, uma vez mais, a Educação tem papel de destaque na formação deste novo indivíduo.

A simples transmissão de informações produzidas ao longo da história já não basta. Cabe à Educação, agora, dar os instrumentos necessários para que, a partir do que já foi construído, as pessoas possam elaborar novos conhecimentos, desenvolver seu potencial criativo, enfrentar novos desafios, relacionar as

informações e tirar suas próprias conclusões.

A Filosofia é disciplina indispensável ao currículo do ensino médio porque oferece aos jovens a oportunidade de desenvolver um pensamento crítico e autônomo. Em outras palavras, a Filosofia permite experimentar um “pensar por si mesmo”. A forma de escaparmos de tal risco é investindo em um “ensino ativo de Filosofia”, em que os estudantes sejam encorajados a pensar, a desenvolver suas próprias experiências de pensamento.

Mas, como nenhum pensamento é desconectado ou isolado, essas experiências de pensamento apenas são possíveis por meio do estudo de textos filosóficos, da compreensão de que cada filósofo cria seus conceitos para enfrentar os problemas com os quais se depara. Realizar a própria experiência de pensamento significa, assim, dominar as ferramentas lógicas e conceituais da Filosofia, saber identificar os problemas que enfrentamos e aplicar essas ferramentas de pensamento a esse problema, comparando com que já foi pensado pelos filósofos ao longo da história.

Assim, o que norteia a presente Proposta Curricular é a crença de que um dos principais papéis da Filosofia no Ensino médio é desenvolver, em suas atividades de reflexão, a expressão da diversidade das potencialidades humanas. Isso se faz não somente com aquisição de informações, mas sobretudo, com o desenvolvimento de atitudes de estranhamento em relação ao senso comum, o qual a Filosofia contribui para formar no educando. A disciplina de Filosofia no contexto escolar, portanto, deve contribuir para o aluno desenvolver a capacidade de ouvir, ler, compreender, escrever para ter subsídios para argumentar com clareza, seja para sustentar uma posição, seja para questioná-la ou suspendê-la.

Mas, evidentemente, não é qualquer Filosofia a ser ensinada que cumprirá esse tipo de papel. É preciso que não fiquemos presos à Filosofia como mais um conjunto de conteúdos a ser assimilados pelos estudantes. Se ela reduzir-se a uma visão panorâmica da história da Filosofia ou mesmo a um resumo das principais características do pensamento de alguns filósofos, será um ensino inócuo e até mesmo prejudicial.

O contato com a reflexão filosófica é o contato com o mundo, e o jovem educando só percebe essa importância quando apodera-se da Filosofia no seu dia-

a-dia. Assim sendo, o exercício filosófico contribui para o aluno adquirir a cada dia, e cada vez mais, a liberdade de expressão e pensamento. Assim sendo, o saber filosófico extrapola o âmbito escolar, constituindo-se como uma ferramenta necessária também fora da escola.

Segundo C. Favaretto, em *Ensino de Filosofia: por uma mediação pedagógica*, o contato com a Filosofia promove uma mediação, a partir do qual o educando dispõe de ferramentas teóricas e conceituais, com as quais ele pode se posicionar em relação à política, fazer julgamentos morais e éticos, e posicionar-se frente a sua existência. (FAVARETTO, 2001) As experiências didáticas em Filosofia devem produzir no aluno uma capacidade de estimular o pensamento crítico e autônomo. Por isso, nunca é cedo ou tarde demais para iniciarmos essa aventura do filosofar.

II- CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Os conteúdos apresentados nesse planejamento seguem as orientações das DCEs de Filosofia, são denominados conteúdos estruturantes, ou seja, conteúdos que se constituem historicamente e são basilares para o ensino de Filosofia. Os conteúdos serão abordados de forma mais detalhada nesta instituição de ensino, a partir da divisão:

1ª Série - MITO E FILOSOFIA E TEORIA DO CONHECIMENTO;

2ª SÉRIE - ÉTICA, FILOSOFIA POLÍTICA;

3ª SÉRIE - FILOSOFIA DA CIÊNCIA E ESTÉTICA.

A partir dos conteúdos estruturantes, adaptamos os conteúdos básicos e complementares que irão ser trabalhados com os alunos no decorrer do ano letivo.

III - CONTEÚDOS BÁSICOS

1- MITO E FILOSOFIA

- Saber mítico:
- Saber filosófico
- Relação mito e Filosofia
- Atualidade do mito
- O que é Filosofia?

2- TEÓRIA DO CONHECIMENTO

- Possibilidade do conhecimento;
- As formas de conhecimento;
- O problema da verdade;
- A questão do método;
- Conhecimento e lógica.

3- ÉTICA

- Ética e Moral;
- Pluralidade ética;
- Ética e violência;
- Razão, desejo e vontade;
- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas.

4- FILOSOFIA POLÍTICA

- Relações entre comunidade e poder
- Liberdade e igualdade na política:
- Política e ideologia
- Esfera pública e privada
- Cidadania formal e participativa

5- FILOSOFIA DA CIÊNCIA

- Concepção de ciência;
- A questão do método científico;
- Contribuições e limites da ciência;
- Ciência e ideologia
- Ciência e ética

6- ESTÉTICA

- Conceito e história do termo estética
- Natureza da arte

- Categorias estéticas- feio , belo, sublime;
trágico cômico grotesco, gosto, etc.:
- Funções da arte
- Concepções estéticas

IV- METODOLOGIA

Tendo em vista os objetivos propostos na Diretriz Curricular de Filosofia, as aulas serão no sentido de levar o aluno a questionar sua realidade, analisar, comparar, decidir, planejar e expor idéias, bem como ouvir e respeitar as de outrem configurando um sujeito crítico e criativo.

No que se refere à Lei nº 11645/08 – História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, será feito o resgate da valorização da cultura brasileira com um olhar Afro- brasileiro propriamente dito. Viemos de uma cultura que ensina que a nova cultura enquanto descendente de Africanos começa na escravidão, então devemos estudar o Egito, o Império Loruba, o Império do Congo da Angola, e diversas outras civilizações africanas anteriores ao período da escravidão, para formar cidadãos com novas perspectivas de compreensão, ou seja, de valorização e reconhecimento de nossos ancestrais e sua cultura.

A metodologia utilizada nas aulas de Filosofia será através de aula expositiva, muitas vezes com apoio do debate, das pesquisas ou de trabalhos em grupo. No campo da Filosofia as Diretrizes Curriculares tem o intuito de resgatar a problematização, a investigação e a criação de conceitos; com o objetivo de compreender as ações humanas. A partir dos conteúdos estruturantes de Filosofia; relações trabalho; ideologia; alienação; ética, Filosofia política; relações de poder e relações culturais devem ser refletidos problemas contemporâneos, bem como as conquistas e transformações numa visão filosófica.

O estudo sobre essa ótica nos permite compreensão da realidade; exemplo: as construções da ferrovia relacionado no contexto mais amplo(coronelismo, republica) possibilitando a articulação com os fatos históricos. Através de pesquisas; os documentos devem responder as indagações e problematizações, entre o passado e presente. Serão abordados momentos Históricos do Paraná de acordo com a Lei nº 13381/01.

As atividades com documentários em sala de aula proporcionam a produção de saber, onde a escola vai ao encontro de “andares”, como fonte em que se buscam respostas. A grande maioria dos professores adota os livros didáticos ou compõe apostilas como formato semelhante aos manuais, mesmo assim, valem-se da aula expositiva em virtude da falta de recursos mais adequados e de textos apropriados. Portanto a abertura a pesquisa de campo fortalece os objetivos.

Há ainda o uso de seminários, pesquisa bibliográficas e eventualmente, o uso de música, poesia, literatura, filme para sensibilizar a consciência dos cuidados com si próprio para construção de uma sociedade crítica e conscientizada utilizando-se de uma política de inclusão de todos os estudantes e também dos que apresentam necessidades educacionais especiais, em que não consista somente na permanência física das crianças na escola, mas sim de rever concepções e paradigmas, respeitando e valorizando a diversidade desses alunos. Exigindo, assim, que a escola e governo assuma a responsabilidade, criando espaços inclusivos.

Nessa perspectiva, incluir não significa que o aluno se molde ou se adapte à escola, consciente de sua função, deve colocar-se à disposição do aluno conforme a necessidade deste, cabe o papel da Filosofia esclarecer e abrir o leque a esse respeito, nada mais do que garantir o direito de todos à educação.

Em função do uso preponderante da aula expositiva e do livro didático, é possível dizer que a metodologia mais empregada no ensino de Filosofia destoa da concepção de Filosofia que se pretende, leva a reflexão de temas transversais em nossa sociedade.

Para a realização dos objetivos da seguinte Proposta Curricular é preciso ter referencia consistente em relação a centralidade do texto filosófico, o primado do texto filosófico que comporta questões, específicas, a partir do qual a Filosofia se desta das demais produções culturais, artísticas, científicas. Fazer Filosofia é fabricar questões (ou conceitos), desenvolvendo um modo específico de pensar. O exercício de leitura, análise, comentário e interpretações sobre o texto filosófico. Certamente é salutar que se utilizem textos de outra natureza (literários, jornalísticos, etc.) desde que a não se desloque a natureza específica de um contexto de Filosofia.

Com efeito, com a referência consiste em relação ao primado do texto filosófico, o professor poderá conferir uma maior riqueza aos recursos didáticos existentes, tornando as aulas mais agradáveis e dinâmicas.

Tomando como ponto de partida as Diretrizes Curriculares, o objetivo do curso de Filosofia no ensino Médio é fazer o aluno tomar contato com os temas clássicos da Filosofia. Neste universo de jovens e adolescentes ainda em formação, é necessário que a metodologia empregada em sala de aula em busca dos recursos e da linguagem utilizada no seu cotidiano e orientá-los a buscar na Filosofia um instrumento para pensar, refletir e solucionar seus próprios problemas. Portanto, serão tratados sempre que oportunos, temas do cotidiano do aluno, tais como: uso indevido de drogas, sexualidade, educação fiscal e ambiental.

Portanto, a capacidade de diálogo da Filosofia com outras áreas do conhecimento não pressupõe a perda da especificidade do ensino de sua própria área. O projeto pedagógico da escola, portanto, deve primar pela interdisciplinaridade assegurando ao mesmo tempo o tratamento disciplinar e contextualizado da Filosofia.

Adaptação Curricular para os alunos inclusos

Adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é um procedimento fundamental na atuação profissional, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender procurando estratégias que melhor respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno.

Para os alunos que apresentam necessidades especiais, como Dificuldade de atenção concentrada, dificuldade de abstração e alunos com deficiências serão adotados os seguintes procedimentos:

- Textos escritos complementados por materiais em outras linguagens e sistemas de comunicação (desenho, charges, fala, etc.);
- Introdução de metodologia e procedimentos complementares e /ou alternativos de ensino e aprendizagem;
- Organização diferenciada da sala de aula - Posicionar o aluno de forma que possa obter atenção do professor;

- Modificação do nível de complexidade das atividades.
- Eliminação de alguns componentes das atividades;
- Modificação da sequência da tarefa;
- Adaptação dos materiais utilizados;
- Atendimento individualizado;
- Eliminação do espírito de competitividade perante os alunos;
- Estimular a construção de crescente autonomia do aluno, ensinando-o a pedir informações de que necessita e a solicitar ajuda;
- Utilizar recursos e equipamentos disponíveis que favoreçam a comunicação dos que estiverem impedidos de falar.

V - Avaliação

A proposta de trabalho para os alunos quanto à avaliação ocorrerá no sentido de contribuir tanto para o professor, possibilitando avaliar a própria prática, como para o desenvolvimento do aluno; permitindo-lhe perceber seu próprio crescimento e sua contribuição para a coletividade.

Neste sentido, no processo educativo, a avaliação deve fazer servir como instrumento diagnóstico do processo de aprendizagem-ensino. Para que haja democratização do ensino, avaliação não deve ter o caráter classificatório e sim diagnóstico. Partindo do pressuposto que a avaliação deve entender o educando como sujeito do processo educativo, não deve ela tratar o educando como um mero objeto. Deste modo a avaliação tem em si o papel de diagnosticar, de servir de subsídio do processo de ensino aprendizagem de modo que seja garantida a qualidade do trabalho e os resultados que se pretende obter visando à qualidade do trabalho realizado, como um exercício de aperfeiçoamento mútuo.

Na complexidade do mundo contemporâneo com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender pensar e problematizar os conteúdos básicos dos conteúdos estruturantes: Mito e Filosofia; Teoria do Conhecimento; Ética; Filosofia Política; Filosofia da Ciência e Estética, elaborando respostas aos problemas suscitados e investigados. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os conteúdos básicos e poderá formular suas respostas quando toma posições e,

de forma escrita ou oral, argumentar, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de ideias com caráter inusitado e criativo, cujo resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante e pelo professor. Esta uma concepção diagnóstica, formativa e continuada da disciplina, em que todo o processo implica em avaliar e direcionar a metodologia para melhor compreensão do aluno.

A avaliação demonstrará a capacidade do aluno em abstrair certos conceitos e sua capacidade de interpretação. A avaliação decorre de um processo contínuo, sob forma escrita e oral obedecendo aos parâmetros exigidos pela legislação e, ou regimento escolar, atendendo as necessidades de alunos especiais, quanto à deficiência que apresentarem. O processo avaliativo faz parte da construção do saber, principalmente porque é de suma importância que o aluno aprenda a ser um pesquisador e fazer ciência de modo conciso, para que o educando assuma posturas intelectuais.

A avaliação bem como a recuperação em Filosofia serão diagnósticas e cumulativas, possibilitando-se uma recuperação de estudos aos alunos que não atingirem os índices mínimos necessários de aproveitamento, sendo ambas, tanto avaliação quanto a recuperação aplicadas em regime especial respeitando-se as limitações dos estudantes com necessidades educacionais especiais sejam quais forem. Partindo-se da ideia de que as escolas não devem ser confundidas com um aparelho ideológico do estado de caráter excludente, pode-se entender que a escola se constitua em um espaço de melhoria das condições físicas e mentais dos portadores de alguma limitação, de modo que o ambiente escolar sirva para contribuir para a melhoria da vida do aluno especial. Desse modo percebem-se exemplos claros de que a interação de crianças com deficiência e de alunos ditos por assim dizer normais é muito mais profícua do que se ambos vivessem separados, pois assim um aprende com o outro, não só sobre os conhecimentos curriculares, mas também a aprendizagem para a vida, do amor e do respeito às diferenças não importando o grau que elas apresentarem.

Nesse sentido os instrumentos avaliativos, inclusive a recuperação trarão consigo e levarão em conta o respeito às limitações do educando e de modo algum prejudicarão o rendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais de modo que a adaptação curricular será adequada às exigências e

necessidades do educando para que este aproveite ao máximo todos os recursos e conteúdos relacionados ao exercício e ao conhecimento filosófico.

Serão instrumentos avaliativos: provas objetivas e também com a produção de textos com argumentação crítica do aluno sobre temas estudados; produção de textos com base nas teorias filosóficas dos pensadores de forma puramente impessoal trabalhos em grupo; seminários; trabalhos de iniciação à pesquisa filosófica. Sendo necessário que a avaliação assuma seu papel de diagnóstico do estágio de aprendizado em que se encontra o educando, para servir como instrumento para o professor também reavaliar e redirecionar suas práticas pedagógicas.

Serão adotadas estratégias avaliativas que ajudam:

- a capacitação do aluno para um modo filosófico de formular e propor soluções e problemas nos diversos campos do conhecimento;
- compreender os principais temas, problemas e sistemas filosóficos;
- capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre o conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- capacidade de análise, interpretação e leitura de textos teóricos;
- percepção e integração entre a Filosofia e a produção técnica, científica e artística;
- expandir o legado da tradição filosófica e o gosto pelos desafios, pela inovação e pelo exercício do pensamento.

Serão adotados como instrumentos de avaliação:

- Textos produzidos pelos alunos;
- Atividade de pesquisa através do laboratório de informática (Paraná Digital);
- Testes escritos;
- Apresentação dos temas (oral ou escrita) em estudo;
- Registro das aulas, conforme a necessidade.

A recuperação dar-se-á de forma concomitante ao processo de ensino aprendizagem, através de retomadas de conteúdo e refacção de atividades avaliativas.

Adaptações no processo de avaliação

Para os alunos que apresentarem necessidades especiais serão utilizados diferentes procedimentos de avaliação adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades de expressão dos alunos. Utilizar-se-á de técnicas e instrumentos de acordo com a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos.

Serão também previstos tempos flexíveis no que se refere a duração e ao período das atividades propostas, podendo tanto aumentar, como diminuir o tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os consequentes conteúdos. Ainda será proporcionado o atendimento em Sala de Recursos para o término das atividades avaliativas que não forem realizadas em sala de aula, em virtude do tempo que o aluno necessita devido a sua deficiência. Também serão proporcionados:

- A adaptação de instrumentos avaliativos;
- a introdução de critérios específicos de avaliação e a modificação dos critérios de promoção.

VI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola; Dicionário de Filosofia. São Paulo. Cromosete.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando: Introdução a Filosofia*. 4º Ed. São Paulo : Moderna 2009.

CONTRIM Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**. 1º Ed. São Paulo: Saraiva 2010.

CORDI, Cassiano. **Para Filosofar** 4º Ed. São Paulo . Scipione 2009.

MOSER, Antonio. 100 obras – chave de Filosofia. 1º Ed. São Paulo . Vozes 2010.

DIRETRIZ CURRICULAR DE Filosofia. Secretaria de Estado da Educação. Departamento do Ensino moderno. Paraná. Curitiba: junho, 2006.

FAVARETTO, C.F. *Notas sobre o ensino da filosofia*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Educ, 1995

Paraná, secretaria de Estado da **Educação Superintendência de Educação básica. Diretrizes Curriculares de Filosofia para ensino médio**. Curitiba, 2008.

RUSSELL, B. **Os problemas da filosofia**. Tradução Antonio Sérgio. Coimbra: Almedina, 2001.

WOLFF Jonathan. *Introdução a Filosofia* .4º Ed. São Paulo 2010.

7.8 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE FÍSICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE FÍSICA

A Física tem como objeto de estudo o Universo em toda sua complexidade e por isso, como disciplina escolar, propõe aos estudantes o estudo da natureza que, de acordo com MENEZES (2005) tem, aqui, sentido de realidade material sensível. Entretanto, os conhecimentos de Física apresentados aos estudantes do Ensino Médio não são coisas da natureza, ou a própria natureza, mas modelos elaborados pelo Homem. (DCEF,2008,p.3)

Até o Renascimento a maior parte da ciência conhecida pode ser resumida à Geometria Euclidiana, à Astronomia Geocêntrica de Ptolomeu (150 d. C.) e à física de Aristóteles (384 - 322 a.C.).

Aristóteles, no século IV a.C., foi um dos pensadores mais importantes da História. Elaborou uma Física e uma Cosmologia que se apoiavam em duas idéias fortemente enraizadas no senso comum que só vieram a ser questionadas no início do Renascimento: A Terra é imóvel e está localizada no centro do universo (geocentrismo) e nos céus, os movimentos que percebemos repetem-se de modo sempre regular, como se fossem imutáveis.

Para ele tudo que está abaixo da Lua (mundo sublunar) seria formado pelos quatro elementos que formariam o universo: terra, água, fogo e ar e o que está localizado a partir da Lua (mundo supralunar) seria formado por um quinto elemento o éter.

No Renascimento, surgiram novas técnicas que favoreciam a transformação da ciência e da sociedade. As observações e cálculos do polonês Nicolau Copérnico (1473-1543), refutaram a teoria geocêntrica de Ptolomeu revelando que era o Sol o centro de um sistema do qual a Terra era apenas um planeta. A partir disso ele propôs o novo modelo de explicação do universo (heliocentrismo), uma idéia já defendida muito antes por Aristarco de Samos (310-210 a.C.).

No séc. XVII, uma parte da Europa, especialmente a Itália, foi palco de mudanças significativas no modo de pensar, influenciando principalmente as

questões da ciência. Galileu Galilei (1562-1643) inaugurou a Física que conhecemos hoje, chamada de Física Clássica. De suas observações pelo telescópio desfez o sacrário dos lugares naturais, da dicotomia entre terra e céu, entre mundo sublunar e supralunar e contribuiu para a afirmação do sistema copernicano. O universo deixou de ser finito e o céu deixou de ser perfeito. O espaço passou a ser mensurável, descrito em linguagem matemática. (DCEF,2008,p.6)

Apesar dos fatos e da ousadia de Galileu não foi possível romper totalmente com o pensamento da época porém, deixaram pronto o caminho para que Isaac Newton fizesse a primeira grande unificação da ciência elevando a Física, no século XVII, ao status de Ciência, submetendo céu e terra a mesma lei.

Com sua mecânica e sua gravitação, Newton completou o que Galileu e Descartes não chegaram a realizar, que foi submeter o céu e a Terra às mesmas leis; a primeira grande unificação da física. Ele identificou as quantidades transferidas em qualquer interação e percebeu que a soma destas quantidades se mantém no sistema conjunto das partes que interagem, seja este o sistema solar ou um simples carrossel. Descobriu, assim, o primeiro e talvez o mais universal conjunto de invariantes na física, as quantidades de movimento, grandezas que se conservam sempre, mesmo em processos em que tudo parece estar mudando. (MENEZES,2005,p.19)

No século XVIII com a incorporação das máquinas a vapor e a grande transformação social que estava ocorrendo fez com que houvesse uma grande evolução da termodinâmica havendo a unificação da Física: o calor passou a ser entendido como uma forma de energia relacionada ao movimento.

Em 1842, Mayer concluiu que calor e trabalho são manifestações de energia, e elaborou uma síntese na qual afirmava que a energia criada

não pode ser destruída, aniquilada; pode tão-somente mudar de forma. Ao abranger trocas de trabalho e calor, a energia mostrou-se uma quantidade que se conserva em todos os processos, constituindo outro grande invariante, ao lado das quantidades de movimento, outra grande unificação da física (MENEZES, 2005, p. 29).

Com o desenvolvimento das máquinas para o sistema fabril veio tirar muitos artesãos do seu trabalho e a física foi um importante aliado para o avanço da sociedade capitalista.

Nesse contexto houve uma outra unificação na Física, cuja sistematização coube ao escocês James Clerk Maxwell, por volta de 1861.

[Maxwell] [...] previu que os campos eletromagnéticos poderiam se propagar como ondas, o que foi logo confirmado por Heinrich Hertz. A velocidade destas ondas coincide com a da luz, levando à formulação da teoria eletromagnética da luz, completando assim, a unificação que Faraday iniciara. Ao lado da teoria da gravitação universal, desenvolvida por Newton, a teoria do eletromagnetismo, sistematizada por Maxwell, completou uma visão geral de todos os campos de força até então conhecidos, ao mesmo tempo em que lançou as bases tanto para a produção e uso da energia elétrica quanto para as modernas telecomunicações (MENEZES, 2005, p.21).

No início do século XX, Einstein apresenta a teoria da relatividade especial alterando os fundamentos da mecânica e apresentando uma nova visão do espaço e do tempo, sem o éter.

No período entre guerras, muitos cientistas se transferiram para outros países para desenvolver suas pesquisas, especialmente para os Estados Unidos, cujos trabalhos abriram caminho para o desenvolvimento da mecânica quântica.

Em 1934, no Brasil, foi criado o curso de *Sciencias Physicas*, na Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras da Universidade de São Paulo, permitindo ao país que a Física começasse a se desenvolver efetivamente.

Os novos fatos científicos do século XX obrigaram os físicos a refletir sobre o próprio conceito de ciência, sobre os critérios de verdade e validade dos modelos científicos.

OBJETIVO GERAL

- Compreender e utilizar a Matemática como linguagem para expressar os modelos físicos, utilizando esses modelos e reconhecendo seus limites de validade. Por exemplo, a impossibilidade de explicar o movimento de partículas em movimento com velocidades próximas à velocidade da luz pelo modelo newtoniano.
- Interpretar textos básicos ou originais de Física, textos de divulgação científica ou jornais, poesia e literatura de ficção, dentre outros, considerando as ideias, conceitos e leis fundamentais da Física, estabelecendo relações entre essa ciência e outros campos de conhecimento e as inter-relações entre as teorias físicas.

- Promover a compreensão dos fundamentos científicos/tecnológicos da física, relacionando a teoria com a prática, com a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, relacionando o conhecimento científico com a transformação da sociedade.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS - FÍSICA

1ª SÉRIE – ENSINO MÉDIO
Conteúdo estruturante: Movimento
<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Lei de Newton • 2ª Lei de Newton • 3ª Lei de Newton e condições de equilíbrio • <i>Momentum</i> e Inércia • Conservação de quantidade de movimento (<i>momentum</i>) • Variação da quantidade de movimento = Impulso • Energia e o Princípio da Conservação da energia • Trabalho e energia • Gravitação • Flúidos;

2ª SÉRIE – ENSINO MÉDIO
Conteúdo estruturante: Termodinâmica
Leis da Termodinâmica; <ul style="list-style-type: none"> • Lei zero da Termodinâmica; • 1ª Lei da Termodinâmica; • 2ª Lei da Termodinâmica; • 3ª Lei da Termodinâmica
Conteúdo estruturante: Eletromagnetismo
VI. Óptica: Natureza da Luz e suas Propriedades;
VII. Ondas;

(Introdução com a apresentação do modelo de ondas mecânicas que é válido no contexto do eletromagnetismo)

3ª SÉRIE – ENSINO MÉDIO

Conteúdo estruturante: Eletromagnetismo

- Carga elétrica;
- Corrente elétrica;
- Campo e ondas eletromagnéticas;
- Força eletromagnética;
- Equações de Maxwell: Lei de Coulomb, Lei de Ampère, Lei de Gauss (magnética) e Lei de Faraday;
- Natureza da luz e suas propriedades.

METODOLOGIA

É importante na disciplina de Física que possamos estar levando em conta os conhecimentos prévios dos estudantes sobre os fenômenos físicos do dia-a-dia para que então o professor possa iniciar o processo de aprendizagem abordando esses conhecimentos de modo que haja uma compreensão científica sobre os mesmos.

Nas DCEs cita que:

O professor deve mostrar ao estudante que o seu conhecimento não está pronto e acabado, mas que deve ser superado. Muitas das idéias dos estudantes já foram consideradas pelos cientistas, pois também o conhecimento científico não se constitui em uma verdade absoluta e definitiva. A História, a Filosofia e Epistemologia da Física podem ajudar o professor neste trabalho, pois propiciam uma maior compreensão dos processos científicos.

Levando em conta todos os aspectos acima apontados procurar-se: articular os conteúdos a questões da realidade e a aprendizagens prévias dos educandos; evitar a fragmentação, desenvolvendo as disciplinas em torno de grandes núcleos ou eixos centrais; promover articulações entre elas, tanto no que diz respeito a temas de estudo e habilidades comuns, quanto à organização das situações de ensino. É fundamental acreditar que o indivíduo é capaz de construir seu próprio conhecimento, deste modo, por considerarmos o aluno agente da construção de sua

aprendizagem utilizamos atividades e desafios, estimulando-o a agir reflexivamente, trocando ideias e opiniões com o professor e os colegas sobre as possíveis soluções.

Tal organização prevê momentos de trabalho com toda a classe, com grupos e tarefas individuais; além disso, propõe variedade de situações de apresentação e discussão de conteúdos, as disciplinas enfatizam habilidades comuns de leitura, registro e produção escrita, ampliando o contato com diferentes textos e materiais informativos como tabelas, gráficos, mapas, documentos da época, fotografias, dicionário entre outros.

Deve haver uma articulação entre os conteúdos específicos do mesmo conteúdo estruturante e entre conteúdo específico de conteúdo estruturante diferente sendo que os específicos articulam-se entre si e os estruturantes perpassam-se formando assim uma totalidade.

O livro didático é uma importante ferramenta pedagógica porém é o professor que deve saber utilizá-lo da melhor forma. É importante que a pesquisa seja parte integrante no processo educativo.

Os modelos científicos podem ajudar a superar o senso comum de que para aprender física precisa saber da matemática, pois o conhecimento físico está estruturado em torno de conceitos, leis, teorias, convenções aceitas pela comunidade científica.

A resolução de problemas também é um importante meio para que o estudante elabore hipóteses extrapolando assim a simples substituição de um valor para obter um valor numérico de grandeza.

Outro fator importante é considerar a História da ciência que mostra a evolução das ideias e conceitos em Física mostrando que também os grandes cientistas também erravam, acertavam mostrando que a ciência é humana e por isso possível de erros e que é um trabalho coletivo e gradual, não individual e instantâneo. Também é fundamental perceber os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade de cada época.

A experimentação se faz importante para as aulas de física pois pode clarear a compreensão dos conceitos ou a percepção da relação de um conceito com alguma ideia anterior.

A utilização de textos científicos faz com que forme leitores críticos bem como o uso de recursos tecnológicos para melhor compreensão de conteúdos. É fundamental utilizar de diversas metodologias para que aprendizagem da Física aconteça realmente.

Quanto a utilização dos recursos tecnológicos, (TV pendrive, CD,s, DVD,s,etc.) serão especificados no Plano de trabalho docente do professor, conforme os conteúdos específicos e a necessidade observada.

Considerações Metodológicas – Referente à aplicação das Leis nº 11.645/08, 11.525/07 e 9795/99

A abordagem dos Temas Contemporâneos, em especial os assuntos relacionados as leis acima citadas, será desenvolvida da seguinte forma: O tratamento de conteúdos será pela sua totalidade, ou seja, considerando os aspectos políticos, culturais e econômicos daquele recorte do conhecimento, tal abordagem facilitará a abordagem dos temas educacionais contemporâneos, tais como:

- **Lei da Música (Lei nº 11.769):** ao tratar das características físicas das ondas sonoras: intensidade, altura e timbre no estudo da ondulatória;
- **Prevenção ao uso indevido de drogas:** ao tratar dos perigos da má condução do veículo (consequências da inobservância das leis da física ao desprezar as forças envolvidas na condução do veículo) quando a pessoa esta sobre efeito de drogas ilícitas;
- **Educação fiscal (Lei da Educação tributária Dec.1143/99, Portaria nº 413/02):** ao discutir o orçamento e o dinheiro público empregado em ciência, tecnologia e educação;
- **Enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente,** Direitos das crianças e Adolescente (Lei 11525/07): Não há uma aplicação imediata de conteúdo, pois isso decorre quando na interação dos estudantes com o professor, quando o educador prima pelo respeito para com a turma e entre os estudantes. O professor poderá contextualizar essas questões aos tratar dos direitos e deveres de todos os cidadãos.

- **Sobre a Cultura Afro-brasileira e Africana (Lei 11645/08):** Poderão ser abordados assuntos referente a cultura dos povos indígenas, em especial, a sua concepção de **Universo e a explicação do movimento, calor e energia.**
- **Os assuntos referentes a Educação Ambiental (Lei 9795/99):** será trabalhado ao longo do estudo dos movimento, termodinâmica e eletromagnetismo, quando da sua apropriação, o estudante será conduzido a refletir sobre aspectos ambientais e a adoção de uma postura favorável. Segue abaixo algumas questões que podem ser discutidas com os estudantes no decorrer do trabalho com os conteúdos:
 - Uso de fontes alternativas de energia;
 - Destino adequado a pilhas e baterias;
 - Economia de energia elétrica: transformação de energia e uso dos recursos naturais;
 - Fenômenos climáticos tais como efeito estufa, formação de geadas, brisas marítimas e terrestres;
- **Educação Especial e Inclusiva (Lei nº 9394/96 e decreto Nº 186/08):** Com relação a Educação Especial Inclusiva, tomamos como referência Sasaki (1999, pg. 42), os materiais e métodos em um ensino de física em princípios inclusivos, se fundamentam na “aceitação das diferenças individuais, na valorização de cada pessoa, na convivência dentro da diversidade humana e na aprendizagem através da cooperação”.

Portanto, a educação inclusiva bem sucedida implica na aceitação de todos os alunos independente de condições sensoriais, cognitivas e físicas. Neste sentido este processo requer sistemas educacionais organizados que ofereçam respostas adequadas às diversas características e necessidades de seus educandos (CARVALHO, 1994).

Para tanto, as atividades realizadas em grupos e atenção mais próxima desses estudantes, em sala de aula, faz-se fundamental para que os objetivos sejam alcançados. Para isso, o colégio disponibiliza a sala de recursos que é um espaço onde os estudantes inclusos frequentam em contraturno e realizam atividades que

visam superar suas dificuldades. Dessa forma, em Física, poderão ser elaboradas atividades específicas e adequadas para esses alunos realizem, com o acompanhamento da equipe pedagógica.

Cabe ressaltar também que o Estado deve sempre dar suporte com adaptações na infraestrutura, materiais didáticos e formações continuadas para todos os profissionais da educação.

AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo fundamental para que possamos diagnosticar o ensino-aprendizagem e investigar a prática pedagógica refletindo sobre a ação da prática pedagógica, fazendo com que haja uma mudança na forma de trabalhar e podendo com isso mudar as práticas que não estão dando resultado.

A avaliação precisa ir de acordo com os documentos escolares e com o objetivo que a escola tem na formação de sujeitos históricos que compreendam o contexto social e possam interferir sobre ele formando uma sociedade mais justa.

A avaliação, nesta perspectiva, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos.(DCE,2009)

A avaliação deve ir além da simples constatação da aprendizagem de conteúdos precisa contribuir na formação do ser humano. A intenção do professor é tomar como referência o conhecimento que o educando já trás e organizar a partir disso uma aprendizagem continuada.

Para cumprir essa função a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem. Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002/2003).

Ressaltamos que as Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Educação Básica Paranaense, propõem formar sujeitos que construam sentidos para o mundo,

que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade.

Para concretizar esse objetivo, a avaliação escolar deve constituir um projeto de futuro social, pela intervenção da experiência do passado e compreensão do presente, num esforço coletivo a serviço da ação pedagógica, em movimentos na direção da aprendizagem do aluno, da qualificação do professor e da escola.

Nas salas de aula, o professor é quem compreende a avaliação e a executa como um projeto intencional e planejado, que deve contemplar a expressão de conhecimento do aluno como referência a uma aprendizagem continuada.

Precisamos tomar a avaliação não como um processo separado do ensino-aprendizagem mas que ambos trabalham juntos. É importante deixar claro os critérios e os instrumentos de avaliação para que o educando com isso o educador poderá articular as etapas da ação pedagógica. É importante a utilização de vários instrumentos avaliativos podendo com isso observar os diversos processos cognitivos dos educandos.

Instrumentos de Avaliação

Os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos. Poderão ser utilizados os seguintes instrumentos:

- **Prova Escrita Individual:** Instrumento preparado com questões objetivas, dissertativas e de cálculo;
- **Relatório de atividades experimentais** demonstradas em sala de aula pelo estudante com material concreto ou ainda apresentadas pela TV Multimídia. Os estudantes também poderão elaborar relatório sobre as atividades elaboradas por eles;
- **Atividades experimentais:** Construção de experimentos sobre os conteúdos previamente discutidos em sala de aula;
- **Lista de exercícios:** poderá ser resolvida pelos estudantes em sala de aula com a orientação do professor ou como tarefa de casa;
- **Seminários/debates:** explanação sobre trabalhos de pesquisa que tenham

elaborado, levando em conta, a qualidade da argumentação e o grau de apropriação do conteúdo;

- **Trabalhos de Pesquisa:** para elaboração dos trabalhos poderão ser consultados livros didáticos, paradidáticos e textos da web.

No Plano de Trabalho Docente, serão especificados os conteúdos específicos trabalhados naquele período de tempo, serão detalhados os critérios, estratégias e instrumentos de avaliação, para que professor e alunos conheçam os avanços e as dificuldades, tendo em vista a reorganização do trabalho docente.

Critérios de Avaliação

Quanto aos critérios de avaliação em Física, deve-se verificar:

- A compreensão dos conceitos físicos essenciais a cada unidade de ensino e aprendizagem planejada;
- A compreensão do conteúdo físico expressado em textos científicos;
- A compreensão de conceitos físicos presentes em textos não científicos;
- A capacidade de elaborar relatórios tendo com referência os conceitos, as leis e as teorias físicas sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva os conhecimentos da Física.

Assim, o professor terá subsídio para verificar a aprendizagem dos estudantes e, se for o caso, poderá interferir no processo pedagógico revendo seu planejamento.

Estratégias de Recuperação

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a

possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo.

As principais estratégias a serem utilizadas ao longo do bimestre para a recuperação dos conteúdos serão as seguintes:

- **Revisão de Conteúdos:** É uma síntese orientada pelo professor que ocorre antes da realização de qualquer atividade avaliativa. Poderão ser distribuídos roteiros de estudos aos estudantes para que sintetizem as principais ideias e orientem seus estudos;
- **Recuperação de conteúdos:** Ocorre a cada instrumento de avaliação, no momento da entrega dos instrumentos de avaliação devidamente corrigidos, o estudante observa quais foram os erros cometidos por ele, o professor retoma os conteúdos, comentando quais foram as principais dificuldades constatadas na avaliação. Posteriormente, os alunos serão reavaliados, em outro momento, para verificar se as dificuldades em relação aos conteúdos foram sanadas.

É importante destacar que todos os procedimentos de avaliação e recuperação segue a normativa do regimento escolar do estabelecimento e concepção norteador do Projeto Político Pedagógico do Colégio.

REFERÊNCIAS - MATERIAIS DIDÁTICOS

PARANÁ/SEED (Org.), Vários autores. **Livro Didático Público** - Física. Curitiba: Seed, 2009

XAVIER, Claudio. **FÍSICA AULA POR AULA**, ensino médio física, volumes 1, 2 e 3. São Paulo: FTD, 2010.

Carlos, Toscano. **Física e Realidade**, ensino médio física, volumes 1, 2 e 3. Aurélio Gonçalves Filho e Carlos Toscano. – São Paulo: Scipione, 2010.

HEWITT, Paul G. Fundamentos de Física Conceitual; tradução: Trieste Ricci – Porto Alegre: Bookman, 2009

GRAF, Grupo de Reestruturação do Ensino de Física (Vários autores). Leituras em

Física para estudantes. Disponível no site: www.if.usp.br/gref

REFERÊNCIAS – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA DISCIPLINA

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ MARCONDES SOBRINHO. **Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar do Estabelecimento**. Laranjeiras do Sul: Colégio, 2013

PARANÁ/SEED. Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Física. Curitiba: SEED, 2010.

7.9 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A História como disciplina escolar passou a ser obrigatória, com a criação do Colégio D. Pedro II em 1837.

Ao rever o ensino da História da década de 1970 aos dias atuais, pretendeu-se analisar as características da disciplina, suas permanências, mudanças rupturas e a inserção da produção historiográficas nas escolas.

Na segunda metade da década de 1980 e no início dos anos 90, cresceram os debates e propostas do ensino da História.

A História é uma ciência muito abrangente. Seu entendimento se faz através de análises, de busca de dados, pesquisas, hipóteses, associações de fatos, tabelas, épocas, siglas e os acontecimentos ocorridos desde o princípio da humanidade, até nossos dias.

Em 2003, foi elaborada a DCE para o ensino da História e ao longo desse período veio sendo reestruturada com a colaboração dos professores da rede pública estadual.

A História está sempre em construção, fazendo com que o indivíduo se reconheça como sujeito ativo no processo que analisa, compreenda o passado, para se posicionar em outro quadro social, cultural e familiar.

A História favorece a formação de cidadãos críticos, que assumam formas de participação social, política, econômica, religiosa e cultural, diante da realidade

atual, aprendendo a discernir os limites e as possibilidades de transformação da realidade histórica na qual se insere.

A História tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e as relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações.

É necessário pensarmos a História enquanto conhecimento ampliado, tanto pelos historiadores com seus estudos teóricos (fontes de documentos), como pela aproximação com as demais áreas de ensino (interdisciplinariedade).

Define-se assim, a importância do conhecimento histórico, como elemento fundamental para a compreensão social. É por isso que a História desempenha papel relevante na formação da cidadania, possibilitando uma visão reflexiva sobre a pessoa enquanto indivíduo e também elemento de um grupo.

Segundo Rusen, a aprendizagem histórica é uma das dimensões e manifestações da consciência histórica. Esta articula ao modo como a experiência do passado é vivenciada e interpretada de maneira a fornecer uma compreensão do presente e a construir projetos de futuro.

Hobsbawn, em suas principais obras, investigou os processos históricos mundiais que ocorreram e interferiram em diversos locais em determinado contexto histórico, de modo que construíram novos modelos teóricos para seus objetos.

Os historiadores da Nova História Cultural, tais como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, compreenderam, por meio da micro-história, que a relação entre o local e o universal é um problema de escalas. Para eles esta diferença se refere a distintos graus na perspectiva de análise. Um olhar local é um procedimento fundamental para perceber fissuras nas estruturas sócio-históricas, e apontar caminhos que mapeiam as transformações estruturais que ocorrem durante a constituição do processo histórico.

Atualmente propõe-se também, uma autonomia da escola paranaense necessitando de um referencial coletivo proposto pelas Diretrizes Curriculares Estaduais.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que fundamenta o ensino, levou muito tempo em debates nas várias áreas do conhecimento.

Com base nessas discussões, houve a elaboração das Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Fundamental no Estado do Paraná.

A autonomia da escola, vem retomar como sistema no qual se interligam as práticas pedagógicas. Somente nesse momento conseguiremos formar jovens que respeitem e compreendam a importância de outra sociedade.

CONTEÚDOS

ENSINO FUNDAMENTAL

6º Ano

Conteúdos Estruturantes:

- Relações de trabalho;
- Relações de poder;
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos:

- A experiência humana no tempo;
- Os sujeitos e sua relação com o outro no tempo;
- As culturas locais e a cultura comum;

7º Ano

Conteúdos Estruturantes:

- Relações de trabalho,
- Relações de poder,
- Relações culturais.

Conteúdos básicos:

- As relações de propriedade
- A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade

- As relações entre o campo e a cidade.
- Conflitos, resistências e produção cultural campo/cidade.

8º Ano

Conteúdos Estruturantes:

- Relações de trabalho,
- Relações de poder,
- Relações culturais.

Conteúdos básicos:

- História das relações da humanidade com o trabalho
- O trabalho e a vida em sociedade.
- O trabalho e as contradições da modernidade.
- Os trabalhadores e as conquistas de direito.

9º Ano

Conteúdos Estruturantes:

- Relações de trabalho,
- Relações de poder,
- Relações culturais.

Conteúdos básicos

- A Constituição das instituições sociais
- A formação do Estado
- Sujeitos, Guerras e revoluções

ENSINO MÉDIO

Conteúdos Estruturantes:

- Relação de trabalho

- Relação de poder
- Relações culturais

Conteúdos Básicos para o Ensino Médio (Temas Históricos):

- Trabalho Escravo, Servil, Assalariado e Trabalho Livre
- Urbanização e industrialização;
- O Estado e as relações de poder;
- Os sujeitos, as revoltas e as guerras
- Movimentos Sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções
- Cultura e religiosidade

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Para os anos finais do Ensino Fundamental propõe-se, nesta Diretriz, que os conteúdos temáticos priorizem as histórias locais e do Brasil, estabelecendo-se relações e comparações com a história mundial. Para o Ensino Médio, a proposta é um ensino por temas históricos, ou seja, os conteúdos (básicos e específicos) terão como finalidade a discussão e a busca de solução para um tema/problema previamente proposto.

O trabalho pedagógico com os Conteúdos Estruturantes, básicos e específicos tem como finalidade a formação do pensamento histórico dos estudantes. Isso se dá quando professor e alunos utilizam, em sala de aula e nas pesquisas escolares, os métodos de investigação histórica articulados pelas narrativas históricas desses sujeitos. Assim, os alunos perceberão que a História está narrada em diferentes fontes (livros, cinema, canções, palestras, relatos de memória, etc.), sendo que os historiadores se utilizam destas fontes para construir suas narrativas históricas.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico com os conteúdos históricos deve ser fundamentado em vários autores e suas respectivas interpretações, seja por meio dos manuais didáticos disponíveis ou por meio de textos historiográficos referenciais. Espera-se que, ao concluir a Educação Básica, o aluno entenda que não existe uma verdade histórica única, e sim que verdades são produzidas a partir evidências que organizam diferentes problematizações fundamentadas em fontes

diversas, promovendo a consciência da necessidade de uma contextualização social, política e cultural em cada momento histórico.

O estudo das histórias locais é uma opção metodológica que enriquece e inova a relação de conteúdos a serem abordados, além de promover a busca de produções historiográficas diversas.

Ressalta-se que, embora a proposta pedagógica de História para o Ensino Fundamental parta das Histórias locais e do Brasil para a História Geral, não se pode impor esta relação quando as condições históricas não permitem.

Abordagem dos conteúdos no Ensino Médio

Para o Ensino Médio, a metodologia proposta pela DCE está relacionada à História Temática. Os conteúdos básicos/temas históricos selecionados para o ensino deve articular-se aos Conteúdos Estruturantes propostos nesta Diretriz. Tomá-los como ponto de partida é uma forma de responder às críticas a respeito da impossibilidade de ensinar “toda a história da humanidade”. A organização do trabalho pedagógico por meio de temas históricos possibilita ao professor ampliar a percepção dos estudantes sobre um determinado contexto histórico, sua ação e relações de distinção entre passado e presente.

Para trabalhar com a História Temática deve-se se constituir uma problemática por meio da compreensão, na aula de História, das estruturas e das ações humanas que constituíram os processos históricos do presente, tais como a fome, desigualdade e exclusão social, confrontos identitários (individual, social, étnica, sexual, de gênero, de idade, de propriedade, de direitos, regionais e nacionais).

Assim, ao problematizar situações ligadas às Relações de Trabalho, de Poder e Culturais é possível explicar, interpretar e narrar o objeto de estudo da disciplina de história, ou seja, ações e relações humanas no tempo, sendo que essas devem ser abordadas didaticamente, no processo de ensino/aprendizagem. Isso deve ser feito observando os recortes espaço/temporal e conceituais específicos, à luz da historiografia de referência anunciadas na DCE da disciplina de História.

As ações e relações humanas no tempo são os acontecimentos históricos

relacionados aos conteúdos específicos, os quais comporão o Plano de Trabalho Docente e servirão de instrumentos para responder a problemática estabelecida.

A proposta da seleção de temas é também pautada em relações interdisciplinares considerando que é na disciplina de História que ocorre a articulação dos conceitos e metodologias entre as diversas áreas do conhecimento.

Assim, narrativas, imagens, sons de outras disciplinas devem ser tratados como documentos a serem abordados historiograficamente.

Atualmente, o ensino de História está em processo de mudanças substanciais, no que se refere ao conteúdo e à metodologia. Optou-se pela divisão tradicional da História, inserindo quando possível as contribuições dos estudos mais recentes. Entendemos que para analisar é necessário conhecer os fatos, mostrar as discontinuidades e rupturas, porém, dentro de um universo compreensível à faixa etária.

Devemos incorporar novas metodologias, compreender os processos e valorizando os personagens.

Precisamos utilizar a História para formar cidadãos conscientes, como objetivo principal, sendo fundamental a participação do aluno.

No estudo histórico pode-se incorporar gravuras, confecções de cartazes, mapas, murais, pesquisas em livros didáticos, Internet, almanaque abril, jornais, entrevistas,, vídeos, são instrumentos tecnológicos de relevante importância para o ensino-aprendizagem.

A construção do conhecimento pelo aluno, pode ser através da observação de paisagens, interpretações de textos, charges, fotos, vídeos, fazendo uma leitura de mundo.

Seus conceitos devem ser vistos como instrumentos retirados da experiência já acumulada e complementada com o “novo “, havendo interação entre aluno e professor, família, escola e sociedade.

Oferecer procedimentos de pesquisas variadas, individual e em equipe, local e à distância, promover intercâmbio com outros alunos, professores e escolas.

Debater questões do cotidiano, com a produção do conhecimento ímprico e sua apropriação pelos alunos, fazendo com que ele sinta-se integrado como sujeito do processo histórico e não apenas observador, podendo indagar sobre os

problemas sociais e suas possíveis soluções.

É importante ressaltar o conhecimento prévio de todos os alunos, bem como aquilo que o aluno do campo traz consigo e assim, possibilitando novas experiências e aquisição de conhecimento que vem da apropriação da sua realidade.

Outros temas contemporâneos serão trabalhados como: História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena assegurada pela Lei 11.645/2008 e Meio Ambiente assegurada pela Lei 9.795/1999 – História do Paraná – Lei 13381/2001

Dessa maneira, neste processo longitudinal de aprendizagem, o educador estará oportunizando aos educandos o direito à participação nos debates e atividades de leitura e escrita, agindo e interagindo, tornando-os agentes transformadores na sociedade onde vive.

AVALIAÇÃO

Propõe-se para o ensino de História uma avaliação processual, compartilhada, diversificada, continuada e diagnóstica. A avaliação deve estar contemplada no planejamento de professor.

O acompanhamento do processo ensino aprendizagem tem como finalidade principal dar uma resposta ao professor e ao aluno sobre o desenvolvimento deste, assim, permite refletir sobre o método de trabalho utilizado pelo professor, possibilitando o redimensionamento quando necessário.

A avaliação não deve ser realizada em momentos separados do processo de ensino aprendizagem. Deve buscar romper com a concepção classificatória, seletiva, pois segundo Luckesi “ o ato de avaliar por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento definitivo sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão”.

O professor deve acompanhar o processo, considerando os seguintes aspectos: a investigação e apropriação de conceitos históricos pelos estudantes; a compreensão das relações da vida humana (através das relações de poder, cultura e trabalho); o aprendizado dos conteúdos básicos/temas históricos e específicos. E compreender que o estudo do passado, se realiza a partir de questionamentos feitos no presente por meio da análise de diferentes documentos históricos.

A apropriação de conceitos históricos e o aprendizado dos conteúdos estruturantes e dos conteúdos básicos são complementares e indissociáveis a avaliação. Para tanto o professor deverá investigar como os estudantes compreendem as relações de trabalho no mundo contemporâneo, as suas configurações passadas e a constituição do mundo do trabalho em diferentes períodos históricos, considerando os conflitos inerentes a essas relações.

No que se refere às relações de poder, o professor precisa investigar como os estudantes compreendem essas relações que se apresentam em todos os espaços sociais. Também devem diagnosticar como eles identificam, localizam os espaços decisórios e os processos históricos que as constituíram.

No que diz respeito às relações culturais, o professor deverá investigar se os estudantes reconhecem a si e aos outros como construtores de uma cultura comum, consideras as especificidades de cada grupo social e as relações entre eles, entender como eles compreendem a constituição das experiências culturais dos sujeitos ao longo do tempo, das permanências e mudanças das diversas tradições e costumes sociais.

O professor deve se utilizar de diferentes instrumentos avaliativos como: leitura, interpretação e análise de textos historiográficos, mapas e documentos históricos; produção de narrativas históricas, pesquisas bibliográficas, sistematização de conceitos históricos, apresentação de seminários, entre outros.

Diagnosticadas as dificuldades no processo avaliativo se faz necessário, por parte do professor um replanejamento como novos encaminhamentos no sentido de superar as lacunas observadas.

Esse conhecimento adquirido pelo aluno deve possibilitar a análise crítica das relações postas na sociedade como formas de organizações únicas, bem como posicionar-se diante delas intervindo como sujeitos históricos no sentido de modificá-las ou superá-las.

Ainda, segundo a Diretriz Curricular(p.79), ao considerar os conteúdos de História efetivamente tratados em sala de aula, essenciais para o desenvolvimento da consciência histórica, é necessário ter clareza que avaliar é sempre um ato de valor. Diante disto, professor e alunos precisam entender que os pressupostos da avaliação, tais como finalidades, objetivos, critérios e instrumentos, podem permitir

rever o que precisa ser melhorado ou que já foi apreendido.

Segundo Luckesi(2002), o professor poderá lançar mão de várias formas avaliativas, tais como:

- Avaliação diagnóstica – permite ao professor identificar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos para pensar em atividades didáticas que possibilitem a compreensão dos conteúdos a serem trabalhados;
- Avaliação formativa – ocorre durante o processo pedagógico e tem por finalidade retomar os objetivos de ensino propostos para, a partir dos mesmos, identificar a aprendizagem alcançada desde o início até o momento avaliado;
- Avaliação somativa – permite ao professor tomar uma amostragem de objetivos propostos no início do trabalho e identificar se eles estão em consonância com o perfil dos alunos e com os encaminhamentos metodológicos utilizados para a compreensão dos conteúdos. Esta avaliação é aplicada em período distante um do outro, como por exemplo o bimestre, trimestre ou semestre.

Espera-se que os alunos, no final do trabalho da disciplina de História, sejam capazes de identificar os processos históricos e que tenham condições de intervir no meio em que vivem e se fazem sujeitos da própria história.

Caso não assimilem os conteúdos de forma significativa, será proporcionada a recuperação de forma simultânea, para que sejam atingidos os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEI 9795/99. Disponível em: <http://www.aipa.org.br/ea-leis-educacao-ambiental.htm#lei9795>> Acesso em: 12 ago. 2010

LIMA, Lizânia de Souza. CARVALHO, Yone. São Paulo: editora FTD, 2005.

MOCELLIN, Renato. **Para compreender a História**. Curitiba. Nova Didática, 2004.

MONTELLATO, CABRINI, CATELLI. **Terra e Propriedade**. São Paulo, editora Scipione, 2001.

PANAZZO, Silvia e VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela História**. São Paulo, editora

Quinteto, 1ª edição, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – História**. Curitiba, 2008.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC /Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

PEDRO, Antônio. **História do Mundo Ocidental**: ensino médio. Volume único.

7.10 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA/INGLÊS

Dimensão Histórica da Disciplina

Através da língua estrangeira se reconhece a diversidade cultural no mundo em que vivemos, tornando-se possível oportunizar ao educando a vivenciar a cultura do outro e ao mesmo tempo valorizar a sua própria cultura. Essa compreensão intercultural promove ainda a aceitação das diferenças nas maneiras de expressão e comportamento, tornando-o um cidadão crítico, participativo e consciente sobre o papel exercido na sociedade.

O objeto de estudo da disciplina de Língua Estrangeira Moderna é a língua em sua função social contemplando as relações com a cultura, a ideologia, o sujeito e a identidade, ou seja: ensinar e aprender uma língua estrangeira moderna é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de construir sentidos, formar subjetividades, independentemente do grau de proficiência atingido.

No Brasil, o ensino de línguas estrangeiras está vinculado à organização social e histórica do país. No início da colonização, os jesuítas ensinavam latim às comunidades indígenas com o propósito de dominação e expansão do catolicismo. De 1581 a 1640, período em que se estabeleceu a União Ibérica, os jesuítas foram considerados pelos espanhóis um entrave para as demarcações territoriais, o que culminou com a expulsão da Ordem dos territórios portugueses na América. A partir de 1759, foi constituído o ensino régio no Brasil, o qual era garantido pelo Estado. A língua estrangeira oferecida continuava sendo o latim e os professores contratados

eram não-religiosos.

O ensino de línguas modernas ganhou reconhecimento com a chegada da família real ao Brasil e abertura dos portos ao comércio. Os currículos passaram a oferecer o Inglês e Francês visando o intercâmbio comercial. Em 1837, foi fundado o Colégio Pedroll que se tornou modelo por quase um século, as línguas ensinadas ali eram o francês, o inglês e o alemão. De 1929 a 1931, a língua italiana também foi ofertada neste colégio.

A gramática, durou desde a educação jesuítica até o advento da Reforma Francisco Campos, a qual instituiu o Método Direto. Neste, a língua materna perdia a função de mediadora no processo de aprendizagem, o professor se comunicava exclusivamente em língua estrangeira durante as aulas.

No governo Vargas (1937) o francês apresentava pouca vantagem em relação ao inglês. O espanhol começou a ser ensinado em detrimento ao alemão, o italiano e o japonês por motivo da 2ª Guerra Mundial, e o latim permaneceu como língua clássica. A língua espanhola foi valorizada como língua estrangeira porque representava um modelo de patriotismo a ser seguido pelos estudantes e o respeito do povo espanhol às suas tradições.

Com o tempo, o ensino de língua inglesa foi fortalecido e se deu pela dependência econômica. A abordagem tradicional, que tinha como método ensinar através da escrita e da cultura do Brasil em relação aos Estados Unidos. O inglês teve garantia curricular por ser o idioma mais utilizado no comércio internacional.

Após a Segunda Guerra, a partir de 1950, a educação no Brasil passou a direcionar o foco para a profissionalização do estudante, visando, sobretudo, o desenvolvimento econômico do país. Com a promulgação da LDB Nº 4024, em 1961, os estados ficaram desobrigados a manter nos currículos o ensino de LE. Este, por sua vez, ficou ainda mais desprestigiado com a ascensão dos militares ao comando do Brasil. Os militares alegavam que as línguas estrangeiras eram prejudiciais à cultura brasileira e ainda, que a escola não deveria ser porta de entrada de meios anticulturais. Em 1976, o ensino de LE voltou a ser prestigiado e obrigatório no 2º grau e recomendado no 1º grau. Porém, uma condição gerou insatisfação ao quadro de professores: o número de aulas ficou reduzido a uma aula semanal.

No Paraná houve movimentos de professores insatisfeitos com o modelo de currículo para LE e dessa insatisfação surgiu o Centro de Línguas Estrangeiras no Colégio Estadual do Paraná. Com a mobilização de professores organizados em associações, a Secretaria de Estado da Educação oficializou a criação dos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMs) em 1986.

Baseada em dar suporte aos educandos sobre a cultura de outros povos e conseqüentemente sua língua, a Língua Estrangeira Moderna estrutura-se no princípio de que o desenvolvimento do educando deve incorrer as três práticas essenciais ao processo de ensino-aprendizagem de uma língua: leitura, escrita e oralidade. No entanto, é preciso que esse processo supere, segundo as Diretrizes, “a visão de ensino apenas como meio para atingir fins comunicativos que restringem sua aprendizagem como experiência de identificação social e cultural” (DCE, 2009, p. 53) e sim ofereça possibilidades para que o aluno perceba e compreenda a diversidade cultural e linguística presente na aprendizagem da língua e, conseqüentemente construa significados em relação ao mundo em que vive.

Dessa forma, o objetivo do ensino de língua estrangeira deixa de ser apenas o linguístico e passa a ser um caminho para que o aluno:

- use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- vivencie, na aula de Inglês, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- tenha maior consciência sobre o papel da Língua Inglesa na sociedade;
- reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Assim, a pedagogia crítica deve ser o referencial teórico que alicerça o trabalho pedagógico com a Língua Inglesa, com o objetivo de levar o educando à “apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para transformação da realidade.” (DCE, 2009, p. 52)

CONTEÚDOS

Os conteúdos estruturantes são os conhecimentos identificadores e

organizadores dos campos de estudos da disciplina da língua estrangeira moderna. Eles se constituem através da história e são legitimados socialmente, por isso, são provisórios e processuais. Assim, ao tomar a língua como interação verbal, como espaço de produção de sentidos marcado por relações contextuais de poder, o conteúdo estruturante Discurso como Prática Social a tratará de forma dinâmica, por meio da leitura, da oralidade e da escrita.

Nas teorias do Círculo de Bakhtin, as quais concebem a língua como discurso, ou seja, um espaço de produção de sentidos, cada palavra transforma-se na arena onde competem as entonações sociais. Toda enunciação envolve a presença de pelo menos duas vozes: a voz do eu e a voz do outro. É no engajamento discursivo com o outro que damos forma ao que dizemos e ao que somos. Sendo assim a Língua Estrangeira Moderna apresenta-se como espaço para ampliar o contato com outras formas de conhecer, com outros procedimentos interpretativos da construção da realidade. A ênfase do ensino recai sobre a necessidade de os sujeitos interagirem ativamente pelo discurso, sendo capazes de comunicar-se de diferentes formas, materializadas em diferentes tipos de texto, considerando a imensa quantidade de informações que circulam na sociedade. Isso significa participar dos processos sociais de construção de linguagem e de seus sentidos legitimados, e desenvolver uma criticidade, de modo a atribuir o próprio sentido aos textos.

O trabalho em sala de aula deve partir de um texto de linguagem num contexto em uso, sob a proposta de construção de significados por meio do engajamento discursivo e não pela mera prática de estruturas linguísticas. É importante que os textos selecionados abordem diversos gêneros discursivos e que apresentem diferentes graus de complexidade adequados a cada faixa etária.

Na disciplina de Língua Estrangeira Moderna, o conteúdo estruturante é o discurso como prática social e é a partir dele que advêm os conteúdos básicos: os gêneros discursivos a serem trabalhados nas práticas discursivas, assim como os conteúdos básicos que pertencem às práticas da oralidade, leitura e escrita.

Conteúdo Estruturante: Discurso como Prática Social
Gêneros Discursivos e seus Elementos Compositivos

6º Ano

Conteúdos Básicos

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação: Quadrinhas, bilhetes, exposição oral (diálogos), cartaz, diário e fotos.

Leitura

- Identificação do tema;
- intertextualidade;
- intencionalidade;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

Escrita

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Léxico;
- Coesão e coerência;

- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;
- Acentuação gráfica.

Oralidade:

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc.;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Pronúncia.

Abordagem Teórica metodológica

Leitura

É importante que o professor:

- Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considere os conhecimentos prévios dos alunos;
- Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhe discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade;
- Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Relacione o tema com o contexto atual;
- Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto.

Escrita

É importante que o professor:

- Planeje a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;
- Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto;

- Acompanhe a produção do texto;
- Encaminhe e acompanhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõe o gênero;
- Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto;
- Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

Oralidade

É importante que o professor:

- Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos;
- Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, etc.

Avaliação

Leitura

Espera-se que o aluno:

- Identifique o tema;
- Realize leitura compreensiva do texto;
- Localize informações explícitas no texto;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Identifique a ideia principal do texto.

Escrita

Espera-se que o aluno:

- Expresse as ideias com clareza;
- Elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo:

- Às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
- À continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc.;
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, etc.

Oralidade

- Espera-se que o aluno:
- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente suas ideias com clareza, coerência, mesmo que na língua materna.
- Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos, etc.;
- Respeite os turnos de fala.

7º Ano

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação: História em quadrinho, piada, poemas, exposição oral (diálogos), comercial de TV, horóscopo, carta e e-mail.

Conteúdos Básicos

Leitura

- Identificação do tema;
- intertextualidade;
- intencionalidade;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

- Variedade linguística;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

Escrita

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;
 - Acentuação gráfica.
 -

Oralidade

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc.;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Pronúncia.

Abordagem Teórica Metodológica

Leitura

É importante que o professor:

- Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considere os conhecimentos prévios dos alunos;
- Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhe discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade;
- Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Relacione o tema com o contexto atual;
- Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto.

Escrita

É importante que o professor:

- Planeje a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;
- Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto;
- Acompanhe a produção do texto;
- Encaminhe e acompanhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõe o gênero;
- Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto;
- Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

Oralidade

É importante que o professor:

- Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos;
- Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, etc.

Avaliação

Leitura

Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto;
- Localize informações explícitas no texto;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Identifique a ideia principal do texto.
- Identifique o tema;
- Deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto.

Escrita

Espera-se que o aluno:

- Expresse as ideias com clareza;
- Elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo:
 - Às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
 - À continuidade temática;
 - Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
 - Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc.;
 - Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, etc.

Oralidade

- Espera-se que o aluno:
 - Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
 - Apresente suas ideias com clareza, coerência, mesmo que na língua materna.
 - Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos, etc.;
 - Respeite os turnos de fala.
 - Respeite os turnos de fala;

- Analise os argumentos apresentados pelos colegas de classe em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados;
- Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna.

8º Ano

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação: Histórias de humor, músicas, charges, imagens e e-mail.

Conteúdos Básicos

Leitura

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

Escrita

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;

- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Vozes sociais presentes no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;
- Acentuação gráfica.

Oralidade

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc.;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;
- Adequação da fala ao contexto;
- Pronúncia.

Abordagem Teórico metodológica

Leitura

É importante que o professor:

- Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considere os conhecimentos prévios dos alunos;

- Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhe discussões e reflexões sobre tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade;
- Contextualize a produção: suporte/ fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Utilize textos não verbais diversos que dialoguem com não verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros;
- Relacione o tema com o contexto atual;
- Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto;
- Instigue a identificação e reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor.

Escrita

É importante que o professor:

- Planeje a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;
- Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos;
- Acompanhe a produção do texto;
- Acompanhe e encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõem o gênero (por exemplo: se for uma narrativa de aventura, observar se há o narrador, quem são os personagens, tempo, espaço, se o texto remete a uma aventura, etc.);
- Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto;
- Estimule o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
- Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

Oralidade

É importante que o professor:

- Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a: aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto;
- Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros;
- Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.

Avaliação

Leitura

Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto;
- Localize informações explícitas e implícitas no texto;
- Posicione-se argumentativamente;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Perceba o ambiente no qual circula o gênero;
- Identifique a ideia principal do texto;
- Analise as intenções do autor;
- Identifique o tema;
- Reconheça palavras e/ou expressões que denotem ironia e humor no texto;
- Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo;
- Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto.

Escrita

Espera-se que o aluno:

- Expresse suas ideias com clareza;
- Elabore textos atendendo:

- às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
- à continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Utilize recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc.;
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, adjetivo, advérbio, etc.;
- Empregue palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

Oralidade

Espera-se que o aluno:

- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente ideias com clareza;
- Explore a oralidade, em adequação ao gênero proposto;
- Compreenda os argumentos no discurso do outro;
- Exponha seus argumentos;
- Organize a sequência da fala;
- Respeite os turnos de fala;
- Analise os argumentos apresentados pelos colegas em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados;
- Participe ativamente de diálogos, relatos, discussões, etc., mesmo que em língua materna;
- Utilize conscientemente expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos;
- Analise recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.

9º Ano:

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação: Reportagens, depoimentos, narrativa, entrevistas, imagens, e-

mail e carta.

Conteúdos Básicos

Leitura

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Discurso direto e indireto;
- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística.
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

Escrita

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Vozes sociais presentes no texto;
- Discurso direto e indireto;
- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- Léxico;

- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;
- Acentuação gráfica.

Oralidade

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc.;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;
- Adequação da fala ao contexto;
- Pronúncia.

Abordagem teórico metodológica:

Leitura

É importante que o professor:

- Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considere os conhecimentos prévios dos alunos;
- Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhe discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia;
- Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Utilize textos não verbais diversos: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros;

- Relacione o tema com o contexto atual;
- Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto;
- Instigue o entendimento/reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
- Estimule leituras que suscitem no reconhecimento do estilo, próprio de diferentes gêneros;
- Incentive a percepção dos recursos utilizados para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto.

Escrita

É importante que o professor:

- Planeje a produção textual a partir da delimitação tema, do interlocutor, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade e ideologia;
- Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos;
- Acompanhe a produção do texto;
- Acompanhe e encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõem o gênero;
- Instigue o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
- Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

Oralidade

É importante que o professor:

- Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto;
- Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos

extralinguísticos, como: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas e outros;

- Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros.

Avaliação

Leitura

Espera-se do aluno:

- Realização de leitura compreensiva do texto;
- Localização de informações explícitas e implícitas no texto;
- Posicionamento argumentativo;
- Ampliação do horizonte de expectativas;
- Ampliação do léxico;
- Percepção do ambiente no qual circula o gênero;
- Identificação da ideia principal do texto;
- Análise das intenções do autor;
- Identificação do tema;
- Dedução dos sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto;
- Compreensão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo.

Escrita

Espera-se do aluno:

- Expressão de ideias com clareza;
- Elaboração de textos atendendo:
 - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
 - à continuidade temática;
 - Diferenciação do contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Uso de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc.;
- Utilização adequada de recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do

artigo, pronome, substantivo, etc.

- Emprego de palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

Oralidade

Espera-se do aluno:

- Utilização do discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresentação de ideias com clareza;
- Compreensão de argumentos no discurso do outro;
- Exposição objetiva de argumentos;
- Organização da sequência da fala;
- Respeito aos turnos de fala;
- Análise dos argumentos apresentados pelos alunos em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados;
- Participação ativa em diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna;
- Análise de recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, filmes, etc.

Ensino Médio

Conteúdo Estruturante: Discurso como Prática Social Gêneros Discursivos e seus Elementos Compositivos

1ª série

- Carta: Esfera de Circulação: Cotidiana.
- Filme: Esfera de Circulação: Midiática.
- Fábulas: Esfera de Circulação: Literário-Artística

2ª série

- Contos de Fadas: Esfera de Circulação: Literário-Artística
- Cartazes: Esfera de Circulação: Escolar.

- Músicas: Esfera de Circulação: Cotidiana.

3ª série

- Pesquisa: Esfera de Circulação: Escolar
- Anúncio: Esfera de Circulação: Imprensa
- Notícia: Esfera de Circulação: Imprensa

Conteúdos Básicos

Leitura:

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística.
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

Escrita:

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;

- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;
- Acentuação gráfica.

Oralidade:

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição.
- Pronúncia.

Abordagem Teórico Metodológica

Leitura

É importante que o professor:

- Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considere os conhecimentos prévios dos alunos;
- Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhe discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia;
- Proporcione análises para estabelecer a referência textual;
- Conduza leituras para a compreensão das partículas conectivas;
- Contextualize a produção: suporte/ fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Utilize textos não verbais diversos: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros;
- Relacione o tema com o contexto atual;
- Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto;

- Instigue o entendimento/reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
- Estimule leituras que suscitem no reconhecimento do estilo, próprio de diferentes gêneros;

Escrita

É importante que o professor:

- Planeje a produção textual a partir da delimitação tema, do interlocutor, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade e ideologia;
- Proporcione o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual;
- Conduza à utilização adequada das partículas conectivas;
- Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos;
- Acompanhe a produção do texto;
- Acompanhe e encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõem o gênero.
- Instigue o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
- Estimule produções em diferentes gêneros;
- Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

Oralidade

É importante que o professor:

- Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a: aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto;
- Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;

- Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros;
- Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros.

Avaliação

Leitura

Espera-se do aluno:

- Realização de leitura compreensiva do texto;
- Localização de informações explícitas e implícitas no texto;
- Posicionamento argumentativo;
- Ampliação do horizonte de expectativas;
- Ampliação do léxico;
- Percepção do ambiente no qual circula o gênero;
- Identificação da ideia principal do texto;
- Análise das intenções do autor;
- Identificação do tema;
- Dedução dos sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto;
- Compreensão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo;
- Reconhecimento de palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual;

Escrita

Espera-se do aluno:

- Expressão de ideias com clareza;
- Elaboração de textos atendendo:
 - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
 - à continuidade temática;
- Diferenciação do contexto de uso da linguagem formal e informal;

- Uso de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc.;
- Utilização adequada de recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc.;
- Emprego de palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

Oralidade

Espera-se do aluno:

- Pertinência do uso dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos;
- Reconhecimento de palavras e/ ou expressões que estabelecem a referência textual;
- Utilização do discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresentação de ideias com clareza;
- Compreensão de argumentos no discurso do outro;
- Exposição objetiva de argumentos;
- Organização da sequência da fala;
- Respeito aos turnos de fala;
- Participação ativa em diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna, etc.;
- Utilização consciente de expressões faciais corporais e gestuais, de pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A pedagogia crítica é o referencial teórico que sustenta este documento a partir das Diretrizes Curriculares, por ser esta a tônica de uma abordagem que valoriza a escola como espaço social democrático, responsável pela apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para a transformação da realidade.

Ancorada nos pressupostos da pedagogia crítica, entende-se que a

escolarização tem o compromisso de prover aos alunos meios necessários para que não apenas assimilem o saber como resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação. A escola tem o papel de informar, mostrar, desnudar, ensinar regras, não apenas para que sejam seguidas, mas principalmente para que possam ser modificadas.

A partir do conteúdo estruturante, Discurso como Prática Social serão trabalhadas questões linguísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas, bem como as práticas do uso da língua: leitura, oralidade e escrita.

O ponto de partida da aula de Língua Estrangeira Moderna será o texto verbal e não-verbal, como unidade de linguagem em uso. Serão abordados os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. Dessa maneira, o ensino deixa de priorizar a gramática para trabalhar com o texto, sem, no entanto, abandoná-la.

O trabalho pedagógico com o texto trará uma problematização e a busca por sua solução deverá despertar o interesse dos alunos para que desenvolvam uma prática analítica e crítica, ampliem seus conhecimentos linguísticos culturais e percebam as implicações sociais, históricas e ideológicas presentes num discurso, no qual se revele o respeito às diferenças culturais, crenças e valores.

Ao interagir com textos diversos, o educando perceberá que as formas linguísticas não são sempre idênticas, não assumem sempre o mesmo significado, mas são flexíveis e variam conforme o contexto e a situação em que a prática social de uso da língua ocorre.

Partindo do pressuposto de que a linguagem deve propiciar a formação integral dos educandos buscar-se-á o trabalho com as questões de gêneros e entendimento dos processos que construíram essas noções. Além desse tema outros como uso indevido de drogas, sexualidade humana; Educação Fiscal e Ambiental Decreto nº 1143/99 portaria nº 413/02; Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente, Lei nº 11525/07. Ainda falando dos temas contemporâneos será realizado o trabalho com História e Cultura Afro Brasileira e Indígena, Lei nº 11.645/08; e Meio Ambiente Lei nº 9.795/99. Esses temas estarão

constantemente dialogando com os demais conteúdos já que o conteúdo estruturante para a língua estrangeira é o DISCURSO, é no discurso que se constrói/ desconstrói ideias preconceituosas.

As estratégias específicas da oralidade têm como objetivo expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos, lembrando que na abordagem discursiva a oralidade é muito mais do que o uso funcional da língua, é aprender a expressar ideias em Língua Estrangeira embora haja limitações. Vale explicitar que, mesmo oralmente, há uma diversidade de gêneros que qualquer uso da linguagem implica e que existe a necessidade de adequação da variedade linguística para as diferentes situações, tal como ocorre na escrita e em Língua Materna. Também é importante que o aluno se familiarize com os sons específicos da língua que está aprendendo.

Com relação à escrita, não se pode esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sócio interacional, ou seja, significativa. É importante que o docente direcione as atividades de produção textual, definindo em seu encaminhamento qual o objetivo da produção e para quem se escreve, em situações reais de uso. É preciso que, no contexto escolar, esse alguém seja definido como um sujeito sócio-histórico-ideológico, com quem o aluno vai produzir um diálogo imaginário, fundamental para a construção do seu texto e de sua coerência. Nesse sentido, a produção deve ter sempre um objetivo claro. Nesta proposta, para cada texto escolhido verbal e/ou não-verbal, o professor poderá trabalhar levando em conta os itens abaixo sugeridos:

a) Gênero: explorar o gênero escolhido e suas diferentes aplicabilidades. Cada atividade da sociedade se utiliza de um determinado gênero;

b) Aspecto Cultural/Interdiscurso: influência de outras culturas percebidas no texto, o contexto, quem escreveu, para quem, com que objetivo e quais outras leituras poderão ser feitas a partir do texto apresentado;

c) Variedade Linguística: formal ou informal;

d) Análise Linguística: será realizada de acordo com a série. Vale ressaltar a diferença entre o ensino de gramática e a prática da análise linguística:

ENSINO DE GRAMÁTICA	PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA
Concepção de língua como sistema, estrutura inflexível e invariável	Concepção de língua como ação interlocutiva situada, sujeita às interferências dos falantes
Unidade privilegiada: a palavra, a frase e o período	Unidade privilegiada: o texto
Preferência pelos exercícios estruturais, de identificação e classificação de unidades/funções morfossintáticas e correção	Preferência por questões abertas e atividades de pesquisa, que exigem comparação e reflexão sobre adequação e efeitos de sentidos

e) Atividades:

- Pesquisa: será proposta para o aluno, acerca do assunto abordado. Lembrando, aqui, que pesquisa é entendida como uma forma de saber mais sobre o assunto, isso significa que poderá ser realizada não só nos livros ou na internet. Uma conversa com pessoas mais experientes, uma entrevista, e assim por diante, também serão consideradas pesquisas.

- Discussão: conversar na sala de aula a respeito do assunto, valorizando as pesquisas feitas pelos alunos. Aprofundar e/ou confrontar informações. Essa atividade poderá ser feita em Língua Materna.

- Produção de texto: o aluno irá produzir um texto na Língua Estrangeira, com a ajuda dos recursos disponíveis na sala de aula e a orientação do professor.

Os conteúdos poderão ser retomados em todas as séries, porém em diferentes graus de profundidade, levando em conta o conhecimento do aluno.

Os recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados serão: textos digitados, xerocados, imagens na TV multimídia, o laboratório de informática, internet, retroprojetor, livros literários, o quadro de giz, o livro didático, CD-roms, dicionários, rádio, dentre outros.

AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem será direcionada para a construção do conhecimento e estará a serviço da aprendizagem efetiva dos conteúdos socioculturais dos temas emergentes da sociedade tecnológica, com o objetivo

maior de levar o aluno à formação para a cidadania. Ela também será um instrumento de investigação da prática pedagógica docente levando o educador a uma reflexão sobre o seu trabalho em sala de aula. A avaliação é um processo intencional e planejado, contínuo e formativo. Serão utilizados instrumentos variados para obter-se uma mensuração. Os alunos serão avaliados quanto ao envolvimento e assimilação dos conteúdos através da: oralidade, leituras, interpretações textuais, pesquisas, trabalhos individuais e de grupos, tarefas, jogos, atividades recreativas, dramatizações, murais, cartazes, cartões dentre outros.

O aluno também terá a recuperação dos conteúdos não assimilados, e terá oportunidade de refazer suas atividades avaliativas averiguando seus erros e corrigindo-os.

O aluno saberá, constantemente, de seu progresso na aprendizagem, ter-se-á nota (média) bimestral que será divulgada ao educando. Esta será comentada em diálogo franco entre professor e aluno. Momento este (pré-conselho) que terá, também, o intuito de melhorar o ensino-aprendizagem.

Adaptações no processo de avaliação

Para os alunos que apresentarem necessidades especiais serão utilizados diferentes procedimentos de avaliação adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades de expressão dos alunos. Utilizar-se-á de técnicas e instrumentos de acordo com a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos.

Serão também previstos tempos flexíveis no que se refere a duração e ao período das atividades propostas, podendo tanto aumentar, como diminuir o tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os consequentes conteúdos. Ainda será proporcionado o atendimento em Sala de Recursos para o término das atividades avaliativas que não forem realizadas em sala de aula, em virtude do tempo que o aluno necessita devido a sua deficiência. Também serão proporcionados:

- A adaptação de instrumentos avaliativos; a introdução de critérios específicos de avaliação e a modificação dos critérios de promoção.

BIBLIOGRAFIA

LEFFA, Wilson J. **O Professor de Línguas**. Pelotas, EDUCAT, 2006.

_____, **A Interação na Aprendizagem das Línguas**. Pelotas, EDUCAT, 2006.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares de língua estrangeira para o ensino fundamental**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. 2008.

ROSSETO, Eurides. **Together teacher's book**. 3ª ed. Pato Branco: Kamaro Artes Gráficas, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, **Língua Estrangeira Moderna, Espanhol e Inglês. Ensino Médio**. 2006.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

RAMOS, P. C. **A avaliação desmistificada**. São Paulo: Artmed, 2001.

7.11 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Língua Portuguesa é uma unidade que se constitui de muitas variedades. Num mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguísticas, associadas à diferentes valores sociais.

As atividades em Língua Portuguesa devem portanto criar situações em que os alunos possam operar a própria linguagem, construindo paradigmas próprios da fala de sua comunidade, colocando atenção sobre similaridade, regularidade, e diferenças das formas e de uso linguístico, levantando hipóteses sobre as condições contextuais e estruturais que se dão.

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem seu ponto de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim

um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania.

Em síntese, pela linguagem se expressam ideias, pensamentos e intenções, se estabelecem relações interpessoais anteriormente inexistentes e se influencia o outro, alternado suas representações da realidade e da sociedade e o rumo de suas reações/ações.

Hoje em dia não basta visar a capacitação dos estudantes para futuras habilitações nas especializações tradicionais. Trata-se de ter em vista a formação dos estudantes para o desenvolvimento de suas capacidades, em função de novos saberes.

Isso significa novas demandas para a educação básica, em que se destacam conteúdos que façam sentido para o momento de vida presente e que ao mesmo tempo favoreçam o aprendizado de que o processo de aprender é permanente.

Para tanto, é necessária a utilização de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento, a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade, a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas.

Faz-se necessário um espaço onde o aluno possa trabalhar comunicação como um todo.

O nosso ser como um todo tem necessidade de uma comunicação mais objetiva e adequada.

Para isso precisamos dominar a escrita, a leitura, o corpo, a interpretação do mundo, aprender a receber e passar informações.

Comunicar não é apenas falar, gesticular ou ouvir. Precisa sim estabelecer um elo entre emissor mensagem e receptor.

Essa disciplina será o espaço onde os alunos possam conhecer, compreender e aplicar essas comunicações, onde procurar as diversas maneiras de expressões.

A linguagem é vista como fenômeno social, pois nasce da necessidade de interação (política, social, econômica) entre os homens. Tendo como base teórica as reflexões do Círculo de Bakhtin a respeito da linguagem.

Bakhtin não teoriza sobre gênero. O ponto de partida é o vínculo intrínseco entre a utilização da linguagem e as atividades humanas.

Os seres humanos agem em determinadas esferas de atividades que implicam a utilização da linguagem na forma de enunciados.

Os gêneros estão sempre vinculados a um domínio da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades.

Bakhtin não pretendeu fazer um catálogo dos gêneros, nem descrever cada estilo, tão pouco a estrutura composicional de cada conteúdo temático. E com certeza não autorizou ninguém a fazer isso por ele.

Bastem insiste no fato de que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados e que os gêneros estão em contínua mudança. Gêneros surgem e gêneros desaparecem.

Os gêneros são meios de aprender a realidade. A divisão em gêneros primários: gêneros da vida cotidianas predominantemente orais. Os gêneros secundários: pertencem à esfera mais elaborada. São predominantemente escritos. Os gêneros secundários absorvem e digerem os primários, transformando-os.

Para Bakhtin (1992), os tipos relativamente estáveis de enunciados são denominados gêneros discursivos. A definição de gênero, em Bakhtin, compreendendo a mobilidade, a dinâmica, a fluidez, a imprecisão da linguagem, não aprisiona os textos em determinadas propriedades formais:

Bakhtin (1992) dividiu os gêneros discursivos em primários e secundários. Os primários referem-se às situações cotidianas; já os secundários acontecem em circunstâncias mais complexas de comunicação (como nas áreas acadêmicas, jurídicas, artísticas, etc). As duas esferas são interdependentes.

Alguns gêneros são adaptados, transformados, renovados, multiplicados ou até mesmo criados a partir da necessidade que o homem tem de se comunicar com o outro, tendo em vista que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 1992, p. 261).

Um exemplo dessa necessidade é o surgimento dos gêneros do discurso

eletrônico (e-mail; Chat; lista de discussão; videoconferência interativa; fórum de discussão; blog), que são criados e transformados pela cultura tecnológica na qual estamos inseridos.

Os gêneros variam assim como a língua – a qual é viva, e não estanque. As manifestações comunicativas mediante a língua não acontecem com elementos linguísticos isolados, elas se dão, conforme Bakhtin, como discurso.

O trabalho com os gêneros, portanto, deverá levar em conta que a língua é instrumento de poder e que o acesso ao poder, ou sua crítica, é legítimo e é direito para todos os cidadãos. Para que isso se concretize, o estudante precisa conhecer e ampliar o uso dos registros socialmente valorizados da língua, como a norma culta.

É na escola que um imenso contingente de alunos que frequentam as redes públicas de ensino tem a oportunidade de acesso à norma culta da língua, ao conhecimento social e historicamente construído e à instrumentalização que favoreça sua inserção social e exercício da cidadania. Contudo, a escola não pode trabalhar só com a norma culta, porque não seria democrática, seria a - histórica e elitista.

O que precisa ficar muito claro para os interlocutores deste documento é que ele não propõe o abandono do conhecimento gramatical e tampouco impede que o professor apresente regras gramaticais para os alunos, visto que toda língua é constituída de uma gramática e de um léxico. Vale considerar que, ao utilizar uma língua, usamos normas fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas. Contudo, é importante esclarecer a diferença entre regras de gramática e o ensino de nomenclaturas e classificações. As regras, segundo Antunes (2003), servem para orientar o uso das unidades da língua, são normas.

Em relação às práticas discursivas: oralidade, escrita e leitura as Diretrizes orienta que:

“No processo de ensino-aprendizagem, é importante ter claro que quanto maior o contato com a linguagem, nas diferentes esferas sociais, mais possibilidades se tem de entender o texto, seus sentidos, suas intenções e visões de mundo. A ação pedagógica referente à linguagem, portanto, precisa pautar-se na interlocução, em atividades planejadas que possibilitem ao aluno a leitura e a produção oral e escrita, bem como a reflexão e o uso da linguagem em diferentes situações. Desse modo, sugere-se um trabalho pedagógico que priorize as práticas sociais.”

Oralidade

Se a escola, constitucionalmente, é democrática e garante a socialização do conhecimento, deve, então, acolher alunos independentemente de origem quanto à variação linguística de que dispõem para sua expressão e compreensão do mundo.

Devemos lembrar que a criança, quando chega à escola, já domina a oralidade, pois cresce ouvindo e falando a língua, seja por meio das cantigas, das narrativas, dos causos contados no seu grupo social, do diálogo dos falantes que a cercam ou até mesmo pelo rádio, TV e outras mídias.

O professor precisa ter clareza de que tanto a norma padrão quanto as outras variedades, embora apresentem diferenças entre si, são igualmente lógicas e bem estruturadas.

Escrita

Cada gênero discursivo tem suas peculiaridades: a composição, a estrutura e o estilo variam conforme se produza um poema, um bilhete, uma receita, um texto de opinião ou científico.

O aperfeiçoamento da escrita se faz a partir da produção de diferentes gêneros, por meio das experiências sociais, tanto singular quanto coletivamente vividas. O que se sugere, sobretudo, é a noção de uma escrita como formadora de subjetividades, podendo ter um papel de resistência aos valores prescritos socialmente. A possibilidade da criação, no exercício desta prática, permite ao educando ampliar o próprio conceito de gênero discursivo.

É preciso que o aluno se envolva com os textos que produz e assuma a autoria do que escreve, visto que ele é um sujeito que tem o que dizer. Quando escreve, ele diz de si, de sua leitura de mundo. Bakhtin (1992, p. 289) afirma que “todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição do falante nesse ou naquele campo do objeto de sentido.” A produção escrita possibilita que o sujeito se posicione, tenha voz em seu texto, interagindo com as práticas de linguagem da sociedade.

Leitura

Na Diretrize, compreende-se a leitura como um ato dialógico, inter locutivo,

que envolve demandas sociais, históricas, políticas, econômicas, pedagógicas e ideológicas de determinado momento. Ao ler, o indivíduo busca as suas experiências, os seus conhecimentos prévios, a sua formação familiar, religiosa, cultural, enfim, as várias vozes que o constituem.

Esse processo implica uma resposta do leitor ao que lê, é dialógico, acontece num tempo e num espaço. No ato de leitura, um texto leva a outro e orienta para uma política de singularização do leitor que, convocado pelo texto, participa da elaboração dos significados, confrontando-o com o próprio saber, com a sua experiência de vida.

Praticar a leitura em diferentes contextos requer que se compreendam as esferas discursivas em que os textos são produzidos e circulam, bem como se reconheçam as intenções e os interlocutores do discurso.

A literatura, como produção humana, está intrinsecamente ligada à vida social. O entendimento do que seja o produto literário está sujeito a modificações históricas, portanto, não pode ser apreensível somente em sua constituição, mas em suas relações dialógicas com outros textos e sua articulação com outros campos: o contexto de produção, a crítica literária, a linguagem, a cultura, a história, a economia, entre outros.

CONTEÚDOS

6º ANO	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS:	CONTEÚDOS BÁSICOS
História em quadrinhos, piadas, adivinhas, lendas, fábulas, contos de fadas, poemas, narrativa de enigma, narrativa de aventura, dramatização, exposição oral, comercial para TV, causos, carta pessoal, carta de solicitação, e-mail, receita, convite, autobiografia, cartaz, carta do leitor, classificados, verbete, quadrinhas, cantigas de roda, bilhetes, fotos,	LEITURA Tema do texto; Interlocutor; Finalidade; Fonte Intertextualidade Informatividade Intencionalidade Argumentos do texto; Discurso direto e indireto;

<p>mapas, aviso, horóscopo, regras de jogo, anedotas, entre outros. Cultura africana e indígena – autores e obras de destaque.</p>	<p>Elementos composicionais do gênero; Léxico; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.</p> <p>ESCRITA</p> <p>Contexto de produção; Interlocutor; Finalidade do texto; Informatividade; Argumentatividade; Paragrafação Clareza de ideias Refacção textual Discurso direto e indireto; Elementos composicionais do gênero; Divisão do texto em parágrafos; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; Processo de formação de palavras; Acentuação gráfica; Ortografia; Concordância verbal/nominal.</p> <p>ORALIDADE</p> <p>Tema do texto; Finalidade; Argumentatividade;</p>
--	--

	<p>Papel do locutor e interlocutor;</p> <p>Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...;</p> <p>Adequação do discurso ao gênero;</p> <p>Turnos de fala;</p> <p>Variações linguísticas;</p> <p>Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.</p>
--	--

7º ANO	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS:	CONTEÚDO BÁSICO
<p>Entrevista (oral e escrita), crônica de ficção, música, notícia, estatutos, narrativa mítica, tiras, propaganda, exposição oral, mapas, paródia, chat, provérbios, torpedos, álbum de família, literatura de cordel, carta de reclamação, diário, carta ao leitor, instruções de uso, cartum, história em quadrinhos, placas, pinturas, provérbios, entre outros.</p> <p>Cultura africana e indígena – autores e obras de destaque.</p>	<p>LEITURA</p> <p>Tema do texto;</p> <p>Interlocutor;</p> <p>Finalidade do texto;</p> <p>Informatividade;</p> <p>Aceitabilidade;</p> <p>Ideologia</p> <p>Papéis sociais representados</p> <p>Situacionalidade;</p> <p>Intertextualidade;</p> <p>Informações explícitas e implícitas;</p> <p>Discurso direto e indireto;</p> <p>Elementos composicionais do gênero;</p> <p>Repetição proposital de palavras;</p> <p>Léxico;</p> <p>Ambiguidade;</p> <p>Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.</p> <p>Texto verbal e não verbal.</p>

	<p>ESCRITA</p> <p>Tema do texto; Interlocutor; Finalidade do texto; Informatividade; Discurso direto e indireto; Elementos composicionais do gênero; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; Processo de formação de palavras; Acentuação gráfica; Ortografia; Concordância verbal/nominal. Linguagem formal/informal Organização das ideias/parágrafos Refacção textual</p> <p>ORALIDADE</p> <p>Tema do texto; Finalidade; Papel do locutor e interlocutor; Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc; Adequação do discurso ao gênero; Turnos de fala; Variações linguísticas; Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;</p>
--	---

	Semântica.
--	------------

8º ANO	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS	CONTEÚDO BÁSICO
Regimento, slogan, telejornal, telenovela, reportagem (oral e escrita), pesquisa, conto fantástico, narrativa de terror, charge, narrativa de humor, crônica jornalística, paródia, resumo, anúncio publicitário, sinopse de filme, poema, biografia, narrativa de ficção científica, relato pessoal, outdoor, blog, haicai, júri simulado, discurso de defesa e acusação, mesa redonda, dissertação escolar, regulamentos, caricatura, escultura, entre outros. Cultura africana e indígena – autores e obras de destaque.	<p>LEITURA</p> <p>Conteúdo temático;</p> <p>Interlocutor;</p> <p>Ideologia;</p> <p>Intencionalidade do texto;</p> <p>Aceitabilidade do texto;</p> <p>Informatividade;</p> <p>Situacionalidade;</p> <p>Intertextualidade;</p> <p>Vozes sociais presentes no texto;</p> <p>Elementos composicionais do gênero;</p> <p>Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;</p> <p>Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito;</p> <p>Semântica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - operadores argumentativos; - ambiguidade; - sentido conotativo e denotativo das palavras no texto; - expressões que denotam ironia e humor no texto. <p>Linguagem verbal, não-verbal, midiático, infográficos, etc.</p> <p>Relações dialógicas entre textos.</p>

	<p>ESCRITA</p> <p>Conteúdo temático; Interlocutor; Intencionalidade do texto; Informatividade; Situacionalidade; Intertextualidade; Vozes sociais presentes no texto; Elementos composicionais do gênero; Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; Concordância verbal e nominal; Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto; Semântica: - operadores argumentativos; - ambiguidade; - significado das palavras; - sentido conotativo e denotativo; - expressões que denotam ironia e humor no texto.</p> <p>ORALIDADE</p> <p>Conteúdo temático; Finalidade; Aceitabilidade do texto;</p>
--	---

	<p>Informatividade;</p> <p>Papel do locutor e interlocutor;</p> <p>Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas;</p> <p>Adequação do discurso ao gênero;</p> <p>Turnos de fala;</p> <p>Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);</p> <p>Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;</p> <p>Elementos semânticos;</p> <p>Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);</p> <p>Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.</p>
--	---

9º ANO	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS	CONTEÚDO BÁSICO
<p>Artigo de opinião, debate, reportagem oral e escrita, manifesto, seminário, relatório científico, resenha crítica, narrativa fantástica, romance, histórias de humor, contos, música, charges, editorial, curriculum vitae, entrevista oral e escrita, assembleia, agenda cultural, reality show, novela fantástica, conferência, palestra, fotoblog, depoimento, imagens, instruções, entre outros. Cultura africana e indígena – autores e obras de destaque.</p>	<p>LEITURA</p> <p>Conteúdo temático;</p> <p>Interlocutor;</p> <p>Finalidade Intencionalidade do texto;</p> <p>Aceitabilidade do texto;</p> <p>Informatividade;</p> <p>Situacionalidade;</p> <p>Intertextualidade;</p> <p>Temporalidade;</p> <p>Discurso ideológico presente no texto;</p> <p>Vozes sociais presentes no texto;</p> <p>Elementos composicionais do gênero;</p>

	<p>Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;</p> <p>Partículas conectivas do texto;</p> <p>Progressão referencial no texto;</p> <p>Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito;</p> <p>Semântica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - operadores argumentativos; - polissemia; - sentido conotativo e denotativo; - expressões que denotam ironia e humor no texto. <p>ESCRITA</p> <p>Conteúdo temático;</p> <p>Interlocutor;</p> <p>Intencionalidade do texto;</p> <p>Informatividade;</p> <p>Situacionalidade;</p> <p>Intertextualidade;</p> <p>Temporalidade;</p> <p>Vozes sociais presentes no texto;</p> <p>Elementos composicionais do gênero;</p> <p>Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;</p> <p>Partículas conectivas do texto;</p> <p>Progressão referencial no texto;</p> <p>Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como</p>
--	---

	<p>aspas, travessão, negrito, etc.;</p> <p>Sintaxe de concordância;</p> <p>Sintaxe de regência;</p> <p>Processo de formação de palavras;</p> <p>Vícios de linguagem;</p> <p>Semântica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - operadores argumentativos; - modalizadores; - polissemia. <p>Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto</p> <p>Função do adjetivo, advérbio, pronomes, artigo e de outras categorias como elementos do texto</p> <p>ORALIDADE</p> <p>Conteúdo temático;</p> <p>Finalidade;</p> <p>Aceitabilidade do texto;</p> <p>Informatividade;</p> <p>Papel do locutor e interlocutor;</p> <p>Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas;</p> <p>Adequação do discurso ao gênero;</p> <p>Turnos de fala;</p> <p>Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas entre outras);</p> <p>Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, conectivos;</p> <p>Semântica;</p> <p>Adequação da fala ao contexto (uso de</p>
--	--

	conectivos, gírias, repetições, etc.); Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.
--	---

ENSINO MÉDIO	
1ª SÉRIE	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS	CONTEÚDOS BÁSICOS
Adivinhas, álbum de família, anedotas, bilhetes, cantigas de roda, carta pessoal, cartão, cartão postal, comunicados, causos, convites, curriculum vitae, diário, exposição oral, fotos, músicas, parlendas, piadas, provérbios, quadrinhas, receitas, relatos de experiências vividas, trava-língua, autobiografia, biografias, contos, contos de fadas, contos de fadas contemporâneos, crônicas de ficção, escultura, fábulas, fábulas contemporâneas, haicai, histórias em quadrinhos, lendas, literatura de cordel, memórias, letras de músicas, narrativas de aventura, narrativas de enigma, narrativas de ficção científica, narrativas de humor, narrativas de terror, narrativas fantásticas, narrativas míticas, paródias, artigos, conferência, debate, palestra, pesquisas, relato histórico, relatório, resumo, verbetes, ata, cartazes, debate regrado, relato histórico, relatório, relatos de experiências científicas, diálogo, discussão argumentativa, exposição oral, júri simulado, mapas, palestra,	LEITURA Conteúdo temático; Interlocutor; Finalidade do texto ; Intencionalidade; Aceitabilidade do texto; Informatividade; Situacionalidade; Intertextualidade; Temporalidade; Vozes sociais presentes no texto; Discurso ideológico presente no texto; Elementos composicionais do gênero; Contexto de produção da obra literária; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; Progressão referencial; Partículas conectivas do texto; Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto; Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem;

<p>pesquisas, resenha, resumo, seminário, texto argumentativo, texto de opinião, verbetes de enciclopédia, agenda cultural, anúncio de emprego, artigo de opinião, caricatura, carta ao leitor, carta do leitor, cartum, charge, classificados, crônica jornalística, editorial, entrevista oral e escrita, fotos horóscopo, infográfico, manchete, mapas, mesa redonda, notícia, reportagens, resenha crítica, sinopse de filmes, tiras, anúncio, caricatura, cartazes, comercial para TV, e-mail, folder, fotos, slogan, músicas, outdoor, parodia, placas, publicidade comercial, publicidade institucional, publicidade oficial, texto político, abaixo-assinado, assembleia, carta de emprego, carta de reclamação, carta de solicitação, debate, debate regrado, discurso político de palanque, fórum, manifesto, mesa redonda, panfleto, boletim de ocorrência, constituição brasileira, contrato, declaração de direitos, depoimentos, discurso de acusação, discurso de defesa, estatutos, leis, ofícios, procuração, regimentos, regulamentos, requerimentos, bulas, manual técnico, placas, regras de jogo, rótulos/embalagens, blog, chat, desenho animado, e-mail, entrevista, filmes, fotoblog, Facebook, Orkut, Twitter, home page, reality show, talk show, telejornal,</p>	<p>- sentido conotativo e denotativo.</p> <p>ESCRITA</p> <p>Conteúdo temático; Interlocutor; Finalidade do texto; Intencionalidade; Informatividade; Situacionalidade; Intertextualidade; Temporalidade; Referência textual; Vozes sociais presentes no texto; Ideologia presente no texto; Elementos composicionais do gênero; Progressão referencial; Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.; Vícios de linguagem; Sintaxe de concordância; Sintaxe de regência.</p> <p>ORALIDADE</p> <p>Conteúdo temático;</p>
---	--

<p>telenovela, torpedos, vídeo clip, vídeo conferência. Cultura africana e indígena – autores e obras de destaque.</p>	<p>Finalidade; Intencionalidade; Aceitabilidade do texto; Informatividade; Papel do locutor e interlocutor; Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...; Adequação do discurso ao gênero; Turnos de fala; Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras); Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; Elementos semânticos; Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.</p> <p>Literatura: leitura e análise literária de obras dentro de cada período literário; Tipos de textos literários; Trovadorismo; Humanismo; Classicismo; Literatura informativa do Brasil; Barroco e seus autores; Arcadismo e seus autores.</p>
--	--

ENSINO MÉDIO

2ª SÉRIE	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS	CONTEÚDOS BÁSICOS
<p>Adivinhas, álbum de família, anedotas, bilhetes, cantigas de roda, carta pessoal, cartão, cartão postal, comunicados, causos, convites, curriculum vitae, diário, exposição oral, fotos, musicas, parlendas, piadas, provérbios, quadrinhas, receitas, relatos de experiências vividas, trava-língua, autobiografia, biografias, contos, contos de fadas, contos de fadas contemporâneos, crônicas de ficção, escultura, fábulas, fábulas contemporâneas, haicai, histórias em quadrinhos, lendas, literatura de cordel, memórias, letras de músicas, narrativas de aventura, narrativas de enigma, narrativas de ficção científica, narrativas de humor, narrativas de terror, narrativas fantásticas, narrativas míticas, paródias, artigos, conferência, debate, palestra, pesquisas, relato histórico, relatório, resumo, verbetes, ata, cartazes, debate regrado, relato histórico, relatório, relatos de experiências científicas, diálogo, discussão argumentativa, exposição oral, júri simulado, mapas, palestra, pesquisas, resenha, resumo, seminário, texto argumentativo, texto de opinião, verbetes de enciclopédia, agenda cultural, anúncio de emprego, artigo de</p>	<p>LEITURA</p> <p>Conteúdo temático; Interlocutor; Finalidade do texto ; Intencionalidade; Aceitabilidade do texto; Informatividade; Situacionalidade; Intertextualidade; Temporalidade; Vozes sociais presentes no texto; Discurso ideológico presente no texto; Elementos composicionais do gênero; Contexto de produção da obra literária; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; Progressão referencial; Partículas conectivas do texto; Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto; Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; - sentido conotativo e denotativo.</p> <p>ESCRITA</p> <p>Conteúdo temático;</p>

<p>opinião, caricatura, carta ao leitor, carta do leitor, cartum, charge, classificados, crônica jornalística, editorial, entrevista oral e escrita, fotos horóscopo, infográfico, manchete, mapas, mesa redonda, notícia, reportagens, resenha crítica, sinopse de filmes, tiras, anúncio, caricatura, cartazes, comercial para TV, e-mail, folder, fotos, slogan, músicas, outdoor, parodia, placas, publicidade comercial, publicidade institucional, publicidade oficial, texto político, abaixo-assinado, assembleia, carta de emprego, carta de reclamação, carta de solicitação, debate, debate regrado, discurso político de palanque, fórum, manifesto, mesa redonda, panfleto, boletim de ocorrência, constituição brasileira, contrato, declaração de direitos, depoimentos, discurso de acusação, discurso de defesa, estatutos, leis, ofícios, procuração, regimentos, regulamentos, requerimentos, bulas, manual técnico, placas, regras de jogo, rótulos/embalagens, blog, chat, , desenho animado, e-mail, entrevista, filmes, fotoblog, Facebook, Orkut, Twitter, home page, reality show, talk show, telejornal, telenovela, torpedos, vídeo clip, vídeo conferência. Cultura africana e indígena – autores e obras de destaque.</p>	<p>Interlocutor; Finalidade do texto; Intencionalidade; Informatividade; Situacionalidade; Intertextualidade; Temporalidade; Referência textual; Vozes sociais presentes no texto; Ideologia presente no texto; Elementos composicionais do gênero; Progressão referencial; Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;; Vícios de linguagem; Sintaxe de concordância; Sintaxe de regência.</p> <p>ORALIDADE</p> <p>Conteúdo temático; Finalidade; Intencionalidade; Aceitabilidade do texto; Informatividade;</p>
--	--

	<p>Papel do locutor e interlocutor;</p> <p>Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...;</p> <p>Adequação do discurso ao gênero;</p> <p>Turnos de fala;</p> <p>Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);</p> <p>Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;</p> <p>Elementos semânticos;</p> <p>Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);</p> <p>Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.</p> <p>Literatura:</p> <p>Leitura e análise literária de obras dentro de cada período literário;</p> <p>Tipos de textos literários;</p> <p>Romantismo e seus autores;</p> <p>Realismo e seus autores;</p> <p>Simbolismo e seus autores;</p> <p>Pré-modernismo e seus autores.</p>
--	--

ENSINO MÉDIO	
3ª SÉRIE	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS	CONTEÚDOS BÁSICOS
Adivinhas, álbum de família, anedotas, bilhetes, cantigas de roda, carta pessoal, cartão, cartão postal, comunicados,	LEITURA Conteúdo temático; Interlocutor;

<p>causos, convites, curriculum vitae, diário, exposição oral, fotos, músicas, parlendas, piadas, provérbios, quadrinhas, receitas, relatos de experiências vividas, trava-língua, autobiografia, biografias, contos, contos de fadas, contos de fadas contemporâneos, crônicas de ficção, escultura, fábulas, fábulas contemporâneas, haicai, histórias em quadrinhos, lendas, literatura de cordel, memórias, letras de músicas, narrativas de aventura, narrativas de enigma, narrativas de ficção científica, narrativas de humor, narrativas de terror, narrativas fantásticas, narrativas míticas, paródias, artigos, conferência, debate, palestra, pesquisas, relato histórico, relatório, resumo, verbetes, ata, cartazes, debate regrado, relato histórico, relatório, relatos de experiências científicas, diálogo, discussão argumentativa, exposição oral, júri simulado, mapas, palestra, pesquisas, resenha, resumo, seminário, texto argumentativo, texto de opinião, verbetes de enciclopédia, agenda cultural, anúncio de emprego, artigo de opinião, caricatura, carta ao leitor, carta do leitor, cartum, charge, classificados, crônica jornalística, editorial, entrevista oral e escrita, fotos horóscopo, infográfico, manchete, mapas, mesa</p>	<p>Finalidade do texto ; Intencionalidade; Aceitabilidade do texto; Informatividade; Situacionalidade; Intertextualidade; Temporalidade; Vozes sociais presentes no texto; Discurso ideológico presente no texto; Elementos composicionais do gênero; Contexto de produção da obra literária; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; Progressão referencial; Partículas conectivas do texto; Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto; Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; - sentido conotativo e denotativo.</p> <p>ESCRITA</p> <p>Conteúdo temático; Interlocutor; Finalidade do texto; Intencionalidade; Informatividade; Situacionalidade;</p>
--	--

<p>redonda, notícia, reportagens, resenha crítica, sinopse de filmes, tiras, anúncio, caricatura, cartazes, comercial para TV, e-mail, folder, fotos, slogan, músicas, outdoor, parodia, placas, publicidade comercial, publicidade institucional, publicidade oficial, texto político, abaixo-assinado, assembleia, carta de emprego, carta de reclamação, carta de solicitação, debate, debate regrado, discurso político de palanque, fórum, manifesto, mesa redonda, panfleto, boletim de ocorrência, constituição brasileira, contrato, declaração de direitos, depoimentos, discurso de acusação, discurso de defesa, estatutos, leis, ofícios, procuração, regimentos, regulamentos, requerimentos, bulas, manual técnico, placas, regras de jogo, rótulos/embalagens, blog, chat, , desenho animado, e-mail, entrevista, filmes, fotoblog, Facebook, Orkut, Twitter, home page, reality show, talk show, telejornal, telenovela, torpedos, vídeo clip, vídeo conferência. Cultura africana e indígena – autores e obras de destaque.</p>	<p>Intertextualidade; Temporalidade; Referência textual; Vozes sociais presentes no texto; Ideologia presente no texto; Elementos composicionais do gênero; Progressão referencial; Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;; Vícios de linguagem; Sintaxe de concordância; Sintaxe de regência.</p> <p>ORALIDADE</p> <p>Conteúdo temático; Finalidade; Intencionalidade; Aceitabilidade do texto; Informatividade; Papel do locutor e interlocutor; Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas; Adequação do discurso ao gênero;</p>
--	--

	<p>Turnos de fala;</p> <p>Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);</p> <p>Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;</p> <p>Elementos semânticos;</p> <p>Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);</p> <p>Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.</p> <p>Literatura:</p> <p>Leitura e análise literária de obras dentro de cada período literário;</p> <p>Tipos de textos literários;</p> <p>Vanguardas artísticas;</p> <p>Semana da arte moderna;</p> <p>Modernismo e seus autores;</p> <p>Literatura contemporânea;</p> <p>Crônicas e autores da poesia concreta;</p> <p>Tropicalismo;</p> <p>Poetas e cronistas do nosso tempo;</p> <p>Teatro contemporâneo.</p>
--	--

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O homem vive num mundo onde a comunicação é fundamental e imprescindível nas relações sociais.

Em todos os momentos de nossa vida estamos nos comunicando seja verbalmente ou não. E é através da linguagem, fenômeno heterogêneo e universal, capacidade específica dos seres humanos, que os homens estabelecem relações

sociais.

A linguagem escrita é uma das formas mais elaboradas da comunicação humana, sendo que a escola tem como principal função, no que se refere à aprendizagem e o desenvolvimento da linguagem, desenvolver de forma competente, em seus educandos, a leitura a escrita e, conseqüentemente, as interpretações de textos, sejam eles verbais ou não-verbais.

O ato de ler é um processo contínuo que se confunde com o próprio fato de estar no mundo, pois mesmo antes da criança frequentar a escola, ela já “leu” o mundo que a cerca, através das observações, antecipações, interpretações e interações, atribuindo significados a seres, objetos e situações que a rodeiam.

Sendo que, na escola, o processo de leitura ganha maior significado com a aprendizagem da escrita, despertando no aluno maior possibilidade de interagir com o mundo. E é na disciplina de Língua Portuguesa que todas as atividades relacionadas à linguagem ganham maior ênfase e, podem ser desenvolvidas, buscando total sucesso no desenvolvimento pleno de escritores e leitores competentes, não só nos meios escolares, mas também na sociedade.

Todas as atividades desenvolvidas buscam o aprimoramento do aluno como pessoa capaz de interagir num mundo letrado, ora como interlocutor, ora como receptor, utilizando-se das mais variadas formas de linguagem, sendo leitor e escritor competente.

Pensando nisso, é necessário não só expor as normas gramaticais aos alunos, como ocorre, muitas vezes, quando se fala em ensino de língua materna. É necessário ir muito além, levando os educandos a refletirem sobre as normas gramaticais, sobre certas construções linguísticas. Enfim, sobre todo o processo linguístico que envolve os seres humanos mesmo antes do seu nascimento até sua morte.

A produção escrita, a leitura, a interpretação de textos serão o centro de todo trabalho, pois é através dos textos que “apreendemos” o mundo e, também, através deles podemos refletir sobre a linguagem, fazer análises linguísticas e entender melhor a função da gramática no estudo da Língua Portuguesa.

Desta forma, espera-se que o educando desenvolva sua competência discursiva para falar, escutar, ler, escrever nas diversas situações de interação na

sala de aula e, principalmente fora dela. Cabendo a nós, professores, ser o elo entre o aluno e a aprendizagem da língua padrão.

A Língua Portuguesa deve ser utilizada e trabalhada na escola, na forma como existe na sociedade. É preciso criar situações em que falar, ler e escrever tenham finalidade específica, não configurem um exercício mecânico e sem sentido.

Acreditamos que a aquisição da língua pelo aluno é tanto mais efetiva quanto mais oferecemos atividades que lhe permitam exercitar-se em situações reais de uso das modalidades oral e escrita.

Propomos dentro da nossa visão de linguagem que nas aulas de Língua Portuguesa a ênfase esteja no aprendizado da leitura, oralidade e da escrita, salientando a importância do perfeito domínio desses aspectos para que o aluno possa participar ativamente no mundo letrado que vivemos. O trabalho com a gramática será feita na perspectiva do uso da funcionalidade dos elementos gramaticais, sempre de forma contextualizada, dentro de textos que serão trabalhados com alunos.

A gramática normativa, por sua vez, será do domínio do professor o qual será responsável pela criação de situações, ao nível da prática, em que os alunos deverão incorporar de modo cada vez mais elaborado, proporcionando assim o acesso a linguagem padrão e como consequência a ampliação de seu vocabulário.

Entendemos que o cerne do trabalho com a língua deve-se constituir na compreensão dos fatos linguísticos e não na nomenclatura e classificação dos mesmos e também que todo o trabalho deve estar voltado para a leiturização do nosso aluno, para que ele possa, quanto cidadão, ser agente de transformação da nossa sociedade.

O ensino de português deve tornar o aluno num usuário eficiente da língua:

Sabendo expressar adequadamente em diferentes situações, fazendo-se entender, sendo capaz de ouvir o outro; portanto, o professor na oralidade deve:

- Estimular a expressão oral;
- Criar situações para que todos se manifestem;
- Ajudar e orientar na organização das ideias (expô-las com clareza);
- Adequar sua fala (do aluno) a diferentes interlocutores.

Lendo com prazer e para informar-se, seguindo instruções escritas,

percebendo a intencionalidade dos textos; portanto o professor na leitura deve:

- Incentivar a leitura (dentro e fora da sala);
- Ler para os alunos;
- Trazer variedades de textos;
- Orientar para uma leitura cada vez mais significativa.

Escrevendo pôr prazer; para registrar instruir; convencer; sendo capaz de decidir, ao fazê-lo que tipo de texto e que recurso linguísticos usar para melhor atingir suas finalidade, portanto, na escrita o professor deve:

- Primar de produções de textos (diversidade);
- Esclarecer dúvidas com relação à escrita;
- Orientar o aluno (para que sua produção cumpra seu papel);
- Oportunizar momentos de troca (grupos);
- Divulgar (na medida do possível) os trabalhos;

Refletindo sobre a língua, trabalhando os aspectos de organização que comprometem a clareza, coerência e coesão de seus textos, bem como os aspectos gramaticais que constituem dificuldades no uso da modalidade escrita da língua padrão; portanto o professor na análise linguística deve:

- Fazer atividades de reescrita de textos;
- Orientar o uso de dicionário e gramáticas;
- Comparar formas diferentes de organização de textos;
- Selecionar as diferentes dúvidas apresentadas e saná-las;

Os sujeitos se apropriam dos conteúdos, transformando-os em conhecimento próprio, por meio da ação sobre eles, mediada pela interação com outro. Não é diferente no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem .

É nas práticas sociais, em situações linguisticamente significativas, que se dá a expansão da capacidade de uso da linguagem a construção ativa de novas capacidades que possibilitam o domínio cada vez maior de diferentes padrões de fala e escrita.

Escola é o lugar de construção é também o melhor lugar para o desenvolvimento e onde o aluno e o professor interagem para atingir seus objetivos.

Neste espaço o aluno, trabalhará com diversos textos e com os meios de

comunicação, utilização dos materiais necessários, TV, biblioteca, passeios, jornais, revistas, livros de literatura, textos literários e não literários, informativos, piadas, anedotas, fábulas, cantos populares, receitas, danças, dramatização, expressão corporal, relaxamento, textos científicos, programas da TV escola, a interdisciplinaridade, o vídeo, o rádio, o CD, o computador, a mídia e outros recursos que sejam necessários para construção do saber.

Será desenvolvido um trabalho referente as leis : História e Cultura Afro e Indígena (11.645/3/2008), Meio Ambiente (9795/99) através de palestras, textos, seminários, debates, filmes, atividades extraclasse, feiras de ciências, semana cultural.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser compreendida como conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de que forma e em quais condições. Elaborando assim um conjunto de procedimentos investigativos que possibilite ao professor analisar criticamente sua prática educativa e como instrumento que apresente ao aluno seus avanços, suas dificuldades e suas possibilidades.

A avaliação será contínua e cumulativa, tendo processos específicos relacionados á leitura, interpretação e escrita, devendo contribuir efetivamente para a formação integral do educando, possibilitando assim sua participação social e cidadã.

A avaliação portanto não é unilateral ou monológica, mas dialógica. Deve realizar-se num espaço em que seja considerado aquele que ensina aquele que aprende e a relação intrínseca que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizagem. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as expectativas de aprendizagem, mas aplica-se as condições oferecidas para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

A avaliação será contínua, o professor recolhe todas as informações sobre o que o aluno aprendeu ao acompanhá-lo sistematicamente. Esses momentos de formalização da avaliação são importantes por se constituírem em boas situações

para que alunos e professores formalizem o que foi e o que não foi aprendido.

Terá processos específicos relacionados à leitura, interpretação e escrita. buscar-se-á o diálogo, através de anotações, correções e comentários para que o aluno esteja informado no que ainda precisa melhorar ou apropriar-se.

Espera-se que o aluno:

- Compreenda e produza textos orais, escritos, verbais ou não-verbais e seja capaz de posicionar-se criticamente, diante deles;
- Tenha uma boa leitura;
- Seja capaz de expressar-se tanto de forma oral, quanto escrita;
- Domine as principais regras gramaticais e saiba usá-las em suas produções textuais, tornando seus textos coerentes e coesos;

Será avaliado todo o desempenho oral e escrito dos alunos, respeitando cada indivíduo, na sua limitação.

Portanto, a avaliação servirá de subsídio para o professor repensar sua prática e perceber o que seus alunos não conseguiram apreender, retomando os conteúdos cada vez que se fizer necessário.

RECUPERAÇÃO SIMULTÂNEA

Na disciplina de Língua Portuguesa, a recuperação acontecerá concomitantemente às situações avaliativas, num processo de construção e reconstrução do próprio conhecimento, dessa forma, o educando terá a oportunidade de refazer e avaliar o seu próprio desempenho escolar, buscando o seu aprimoramento e a aprendizagem de conteúdos e conseqüentemente de nota.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica** Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, Curitiba, 2008.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. Coleção: Português: Linguagens. São Paulo . Atual.

SOARES, Magda. Coleção: Português Uma proposta para o Letramento. São Paulo. Moderna.

GERALDI, João Wanderley. Portos de Passagem. São Paulo. Martins Fontes.

VIGOTSKY, L. S. Pensamentos e Linguagens. São Paulo. Martins Fontes.

CUNHA, Celso. Gramática da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. MEC.

Parâmetros Curriculares Nacionais. M D E

Currículo Básico do Paraná

ABRAMOVICH, Fanny. **O estranho mundo que se mostra às crianças**. São Paulo: Summus, 1983. (Novas buscas em educação)

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil**: Gostosuras e Bobices. São Paulo: Scipione, 1989.

AGUIAR, Vera Teixeira de & BORDINI, Maria da Glória. **Que livro indicar?**: Interesses do leitor jovem. Porto Alegre: mercado Aberto, 1979.

AGUIAR, Vera Teixeira. **Literatura; a formação do leitor**: alternativas metodológicas. Porto alegre: Mercado Aberto, 1988.

AGUIAR, Vera Teixeira de. (Coord.) **Poesia fora da estante**. Porto Alegre: Projeto, 1997.

AGUIAR, Vera Teixeira. A literatura infantil no compasso da sociedade brasileira. In: ZILLES, Urbano. **Gratidão de ser**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

ARIES , Philippe. **História Social da criança e da família**. 2ª ed. Trad. Dora Flakman. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Muito além da gramática**: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BARBOSA, Jaqueline Peixoto. **Trabalhando com os gêneros do discurso**: uma perspectiva enunciativa para o ensino da Língua Portuguesa. Tese (Doutorado em Linguística) Aplicada ao Ensino de Línguas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BAKHTIN, Michail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem** . Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENJAMIM, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo Summus, 1984.

BORDINI, Maria da Glória & AGUIAR, Vera Teixeira. Literatura. **A formação do Leitor**: alternativas metodológicas.

BORDINI, Maria da Glória. **Poesia Infantil**. São Paulo: Ática, 1986. (série Princípios)

BRAGATO FILHO, Paulo. **Pela leitura literária de 1º grau**. São Paulo: Ática, 1995.

CADERMATORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos)

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. **A literatura infantil** : visão histórica e crítica. São Paulo: Ática, 1983.

CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Paulus, 2002.

7.12 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

Apresentação Geral da disciplina

Através da História da Matemática é possível compreender a Ciência Matemática desde suas origens e como a disciplina Matemática tem se configurado no currículo escolar brasileiro.

Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2008); a História da Matemática revela que os povos das antigas civilizações conseguiram desenvolver os rudimentos de conhecimentos matemáticos que vieram a compor a Matemática que conhecemos hoje. Os Babilônicos por volta de 2000 a.C. acumularam registros que hoje podem ser classificados como álgebra elementar. Porém, como Ciência a Matemática emergiu somente mais tarde, em solo grego, nos séculos VI e V a.C. Os filósofos gregos da escola pitagórica percebem a importância e o papel da Matemática no ensino e na formação das pessoas. Nesse período, ocorreu a sistematização das matemáticas, como conhecemos hoje, a aritmética, a geometria, a álgebra e a trigonometria.

No Século V d.C. o ensino teve um caráter estritamente religioso. A Matemática era ensinada com o objetivo de entender os cálculos do calendário litúrgico e determinar as datas religiosas. As aplicações práticas e o caráter empírico da Matemática não eram explorados. Entretanto, no Oriente, ocorreram produções

Matemáticas entre os hindus, árabes, persas e chineses surgiram importantes avanços no conhecimento algébrico.

Entre os séculos VIII e IX o ensino da Matemática passa por mudanças significativas com o surgimento das escolas e a organização dos sistemas de ensino.

Após o Século XV, o avanço das navegações e as atividades comerciais e industriais exigiram atividades práticas. Já no Século XVI, os avanços no conhecimento matemático, levaram a um novo período de sistematizações, denominada Matemática de grandezas variáveis.

Posteriormente a Matemática passou a desempenhar o papel fundamental para a comprovação e generalização de resultados (Século XVII) . Surgiu a concepção de Lei Quantitativa que levou ao conceito de função e do cálculo infinitesimal, as bases da Matemática de hoje

O Século XVIII é demarcado pelas revoluções francesa e industrial, com estes novos moldes da economia e da política capitalista, a pesquisa se direcionou a atender aos processos de industrialização e o estado passou a intervir na educação.

O desenvolvimento matemático no Século XIX ficou conhecido como o período das matemáticas contemporâneas. Trata se de uma reconsideração crítica do sistema de axiomas, dos métodos lógicos e demonstrações matemáticas, ou seja, as sistematizações das geometrias não euclidianas.

No Século XX, os matemáticos antes pesquisadores passaram a ser também professores, preocupando se mais diretamente com as questões de ensino, ou seja, os aspectos psicológicos, filosóficos e Sociológicos, são o início da renovação do ensino da Matemática.

As ideias reformadoras do ensino da Matemática se inseriram no contexto das discussões introduzidas pelo movimento da escola nova. Este movimento fez surgir uma concepção Empírico Ativista que pressupunha a valorização dos processos de aprendizagem em atividades de pesquisa, atividades lúdicas, resolução de problemas, jogos e experimentos. O estudante era considerado o centro do processo e o professor, o orientador da aprendizagem.

Outras tendências influenciaram o ensino de Matemática em nosso país:

Formalista Clássica – baseava se no modelo euclidiano e na concepção

platônica de Matemática, a aprendizagem era centrada no professor e no seu papel de transmissor e expositor do conteúdo.

Formalista Moderna – centrada no rigor e na precisão da linguagem Matemática, uma Matemática escolar orientada pela lógica, pelos conjuntos, pelas relações, pelas estruturas Matemáticas, pela axiomatização.

Tendência Tecnista – esta concepção tinha a função de manter e estabilizar o sistema de produção capitalista. O método de aprendizagem enfatizava a memorização de princípios e fórmulas, o desenvolvimento e as habilidades de manipulação de algoritmos e expressões algébricas de resolução de problemas.

Tendência construtivista – o conhecimento Matemático resultava de ações interativas e reflexivas dos estudantes nos ambientes ou nas atividades pedagógicas. A Matemática era vista como uma construção constituída por estruturas e relações abstratas entre formas e grandezas.

Tendência Socioetnocultural – essa tendência valorizou aspectos sócio – culturais da Educação Matemática e tinha sua base teórica e prática na Etnomatemática.

Tendência Histórica – Crítica – concebia a Matemática como um ser vivo, dinâmico, construído historicamente para atender as necessidades sociais e teóricas, a aprendizagem da Matemática se dava no desenvolvimento de estratégias que possibilitavam ao aluno atribuir sentido e significado às ideias Matemáticas e, sobre essas ideias, tornar se capaz de estabelecer relações, justificar, analisar, discutir e criar.

A matemática é a ciência que através da harmonia entre seus aspectos prático e formalista, permite o estudo, náutico e quantitativo, das relações estabelecidas entre o homem e a realidade que o cerca.

A matemática transforma se por fim na ciência que estuda todas as relações e interdependências quantitativas entre grandezas, comportando um vasto campo de teorias, modelos e procedimentos de análise, metodologias próprias de pesquisas, formas de coletar e interpretar dados.

Em seu papel formativo, a disciplina contribui para o desenvolvimento de processo de pensamento e aquisição de atitudes, capacitando aos estudantes resolver problemas genuínos, habituando os às novas tecnologias e a formação de

uma visão ampla e científica da realidade, à percepção da beleza e da harmonia e o desenvolvimento da criatividade e de suas capacidades individuais.

A potencialidade do conhecimento deve ser explorada, da forma mais ampla possível, buscando na realidade do aluno as estruturações do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo do estudante na sua aplicação a problemas, situações da vida cotidiana e atividades do mundo do trabalho e no apoio à construção dos conhecimentos em outras áreas curriculares.

O estudo da matemática deve estar voltado para a busca de transformações que venham minimizar os problemas de ordem social. Isso implica olhar a própria matemática do ponto de vista do seu fazer e do ser pensar, da sua construção histórica privilegiando assim o ensinar e o aprender matemática sem perder de vista a compreensão.

Assim exige-se uma prática docente onde se estabeleça postura teórica metodológicas, onde o professor adote atitudes questionadoras, que seja investigador e reflexiva, tornando assim as aulas de matemática mais interessantes e desafiadoras, instrumentando os alunos com estratégias diversificadas, levando-os a pensar produtivamente, desenvolvendo seu raciocínio, ensinando-os a enfrentar situações novas, dando-lhes oportunidades de se envolver com as aplicações matemáticas.

Para Lorenzato Fiorentini (2001) a Educação Matemática é uma área que engloba inúmeros saberes, na qual apenas, o conhecimento da Matemática e a experiência de magistério não garantem competência a qualquer profissional que nela trabalhe. E para Pitombeira é “o estudo de todos os fatores que influem, direta ou indiretamente, sobre todos os processos de ensino-aprendizagem em Matemática e a atuação sobre estes fatores” (1991, p.18).

Outra finalidade apontada pelos autores “é fazer com que o estudante construa por intermédio do conhecimento matemático, valores e atitudes de natureza diversa, visando a formação integral do ser humano e particularmente, do cidadão, isto é do homem público (id. 2004, p.71).

Segundo a Diretriz Curricular de Matemática, pensar numa prática docente a partir da Educação Matemática, implica pensar na sociedade em que vivemos, construindo-se assim, o ato de ensinar numa ação reflexiva e política.

De acordo com a tendência Histórico-crítico, a matemática deve expressar no saber vivo, dinâmico, construído historicamente para atender as necessidades sócias, econômicas e teóricas. A aprendizagem da Matemática consiste em criar estratégias que possibilitem ao aluno construir sentidos e significados as ideias matemáticas, de modo a tornar-se capaz de estabelecer relações, justificar, analisar, discutir e criar. Desse modo, supera o ensino baseado apenas em desenvolver habilidades, como calcular e resolver problemas, ou fixar conceitos pela memorização ou listas de exercícios.

A ação do professor é articular o processo pedagógico, a visão de mundo do aluno, suas opções diante da vida, da história e do cotidiano. O auge das discussões da tendência histórico-crítica aconteceu num momento de abertura política no país, na década de 1980.

O ensino da Matemática para o Segundo Grau (atual Ensino Médio) passou a ser visto “como instrumento para a compreensão, a investigação, a inter-relação com o ambiente, e seu papel de agente de modificações do indivíduo, provocando mais que simples acúmulo de conhecimento técnico, o progresso do discernimento político” (PARANÁ, 1993, p. 05).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, procura adequar o ensino brasileiro às transformações do mundo do trabalho, fruto da globalização econômica e apresenta novas interpretações para o ensino da Matemática.

Portanto, é necessário que o processo de ensino e aprendizagem em Matemática contribua para que o estudante, a partir do conhecimento matemático tenha possibilidades para entender e criticar questões sociais, políticas, econômicas e históricas.

Nesta perspectiva a Educação Matemática dá condições ao professor de Matemática para desenvolver-se intelectual e profissionalmente, refletir sobre sua prática pedagógica, além de tornar-se um educador matemático pesquisador que vivencia sua própria formação continuada.

Segundo a Diretriz Curricular, os conteúdos da disciplina de Matemática estão organizados em estruturantes, ou seja, conhecimentos de grande amplitude, são conceitos e práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma

disciplina escolar, considerados fundamentais para a sua compreensão.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

Os conteúdos estruturantes propostos nas diretrizes curriculares para a educação básica da rede pública estadual são:

Números e álgebra

Grandezas e medidas

Geometrias

Funções

Tratamento da Informação

NÚMEROS E ÁLGEBRA

A álgebra e os números passam a fazer parte do conhecimento escolar, sendo que no cenário educacional brasileiro, seu ensino foi influenciado pelas produções didáticas europeias do século XVIII, na forma de aulas avulsas em matérias denominadas Aritmética e Álgebra.

GRANDEZAS E MEDIDAS

As grandezas e medidas devem ser abordadas no contexto dos demais conteúdos matemáticos, configurando-se como conteúdo estruturante que possui fundamental importância, pois favorece o diálogo entre as pessoas, entre os Estados, entre os diferentes países e entre as instituições internacionais.

GEOMETRIAS

A geometria é a mais eficiente conexão didático – pedagógica da Matemática. Interliga-se com a aritmética e com a álgebra “ porque os objetos e relações dela correspondem aos das outras; assim sendo, conceitos, propriedades e questões aritméticas ou algébricas podem ser clarificados pela geometria, que realiza a tradução para o aprendiz” (LORENZATO, 1995, p. 7).

Entende-se que a valorização de definições, as abordagens de enunciados e as demonstrações de seus resultados são inerentes ao conhecimento geométrico. No entanto, tais práticas devem favorecer a compreensão do objeto e não reduzir-se

apenas às demonstrações geométricas em seus aspectos formais.

FUNÇÕES

As abordagens do conteúdo funções no Ensino Médio devem ser ampliadas e aprofundadas de modo que o aluno consiga identificar regularidades, estabelecer generalizações e apropriar-se de linguagem matemática para descrever e interpretar fenômenos ligados à Matemática e as outras áreas do conhecimento. O estudo das Funções ganha relevância na leitura e interpretação da linguagem gráfica que favorece a compreensão do significado das variações das grandezas envolvidas.

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

O tratamento da informação é um conteúdo estruturante que contribui para o desenvolvimento de condições de leitura crítica dos fatos ocorridos na sociedade e para interpretação de tabelas e gráficos que, de modo geral, são usados para apresentar ou descrever informações.

Na Educação Básica, propõe-se que o trabalho com estatística se faça por meio de um processo investigativo, pelo qual o estudante manuseie dados desde sua coleta até os cálculos finais. “ É o estudante que busca, seleciona, faz conjecturas, analisa e interpreta as informações para, em seguida, apresentá-las para o grupo, sua classe ou sua comunidade” (WODEWOTZKI E JACOBINI, 2004, p. 233).

PROPOSTA DE CONTEÚDOS PARA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA - ENSINO FUNDAMENTAL		
Ano	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
6º	NÚMEROS E ÁLGEBRA	- Sistemas de Numeração; - Números Naturais; - Múltiplos e divisores; - Potenciação e radiciação; - Números Fracionários; - Números decimais.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	- Medidas de comprimento; - Medidas de massa;

		<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de área; - Medidas de volume; - Medidas de tempo; - Medidas de ângulos; - Sistema Monetário.
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana; - Geometria Espacial.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Dados, tabelas e gráficos; - Porcentagem.
Ano	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
7º	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> - Números Inteiros; - Números racionais; - Equação e Inequação do 1º grau; - Razão e proporção; - Regra de três simples
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de temperatura; - Medidas de Ângulos.
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometrias Não-Euclidianas.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa Estatística; - Média Aritmética; - Moda e mediana; - Juros simples.
Ano	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
8º	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> - Números racionais Irracionais; - Sistemas de Equações do 1º grau; - Potências; - Monômios e Polinômios; - Produtos Notáveis.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> - Medida de comprimento;

		<ul style="list-style-type: none"> - Medida de área e medidas de volume - Medidas de ângulos.
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometrias não-Euclidiana.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Gráfico e Informação; - População e amostra.
Ano	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
9º	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> - Números Reais; - Propriedades dos radicais; - Equação do 2º grau; - Teorema de Pitágoras; - Equações Irracionais; - Equações Biquadradas; - Regra de Três Composta.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> - Relações Métricas no Triângulo Retângulo; - Trigonometria no Triângulo Retângulo;
	FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Noção intuitiva de Função Afim . - Noção intuitiva de Função Quadrática.
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometria Não-Euclidiana.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Noções de Análise Combinatória; - Noções de Probabilidade; - Estatística; - Juros Composto.
PROPOSTA DE CONTEÚDOS PARA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA - ENSINO MÉDIO		
Conteúdo Estruturante		Conteúdos Básicos

<p>NÚMEROS E ÁLGEBRA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Números reais; - Números complexos; - Sistemas lineares; - Matrizes e Determinantes; - Polinômios. - Equações e Inequações Exponenciais, Logarítmicas e Modulares.
<p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de área; - Medidas de Volume; - Medidas de Grandezas Vetoriais; - Medidas de Informática; - Medidas de Energia; - Trigonometria.
<p>FUNÇÕES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Função Afim; - Função Quadrática; - Função Polinomial; - Função Exponencial; - Função Logarítmica; - Função Trigonométrica; - Função Modular; - Progressão Aritmética; - Progressão Geométrica.
<p>GEOMETRIAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometrias Não- Euclidianas.
<p>TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Análise Combinatória; - Binômio de Newton; - Estudo das Probabilidades; - Estatística; - Matemática Financeira.

METODOLOGIA

A finalidade de uma metodologia eficiente e adequada é priorizar as relações e interdependências entre conteúdos estruturantes e conteúdos específicos. A articulação entre os conteúdos é realizada na medida em que os conceitos são tratados em diferentes momentos e quando as situações de aprendizagem possibilitam aprofundamentos e retomadas; reforçadas as suas significações e associando-teoria à prática referente História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena– Lei nº 11645/08 Prevenção ao uso indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Educação Ambiental, Educação Fiscal e Tributária Dec. Nº 1143/99 Portaria Nº 413/02 e Enfrentamento à Violência contra a criança e o adolescente, como temáticas trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas.

Na busca de uma “escola para todos”, é importante que nossa instituição adote um sistema educacional que atenda e reconheça as diferenças individuais, bem como, as respeite, na tentativa de adaptar-se as particularidades dos educandos, construindo um espaço dialógico no qual as diferenças se complementam tornando o currículo aberto e flexível. Neste sentido, a Educação Inclusiva tem como finalidade assegurar educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas da Educação Básica, oferecendo apoio, complementação, suplementação e ou substituição dos serviços educacionais regulares.

Em relação ao Meio Ambiente a compreensão das questões ambientais pode ser fornecida pela organização de um trabalho interdisciplinar em que a matemática esteja inserida. A quantificação de aspectos envolvidos em problemas ambientais favorece uma visão mais clara deles, possibilitando tomar decisões e fazer intervenções necessárias (reciclagem e reaproveitamento de materiais).

Sendo assim asseguramos uma formação que possibilite ao aluno, compreender o mundo em que vive em sua complexidade, para que possa nele atuar com vistas à sua transformação; O aprimoramento do aluno como cidadão consciente, com formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico; a compreensão do conhecimento historicamente construído, nas suas dimensões filosófica, artística e científica, em sua interdependência nas diferentes disciplinas.

Desta forma como proposta da disciplina da matemática segue algumas considerações metodológicas:

- Resolução de Problemas
- Etnomatemática;
- Modelagem Matemática;
- Uso de Mídias Tecnológicas;
- História da Matemática ;
- Utilização de Laboratório de Informática;
- Utilização da Biblioteca como fonte de pesquisa;
- Investigações matemáticas.

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

O professor deve fazer uso de práticas metodológicas para a resolução de problemas, por isso torna as aulas mais dinâmicas e não restringe o ensino de Matemática a modelos clássicos, como exposição oral e resolução de exercícios. Enquanto na resolução de exercícios os estudantes dispõem de mecanismos que os levam, de forma imediata, à solução, na resolução de problemas isto não ocorre, pois, muitas vezes, é preciso levantar hipóteses e testá-las.

ETNOMATEMÁTICA

Através desta metodologia, busca-se uma organização da sociedade que permite o exercício da crítica e a análise da realidade. É importante fonte de investigação da Educação Matemática, por meio de um ensino que valoriza a história dos estudantes pelo reconhecimento e respeito a suas raízes culturais: “ reconhecer e respeitar as raízes de um indivíduo não significa ignorar e rejeitar as raízes do outro, mas num processo de síntese, reforçar suas próprias raízes”(D'AMBROSIO, 2001, P.42), considerando aspectos como “memória cultural, códigos, símbolos, mitos e até maneiras específicas de raciocinar e inferir” (id. 1998, p. 18).

MODELAGEM MATEMÁTICA

A modelagem matemática tem como pressuposto a problematização de situações do cotidiano. Ao mesmo tempo em que propõe a valorização do aluno no contexto social, procura levantar problemas que sugerem questionamentos sobre situações de vida.

Por meio da modelagem matemática, fenômenos diários, sejam eles físicos, biológicos e sociais, constituem elementos para análise críticas e compreensões diversas de mundo, assim sendo, “a modelagem Matemática consiste na arte de transformar problemas reais com os problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real” (BASSANEZI, 2004, P.16).

O trabalho pedagógico com a modelagem matemática possibilita a intervenção do estudante nos problemas reais do meio social e cultural em que vive, por isso, contribui para sua formação crítica.

MÍDIAS TECNOLÓGICAS

Os recursos tecnológicos sejam eles o software, a televisão, as calculadoras, os aplicativos da internet, entre outros, têm favorecido as experimentações matemática e potencializado formas de resolução de problemas.

O trabalho com as mídias tecnológicas insere diversas formas de ensinar e aprender e valoriza o processo de produção de conhecimentos.

HISTÓRIA DA MATEMÁTICA

A abordagem histórica deve vincular as descobertas matemáticas aos fatos sociais e políticos, às circunstâncias históricas e às correntes filosóficas que determinaram o pensamento e influenciaram o avanço científico de cada época.

A História deve ser o fio condutor que direciona as explicações dadas aos porquês da Matemática. Assim, pode promover uma aprendizagem significativa, pois propicia ao estudante entender que o conhecimento matemático é construído historicamente a partir de situações concretas e necessidades reais. (MIORIM, 2004).

INVESTIGAÇÕES MATEMÁTICAS

Uma investigação é um problema em aberto e por isso, as coisas acontecem de forma diferente do que na resolução de problemas e exercícios. O objeto a ser investigado não é explicitado pelo professor, porém o método de investigação deverá ser indicado através, por exemplo, de uma introdução oral, de maneira que o aluno compreenda o significado de investigar. Assim, uma mesma situação apresentada poderá ter objetos de investigação distintos por diferentes grupos de alunos. E mais, se os grupos partirem de pontos de investigação diferentes, com certeza obterão resultados também diferentes.

Na investigação matemática o aluno é chamado a agir como um matemático, não apenas porque é solicitado a propor questões, mas, principalmente, porque formula conjecturas a respeito do que está investigando. Assim, “as investigações matemáticas envolvem, naturalmente, conceitos, procedimentos e representações matemáticas, mas o que mais fortemente as caracteriza é este estilo de conjectura-teste-demonstração “ (PONTE; BROCARD; OLIVEIRA, 2006, P. 10). Enfim, investigar significa procurar conhecer o que não se sabe, que é o objetivo maior de toda ação pedagógica.

É fundamental acreditar que o indivíduo é capaz de construir seu próprio conhecimento, deste modo, por considerarmos o aluno agente de construção de sua aprendizagem utilizamos atividades e desafios, estimulando-o a agir reflexivamente, trocando ideias e opiniões com o professor e os colegas sobre as possíveis soluções.

Tal organização prevê momentos de trabalho com toda a classe, com grupos e tarefas individuais, além disso, propõe variedades de situações de apresentação, discussão e sintetização de conteúdos, as disciplinas enfatizam habilidades comuns de leitura, registro e produção escrita, ampliando o contato com diferentes textos e materiais informativos como tabelas, gráficos mapas, documentos da época, fotografias e dicionários.

Entende-se que a integração curricular assim sugerida não ultrapassa a divisão dos conteúdos por disciplinas. Um currículo baseado em disciplinas pode proporcionar a análise dos fenômenos, do ponto de vista de diferentes campos do conhecimento e oferecer instrumentos para auxiliar a leitura da realidade.

Instalando-se assim uma nova prática de seleção de conteúdos e uma

organização do ensino realmente pautada pelo ritmo de aprendizagem e pelas exigências de diversificar o atendimento a uma classe heterogênea.

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista, diagnosticar seu nível de apropriação do conhecimento, para a partir delas tomar decisões suficientes e satisfatórias para que este possa avançar no seu processo de aprendizagem.

O objetivo principal da avaliação não é a classificação ou a retenção de alunos, mas identificar o processo de compreensão e assimilação do saber pelo educando, para a partir daí, adotar medidas de caráter diagnóstico, visando sua emancipação e autonomia, voltada para a construção do sucesso escolar e da inclusão, como princípio e compromisso social.

A avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados.

Avaliar, seguindo a concepção de Educação Matemática, adotada na DCE de Matemática, tem um papel de mediação no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, ensino, aprendizagem e avaliação devem ser vistos como integrantes de um mesmo processo.

A Avaliação deve ser uma orientação para o professor na condução da sua prática docente e jamais um instrumento para reprovar ou reter alunos na construção de seus esquemas de conhecimento teórico e prático.

Nesta proposta, não será modificada apenas a relação ensino aprendizagem, mas também o processos de avaliação. Isso porque a avaliação será parte integrante dessa relação, atuando como diagnóstico e acompanhamento, fornecendo os dados reguladores das sequências do trabalho docente, utilizando como instrumentos de avaliação: discussões, seminários, pesquisas, trabalho em grupo, interpretação de gráficos e tabelas, relatório de pesquisa, e avaliação individual. A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, e concomitante ao processo de avaliação.

A avaliação, durante o processo pedagógico, permitirá que o professor situe aspectos importantes para replanejar o prosseguimento do ensino e, ao mesmo tempo, identifique lacunas de aprendizagem que deverão ser retomadas com a classe ou com alguns alunos, antes que se acumulem problemas e insucessos.

Assim, enfatizam-se a observação o registro com aspectos centrais do processo de avaliação. É preciso ficar atento, no desenvolver das propostas destas disciplinas, para aproveitar todas as oportunidades de observar o aproveitamento do alunos e registrar o que já dominam, o que ainda é difícil para eles, o que deve ser retomado, registrar tudo e iniciar a organização de apreciações feitas a partir dos dados registrados.

No trabalho coletivo, os dados de avaliação devem ser levantados pelo grupo de professores devem fornecer pistas para promover situações de integração da aprendizagem e melhoria do aproveitamento dos alunos, contribuindo para o seu sucesso escolar.

Com objetivo de superar tal prática , considera-se que a avaliação deve se dar ao longo do processo do ensino-aprendizagem, ancorada em encaminhamentos metodológicos que abram espaço para a interpretação e discussão, que considerem a relação do aluno com o conteúdo trabalhado, o significado desse conteúdo e a compreensão alcançada por ele.

A função da avaliação é proporcionar aos alunos novas oportunidades para aprender, melhorar e refletir sobre seu próprio trabalho, bem como fornecer dados sobre as dificuldades de cada aluno (ABRANTES, 1994, P.15).

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso da observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir manifestações escritas, orais e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador e calculadora.

Algumas questões são fundamentais para que o professor elabore uma proposta de práticas avaliativas que indiquem se o aluno:

- Comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004).
- Participa coletiva e colaborativamente nos trabalhos realizados em grupos.

- Compreende, por meio da leitura, o problema matemático.
- Elabora um plano que possibilite a solução do problema.
- Encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático.
- Realiza o retrospecto da solução de um problema.

Dessa forma certas atitudes devem ser cultivadas pelo aluno sob a orientação do professor e se caracterizam por:

- Partir de situações - problema internas ou externas à matemática;
- Pesquisar acerca de conhecimentos que possam auxiliar na solução dos problemas;
- Elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;
- Perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;
- Sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- Socializar os resultados obtidos, utilizando, para isso, uma linguagem adequada;
- Argumentar a favor ou contra os resultados (NOGUEIRA; PAVANELLO, 2006, P.29).

O professor deve considerar as noções que o estudante traz, decorrentes da sua vivência, de modo a relacioná-las com os novos conhecimentos abordados nas aulas de Matemática. Assim, será então possível que as práticas avaliativas finalmente superem a pedagogia do exame para basearem-se numa pedagogia do ensino e da aprendizagem.

Instrumentos de avaliação:

A avaliação se dará em todos os momentos da atividade pedagógica utilizando-se dos seguintes instrumentos:

- Apresentação de seminário
- Apresentação de atividades – registro do trabalho

- Avaliações escritas
- Avaliações orais
- Construção de painéis
- Participação de interlocução das atividades em sala de aula
- Participação em dinâmicas e jogos didáticos
- Participação nas resoluções de desafios matemáticos
- Realização de pesquisas
- Trabalho individual e em grupos.

A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem sendo que a recuperação de conteúdos será realizada após cada avaliação e ao final do trimestre ocorrerá a verificação do aproveitamento do aluno com atribuição de uma única nota, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.

Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar.

Referências

BURIASCO, 2004.

ABRANTES, P. Avaliação e educação matemática. **Série reflexões em educação matemática**. Rio de Janeiro: MEM/USU/GPEM, 1994.

FIorentini, D. Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil. **Revista Zetetiké**. Campinas, ano 3, n.4, p. 1-37. 1995.

FIorentini, D.; LOrenzato, S. **O profissional em educação matemática**. Disponível em: <http://sites.unisanta.br/teiadossaber/apostila/matematica> acesso em: 23 mar.2008

LOrenzato, S. Por que não ensinar geometria? **Revista da Sociedade Brasileira de Educação Matemática**. São Paulo, n. 4, p. 3-12, jan/jun. 1995.

MIGUEL, A; MIORIM, M. ^a **História na educação matemática: propostas e desafios.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WODEWOTZKI, M. L.; JACOBINI, O. R. O Ensino De Estatística no contexto da educação Matemática. In BICUDO, M. ^a V.; BORDA, M. C. (ORGS.) **Educação matemática pesquisa em movimento.** São Paulo: Cortez, 2004.

COLÉGIO ESTADUAL JOSE MARCONDES SOBRINHO – Projeto Politico Pedagógico

Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2005.
Matemática/ vários autores.- Curitiba SEED-PR, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares de Matemática para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Curitiba, 2008

7.13 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE QUÍMICA

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O desenvolvimento da Química se deu por necessidades humanas, pois esses saberes ou práticas já eram dominados de forma arcaica como é o caso da utilização do fogo, e posteriormente do cozimento de alimentos, e na manipulação de metais, chás, corantes entre outros. E logo surgiu a Alquimia como forma de investigação sobre a natureza da matéria e práticas de laboratório. A alquimia chegou na Europa por meio de textos árabes traduzidos, então começaram a buscar o elixir da vida e a pedra filosofal e com isso começaram a manipular diversos metais evoluindo e passando pela iatroquímica, no século XIV até ser considerada como uma ciência essencial à evolução humana.

O século XVII foi o período no qual a ciência moderna se consolidou e passou a deixar marcas na caminhada da humanidade. Nesse contexto, John Dalton apresentou sua teoria atômica em uma série de conferências realizadas na Royal Institution de Londres. Para ele, a matéria era constituída de partículas esféricas maciças e indivisíveis, denominadas átomos, as quais seriam reorganizadas pelas reações químicas.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, com o estudo da química pneumática (Boyle, Priestley, Cavendish) e com o rigor metodológico de Lavoisier, definiu-se um novo saber, que passou a ser conhecido como química, o qual foi dividido em diferentes ramificações procedimentais, dentre elas: alquimia, boticários, iatroquímica e estudo dos gases.

No século XIX, surgiram novas teorias de explicações atômico-moleculares com os estudos de Dalton, Avogadro, Berzelius, entre outros. Essas novas investigações sobre a composição e estrutura da matéria, estudos estes partilhados com a Física, que investigava as forças internas que regem a formação da matéria, para descobrir novos elementos químicos e sua composição. Destaca-se, neste período, Antonie Laurent Lavoisier, que colaborou com a consolidação da ciência, elaborando o Tratado Elementar da Química, uma referência para a química moderna da época. Também propôs uma nomenclatura universal para os compostos

químicos, reconhecida internacionalmente. E finalmente, uma das maiores contribuições que trouxeram novos direcionamentos para as investigações sobre a natureza das substâncias: a superação da antiga Teoria do Flogisto para explicar a ocorrência das transformações químicas, tais como a reação da combustão.

Em 1860, foi realizado o primeiro Congresso Mundial de Química, em Karlsruhe, no território da atual Alemanha. Onde 140 eminentes químicos se reuniram para discutir os conceitos de átomo, molécula, equivalente, atomicidade e basicidade.

Como consequência, vários químicos tentaram organizar e sistematizar os elementos químicos, dentre eles, destacaram-se Julius Lothar Meyer e Dimitri Ivanovitch Mendeleev, o qual organizou uma classificação dos elementos químicos seguindo o mesmo princípio da periodicidade de propriedades em função dos pesos atômicos com uma precisão científica que seus contemporâneos não atingiram, e surge a “lei periódica das propriedades dos elementos”.

No final do século XIX, com o surgimento dos laboratórios de pesquisa, a Química se consolidou como a principal disciplina associada aos efetivos resultados na indústria principalmente na Alemanha que buscava o desenvolvimento rápido.

No século XX, era de transformações onde a Química e todas as outras Ciências Naturais tiveram um grande desenvolvimento, em especial nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Esses países destacaram-se no desenvolvimento da Ciência, no intuito de estabelecer e, posteriormente, manter influência científica que pudesse garantir diferentes formas de poder e controle bélico mundial.

Em 1919 abriram-se as portas para o ensino de Química de nível superior, oficializado com um projeto para criação do curso de Química Industrial, subsidiado pelo governo federal.

Em 1938, no Paraná, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, incluindo o curso de Química, hoje ministrado na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

No Brasil, as primeiras atividades de caráter educativo envolvendo química, surgiram a partir do início do século XIX, provenientes das transformações de ordem política e econômica que ocorriam na Europa. A partir de 1931, com a Reforma Francisco Campos, a disciplina Química passa a ser ministrada de forma regular no

currículo do Ensino Secundário no Brasil.

Documentos da época apontam alguns objetivos para o ensino de química, voltados para a apropriação de conhecimentos específicos, entre eles, despertar o interesse científico nos alunos e enfatizar a sua relação com a vida cotidiana (MACEDO e LOPES, 2002).

O ensino da química tem por fim proporcionar aos alunos o conhecimento da composição e da estrutura íntima dos corpos, das propriedades que delas decorrem e das leis que regem as suas transformações, orientando-o por tirocínio lógico e científico de valor educativo e coordenando-o pelo interesse imediato da utilidade, e com as aplicações da vida quotidiana – Reforma Francisco Campos – 1931 a 1941 (SENNÁ apud SCHNETZLER, 1981, p.10).

O ensino de Química deve ter em vista não só a aquisição dos conhecimentos que constituem esta ciência em seu conteúdo, em suas relações com as ciências afins e em suas aplicações à vida corrente, mas também, e como finalidade educativa de particular interesse, a formação do espírito científico. – Reforma Gustavo Capanema – 1942 a 1960 (SENNÁ apud SCHNETZLER, 1981, p. 10).

Conforme a DCE, propõe-se que a compreensão e a apropriação do conhecimento químico aconteçam por meio do contato do aluno com o objeto de estudo de substâncias e materiais da química. A química tem como objetivo o conhecimento da matéria e suas transformações no mundo físico, assim sendo capaz de interferir nas suas aplicações tecnológicas, ambientais e sociais, políticas e econômicas. É claro que o conhecimento químico, aliado aos conhecimentos de outras disciplinas afins de dar embasamento à compreensão do mundo em que vivemos. A preocupação em caráter interdisciplinar do estudo da química tem como objetivo estimular a percepção da inter-relação entre outros fenômenos, dos aspectos mais relevantes do seu caráter para as diversas tecnologias. Enfim, os objetivos propostos para o ensino da química, podem contribuir para a formação da pessoa humana, como cidadão crítico e transformador de sua sociedade.

Como consequência dessa abordagem, o ensino de química, no cotidiano da sala de aula, deve considerar o grau de maturidade dos alunos, estar voltado para o seu dia-a-dia, bem como mostrar-se mais flexível quanto à ordem dos conteúdos pragmáticos a serem estudados, desenvolver-se de maneira crítica, para que o

aluno não aprenda apenas formulas e cálculos, mas, principalmente, como interpretar macro e microscopicamente o mundo da matéria, fazendo analogias e se posicionando sobre os aspectos sociais, políticos econômicos e éticos do mundo que o cerca.

CONTEÚDOS DA DISCIPLINA DE QUÍMICA

Os conteúdos estruturantes serão apontados considerando o seu objeto de estudo: SUBSTÂNCIAS E MATERIAIS.

A seleção dos conteúdos foi fundamentada no estudo da história da Química, pois a análise histórica e crítica são imprescindíveis para que o professor compreenda os conteúdos que estruturam esse campo do conhecimento.

O objeto de estudo da Química: substâncias e materiais são sustentados pela tríade composição, propriedades e transformações.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

- MATÉRIA E SUA NATUREZA
- BIOGEOQUÍMICA
- QUÍMICA SINTÉTICA

<u>CONTEÚDOS BÁSICOS</u>	
MATÉRIA	<ul style="list-style-type: none">• Constituição da matéria;• Estados de agregação.• Natureza elétrica da matéria;• Modelos atômicos (Rutherford, Thomson, Dalton, Bohr e outros);• Estudo dos metais;• Tabela Periódica.
SOLUÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Substância: simples e composta;• Misturas;• Métodos de separação;• Solubilidade;• Concentração;• Forças intermoleculares;

- Temperatura e pressão;
- Densidade;
- Dispersão e suspensão;
- Tabela Periódica.

VELOCIDADE DAS REAÇÕES

- Reações químicas;
- Lei das reações químicas
- Representação das reações químicas;
- Condições fundamentais para ocorrência das reações químicas (natureza dos reagentes, contato entre os reagentes, teoria de colisão);
- Fatores que interferem na velocidade das reações (superfície de contato, temperatura, catalisador, concentração dos reagentes, inibidores);
- Lei da velocidade das reações químicas;
- Tabela periódica.

EQUÍLIBRIO QUÍMICO

- Reações químicas reversíveis;
- Concentração;
- Relações matemáticas e o equilíbrio químico (constante de equilíbrio);
- Deslocamento de equilíbrio (princípio de Le Chatelier): concentração, pressão, temperatura e efeito dos catalisadores;
- Equilíbrio químico em meio aquoso (pH, constante de ionização, K_s);
- Tabela periódica.

LIGAÇÃO QUÍMICA

- Tabela Periódica;
- Propriedade dos materiais;
- Tipos de ligação química em relação às propriedades dos materiais;
- Solubilidade e as ligações químicas;
- Interações intermoleculares e as propriedades das substâncias moleculares;
- Ligações de hidrogênio;
- Ligação metálica;
- Ligações sigma e pi;
- Ligações polares e apolares;
- Alotropia.

REAÇÕES QUÍMICAS

- Reações de Oxi-redução;
- Reações exotérmicas e endotérmicas;
- Diagramas das reações exotérmicas e endotérmicas;
- Variação da entalpia;
- Calorias;

- Equações termoquímicas;
- Princípios da termodinâmica;
- Lei de Hess;
- Entropia e energia livre;
- Calorimetria
- Tabela periódica.

RADIOATIVIDADE

- Modelos Atômicos (Rutherford);
- Elementos químicos radioativos;
- Tabela Periódica;
- Reações químicas;
- Velocidades das reações;
- Emissões radioativas;
- Leis da radioatividade;
- Cinética das reações químicas;
- Fenômenos radiativos (fusão e fissão nuclear).

GASES

- Estados físicos da matéria;
- Tabela periódica;
- Propriedades dos gases densidade/difusão e efusão, pressão x temperatura, pressão x volume e temperatura x volume);
- Modelo de partículas para os materiais gasosos;
- Misturas gasosas;
- Diferença entre gás e vapor;
- Leis dos gases.

FUNÇÕES QUÍMICAS

- Funções Orgânicas;
- Funções Inorgânicas;
- Tabela Periódica.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA DE QUÍMICA

O ensino da Química deve partir do conhecimento prévio dos estudantes, utilizando-o para a elaboração de um conhecimento científico.

A complexidade crescente dos conteúdos será alcançada através da abordagem dinâmica as interações entre as visões macroscópicas, tornando desta maneira conceitos significativamente entendidos.

Sendo que a química utiliza uma linguagem própria para a representação do

real, símbolo formula convenções e códigos necessários que o aluno desenvolva competências adequadas para reconhecer e saber utilizar tal linguagem, sendo capaz de entender e empregar, a partir das informações, a partir das informações, a representação simbólica.

Os conteúdos abordados a partir de temas que permitam a contextualização do conhecimento ganham flexibilidade e interatividade e permitem que se desenvolvam competências para identificar fontes de informação e de obter formas de informações, sabendo interpretá-las nos aspectos químicos e considerando também as implicações sócio-políticas, culturais e econômicas, promovendo discussões que levem a valorização de temas emergentes do dia-a-dia como política nacional da educação ambiental (9795/99), por exemplo, ao discutir os compostos da química orgânica, tratar sobre o petróleo e a dependência econômica dos países, assim como a história da química, a história da cultura brasileira e africana (10639/03) e cultura dos povos indígenas (11645/3/2008), educação fiscal (Decreto 1143/99 e Portaria 413/02), com isso reconhecer os limites éticos e morais do conhecimento científico, tecnológico e das suas relações.

No primeiro momento da aprendizagem de Química prevalece a construção dos conceitos a partir de fatos. Sendo uma das estratégias que pode colaborar para que os alunos tenham uma visão mais abrangente do universo é a utilização da experimentação, porém pensando nela como ponto de partida para a compreensão de conceitos e não apenas para comprovar um fato já estudado teoricamente, dando ao aluno a falsa idéia da ciência como pronta e acabada. Essa experimentação pode se dar com a utilização de materiais simples de uso cotidiano sem, necessariamente precisar de um laboratório com equipamentos sofisticados.

A aula expositiva (demonstrativa) também deve ser utilizada como um recurso que propicia ao estudante condições para o entendimento da natureza e dos fatos tecnológicos ou culturais. Outro recurso que consideramos de grande valia é a utilização de leituras complementares que contribuam para a formação e identificação cultural do aluno, motivando-o a aprendizagem da Química.

Devemos considerar a flexibilização dos conteúdos e da maneira de ensiná-los, procurando contemplar de forma satisfatória todos os estudantes, respeitando suas diversas diferenças.

Estas e outras estratégias adotadas nas aulas de Química visam integrar o aprendizado do aluno já com a realidade de seu meio.

Já no segundo momento, prevalece o conhecimento de informações ligadas as reações e transformações químicas. Na interpretação dessas informações, utilizam-se os conceitos e equações químicas já bem como se constroem outros, necessários para a compreensão dos assuntos tratados. A primeira leitura do mundo físico sob a ótica da química é reutilizada e, nesse processo, podem ser aperfeiçoadas, de acordo com a complexidade das situações em estudo.

A abordagem qualitativa e suas interações é a primeira ação a ser desenvolvida e após introduz-se o tratamento quantitativo para que dessa forma o aluno perceba as relações quantitativas sem utilização de algoritmos. Só então a partir de entendimento do assunto o aluno terá suporte para construir seus próprios algoritmos.

Com “esses dois momentos”, visa-se uma aprendizagem ativa e significativa, as abordagens dos temas através de atividades elaboradas para provocar a especulação, a construção de idéias.

No terceiro momento reconhecemos a importância do modelo molecular orgânico, os quais constituem a maior parte das substâncias. Trabalhando seus mecanismos, reações e a conservação de suas massas. Valorização da importância dos compostos de carbono para os seres vivos, também estudar suas obtenção e elaboração através de laboratórios, bem como seu uso em produtos industriais, alimentícios e farmacêuticos. Ainda tratar da relação e influência do homem sobre a natureza, levando benefícios, bem como agressões, com isto levar os alunos a ter uma consciência do bom uso dos conhecimentos adquiridos. Todos os momentos de estudo serão estruturados de tal forma a permitir os desenvolvimentos (representação e comunicação, compreensão e investigação e percepção social e histórica).

Como o processo ensino-aprendizagem é um processo ativo e coletivo, baseado nas interações alunos, aluno-professor, objeto do conhecimento, essas interações serão auxiliadas por recursos tais como:

1. Leitura de textos, onde o importante é a discussão de ideias;

2. Experimentação formal, com discussão pré e pós laboratório visando a construção e ampliação de conceitos;
3. Demonstrações experimentais, como recurso para coleta de dados e posterior discussão;
4. Estudo do meio, através do qual permite a interdisciplinaridade e contextualização;
5. Aulas dialógicas, instigando sobre o objeto de estudo;
6. Áudio-visual, através da utilização de Cd's, TV, DVD's, entre outros. com período de pré e pós-discussão para facilitar a construção e ampliação dos conceitos;
7. Informática, como fonte de dados e informações;
8. Contextualização do objeto de estudo, visando à aproximação com o cotidiano;
9. Projetos e oficinas;
10. Biblioteca, como fonte de dados e informação;
11. Através da mediação, pois dota o aluno de instrumento para pensar.

Adaptação dos Encaminhamentos Metodológicos

Adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é um procedimento fundamental na atuação profissional, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender procurando estratégias que melhor respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno.

Para os alunos que apresentam necessidades especiais, como Dificuldade de atenção concentrada, dificuldade de abstração e alunos com deficiências serão adotados os seguintes procedimentos:

1. Textos escritos complementados por materiais em outras linguagens e sistemas de comunicação(desenho, charges, fala, etc.);
2. Introdução de metodologia e procedimentos complementares e /ou alternativos de ensino e aprendizagem;
3. Organização diferenciada da sala de aula - Posicionar o aluno de forma que possa obter atenção do professor;
4. Modificação do nível de complexidade das atividades.
5. Eliminação de alguns componentes das atividades;
6. Modificação da sequência da tarefa;

7. Adaptação dos materiais utilizados;
8. Atendimento individualizado;
9. Eliminação do espírito de competitividade perante os alunos;
10. Estimular a construção de crescente autonomia do aluno, ensinando-o a pedir informações de que necessita e a solicitar ajuda;
11. Utilizar recursos e equipamentos disponíveis que favoreçam a comunicação dos que estiverem impedidos de falar.

AVALIAÇÃO

Avaliação é uma questão do cotidiano e se traduz na interação professor-aluno, no acompanhamento individual e coletivo no convencimento e reconhecimento de avanços e limites. A avaliação só tem sentido se for para um aprendizado, para que na escola e na vida ele se avalie e se auto-avalie sempre e se construa dessa maneira. É uma ação que ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalhos e que envolve não somente o professor, mas também pais e comunidade escolar. A avaliação é um processo contínuo e formativo que serve de orientação na prática pedagógica, e como promoção do aprendizado incluirá registros e comentários, adquirindo caráter fornecedor do processo pessoal e da autonomia do aluno para permitir a mesma consciência de seu próprio crescimento intelectual e crescimento como ser humano atuante capaz de interagir na sociedade onde convive.

Será eixo norteador na prática pedagógica os pressupostos e princípios da avaliação que considera a avaliação um processo contínuo que se realiza em função dos objetivos previstos e que é orientadora, porque indica os avanços e dificuldade do aluno, ajudando-o no sentido de atingir os objetivos propostos. Destaca-se alguns critérios como o entendimento da química como ciência de seu tempo e avanços tecnológicos da química; construção e reconstrução do significado dos conceitos químicos; posicionamento frente às situações sociais e ambientais desencadeadas pela produção do conhecimento químico; o aprendizado e não a memorização das fórmulas e conteúdos; compreenda a constituição da matéria, formule conceito de

soluções, identifique a ação dos fatores que influenciam a velocidade das reações químicas, compreenda o conceito de equilíbrio químico, elabore o conceito de ligação química, entenda as reações químicas, reconheça as reações nucleares, diferencie gás de vapor e reconheça as espécies químicas, ácidos, bases, sais e óxidos em relação a outra espécie com a qual estabelece interação.

Portanto, a avaliação é formativa e processual, pois visa orientar e facilitar a aprendizagem, tendo como objetivo a verificação da apropriação de conceitos científicos, utilizando vários instrumentos que contemplem formas diferentes de expressão dos alunos, tais como: leitura e interpretação de textos, produção de textos, leitura e interpretação da Tabela Periódica, pesquisas bibliográficas, relatórios de atividades experimentais, apresentação de seminários, provas escritas, entre outros.

O professor deve levar em consideração a flexibilização dos conteúdos e das avaliações para os alunos inclusos.

Destaca-se também o uso da recuperação simultânea, como forma de melhorar a apropriação dos conteúdos que ficaram falhos e corrigir possíveis erros ocorridos durante o processo, através de atividades como revisão dos conteúdos não apropriados, refação da prova com análise dos erros e acertos, prova de recuperação individual.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem sendo um direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, ela será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

A recuperação de conteúdos será realizada após cada avaliação e ao final do trimestre ocorrerá a verificação do aproveitamento do aluno com atribuição de uma única nota, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.

Adaptações no processo de avaliação:

Para os alunos que apresentarem necessidades especiais serão utilizados diferentes procedimentos de avaliação adaptando-os aos diferentes estilos e

possibilidades de expressão dos alunos. Utilizar-se-á de técnicas e instrumentos de acordo com a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos.

Serão também previstos tempos flexíveis no que se refere a duração e ao período das atividades propostas, podendo tanto aumentar, como diminuir o tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os consequentes conteúdos. Ainda será proporcionado o atendimento em Sala de Recursos para o término das atividades avaliativas que não forem realizadas em sala de aula, em virtude do tempo que o aluno necessita devido a sua deficiência. Também serão proporcionados:

A adaptação de instrumentos avaliativos; a introdução de critérios específicos de avaliação e a modificação dos critérios de promoção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, Aécio Pereira; Como se faz Química. Editora UNICAMP. 3ª edição. São Paulo, 2001.

COVRE, Geraldo José. Química TOTAL. Editora FTD S.A. São Paulo, 2001.

MATEUS, Alfredo Luiz; Química na Cabeça. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Médio. Diretrizes Curriculares de Química. Curitiba: SEED/DEM, 2008.

RUSSEL, John B.. Química Geral. Vol. 1 e 2. Pearson Makron Books. 2ª edição. São Paulo, 1994.

SANDELLA, Antônio, Curso de Química. Editora Ática. 16ª edição. São Paulo, 2001.

TITO & CANTO; Química na abordagem do cotidiano. Editora Moderna. 1ª edição. São Paulo, 1995.

VANIN, José Atílio. Alquimista e Químicos. Editora Moderna. 2ª edição. São Paulo, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei: 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar do Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho.

7.14 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Sociologia se consolida como disciplina a partir de meados do século XVIII tendo forte ligação com a consolidação do capitalismo, que com a revolução Industrial trouxe mudanças ao contexto social europeu e mundial. Com a modernidade, a sociedade tem assumido posturas capitalistas e na busca por compreensão dessas transformações modernas, pensadores buscaram explicações para os fenômenos sociais pertinentes a esse período, tais mudanças fizeram com que novas formas de explicar a sociedade e sua organização, fossem buscadas.

No contexto do conhecimento científico, a sociologia surge como um corpo de ideias que se preocupa com o que a sociedade moderna e suas respectivas transformações decorrentes da nova sociedade capitalista que surge com a revolução industrial, gerando métodos e segmentos constituindo consistência e consolidação. A Sociologia faz emergir diferentes faces de um mesmo problema colocado para reflexão e busca de solução pelos primeiros pensadores sociais, – Comte, Durkheim, Weber e Marx.

Na atual sociedade é preciso observar as exigências, e evolução do novo. Conforme argumenta MACINTYRE (1991, p. 362), “só recebe quem tem algo a dar. Numa sociedade, os que não têm meios para barganhar estão em desvantagem”.

A sociologia contribui para a construção do direito à cidadania, desenvolvendo uma percepção crítica da realidade social que cerca o cidadão, entendendo que um fenômeno social pode ser percebido de perspectivas diferentes, e vir a conhecer a sociedade como um processo em constante transformação.

A mundialização fornece um excesso de informações e sensação simultânea de não pertencimento a um grupo social. Fenômeno indiscutivelmente polêmico, a globalização promoveu o rompimento das fronteiras geográficas, a transferência de conhecimentos, tecnologia, e informação de forma acelerada agravando ainda mais a crise do ensino. Diante desse processo, a cultura escolar se consagra através de práticas de sala de aulas convencionais e de conteúdos programáticos selecionados

a partir de padrões estabelecidos aleatoriamente se vê às voltas com a necessidade de responder ao questionamento e às inquietações da juventude que frequenta os bancos escolares que exigem novas posturas daqueles que ensinam.

Segundo GASALLA (1996, p. 16), “em organizações como as atuais, ou as futuras, uma das chaves de seu funcionamento serão as relações de interdependência: o acima e abaixo já não ficará tão claro e todos vão sentir a necessidade de ter colaboradores e de colaborar com eles”. A Sociologia tem desempenhado historicamente o papel de focalizar os problemas que moldam a realidade, questionando-os e buscando, em diferentes sentidos e de diversas formas, respostas múltiplas para a construção de caminhos viáveis para a convivência coletiva e a construção da justiça social e econômica.

A globalização derruba fronteiras provocando a sensação de que pertencemos à uma sociedade com características únicas, mas não apaga as diferenças sociais, econômicas e culturais entre regiões e povos. Elas persistem e tendem a se agravar. Para compreender, analisar, criticar e atuar na sociedade contemporânea é de fundamental importância o ensino da sociologia.

Segundo ROUSSEAU (Os Pensadores livro 1, 2000, p. 22), “ O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferro”. Como sabemos, a sociedade predomina sobre o indivíduo. Na citação de TOMAZI (1993, p. 18) DURKHEIN, afirma que “a sociedade é um conjunto de normas e ação”. Conforme LAKATOS e MARCONI (1999, p. 72 e 73), Para DURKHEIN a definição da Sociologia – “fato social – tem caráter objetivo”, WEBER considera a definição da Sociologia – (...) ação social – (...) envolve significado subjetivo”. Nesse contexto, há um percurso de construção dos conceitos e categorias que conferiram estatuto científico à sociologia, possibilitando que nos dias atuais, as graves questões que marcam as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais, sejam questionadas de perspectivas diferentes entre si.

A Sociologia oportuniza ao estudante a elevação da capacidade de compreensão referente as estruturas das sociedades, as diferentes classes, normas estabelecidas, funcionamento da sociedade em determinado período histórico.

Segundo GALILEU (Os Pensadores, 2000, p. 223), “para excitar o calor não é suficiente a presença das partes ígneas, mas é necessário o movimento também”.

Galileu afirmou com muita razão, que o movimento é a causa do calor. Isto é, na execução de qualquer ação levantam-se pretensões universais que é de expressar-se mutuamente.

Com Augusto Comte (1798-1857) surge o termo Sociologia, este autor buscará criar um método específico para o estudo da sociedade, já que acreditava que a ciência deveria ser usada na organização das mesmas e afirmando que a ordem levaria ao progresso.

Emile Durkheim (1858-1917) irá utilizar-se de conceitos de Comte na elaboração e consolidação de uma ciência que tenta entender a sociedade e as relações sociais. Para Durkheim o sujeito faz parte da sociedade e a sociedade o compõe. Então, a mesma só faz sentido se: “compreendida como um conjunto cuja existência própria, independentemente de manifestações individuais, exerce sobre cada ser humano uma coerção exterior, a partir de pressões e obrigatoriedades porque, de alguma forma ela não “cabe” na sua totalidade, na mente de cada indivíduo” (SEED, 2006, p.21).

Sendo assim, a precedência da sociedade sobre os indivíduos faz com que a cooperação seja necessária à organização social. Tal cooperação só pode existir no consenso, daí caber à educação papel fundamental neste processo.

Em Max Weber (1864-1920) a orientação vai num outro sentido, para ele os indivíduos são atores de suas ações. Ele estabelece a Sociologia Compreensiva que vai buscar entender a sociedade partindo da compreensão das ações individuais. Para ele “compreender a sociedade é analisar os comportamentos movidos pela racionalidade dos sujeitos com relação aos outros, é compreender o agir dos homens que se relacionam uns com os outros, de acordo com um cálculo e uma finalidade que tem por base as regras”. (SEED, 2006, p.22).

A sociedade estaria marcada, então, pelo desenvolvimento da racionalidade, rumando a “burocratização”. Caberia a educação o papel de prover os sujeitos de conteúdos especializados, eruditos, e de disposições que os predisponham a ter condições - conduta de vida e conhecimento especializados - necessárias para realizar suas funções de perito na burocracia profissional” (SEED, 2006, p.22).

Outro autor relevante para o entendimento das sociedades é Karl Marx (1818-1883). Muito embora Marx não esteja preocupado com a constituição de uma

ciência, suas reflexões são importantes para a compreensão das sociedades. Buscando compreender a sociedade capitalista e apontar uma direção para sua transformação, Marx desvenda os mecanismos de exploração e manutenção das relações sociais apontando para o fato das sociedades estarem divididas em classes, enunciou como lei de validade geral - que a história das sociedades é movida pela luta entre as classes sociais”. (SEED, 2006, p.21). Ainda de acordo com o autor, a educação é um mecanismo que, conforme seu conteúdo de classe pode oprimir ou emancipar o homem.

A Sociologia incentiva ao engajamento na busca social de ideias que possam melhorar o padrão de vida de cada um. A união gera a força. Individualmente ninguém consegue uma mudança que forneça a sociedade como um todo. Coletivamente isso pode acontecer, e com muito mais possibilidade. Com este ideal, estuda-se na Sociologia o que é mais necessário para a formação do pensamento coletivo. O ensino de Sociologia, no Ensino Médio, tem por objetivo compreender os processos de formação, transformação e funcionamento das sociedades contemporâneas. Trata-se de um modo de interpretar as contradições, os conflitos, as ambivalências e continuidades que configuram a vida cotidiana de cada um e da sociedade envolvente. O objeto de estudo da Sociologia, então, constitui -se historicamente como o conjunto de relacionamentos que os homens estabelecem entre si na vida em sociedade. Interessa, para a Sociologia, portanto, não o indivíduo isolado, mas inter-relacionado com os diferentes grupos sociais dos quais faz parte, como a escola, a família, os grupos de amigos, de trabalho, as classes sociais, dentre outros, homens enquanto seres que vivem e fazem a história, seres históricos que possuiu o potencial de mudar a própria realidade em seu próprio meio social em que está inserido

OBJETIVOS

Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum, produzindo novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas. Levar informação ao estudante para que ele desperte para a necessidade de pensamento e ação coletiva

para conquista de um mundo mais cidadão. Entender as formas de organização da humanidade e as relações estabelecidas. Conhecer parte dos problemas que afetam nossa sociedade e procurar respostas eficazes para os problemas e levar o estudante a ser agente de transformação em sua sociedade.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- O Surgimento da Sociologia e Teorias Sociológicas;
- O Processo de Socialização e Instituições Sociais;
- Cultura e Indústria Cultural;
- Trabalho, Produção e Classes Sociais;
- Poder, Política e Ideologia;
- Direito, Cidadania e Movimentos Sociais.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E DESDOBRAMENTOS

SÉRIE: 1ª

O Surgimento da Sociologia e Teorias Sociológicas.

- O Surgimento da Sociologia;
- Conceitos de sociologia;
- A Sociedade Industrial;
- Pensamento Teórico na Sociedade;
- Teorias Sociológicas na compreensão presente;
- Desenvolvimento da Sociologia;
- Objeto de estudo da Sociologia em (Durkheim, Weber e Marx).
 - Sociologia no Brasil.

O Processo de socialização Instituições Sociais.

- Instituições sociais Familiares; Escolares; Religiosas;
- Instituições de Reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc).

SÉRIE: 2ª

Cultura e Indústria Cultural.

- Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades;
- Conceitos de cultura;
- Diversidade cultural;
- Diversidade cultural brasileira (cultura Afro e indígena);
- Cultura de massa e indústria cultural;
- Meios de comunicação de massa;
- Sociedade de consumo;
- Indústria cultural no Brasil;
- Questões de Gênero

Trabalho, Produção e Classes Sociais.

- O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades;
- Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais
- Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições;
- Globalização e Neoliberalismo;
- Processo de trabalho e desigualdade social;
- As classes sociais;
- Trabalho e sociedade;
- A questão do trabalho no Brasil;
- O trabalho na sociedade capitalista.

- Relações de produção e classes sociais em Karl Marx;

SÉRIE: 3ª

Poder, Política e Ideologia.

- Formação e desenvolvimento do Estado Moderno;
- Democracia, autoritarismo, totalitarismo
 - Estado no Brasil;
 - Conceitos de Poder;
 - Conceitos de Ideologia;
 - Conceitos de dominação e legitimidade;
 - As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.

Direito, Cidadania e Movimentos Sociais.

- Direitos: civis, políticos e sociais;
 - Direitos Humanos;
 - Conceito de cidadania;
 - Movimentos Sociais;
 - Movimentos Sociais no Brasil;
 - A questão ambiental e os movimentos ambientalistas;
- A questão das ONG's.

METODOLOGIA

No ensino da Sociologia propõem-se que sejam redimensionados aspectos da realidade por meio de uma análise didática e crítica dos problemas sociais. É preciso, ter como base o reconhecimento do educando como sujeitos do aprendizado, um compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral. Sendo assim, os conteúdos específicos deverão estar articulados à realidade, considerando sua dimensão sócio-histórica.

A Sociologia possui um campo teórico capaz de orientar o estudo da cultura, dos processos de socialização – informal e formal –, as relações entre política, poder

e ideologia, os movimentos sociais, a indústria cultural, os processos de trabalho e produção num mundo globalizado, a violência – institucionalizada ou não –, as desigualdades sociais e, assim, ajudar os alunos a confrontar com a realidade de seu Bairro, Cidade, Município, Estado, País e Mundo.

Independente, entretanto, do caminho a ser feito, se pela teoria, pelos conceitos ou por temas, deve-se partir sempre da prática social dos alunos, o que permitirá a tomada de consciência sobre essa mesma prática. A prática aqui pensada não é apenas o que pensam ou sentem os alunos, mas é, também, uma expressão social do grupo do qual ele faz parte.

Trabalhar o conhecimento sociológico é incentivar a observação, a pesquisa e reflexão sobre a sociedade e fenômenos sociais. Contribuir para que o aluno desenvolva sua autonomia intelectual, de forma a ser capaz de confrontar diferentes interpretações e construir sua própria versão de mundo. Desenvolver no aluno o compromisso com a ampliação dos exercícios da cidadania. Possibilitar a compreensão por parte de alunos e professores, dos condicionantes econômicos, políticos, sociais, demográficos e culturais da realidade Brasileira e a construção de referenciais de análise da sociedade contemporânea.

Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, o estudante poderá perceber-se como elemento ativo, como capacidade até mesmo de viabilizar um modelo de sociedade mais justo e solidário. Com uma proposta norteadora, considerando diferentes matrizes de pensamentos para ampliar as possibilidades de análise, com a complexidade dos fenômenos sociais, nenhum deles pode ser explicado apenas a partir de uma única perspectiva teórica. Segundo CHAUÌ (1997, p.157), “usar método é seguir regular ordenadamente um caminho através do qual uma certa finalidade ou um certo objetivo é alcançado”.

A construção do mundo do trabalho poderá ser construída a partir de diferentes perspectivas que abordem a revolução contemporânea no seu modo de organização, bem como os diferentes determinantes da sua divisão técnica, no geral, observando-se, porém, as especificidades regionais e locais.

De acordo com a lei nº 11.645/08 que prevê a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro, Afro Brasileira e Indígena” será feita a abordagem sociológica dentro do conteúdo estruturante “Cultura e Indústria Cultural” a qual se

faz necessária uma reflexão sobre a diversidade cultural brasileira para que os estudantes observem de forma mais autônoma e livre de preconceitos essas manifestações culturais, afastando-se assim, do etnocentrismo existente na sociedade.

AValiação

A construção de uma concepção de sociedade deve permitir ao estudante, estabelecer relações entre diferentes elementos políticas daí decorrentes. Tal condição pode contribuir para que o aluno apreenda as diferenças e semelhanças entre as várias formas de hierarquização das relações existentes na mesma.

É desejável que o os estudantes desenvolvam competências e habilidades para utilizá-las em diferentes níveis de análise e avaliação sobre as consequências sociais marcadas pela ordem mundial, e as dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho formal.

É tarefa fundamental que após o conhecimento sociológico, o estudante domine as atribuições básicas como: investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar, explicar todos os fatos, relacionados à vida social, construindo uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Conforme BARRASS (1979, p. 166) citado por LAKATOS e MARCONI (1991, p. 243), para avaliação do trabalho científico, é necessário um rol de questões que entre elas figurem os termos “adequado, completo, (...) imparcial, equilíbrio, unidade, honestidade, e exatidão, (...) a metodologia, as conclusões e a parte referencial”.

Para atingir os objetivos da avaliação será realizado sobre diversos enfoques diferentes, através de trabalho, atividade, prova escrita (objetiva e discursiva), seminários e debates. Pode ser feito, também, através de exercícios de “estilo reflexivo” nas aulas, nos trabalhos de pesquisa, nas discussões, nas leituras de textos e comentários escritos, reconstruindo as ideias com as suas próprias argumentações.

Quanto à recuperação, as estratégias utilizadas serão das seguintes formas: reestruturação da prova com análise dos erros e acertos, retomada dos conteúdos explicados pelo professor, atividades de revisão e fixação no caderno do estudante e prova de recuperação individual e escrita,

A avaliação não é feita para quantificar o educando, mas diagnosticar as dificuldades e intervir no processo para que possa atingir uma maior qualidade de aprendizagem e reflexão.

Aos alunos com necessidades educacionais especiais, dentro de uma proposta de educação inclusiva, será valorizada e respeitada a diversidade dos estudantes. É extremamente importante que o professor faça o possível para que todos os alunos aprendam o que lhes é de direito, para isso serão feitas adaptações curriculares para atender da forma mais adequada possível possibilitando um aprendizado e um avanço significativo aos estudantes.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997.

COMTE, A. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978.

DURKHEIM, E. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978.

GALILEU, Galilei. Os Pensadores. **O Ensaíador**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

GASALLA, José Maria. **Fábrica de Talentos**. Técnicas para dirigir e Desenvolver pessoas. Tradução Carlos Dias, Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Gente, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACINTYRE, Alasdair . **Justiça de Quem? Qual Racionalidade?**. São Paulo: Loyola, 1991.

MARX, K. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROUSEAU, Jean-Jacques. Os Pensadores Livro 1. **Do Contrato Social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SEED, Secretaria de Educação/ Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares Sociologia para o Ensino Médio** (versão preliminar). Paraná, julho 2006.

SOCIOLOGIA, ensino médio/vários autores. Livro didático público, 2ª Ed. Curitiba: SEED, 2008.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

7.15 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ESPANHOL - CELEM

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM, criado no ano de 1986 pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED ofertará cursos básicos de Língua Estrangeira Moderna, na modalidade de Espanhol o ensino plurilíngue e gratuito, com duração de 2 (dois) anos com carga horária de 160 horas aula por ano. As aulas serão ministradas duas vezes por semana, no período intermediário do ensino regular aos alunos, professores e funcionários envolvendo toda a comunidade escolar do Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho - Ensino Fundamental e Médio. Promovendo a esta comunidade a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre a cultura das etnias, no aperfeiçoamento cultural e profissional dos alunos da Rede Pública Estadual de Educação Básica.

O cenário do ensino de línguas estrangeiras no Brasil e a estrutura do currículo escolar sofreram constantes mudanças em decorrência da organização social no decorrer da história. As propostas curriculares e metodológicas são instigadas para atender as expectativas e demandas sociais contemporâneas, propiciando às novas gerações a aprendizagem dos conhecimentos historicamente

produzidos.

A aprendizagem de Língua Estrangeira é uma possibilidade de aumentar a auto-percepção do aluno como ser humano e como cidadão.

Primordialmente, objetiva-se restaurar o papel da Língua Estrangeira na formação educacional. A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, publicada pelo Centro Internacional Escarre para Minorias Étnicas e Nações (CIEMEN) e pelo PEN – CLUB Internacional. Sendo assim, a escola não pode mais se omitir em relação a essa aprendizagem.

As oportunidades de aprender línguas nos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas são entendidas como suplementares é oferta de Língua Estrangeira dentro do currículo, no sentido de que outras línguas, além daquela incluída na rede escolar, possam ser também aprendidas.

A aprendizagem de uma língua estrangeira moderna garantirá ao aluno seu engajamento discursivo, ou seja, a capacidade interpretativa nos discursos. Sendo viabilizado em sala de aula por meio de atividades pedagógicas centradas na constituição do aluno como ser discursivo. Essa construção passa pelo envolvimento do aluno com os processos sociais de criar significados por intermédio da utilização de uma língua estrangeira. Ainda na temática do ensino referente à aprendizagem de uma língua estrangeira é notável a presença cada vez maior do espanhol no Brasil.

A aprendizagem do espanhol no Brasil é um meio de fortalecimento da América Latina, pois seus habitantes passam a se conhecer não só como uma força cultural, expressiva e múltipla, mas também política. Conhecer, investigar e aprender através de trabalhos de pesquisas sobre os países que usam o espanhol tanto quanto língua materna e ou língua oficial nas Américas.

O CELEM propõe valorizar a necessidade da aprendizagem constante do indivíduo, compreendendo a diversidade linguística e cultural, de modo que se engajem discursivamente e percebam possibilidades de construção de significados em relação ao mundo em que vivem. Implementando mudanças na sociedade em que estão inseridos, transformando sonhos em valores culturais hispânico, trazendo

para a sala de aula, aspectos de natureza sócio-políticas da aprendizagem de uma língua estrangeira, além de contribuir para uma percepção intercultural da América Latina.

Acreditamos que a educação é o caminho viabilizador para a conquista da cidadania, garantindo a absorção e busca das investigações sociais e culturais.

OBJETIVO

O objetivo do ensino da língua estrangeira dentro do CELEM é que o aluno, integrante do mundo regido pela globalização, tenha a capacidade de identificar as diferentes línguas estrangeiras que cooperam no sistema de comunicação e tenham o domínio básico da língua espanhola, para o alcance da competência comunicativa no aspecto linguístico, textual, discursivo e sócio-cultural.

Saber se expressar, refletindo sobre os costumes ou maneiras de agir e interagir e as visões de seu próprio mundo, possibilitando maior entendimento de um mundo multilíngue e multicultural enquanto cidadão transformador da sociedade.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE : Discurso como prática social

CONTEÚDOS BÁSICOS - P1

ESFERA SOCIAL DE CIRCULAÇÃO E SEUS GÊNEROS TEXTUAIS

Esfera cotidiana de circulação:	Esfera publicitária de circulação:	Esfera produção de circulação:	Esfera jornalística de circulação:
Bilhete	Anúncio**	Bula	Anúncio
Carta pessoal	Comercial para radio*	Embalagem	classificados
Cartão felicitações	<i>Folder</i>	Placa	Cartum
Cartão postal	Paródia	Regra de jogo	<i>Charge</i>
Convite	Placa	Rótulo	Entrevista**
Letra de música	Publicidade		Horóscopo
Receita culinária			Reportagem**
			Sinopse de filme

	Comercial Slogan		
Esfera artística de circulação: Autobiografia Biografia	Esfera escolar de circulação: Cartaz Diálogo** Exposição oral* Mapa Resumo	Esfera literária de circulação: Conto Crônica Fábula História em quadrinhos Poema	Esfera midiática de circulação: Correio eletrônico (<i>e-mail</i>) Mensagem de texto (SMS) Telejornal* Telenovela* Videoclipe*

PRÁTICA DISCURSIVA: Oralidade

Fatores de textualidade centradas no leitor:

- Tema do texto;
- Aceitabilidade do texto;
- Finalidade do texto;
- Informatividade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Situacionalidade do texto;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Conhecimento de mundo;
- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas.

PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura

Fatores de textualidade centradas no leitor:

- VIII. Tema do texto;
- IX. Conteúdo temático do gênero;

- X. Elementos composicionais do gênero;
- XI. Propriedades estilísticas do gênero;
- XII. Aceitabilidade do texto;
- XIII. Finalidade do texto;
- XIV. Informatividade do texto;
- XV. Intencionalidade do texto;
- XVI. Situacionalidade do texto;
- XVII. Papel do locutor e interlocutor;
- XVIII. Conhecimento de mundo;
- XIX. Temporalidade;
- XX. Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:

- Intertextualidade;
- Léxico: repetição, conotação, denotação, polissemia;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito);
- Partículas conectivas básicas do texto

PRÁTICA DISCURSIVA: Escrita

Fatores de textualidade centradas no leitor:

- Tema do texto;
- Conteúdo temático do texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Propriedades estilísticas do gênero;
- Aceitabilidade do texto;
- Finalidade do texto;
- Informatividade do texto;
- Intencionalidade do texto;

- Situacionalidade do texto;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Conhecimento de mundo
- Temporalidade;
- Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:

- Intertextualidade;
- Partículas conectivas básicas do texto;
- Vozes do discurso: direto e indireto;
- Léxico: emprego de repetições, conotação, denotação, polissemia, formação das palavras, figuras de linguagem;
- Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explícitas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem;
- Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explícitas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal e nominal.

CONTEÚDOS BÁSICOS - P2

ESFERA SOCIAL DE CIRCULAÇÃO E SEUS GÊNEROS TEXTUAIS

Esfera cotidiana de circulação: Comunicado Currículo Vitae Exposição oral*	Esfera publicitária de circulação: Anúncio** Comercial para	Esfera produção de circulação: Instrução de montagem Instrução de uso	Esfera jornalística de circulação: Artigo de opinião Boletim do
--	--	--	--

Ficha de inscrição	televisão*	Manual técnico	tempo**
Lista de compras	<i>Folder</i>	Regulamento	Carta do leitor
Piada**	Inscrições em muro		Entrevista**
Telefonema*	Propaganda**		Notícia**
	Publicidade		Obituário
	Institucional		Reportagem**
	Slogan		
Esfera jurídica de circulação:	Esfera escolar de circulação:	Esfera literária de circulação:	Esfera midiática de circulação:
Boletim de ocorrência	Aula em vídeo*	Contação de história*	Aula virtual
Contrato	Ata de reunião	Conto	Conversação <i>chat</i>
Lei	Exposição oral	Peça de teatro*	Correio eletrônico (<i>e-mail</i>)
Ofício	Palestra*	Romance	Mensagem de texto (SMS)
Procuração	Resenha	Sarau de poema*	Videoclipe*
Requerimento	Texto de opinião		

* Embora apresentados oralmente, dependem da escrita para existir.

** Gêneros textuais com características das modalidades escrita e oral de uso da língua.

PRÁTICA DISCURSIVA: Oralidade

Fatores de textualidade centradas no leitor:

- Tema do texto;
- Aceitabilidade do texto;
- Finalidade do texto;
- Informatividade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Situacionalidade do texto;
- Papel do locutor e interlocutor;

- Conhecimento de mundo;
- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas.

Fatores de textualidade centradas no texto:

- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais como conectivos, gírias, expressões, repetições);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.

PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura

Fatores de textualidade centradas no leitor:

- Tema do texto;
- Conteúdo temático do texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Propriedades estilísticas do gênero;
- Aceitabilidade do texto;
- Finalidade do texto;
- Informatividade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Situacionalidade do texto;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Conhecimento de mundo;
- Temporalidade;
- Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:

- Intertextualidade;
- Léxico: repetição, conotação, denotação, polissemia;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito);
- Partículas conectivas básicas do texto;
- Elementos textuais: levantamento lexical de palavras italicizadas, negritadas, sublinhadas, números, substantivos próprios;
- Interpretação da rede de relações semânticas existentes entre itens lexicais recorrentes no título, subtítulo, legendas e textos.

PRÁTICA DISCURSIVA: Escrita

Fatores de textualidade centradas no leitor:

- Tema do texto;
- Conteúdo temático do texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Propriedades estilísticas do gênero;
- Aceitabilidade do texto;
- Finalidade do texto;
- Informatividade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Situacionalidade do texto;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Conhecimento de mundo;
- Temporalidade;
- Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:

- Intertextualidade;
- Partículas conectivas básicas do texto;
- Vozes do discurso: direto e indireto;

- Léxico: emprego de repetições, conotação, denotação, polissemia, formação das palavras, figuras de linguagem;
- Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explícitas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal e nominal

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Consideraremos a diversidade de textos existentes e a especificidade do tratamento da língua estrangeira na prática pedagógica, a fim de estabelecer relações entre ações individuais e coletivas. Por meio dessa experiência os alunos poderão compreender o contexto cultural discursivo, identificando itens gramaticais que indiquem a estruturação da língua.

Será abordado nas aulas de língua estrangeira os vários gêneros textuais em atividades diversificadas como:

- Comparação das unidades temáticas, linguísticas e composicionais de um texto com outros textos;
- Interpretação da estrutura de um texto a partir das reflexões em sala de aula;
- Leitura e análise de textos de países que falam o mesmo idioma estudado na escola e dos aspectos culturais que ambos veiculam;
- Leitura e análise de textos publicados nacional e internacionalmente sobre um mesmo tema e das abordagens de tais publicações;
- Comparação das estruturas fonéticas, bem como das formações sintáticas e morfológicas da língua estrangeira estudada juntamente com a língua materna.
- Será valorizado também, os conhecimentos de mundo e as experiências dos alunos, por meio de discussões dos temas abordados; Explorar os seus pressupostos, formulando hipóteses.

- Criar situações que ajudem os alunos a construírem expectativas e possibilidades circunstanciais sobre os temas e textos abordados.
- A partir do Conteúdo Estruturante do *Discurso como prática social*, serão trabalhadas questões linguísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas, bem como as práticas do uso da língua: leitura, oralidade e escrita. O ponto de partida da aula de Língua Estrangeira Moderna será o texto, verbal e não-verbal, como unidade de linguagem em uso. Antunes (2007, p. 130) esclarece que:

[...] o texto não é a forma prioritária de se usar a língua. É a única forma. A forma necessária. Não tem outro. A gramática é constitutiva do texto, e o texto é constitutivo da atividade da linguagem. Tudo o que nos deve interessar no estudo da língua culmina com a exploração das atividades discursivas.

Nas aulas do CELEM, serão abordados os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. Sendo assim, o ensino deixa de priorizar a gramática para trabalhar com o texto, sem, no entanto, abandoná-la.

Disponibilizaremos aos alunos, textos provocando reflexões considerando o contexto de uso e os seus interlocutores. Priorizando os gêneros discursivos um papel tão importante para o trabalho na escola. Para Bakhtin (1997, p. 279)

[...] gêneros de discurso são os enunciados dos integrantes de uma ou doutra esfera da atividade humana e estas esferas de utilização da língua elaboram seus tipos relativamente estáveis de enunciado.

Os gêneros do discurso pretenderão organizar as falas, a partir de novas situações de interação verbal, por isso as mudanças nas interações sociais geram mudança de gênero, bem como o surgimento de novos gêneros.

A reflexão crítica acerca dos discursos que circulam em Língua Estrangeira Moderna somente é possível mediante o contato com textos verbais e não-verbais. Do mesmo modo, a produção de um texto se faz sempre a partir do contato com outros textos, que servirão de apoio e ampliarão as possibilidades de expressão dos alunos.

Na aula de LEM, os alunos terão um espaço em que se desenvolvam atividades significativas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que os alunos vinculem o que é estudado com o que os cerca.

As discussões poderão acontecer em Língua Materna, pois nem todos os alunos dispõem de um léxico suficiente para que o diálogo se realize em Língua Estrangeira. Elas servirão como subsídio para a produção textual em Língua Estrangeira. O trabalho pedagógico com o texto trará uma problematização e a busca por sua solução deverá despertar o interesse dos alunos para que desenvolvam uma prática analítica e crítica, ampliem seus conhecimentos linguístico-culturais e percebam as implicações sociais, históricas e ideológicas presentes num discurso – no qual se revele o respeito às diferenças culturais, crenças e valores.

Na medida em que os alunos reconheçam que os textos são representações da realidade, são construções sociais, eles terão uma posição mais crítica em relação a tais textos. Poderão rejeitá-los ou reconstruí-los a partir de seu universo de sentido, o qual lhes atribui coerência pela construção de significados. Assim, os alunos devem entender que, ao interagir com/na língua, interagem com pessoas específicas. Para compreender um enunciado em particular, devem ter em mente quem disse o quê, para quem, onde, quando e por que. Destaca-se ainda, que o trabalho com a produção de textos na aula de Língua Estrangeira Moderna precisa ser concebido como um processo dialógico ininterrupto, no qual se escreve sempre para alguém de quem se constrói uma representação. Conforme Bakhtin, “um discurso nasce de outros discursos e se produz para outro sujeito, sendo que esse outro é construído imaginariamente pelo sujeito-autor” (apud MUSSALIN, 2004, p. 250).

O papel do estudo gramatical relaciona-se ao entendimento, quando necessário, de procedimentos para construção de significados usados na Língua Estrangeira. Portanto, o trabalho com a análise linguística torna-se importante na medida em que permite o entendimento dos significados possíveis das estruturas apresentadas. Ela estará subordinada ao conhecimento discursivo, ou seja, as reflexões linguísticas serão decorrentes das necessidades específicas dos alunos, a fim de que se expressem ou construam sentidos aos textos.

Cabe ao professor criar condições para que o aluno não seja um leitor ingênuo, mas que seja crítico, reaja aos textos com os quais se depara e entenda que por trás deles há um sujeito, uma história, uma ideologia e valores particulares e próprios da comunidade em que está inserido. Da mesma forma, o aluno deve ser instigado a buscar respostas e soluções aos seus questionamentos, necessidades e anseios relativos à aprendizagem.

Ao interagir com textos diversos, o educando perceberá que as formas linguísticas não são sempre idênticas, não assumem sempre o mesmo significado, mas são flexíveis e variam conforme o contexto e a situação em que a prática social de uso da língua ocorre. Para que o aluno compreenda a palavra do outro, é preciso que se reconstrua o contexto sócio-histórico e os valores estilísticos e ideológicos que geraram o texto.

Com relação à escrita, não se pode esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sociointeracional, ou seja, significativa. É importante que o docente direcione as atividades de produção textual definindo em seu encaminhamento qual o objetivo da produção e para quem se escreve, em situações reais de uso. É preciso que, no contexto escolar, esse alguém seja definido como um sujeito sócio-histórico-ideológico, com quem o aluno vai produzir um diálogo imaginário, fundamental para a construção do seu texto e de sua coerência. Nesse sentido, a produção deve ter sempre um objetivo claro.

Outro aspecto importante com relação ao ensino de Língua Estrangeira Moderna é que ele será, necessariamente, articulado com as demais disciplinas do currículo para relacionar os vários conhecimentos.

As atividades serão abordadas a partir de textos e envolverão, simultaneamente, práticas e conhecimentos mencionados, de modo a proporcionar ao aluno condições para assumir uma atitude crítica e transformadora com relação aos discursos apresentados.

Ao tratar os conteúdos de Língua Estrangeira Moderna, será proposto aos educandos o contato e a interação com outras línguas e culturas. Desta forma espera-se que, eles tenham a consciência do espaço que ocupam na sociedade, extrapolando o domínio linguístico.

Será critério para a seleção dos textos o seu conteúdo ao que se refere às

informações, de modo que instiguem à pesquisa e discussão. Dentro das temáticas que serão desenvolvidas, estarão as leis: Lei 10.639/03 “História e Cultura Afro”, Lei 13.381/01 “História do Paraná”, Lei 9.795/99 “Meio Ambiente”, Lei 11645/08 “História e Cultura dos Povos Indígenas”, Uso de drogas, sexualidade e enfrentamento a violência.. Tais temas serão trabalhados através de filmes, textos, músicas, teatro e outras atividades reflexivas que leve a uma compreensão e sensibilização, e também para que os alunos conheçam e analisem de forma crítica como outras sociedades tratam tais assuntos.

Adaptação dos Encaminhamentos Metodológicos

- Adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é um procedimento fundamental na atuação profissional, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender procurando estratégias que melhor respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno.

Para os alunos que apresentam necessidades especiais, como Dificuldade de atenção concentrada, dificuldade de abstração e alunos com deficiências serão adotados os seguintes procedimentos:

- Textos escritos complementados por materiais em outras linguagens e sistemas de comunicação (desenho, charges, fala, etc.);
- Introdução de metodologia e procedimentos complementares e /ou alternativos de ensino e aprendizagem;
- Organização diferenciada da sala de aula - Posicionar o aluno de forma que possa obter atenção do professor;
- Modificação do nível de complexidade das atividades.
- Eliminação de alguns componentes das atividades;
- Modificação da sequência da tarefa;
- Adaptação dos materiais utilizados;
- Atendimento individualizado;
- Eliminação do espírito de competitividade perante os alunos;
- Estimular a construção de crescente autonomia do aluno, ensinando-o a pedir informações de que necessita e a solicitar ajuda;

- Utilizar recursos e equipamentos disponíveis que favoreçam a comunicação dos que estiverem impedidos de falar.

AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem em Língua Estrangeira está articulada aos fundamentos teóricos explicitados na Diretrizes Curriculares Estaduais e na Lei de Diretrizes e Base nº 9394/96.

Será proposto reflexões sobre a prática avaliativa, para que se possa favorecer o processo de ensino e aprendizagem, proporcionando ao aluno a dimensão pedagógica de aproveitamento máximo. Será observado o engajamento discursivo em sala de aula, através da interação verbal, entre professor e aluno, a partir da diversidade textual, promovendo o desenvolvimento de ideias.

O aluno também como construtor do conhecimento terá seu esforço reconhecido por meio de ações tais como: O retorno sobre o seu desempenho e o entendimento do erro como integrante da aprendizagem.

Avaliar implica em apreciação e valoração. No entanto, a avaliação escolar está inserida em um amplo processo, o processo de ensino/aprendizagem.

Ao propor reflexões sobre as práticas avaliativas, objetiva-se favorecer o processo de ensino e de aprendizagem, ou seja, nortear o trabalho do professor, bem como propiciar que o aluno tenha uma dimensão do ponto em que se encontra no percurso pedagógico.

Conforme analisa Luckesi (1995, p. 166),

A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento.

Segundo Ramos (2001), é um desafio construir uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado e autonomizador no processo ensino/aprendizagem, que nos permita formar cidadãos conscientes, críticos,

criativos, solidários e autônomos. Com o propósito de encarar este desafio, busca-se em Língua Estrangeira Moderna, superar a concepção de avaliação como mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos. Espera-se que subsidie discussões acerca das dificuldades e avanços dos alunos, a partir de suas produções. Percebe-se, também, como bem sucedido o ensino/aprendizagem, quando todo o trabalho desenvolvido com os alunos são retomados em discussões e analisado tanto pelo educador quanto pelo educando.

No CELEM, a avaliação de determinada produção em Língua Estrangeira considera o erro como efeito da própria prática, ou seja, como resultado do processo de aquisição de uma nova língua. Considera-se que, nesse processo, o que difere do simples aprender, é o fato de que adquirir uma língua é uma aquisição irreversível. Sendo assim, o erro deve ser visto como fundamental para a produção de conhecimento pelo ser humano, como um passo para que a aprendizagem se efetive e não como um entrave no processo que não é linear, não acontece da mesma forma e ao mesmo tempo para diferentes pessoas. Refletir a respeito da produção do aluno, o encaminhará à superação, ao enriquecimento do saber e, nesse sentido, a ação avaliativa reflexiva cumprirá a sua função.

Em língua espanhola, são muitas as formas de avaliação possíveis: individual, coletiva, oral e escrita. Os instrumentos de avaliação serão a observação sistemática durante as aulas sobre as perguntas feitas pelos alunos, as respostas dadas, os registros de debates, de entrevistas e as avaliações escritas, orais em individuais ou coletivas.

A avaliação, enquanto relação dialógica concebe o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e pelo professor, como um processo de ação-reflexão-ação, que se passa na sala de aula através da interação professor/aluno, carregado de significados e de compreensão. Assim, tanto o professor quanto os alunos poderão acompanhar o percurso desenvolvido e identificar dificuldades, planejar e propor outros encaminhamentos que busquem superá-las.

A avaliação terá um caráter mediador, permitindo tanto ao educador quanto ao educando rever os caminhos para compreender e agir sobre o conhecimento. Ao educando será considerado os resultados obtidos durante o ano letivo, pelo processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, de 0 (zero) a 10,0

(dez virgula zero), já a recuperação de conteúdos acontecerá paralela as avaliações.

Adaptações no processo de avaliação

Para os alunos que apresentarem necessidades especiais serão utilizados diferentes procedimentos de avaliação adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades de expressão dos alunos. Utilizar-se-á de técnicas e instrumentos de acordo com a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos.

Serão também previstos tempos flexíveis no que se refere a duração e ao período das atividades propostas, podendo tanto aumentar, como diminuir o tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os consequentes conteúdos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA 2008.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.) **Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RAMOS, P. C. **A avaliação desmistificada**. São Paulo: Artmed, 2001.

7.15 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL – Tipo I

JUSTIFICATIVA

O presente planejamento tem como finalidade definir o trabalho realizado na Sala de Recurso que se dá no horário de contra turno do ensino regular com o aluno devidamente matriculado no ensino regular e após avaliação do contexto escolar realizado pelos professores do ensino regular e equipe pedagógica, dando suporte pedagógico para alunos com dificuldade de aprendizagem e que precisem de

atendimento individualizado, sendo levado em conta à defasagem nas habilidades, no desenvolvimento cognitivo, sensorial psicomotor/motor, linguagem, afetivo/emocional, social e saberes pedagógicos. Com o fim de ancorar esses pressupostos em que o sujeito com defasagem de aprendizagem, tenha o direito a uma educação de qualidade que garanta o seu pleno desenvolvimento.

O atendimento ao aluno se dá conforme cronograma que se segue em anexo.

Em suma a Sala de Recurso é um espaço destinado a um trabalho pedagógico específico com alunos que estejam integrados em turmas regulares, tendo como objetivo ampliar e complementar o trabalho realizado pelos professores do ensino regular, bem como atender as diversidades dos alunos, buscando integrar no ambiente escolar e social dando a ele atendimento individualizado atendendo suas necessidades pedagógicas e sócio/emocional, afetiva e Motora.

Objetivo Geral:

Atender às necessidades entre as ações desenvolvidas no ensino regular e especial, caracterizando uma prática voltada para a diversidade de conteúdo e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, buscando inserir no cotidiano escolar e social.

Objetivos Específicos:

- Reconhecer a existência de diferentes grupos culturais com suas manifestações específicas, respeitando a diversidade e pluralidade cultural de cada um.
- Perceber a influência das múltiplas linguagens no desenvolvimento acadêmico.
- Levar o aluno a refletir sobre o seu erro e como superá-lo.
- Desenvolver no aluno a autonomia na realização de suas atividades no cotidiano escolar e social.
- Aprimorar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita tendo clareza de ideias e construindo um vocabulário adequado a sua idade, priorizando a diversidade textual.
- Desenvolver no aluno produções textuais com coerência e coesão.

- Criar hábito de leitura, dando acesso a diversos tipos de texto e despertando o gosto pela leitura sendo ela oral ou silenciosa.
- Explorar a interpretação de texto tendo ele como alicerce no desenvolvimento acadêmico do aluno.
- Trabalhar a escrita tendo ela como meio de inserção social levando o aluno a perceber a importância dela como forma de registro sendo ela espontânea ou imposta.
- Desenvolver o raciocínio lógico matemático, priorizando resolução de problemas e as quatro operações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu capítulo I, art. 5º, garante a todo cidadão o direito à vida, à liberdade, à igualdade, entre outros. Sabe-se que apesar de haver o reconhecimento do cidadão como um sujeito de direitos, materializado no fato do poder público assumir legalmente essa condição, não foi e ainda não é suficiente para garantir ao cidadão o real exercício desses direitos. Porém políticas públicas e propostas de ação voltadas para a Inclusão caracterizam um grande avanço no exercício pleno desse direito. Ou seja, o fato de a lei suprema de um país ressaltar, em seu texto, os direitos do cidadão não significa desses – ainda vemos em nossa sociedade uma incoerência entre a igualdade proposta na Lei e a exclusão dos que vivem à margem do social. Porém, a verificação da contradição entre discursos e práticas já é um grande passo para a construção de uma sociedade inclusiva. Fechar os olhos à falta de uma práxis é o mesmo que compactuar com os níveis de elevada exclusão, ao passo que admitir a realidade tal como ela se apresenta é sair à procura de alternativas na luta contra a exclusão, como por exemplo: denunciar, criar, recriar, plantar e colher elementos fundamentais na busca da melhoria de qualidade de vida dos sujeitos e dos grupos sociais.

Poem-se diante de nossos olhos inúmeras ideias para a seleção e a sistematização dos elementos significativos para a construção efetiva de uma sociedade inclusiva. O que viabiliza essa demanda é, por um lado, o fato de percebermos que somos parte integrante de um grupo que almejam as mudanças e

podem pôr em movimento, através de investigações, e questionamentos, ações coerentes com a proposta. E, por outro, o reconhecimento da necessidade e da importância dos debates e das ações fora do âmbito específico da Educação Especial, fortalecidas pela história das políticas públicas nacionais.

A organização educacional no Brasil é norteada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e pelas Diretrizes e Bases para a Educação Especial na Educação Básica (resolução nº 02/2001 do Conselho Nacional de Educação – CNE).

A LDB nº 9394/96, em seu art.1º, do título I, ressalta que

“a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais” e, no art. 2º, do título II, confere “por finalidade [da educação] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

E, ainda, salienta como princípios (art. 3º) a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade, legitimando o acesso ao ensino fundamental como um direito público subjetivo (art.5º) e como dever do Estado (art. 4º) a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades”.

Nesse sentido, o papel e a função da escola têm se mostrado de grande valor na conquista de uma educação inclusiva, ratificando em prática os pressupostos teóricos da Lei acima citada, uma vez que conta com um Projeto Político Pedagógico que leva em conta a diversidade do aluno e a necessidade de construir currículos capazes de garantir o acesso à qualidade de ensino por parte do deficiente.

A resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, obrigando

“os Sistemas de Ensino a conhecer a demanda real de atendimento a alunos portadores de necessidades educacionais especiais mediante a criação de sistemas de informações e a instituição de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos”.

O Conselho Nacional de Educação concebe, em seu art. 3º, a Educação Especial como

“um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica”.

Para isso, faz-se necessário refletir sobre os processos que geram as exclusões, buscando um novo cenário, onde a diferença seja a expressão de uma maneira própria de agir e de pensar o mundo, e não um motivo para se desvalorizar os sujeitos segundo padrões pré-estabelecidos.

A LDB 9394/96 determina, no art. 59, inciso III, que os sistemas de ensinos, deverão assegurar, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

A construção de uma Educação Inclusiva não é simples, requer o envolvimento de todos os sujeitos na busca de uma qualidade de vida. E isso, implica em qualidade na educação, acesso de fato ao que a vida exige para uma efetiva participação social: saber ler, escrever, contar, mas também, reler, re-escrever, recontar as diversas histórias que habitam nosso universo e fazem dele o cenário para novas histórias, que emergirão como consequência do agir sobre o mundo.

O trabalho pedagógico que se impõe a partir desse termo, constitui-se como ponto de partida e de referência para não mais a simples identificação das dificuldades do aluno – “foco na deficiência” – mas para uma avaliação que busque compreender o aluno tanto no que ele já sabe, na sua autonomia, como no que ele pode vir a saber, a fazer, a produzir, apesar de suas dificuldades. Essas são as bases para um processo de intervenção pedagógica, dirigindo o trabalho de maneira prospectiva para as possibilidades do aluno. O que exige, por parte dos envolvidos, no processo, uma avaliação constante da relação entre desenvolvimento e aprendizagem, assim como da identificação das necessidades educacionais do aluno, a fim de que as metas para a educação de qualidade possam ser atingidas.

Encarar as necessidades educacionais especiais é, portanto, não apenas estar atento às características pessoais de cada aluno e de sua deficiência, como também antever a forma como a escola organiza o processo educativo. Ou seja, as

necessidades não são estabelecidos de forma definitiva mas se constituem na pragmática do fazer pedagógico cotidiano, buscando caminhos e respostas, indo além das dificuldades, possibilitando ao aluno um desenvolvimento pleno, norteado pelo horizonte da participação social, e não mais pelo patamar dos limites de sua deficiência – o que gera a sua exclusão social.

O conceito de necessidades educacionais especiais, visto dessa forma, harmoniza-se com os pressupostos teóricos do referencial sócio-histórico proposto por Vygotsky.

Vygotsky apontou a necessidade de avaliarmos o desenvolvimento sobre os seus aspectos qualitativos, e não mais centrando o olhar sobre os quantitativos. E, em relação ao desenvolvimento da criança portadora de alguma deficiência, afirma que ela não é uma criança menos desenvolvida do que as demais, é uma criança que se desenvolve de modo qualitativamente diferente, porém, com as mesmas leis gerais do desenvolvimento – as quais serão abordadas a seguir.

Segundo Vygotsky, os processos psíquicos do indivíduo são constituídos a partir da internalização de relações entre os sujeitos sociais. A ação humana está baseada na cooperação entre os indivíduos. E a forma como os homens participam e atuam na vida determina o que pensam. A partir da experiência social, conceitos são internalizados, permitindo identificações e diferenciações que constituirão a singularidade, a identidade do sujeito.

“Todas as funções do desenvolvimento da criança, aparecem duas vezes: primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos”. (VYGOTSKY, 2000: 75).

A internalização não é um processo mecânico de transposição da ação externa para o interior do indivíduo, mas mediada por ações partilhadas.

“A transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento. O processo, sendo transformado, continua a existir e a mudar como uma forma externa de atividade por um longo período de tempo, antes de internalizar-se definitivamente” (VYGOTSKY, 2000: 75).

Portanto, o homem é um ser social e a linguagem, o instrumento das interações sociais que possibilita ao sujeito pertencer a uma cultura. A linguagem, aqui, não é compreendida como sendo um sistema abstrato de normas ou, apenas,

atividade verbal. A linguagem, vai muito além: é toda e qualquer forma de expressão. E está presente na arte, na pintura, na música, no cinema, no folclore, nos gestos, no olhar, na emoção, na respiração e, inclusive, no silêncio.

“Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ideológico ou vivencial. É assim, que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN, 1992:95).

O ato expressivo transita entre o conteúdo interior do sujeito e sua objetivação exterior em direção ao outro. Assim, a expressão determina-se tanto pelo fato de que procede de alguém, quanto pelo fato de que se dirige a alguém, revelando-se como o produto da interação entre os interlocutores, ambos sujeitos singularizados a partir de muitas e diferentes interações sociais. Através da palavra, da expressão, nos definimos em relação ao outro: “se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra, apoia-se sobre meu interlocutor” (BAKHTIN, 1992:113).

A Relação entre Pensamento e Linguagem

A linguagem possui duas funções básicas: a de intercâmbio social e a de pensamento generalizante. Ela fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

O pensamento e a linguagem têm origens diferentes e desenvolvem-se, segundo trajetórias diferentes, até que ocorra a unidade entre esses dois fenômenos, quando o pensamento se torna verbal. Para Vygotsky, a relação entre pensamento e linguagem deriva de duas raízes genéticas diferentes: há uma fase pré-verbal do pensamento e uma fase pré-intelectual da fala no desenvolvimento da criança.

A fase pré-verbal do pensamento pode ser descrita como aquela em que o pensamento associa-se à utilização de instrumentos. Já a fase pré-intelectual da fala aponta para a função social da linguagem. Pois, desde muito cedo, a criança reage à voz humana, demonstrando que sons inarticulados, risadas, movimentos, etc. são meios de contato social. Porém, há um momento em que as curvas de evolução do pensamento e da fala se unem, dando origem a uma forma de comportamento: “a

fala começa a servir ao intelecto e os pensamentos começam a se verbalizados” (VYGOTSKY, 1989:37). Nesse momento, a criança não mais precisa estar diante do objeto para se relacionar com ele, basta sua representação para que isso ocorra. Assim, inicia-se uma nova forma de funcionamento psicológico – a fala torna-se intelectual, com simbólica e o pensamento torna-se verbal, mediado por significados dados pela linguagem – o significado das palavras.

O significado é um componente essencial da palavra e é, ao mesmo tempo, em ato de pensamento, pois o significado de uma palavra já é em si a generalização de um conceito. É no significado que se encontra a unidade das duas funções básicas da linguagem: o intercâmbio social e o pensamento generalizante. São os significados que possibilitam a mediação simbólica entre o indivíduo e o real, constituindo-se no filtro através do qual o sujeito é capaz de compreender o mundo e agir sobre ele.

Os significados são construídos ao longo da história dos sujeitos com base nas suas relações com o mundo físico e social, encontrando-se, portanto, em constante transformação, tanto na história de uma língua e como na história do sujeito, segundo o processo de aquisição da linguagem pelo sujeito.

“O problema do pensamento e da linguagem entende-se, portanto, para além dos limites da ciência natural e torna-se o problema central da psicologia humana histórica, isto é, da psicologia social” (VYGOTSKY, 1989:44).

A perspectiva sócio-histórica de Vygotsky informa, no que se refere à percepção, memória e atenção dos sujeitos, que o desenvolvimento dessas funções psíquicas superiores caminha do social para o individual, do genérico ao particular.

O bebê humano nasce com suas possibilidades de percepção definidas pelas características biológicas do sistema sensorial humano. Ao longo do desenvolvimento, entretanto, principalmente através da internalização da linguagem e dos conceitos e significados culturalmente desenvolvidos, a percepção deixa de ter uma relação direta entre o indivíduo e o meio, passando a ser mediada por conteúdos culturais. A relação perceptual com o mundo não se dá em termos de atributos físicos isolados, mas em termos de objetos, eventos e situações categorizados pela linguagem e pela cultura. A função dos objetos, as situações concretas em que interagimos com estes objetos, o lugar que ele ocupa nas nossas

atividades, irão interferir na forma como percebemos esse ou aquele fato ou objeto. Ao se perceber, elementos do mundo real, faz-se inferências baseadas em conhecimentos adquiridos previamente e em informações sobre a situação presente, interpretando os dados perceptuais à luz de outros conteúdos psicológicos.

A atenção inicialmente baseada em mecanismo neurológicos inatos gradualmente, vai se tornando voluntária e fundamentada na mediação simbólica. Há uma seleção de elementos relevantes e essa relevância está relacionada aos construídos nas relações do sujeito com o meio.

A memória pode ser natural ou mediada. A memória natural apóia-se em mecanismos inatos, numa relação direta entre estímulo e resposta, ao passo que a mediada ancora-se nos instrumentos e nos significados.

A cultura é a condição essencial para a existência humana, a principal base de sua especificidade. Ou seja, não existe natureza humana sem cultura. Nesse sentido, a cultura funciona como um centro produtor de mecanismos de controle para conduzir comportamentos. Nas palavras de Geertz, se não fosse “dirigido por padrões culturais – sistemas organizados de símbolos significantes – o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais”. O homem não só cria signos como também é controlado por eles. Os sistemas de símbolos significantes (linguagens, arte, mito, rituais, mídias e sistemas de signos da cultura contemporânea) tornam-se sistemas de retroalimentação, de controle e de organização do próprio sistema biológico. Logo, não existe natureza humana sem cultura: “somos animais incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura” (GEERTZ, 1989:35).

O homem é um ser inacabado, em constante devir e em busca de acabamento. Se, é verdade que o homem precisa aprender para poder funcionar, ver e sentir, é igualmente verdade que ele precisa aprender a pensar para se desenvolver e transformar o mundo e a si próprio. Essa noção interfere em campos conceituais consolidados, desfazendo crenças e distinções, como a polêmica oposição entre o que é natureza e o que é cultura.

A relação entre Desenvolvimento e Aprendizagem

Para Vygotsky, os fenômenos tipicamente humanos só podem ser estudados tendo em vista a compreensão de que as funções psíquicas superiores são o produto das relações entre sujeitos sociais e da apropriação das produções culturais oriundo da ligação estreita entre história individual e coletiva.

Procurando explicar os modos de participação do outro na construção dos processos individuais e na transformação do funcionamento psíquico interpessoal em intrapessoal, Vygotsky introduz uma nova explicação sobre o processo de desenvolvimento, a partir do conceito de zona de desenvolvimento proximal, oferecendo uma nova concepção que irá ocupar uma posição fundamental nos debates sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Para Vygotsky, o desenvolvimento ocorre em dois níveis: o desenvolvimento real que se refere ao desenvolvimento já alcançado – caracterizado pela independência nas ações – tudo aquilo que a criança faz de forma autônoma; e o desenvolvimento potencial que se relaciona às competências em via de serem conquistadas – aquilo que o sujeito ainda não é capaz de realizar de forma independente, necessitando da participação e da colaboração de outras pessoas.

O conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) indica a distância entre os dois níveis de desenvolvimento humano – o real e o potencial. Mas para transformar o que é potencial em real, faz-se necessária a instrução de um espaço de ações partilhadas, pois, é na interação com outros sujeitos que se adquire a capacidade de internalização de conceitos, de organização do real e de regulação interna das ações.

O desenvolvimento da criança é visto, aqui, de forma prospectiva, uma vez que a zona de desenvolvimento proximal define as funções psíquicas, superiores que ainda não se caracterizam no plano da independência, embora estejam presentes em estado embrionário.

O conceito de ZDP traz implicações decisivas e transformadoras para os critérios de avaliação diagnóstica e para a ação pedagógica, enfatizando que é na interação – e através dela – que a criança consegue solucionar os problemas que, ainda, não tem condições de resolver sozinha. É justamente nesse momento – o da interação com o outro – que o desenvolvimento potencial aparece, colocando em movimento vários outros processos de desenvolvimento que, sem a ajuda de um

interlocutor, seriam impossíveis de se perceber.

“Aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje, será desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje ela será capaz de fazer sozinha amanhã” (VYGOTSKY, 2000:113). A partir dessas colocações, é possível pensar uma psicologia social, fundada e elaborada na compreensão de que o comportamento humano é fruto da ação educativa – seja no campo da educação formal das escolas, no da formação iniciada no seio familiar ou no da prática terapêutica – inserida no momento da interação e da interlocução entre os sujeitos.

O espaço dialógico, pensado por Vygotsky, baseia-se no pressuposto de que não há essência humana imutável. Investiga a construção da identidade do sujeito na interação com o mundo, na relação com outros sujeitos, explicando como a cultura torna-se parte da natureza humana a partir de um processo histórico que influencia o funcionamento psicológico.

Assim, a relação com o mundo é sempre mediada, não há acesso imediato aos objetos, mas sim a sistemas simbólicos que os representam. Por isso, à linguagem é atribuído papel de destaque, como sendo o instrumento que se interpõe entre o sujeito e o objeto, a partir da experiência significativa.

De acordo com a teoria em questão, os fenômenos de transição do desenvolvimento perpassam por todo o território intermediário entre o externo e o interno, tal como percebido por um território comum: o da cultura.

O Processo de Formação dos Conceitos

Diferentemente dos animais, os comportamentos humanos não conservam apenas ligação com os motivos biológicos, mas, são frutos de um processo de desenvolvimento que envolve a interação do sujeito com o meio físico e social em que vive. Tal interação não se dá diretamente, como no caso do animal, mas através da mediação possibilitada por dois tipos de elementos: os instrumentos e os signos. Os instrumentos regulam a ação do homem sobre os objetos e os signos, a ação sobre o psiquismo.

Ao longo do processo de desenvolvimento, os indivíduos passam a utilizar signos internos – representações mentais que substituem os objetos do mundo real.

Dessa forma, assim como um bilhete ajuda a lembrar um compromisso, a ideia de “mãe” representa a mãe real que temos dentro de nós, com quem podemos lidar mentalmente, mesmo quando ela não está presente.

Quando pensamos em um objeto ou coisa, não temos na mente o próprio objeto, mas uma ideia, um conceito, uma imagem, uma palavra, ou melhor, algum tipo de representação, de signo, que, na realidade, substitui o objeto real sobre o qual pensamos. Essa capacidade de substituir o real por representações é o que possibilita ao homem abstrair-se do tempo e do espaço presentes – lembrar-se das coisas mesmo na ausência das mesmas, fazer planos, imaginar, ter intenções. Essa relação indireta travada com o ausente é proporcionada, mediada pelos signos internalizados. Os signos não são marcas isoladas que as coisas adquirem, mas conceitos apreendidos, ao longo do processo de desenvolvimento do indivíduo, num determinado grupo social, permitindo a comunicação entre os sujeitos e o aprimoramento da interação social.

Os sistemas de representação da realidade são socialmente construídos. É o grupo cultural que fornece as formas de se perceber e de se organizar o real. Os sistemas simbólicos permitem, além da comunicação entre os homens, a internalização de significado, a percepção e a interpretação de objetos, situações e fatos presentes no mundo. A partir de sua inserção num dado contexto cultural, das relações que estabelece com os membros de seu grupo familiar e de sua participação em práticas culturais, a criança incorpora as formas de comportamento e vai constituindo-se como pessoa, formando sua identidade e, assim, orientando sua ação no mundo. Implicações.

Formação dos Conceitos

Vygotsky explica o papel da escola no desenvolvimento da criança, firmando uma distinção entre conceitos cotidianos e conceitos científicos. Os conceitos cotidianos instalam-se no psiquismo a partir da experiência pessoal, concreta e cotidiana das crianças. Ao passo que, os científicos são os elaborados e fundados na sala de aula, por meio do ensino sistemático.

Os conceitos científicos aludem-se àqueles que não estão, diretamente, acessíveis à observação ou à ação imediata da criança, mas dependem da

sistematização das práticas pedagógicas propriamente ditas. Incluem-se, num sistema conceitual gradativo de abstrações, adquirindo cada vez mais abrangência e complexidade.

O processo de formação dos conceitos, sejam cotidianos ou científicos, abarca operações intelectuais guiadas pela utilização e pelo partilhar das palavras. Para a internalização de um conceito, faz-se necessária uma grande atividade mental, além das informações externas recebidas. Ou seja,

“o desenvolvimento dos conceitos ou dos significados das palavras, pressupõe o desenvolvimento de muitas funções intelectuais: atenção deliberada, memória lógica, abstração, capacidade para comparar e diferenciar. Esses processos complexos não podem ser dominados apenas através da aprendizagem inicial”

Portanto,

“o ensino direto de conceitos é impossível e infrutífero. Um professor que tenta fazer isso geralmente não obtém qualquer resultado, exceto o verbalismo vazio, uma repetição de palavras pela criança, semelhante a um papagaio, que simula um conhecimento dos conceitos correspondentes, mas que na realidade oculta um vácuo” (VYGOTSKY, 1989:72).

Segundo essa perspectiva, o espaço escolar, então, deve, funcionar de forma a desafiar e a exigir do intelecto da criança e do adolescente. A escola proporciona ao aluno um conhecimento sobre coisas e fatos que não estão disponíveis à percepção ou à experiência diretas, fornecendo as bases para o acesso ao conhecimento construído e acumulado pela humanidade, ao longo do tempo, possibilitando, assim, a criação de novos conhecimentos, que farão a história posterior.

“O aprendizado escolar induz a tipo de percepção generalizante, desempenhado assim um papel decisivo na conscientização da criança dos seus próprios processos mentais. Os conceitos científicos, com o seu sistema hierárquico de inter-relações, parecem constituir o meio no qual a consciência e o domínio se desenvolvem, sendo mais tarde transferidos a outros conceitos e a outras áreas do pensamento. A consciência reflexiva chega à criança através dos portais dos conhecimentos científicos” (VYGOTSKY, 1989:79)

Contribuições de Vygotsky para a Educação Especial

Tomando o referencial sócio-histórico como concepção de educação, torna-se possível ultrapassar a visão naturalística de homem, passando-se a conceber o signo linguístico como produção cultural que afeta radicalmente a natureza biológica do psiquismo. Para Vygotsky, no processo geral de desenvolvimento, há duas linhas

qualitativamente diferentes do desenvolvimento, que diferem quanto à origem: de um lado, os processos elementares, de origem biológica; de outro, as funções psíquicas superiores, de origem sócio-cultural. Mas é do entrelaçamento dessas duas linhas que a história do comportamento da criança emerge.

Considera-se que o entrecruzar do desenvolvimento natural e o do histórico-cultural pode re-significar, radicalmente, a noção sobre a deficiência. Vygotsky afirma que o desenvolvimento cultural se constitui no maior desafio para a Educação Especial, pois o desenvolvimento orgânico se realiza em um meio cultural, onde um defeito originado do desenvolvimento biológico altera o percurso do processo de inserção na cultura. Porém, a cultura está preparada para as interações típicas da “normalidade”

O termo normalidade encontra-se entre aspas para evidenciar sua contradição e ambiguidade, dificultando ou impedindo as crianças com desenvolvimento atípico de usufruírem, das produções culturais.

O uso do termo “desenvolvimento atípico” se aplica ao limite imposto pelo biológico, o que não significa conceber o desenvolvimento dessas crianças como se fosse regido por leis diferentes – abordagem biológica do desenvolvimento. Ao contrário, Vygotsky enfatiza que o desenvolvimento da criança portadora de deficiência é governado pelas mesmas leis gerais do desenvolvimento da criança “normal”, ressaltando a importância dos aspectos sociais e culturais – a aprendizagem – para a superação das dificuldades apresentadas por essas crianças.

Vygotsky faz uma crítica ao uso de testes de QI para a triagem de crianças, uma vez que estes podem apenas detectar o nível de desenvolvimento real – aquilo que a criança realiza de forma independente – argumentando que os referidos testes se ancoram no ponto fraco da criança. Por isso, propõe que se leve em conta não só a gravidade da deficiência, mas também a incorporação de estratégias pedagógicas capazes de distinguir entre deficiência e dificuldade, visando à superação desses problemas, através de práticas eficientes. Dito de outra forma, Vygotsky apresenta uma teoria que salienta a forma de levar a criança de um estado atual de aprendizagem e de desenvolvimento para um ponto no futuro – nível de desenvolvimento potencial – acentuando que o papel do professor e de outros

sujeitos mais competentes é indispensável na mediação do mundo para a criança.

Isso caracteriza, segundo Vygotsky, a lei psicológica que aponta que qualquer função psíquica aparece duas vezes no desenvolvimento humano: primeiro, entre pessoas, entre pessoas, no plano social; depois, no interior da própria criança, no plano psicológico. A manifestação dessa lei se dá no domínio do conceito de “zona de desenvolvimento proximal”, lugar onde as ações educacionais devem ancorar-se para que não o passado, mas o futuro do desenvolvimento, o desenvolvimento potencial, possa vir a se fazer presente, transformando-se em desenvolvimento real e, assim, abrindo novos horizontes ou novas zonas de aprendizagens.

Vygotsky aponta que as crianças portadoras de deficiência desenvolvem mecanismos compensatórios de suas funções, cuja nova organização orienta o funcionamento psicológico na superação dos limites impostos pela deficiência. Mais uma vez, ressalta-se a importância da eficácia da estratégia pedagógica utilizada com o objetivo de fornecer condições adequadas às necessidades educacionais especiais da criança.

A medida que a criança portadora de deficiência passa a ser vista como aquela que usa e precisa usar diferentes instrumentos para ter garantido o seu desenvolvimento pleno, a Educação Especial precisa desempenhar a tarefa de colocar à disposição do aluno a diversidade de instrumentos peculiares, de forma a viabilizar o desenvolvimento de seu processo social e cultural. Ou seja, a criança portadora de deficiência tem o direito ao acesso a instrumentos especialmente desenvolvidos para ela e a Educação Especial, o dever de criar esses instrumentos. Assim, a concepção, teórico-prática, do trabalho pedagógico move-se do lugar onde o aluno portador de deficiência não é capaz de fazer, para o de realizar com a colaboração do outro em condições adequadas de interação e interlocução, num contexto permanente de diálogo e de significação no uso de diferentes linguagens.

Surge, aqui, a prática pedagógica que compreende o desenvolvimento e a aprendizagem da criança portadora de deficiência, orienta para a reorganização da personalidade do aluno como um todo, criando recursos adicionais de forma a permitir que alunos e professores se envolvam na tarefa educativa de modo significativo. Mas para que a tarefa significativa tenha lugar, é fundamental que a

ação educativa não “abra mão” do conceito de zona de desenvolvimento proximal – distância entre os níveis de desenvolvimento real (aquilo que a criança põe em prática sozinha) e potencial (aquilo que a criança só consegue realizar com a colaboração de outro sujeito) – para que as interações entre criança e criança, aconteçam de forma a impulsionar o desenvolvimento sempre para um futuro (potencial) – visão prospectiva.

De modo geral, a avaliação do aluno portador de deficiência só preocupa com o nível de desenvolvimento real, inferindo a partir daí as possibilidades de aprendizagem da criança. Uma prática de avaliação desse tipo absorve-se em tabular, quantificar e descrever as fraquezas ou as deficiências, pois se baseia no platô evolutivo.

Em momentos como esse, o tão anunciado direito à Educação é negado: por um lado, liga-se à baixa expectativa com relação às possibilidades de aprendizagem; por outro, converge-se para conteúdos curriculares específicos que valorizam, na maioria das vezes, a formação de hábitos e atitudes, a socialização. Certamente, a Educação não pode se resumir a esses termos, pois o acesso ao currículo “formal” é das prerrogativas para a Inclusão (no atraso) do desenvolvimento da criança (visão retrospectiva).

A visão vigotskiana de desenvolvimento potencial fornece subsídios fundamentais para a definição da prática pedagógica adequada às necessidades educacionais especiais do aluno, uma vez que aponta na direção do que a criança pode realizar em colaboração com outras pessoas. Essa mudança do olhar – da visão prospectiva – frente ao desenvolvimento da criança, traz implicações impactantes sobre o currículo, as práticas pedagógicas, as relações interpessoais, o papel do educador e o do aluno, a função da escola e a avaliação na Educação Especial.

O desenvolvimento do currículo deve indicar objetivos de colaboração e de tomada de decisões estruturadas, enfatizando o planejamento, a implementação e a avaliação como um modelo de sistema, cuja finalidade é interferir nas práticas que irão garantir a qualidade do ensino e a real inserção do aluno práticas sociais.

Como os professores podem criar zonas de desenvolvimento proximais (ZDP) com os alunos e que implicações isso teria para o sistema escolar? Como

proceder às adaptações curriculares para a Educação Especial? Como desenvolver uma prática pedagógica para o aluno com necessidades educacionais especiais?

“Isso significa que o professor começa a ensinar à criança com um determinado objetivo em mente e, em seguida, modifica esse objetivo por meio de uma série sistemática de interações, durante as quais a aprendizagem da criança é monitorada, até que se possa observar que a criança está fazendo progressos. Quando o sucesso é alcançado, um novo objetivo é selecionado e o processo recomeça” (EVANS, 1994:79).

O destaque dado ao papel dos aspectos sócio-históricos nas práticas educacionais e ao papel do professor com mediador da cultura pode responder às questões acima formadas. A educação tem como função fundamental levar a criança a organizar os conhecimentos e as experiências numa ação que faz sentido para todos os parceiros envolvidos no seu processo de desenvolvimento.

Um sistema estruturado que objetiva a aprendizagem bem sucedida, não apenas para o aluno, mas também para o professor, precisa ser realimentado por um processo de avaliação constante, o que irá permitir que sejam feitas modificações sistemáticas e eficazes na direção das metas traçadas. Determina-se o currículo, aperfeiçoando-se os programas de ensino que melhor conduzem a concretização das metas.

O currículo move-se para melhor atender às necessidades dos alunos. Para isso, faz-se necessário que professores (e demais agentes do universo educacional) envolvam-se, através da pesquisa-ação, na tarefa criativa de desenvolvimento do currículo, compreendendo sua natureza pedagógica, flexibilizando-o para perceber e alcançar os processos de aprendizagem dos alunos.

“(...) os objetivos derivados da pesquisa de ação pelos professores, a partir do processo de ensino e debate, têm funções especiais. Uma delas é estimular a comunicação entre professores e alunos, mas serve, também, como uma base sólida para a comunicação entre os professores, e entre professores e outros. Dessa forma, servem como instrumentos de aprendizagem para alunos, professores e terceiros” (EVANS, 1994:82).

A orientação filosófica, os fins e metas, o conteúdo curricular, bem como as ações práticas referem-se a essa tomada de decisões, acima citadas, que a Educação Especial quer ver concretizadas.

Para que esse contexto possa ser vislumbrado na prática, não se pode deixar de ressaltar dois importantes aspectos: a) todo o professor necessita de formação constante para atuar junto aos alunos; b) os sistemas educacionais precisam tomar para si a responsabilidade de adaptar-se para atender ao grupo de

alunos como um todo – passos fundamentais na direção da Educação Inclusiva.

Visto isso, professores e instituições de ensino incorporando a luta pela inclusão, como algo de relevância para a melhoria de vida no planeta, e como fundamental função da escola a garantia de acesso ao conhecimento e a construção de práticas cidadãs, as contribuições da perspectiva sócio-históricas se fazem presentes na concretude das relações das relações pedagógicas educacionais.

Segundo a concepção sócio-histórica, a Educação Especial tem a tarefa de criar formas de trabalho que correspondem às peculiaridades do educando, não significando com isso posicionar-se como mero instrumento facilitador de alívio e de superação das dificuldades impostas pela deficiência, mas como possibilidade real e concreta sobrelevação das consequências da deficiência no processo de constituição da personalidade e do desenvolvimento da criança.

A Educação Especial visa a garantia dos mesmos princípios fundamentais e núcleos conceituais do Ensino Básico a todos os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, ressaltando à necessidade de serem promovidas as devidas adaptações, de forma que todos os alunos sejam atendidos nas suas especificidades.

A Multieducação nos possibilita refletir sobre os caminhos e alternativas a serem traçados para que o aluno portador de deficiência possa ter acesso à qualidade de ensino.

Porém, para que a qualidade do ensino seja alcançada, propõe-se que cada professor analise os objetivos resultantes da articulação entre Princípios Fundamentais e Núcleos conceituais, cuja finalidade é a atenção às especificidades de cada sujeito para seu desenvolvimento como um todo.

Se tomarmos o objetivo da articulação entre o princípio educativo Linguagens e o núcleo conceitual Tempo como exemplo: “estabelecer interação com as linguagens de seu tempo, analisando criticamente o poder das tecnologias de comunicação, tornando-se não apenas um receptor, mas um produtor de significados”. Então, estaremos viabilizando o contato e a apropriação por parte dos envolvidos com as variadas linguagens presentes no mundo, através do sentido e do significado que as ressonâncias das mesmas podem surtir em nós.

O termo refere-se à multiplicidade de expressões: p olhar, o gosto, o

movimento, a fala, a moda, a música, o teatro, a mídia, as artes plásticas, da literatura, do cinema, da TV, da Internet, o silêncio etc. toda e qualquer manifestação que provoque a interação entre dois, ou mais agentes, que são apenas agem sob a perspectiva de receptores ou emissores de mensagens, mas principalmente, como produtores de significados e provocadores de novas demandas de interação. Ou seja, “trata-se de um processo a ser construído com os alunos concretos que temos diante de nós e não uma proposta abstrata onde alguns entram e outros ficam de fora, devido ao grande deficiência” (MULTIEDUCAÇÃO:99).

O múltiplo está presente em toda a concepção de Multieducação, que propõe respeito à diversidade, considerado as variedades de situações e as diferenças no agir e no pensar, como a possibilidade de transformação da excludente em Educação Inclusiva – para todos.

“Daí vale repetir que para que esta prática possa acontecer é importante que façamos da escola um grande espaço social, um lugar onde caibam a ousadia, a criatividade, sonhos e diferentes falas. Lugar onde se possa assumir a liberdade de saltar as cercas; quando as exigências desafiadoras do conhecimento forçarem e, especialmente, onde o trabalho solidário entre direção, professores, alunos e suas famílias passem a ser uma prática efetivamente vivenciada. Para tanto, é necessário rever o que nos parece seguro e certo, desconfiando de verdades estabelecidas e também dos nossos preconceitos, procurando investir de modo ousado nas possibilidades dos alunos, mesmo daqueles que apresentam problemas mais complexos”. (MULTIEDUCAÇÃO: 192,193)

A função da escola é ensinar, cuja concretização se dá no processo de aprendizagem e de apropriação de conhecimentos e habilidades acumulados na história da humanidade, bem como no de criação de novos conhecimentos que emergem dessas relações sociais, incorporados na história futura, por parte dos envolvidos – professores e alunos. Quando o ensino é concebido dessa forma, rejeita-se a visão de escola como simples transmissão de conteúdos prontos e acabados, desvinculados das realidades dos sujeitos e desprovidos de sentido e significação.

O saber, numa visão crítica de currículo, é compreendido na sua amplitude cultural e histórica, onde alunos e professores são sujeitos interativos, orientados por princípios, propósitos e metas, intencionalmente, voltados para a dialética dos saberes. Como nos aponta SAVIANI (1991:21), “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Outro aspecto importante na organização do planejamento diz respeito à relação entre conteúdo e método. Na orientação tradicional, o conteúdo está submetido ao método, reduzido a técnicas, recursos, e procedimentos didáticos. Porém, para um planejamento criticamente organizado, as relações entre conteúdo e método constituem uma unidade de entrelaçamento da função educativa e da participação social, supondo uma trajetória de mediação entre o objetivo e o sujeito do conhecimento, ou seja, entre o conhecimento e o uso deste, por parte dos agentes sociais.

No entanto, para que objeto e sujeitos do conhecimento possam ser concebidos histórica e socialmente, pressupõe-se uma ação educacional específica: aquela que viabilize e garanta uma atitude prática significativa. Nesse contexto, o professor assume o papel de mediador dessa relação, onde a interação e a intervenção constantes possibilitem o avanço do aluno no seu processo de desenvolvimento e de conhecimento do mundo, garantindo, assim uma participação social plena.

De modo geral, as questões levantadas sobre o contexto escolar se estendem ao planejamento da Educação Especial, que deve ser o mesmo para todos os alunos, ressalvadas as devidas adaptações às necessidades especiais do portador de deficiências.

Faz-se importante ressaltar que os conteúdos não podem e nem devem ser selecionados a partir do rebaixamento das metas e dos objetivos a serem atingidos – prática comum e recorrente do ensino especial frente à baixa expectativa de aprendizagem do aluno portador de deficiência.

A expressão da baixa expectativa que afeta o aluno do ensino especial, diz respeito, principalmente, ao portador de deficiência mental, considerado incapaz de alcançar um pensamento abstrato; com isso, as práticas pedagógicas se limitam ao uso de métodos que privilegiam o trabalho concreto junto ao aluno, eliminando qualquer experiência de exercício e de desenvolvimento do pensamento abstrato. Porém, se é justamente o desenvolvimento das habilidades de pensamento abstrato o que o portador de deficiência mental mais precisa para impulsionar o seu desenvolvimento, então, não se justifica sua eliminação. Ao contrário, uma prática dessa natureza apenas reforça a deficiência, ao invés de possibilitar o avanço na

direção da construção de conceitos.

Cabe à escola levar o aluno portador de deficiência na direção do pensamento abstrato, transformando o seu nível de conhecimento concreto num nível superior de conhecimentos, ou seja, a transformação do desenvolvimento potencial em desenvolvimento real, abrindo novas zonas de desenvolvimento proximal.

Outro aspecto que a educação deve contemplar no seu curso, trata-se da relação com a comunidade e as famílias. Essa relação situa-se no âmbito dos movimentos sociais, tendo como eixo o conceito de cidadania e sua expressão plena, num exercício de movimentos sociais que mobilizam, pressionam e engendram mudanças no rumo da história.

A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. (...) se constrói no cotidiano, através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram (GOHN, 1992: 16,17).

O Caráter educativo dos movimentos sociais pressupõe uma concepção de educação que não se limita à transmissão dos conteúdos curriculares, mas também implica na criação de mecanismos capazes de elaborar estratégias de ação no enfrentamento das demandas e das necessidades da coletividade.

Esse enfoque conduz à reformação de normas, de regulamentos e de leis referenciados na valorização da pessoa portadora de deficiência e na sua plena inclusão social. A prática dialógica voltada para o planejamento de ações instrumentaliza as famílias, as associações representativas e os próprios indivíduos para desempenharem um novo e significativo papel como agentes de transformações do processo histórico.

O resultado dessa prática social, como ressalta a Declaração de Salamanca, significa a libertação dos estigmas e rótulos, a aceitação da diversidade e a real inserção no contexto sócio-educacional, que garante o atendimento da pessoa portadora de deficiências no sistema educacional regular, garantindo-lhe acesso ao currículo básico, através dos suportes necessários ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

A inserção do aluno portador de necessidades educacionais especiais na

rede regular de ensino tem sido objeto de reflexão e de angústia para a Educação Especial. Muitos educadores não recebem com bons olhos tal proposta, por acreditarem que um espaço específico – segregado – seja mais adequado para garantir a esses alunos o acesso ao conhecimento. Muitas vezes, a rejeição ao processo inclusivo justifica-se pela ideia de que a Educação Regular não prima pela qualidade nem quando o foco é o aluno “normal”.

O Ensino Especial, de modo geral, está marcado por procedimentos especiais centrados no indivíduo portador de deficiência com o objetivo de integra-lo à sociedade, através da “formação de hábitos e atitudes”, ficando o acesso ao conteúdo escolar prejudicado.

Porém, a partir dos princípios da Constituição Federal, que demarcam a Educação como um direito social, assegurando-a como “direito de todos e dever do Estado e da família, “(...), visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art.205 – CF), e do instituição de que é dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (art.208, inciso III – CF). O cidadão portador de deficiência torna-se aluno, sujeito do fazer pedagógico específico da Educação. A condição de aluno, para o portador de deficiência, ganha maior peso com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases e Bases da Educação Nacional de 1996. Porém, somente em 2001, as políticas públicas nacionais instituem uma Lei (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica) específica para a Educação Especial, cujo teor reforça o acesso e a qualidade de ensino para todos, concebendo “por Educação Especial, modalidade da Educação Escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar; complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica” (art. 3º, da Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001).

As novas diretrizes e bases para a Educação Especial representam anseios

no sentido de se alcançar metas educacionais democráticas, para todos os sujeitos, na Educação Básica. No entanto, conceber a Educação Especial como modalidade da educação escolar significa ressaltar o caráter pedagógico da Educação Especial, implicando a definição de uma proposta pedagógica que garanta a qualidade do ensino para todos, venha conquistando avanços significativos para a qualidade do ensino e para o atendimento das necessidades dos alunos portadores de deficiência, ainda, revela-se de forma contraditória, apresentando expressões baseadas tanto no modelo mecanicista – ênfase na formação de hábitos e atitudes para a integração do aluno à sociedade – quanto no sócio-histórico – privilégio para a construção social da aprendizagem e do desenvolvimento,

“(...) a educação deve estar voltada para uma reflexão e redefinição de sua prática, de modo que possamos superar as posturas excludentes, em nome de uma escola para todos, uma escola para a diversidade – A ESCOLA INCLUSIVA. (...) Não se trata, portanto, de uma proposta encaminhada isoladamente pela Educação Especial. A educação inclusiva pressupõe o atendimento a todos os alunos, onde um mesmo currículo esteja aberto às diferenças, garantindo o direito à construção de conhecimentos e valores e da qual participem todos os profissionais da Educação”(BLANCO E FERNANDEZ).

Acredita-se que o referencial sócio-histórico possa fornecer os subsídios necessários para uma proposta educacional democrática, crítica e ampliadora das potencialidades dos sujeitos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como daqueles que direta ou indiretamente fazem parte desse processo.

É muito importante que uma perspectiva metateórica unificada seja alcançada, a fim de que as práticas educacionais deem sentido ao trabalho docente, e também ao discente, para refletir a articulação da Educação Especial à política social. Dessa forma, os princípios éticos estarão sendo consolidados e novos rumos históricos constituídos. No entanto, essa meta só será alcançada quando a Educação abranger:

A democratização do acesso e da qualidade do ensino para todos os alunos, incluindo os portadores de necessidades educacionais especiais;

A organização necessária para a inclusão dos alunos PNEE na rede regular de ensino;

A garantia das adaptações, físicas e curriculares, que os alunos PNEE demandam para a efetiva participação social;

A garantia de recursos técnicos e humanos indispensáveis ao acesso com

qualidade ao ensino escolar;

A consolidação das metas e objetivos, proposta pedagógica e curricular;

A continuidade de uma política de formação de recursos humanos capaz de alavancar as mudanças necessárias à garantia da qualidade da Educação;

A articulação com os diversos setores da sociedade para a garantia da inclusão social;

A promoção de projetos e práticas que favoreçam a interconstituição de saberes voltados para o enfrentamento dos problemas que afetam o Ensino Especial;

A legitimação do espaço escolar como lugar de negociação e exercício de cidadania, que valorize ações partilhadas que visem à superação dos problemas encontrados.

Para que a Educação Inclusiva deixe de ser uma meta,

“para concretizá-la, é necessário à reflexão continuada de todos os aspectos que fazem uma escola viva, desde suas instalações às concepções de criança, desenvolvimento e aprendizagem, às relações para tomadas de decisões e ao currículo em ação dentre os múltiplos aspectos” (BLANCO e FERNANDEZ).

“Mais do que integrar, estamos definindo políticas e estratégias que materializam os princípios definidos na Confederação Mundial de 1994, que resultou na Declaração de Salamanca, onde é reafirmado o compromisso com a Educação para Todos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e da Confederação Mundial sobre Educação Para Todos em 1990.

Pensando e agindo com respeito à diversidade, discutindo a função, as práticas e os objetivos da educação escolar, que vivenciamos a construção de uma sociedade presente e futura que seja melhor para todos” (BLANCO e FERNANDEZ).

METODOLOGIA

Através de um trabalho desenvolvido partindo, das necessidades e dificuldade de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos e contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos na classe do ensino regular.

Atendendo os conteúdos pedagógicos defasados das séries iniciais, de maneira diversificada e individualista procurando trabalhar num caminho metodológico capaz de abarcar os limites de tempo e complexidade de questões consideradas importantes nos campos políticos ideológicos e técnico em que a Educação Especial se encontra imersa, realizando um estado de natureza

exploratória, proporcionando condições para o aluno superar sua dificuldade, ou seja, defasagem de conteúdo para que possa acompanhar o ensino regular.

A escolha de uma metodologia que encontra ligada a uma concepção teórica que valoriza a abordagem qualitativa que se preocupa com a inclusão do aluno Portador de Necessidades Especiais, ao ensino regular buscando a emancipação e a cidadania do aluno com dificuldade de aprendizagem, priorizando uma prática pedagógica de diferentes formas de aprendizagem e conteúdos escolares e conteúdos escolares, dando ênfase aos conhecimentos científicos das diversas áreas do saber.

CONTEÚDOS

Habilidades do Desenvolvimento:

•Desenvolvimento das capacidades que possam levar o sujeito ao conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação das informações;

- Análise, síntese e interpretação de dados, fatos e situações;
- Planejamento das atividades;
- Raciocínio com lógico-dedutiva;
- Cálculo mental;
- Conceituação;
- Processos aritméticos;
- Classificação, ordenação e seriação;
- Compreensão analítica do todo.

Habilidade Sensorial:

- Acuidade auditiva;
- Decodificação auditiva;
- Associação audio-verbal;
- Memória auditiva;
- Sequencia auditiva;
- Discriminação visual de forma;
- Diferenciação visual figura fundo;

- Memória visual e auditiva.

Habilidade Psicomotora:

- Organização do corpo e no espaço;
- Discriminação tátil;
- Sentido de direção;
- Lateralidade;
- Orientação no tempo;
- Coordenação viso motora fina.

Habilidade Motora:

- Correr;
- Arremessar;
- Pular;
- Saltitar;
- Dançar;
- Destreza motora;
- Força muscular;
- Equilíbrio e ritmo;
- Coordenação muscular.

Habilidade da Linguagem:

- Vocabulário;
- Fluência Verbal;
- Articulação;
- Habilidade para lidar com palavras;
- Compreensão de leitura;
- Escrita;
- Gestos.

Habilidade Afetivo-Emocional:

- Valores;

- Atitudes;
- Sentimentos;
- Emoções;
- Relações frente às situações de aprendizagem.

Habilidade Social:

- Habilidade em lidar com pessoas (interpessoal);
- Aceitação e reconhecimento social;
- Julgamento e valor;
- Maturidade social;
- Conhecimento de valores e normas;
- Reação frente regras sociais;
- Adaptação;
- Controle sobre a própria conduta;
- Aprendizagem de hábitos sociais.

Saberes Pedagógicos:

- Língua Portuguesa

Domínio da linguagem oral:

- Concordância Verbal;
- Regência verbal e nominal;
- Conjunção verbal;
- Emprego de pronomes;
- Omissões ou trocas de fonemas;
- Raciocínio lógico (sequencia, coerência e coesão);

Linguagem Receptiva:

- Compreensão do falado (simples ou composto);
- Atenção;
- Concentração na tarefa;

- Quantidade de informações recebidas.

Linguagem Expressiva:

- Clareza de ideias;
- Construção do vocabulário;
- Articulação e organização do pensamento;
- Pronúncia das palavras;
- Coesão;
- Criatividade;
- Imaginação;
- Criação de detalhes;
- Produção de texto oral.

Domínio da leitura (silenciosa, oral e interpretação de texto):

- Leitura com fluência;
- Entonação e ritmo;
- Valor expressivo do texto e relação com os sinais de pontuação;
- Oralidade da ideia principal do texto;
- Sinais de pontuação;
- Acentuação;
- Relação entre o texto e o título do mesmo;
- Nomear os personagens principais e secundários.

Domínio da Escrita (ditado, cópia, produção de texto e escrita espontânea):

- Função da escrita na sociedade;
- Escrita convencional como forma de registro;
- Relação entre a escrita e a fala;
- Escrita para registrar opiniões sobre fatos, textos e obras;
- Concordância verbal letra maiúscula, minúscula;
- Acentuação;
- Trabalhar com palavras do texto quanto à flexão dos substantivos;
- Concordância nominal;
- Tonicidade nominal;

- Som das palavras;
- Cópia.
- Ditado;
- Escrita espontânea;
- Produção de texto;
- Diversidade textual.

Matemática:

- Classificação, seriação e números;
- Relação entre quantidade;
- Seriação numérica;
- Registro de quantidade;
- Leitura e escrita de números;
- Noções de antecessor/sucessor par/ímpar igualdade/desigualdade;
- Crescente/decrescente;
- Agrupamento, trocas (sistema de numeração decimal);
- Operação e resolução de problemas;
- Quatro operações;
- Construção de algoritmos;
- Cálculo de metade, dobro etc;
- Medidas de tempo e sequencia temporal;
- Noção de valor;
- Unidade de medidas;
- Geometria (classificação de quadrado, retângulo, triângulo e círculo);
- Medidas relacionadas com situações problemas.

Avaliação:

A Avaliação começa no contexto escolar, para observação do desempenho dos alunos, sendo analisado o relacionamento aluno/professor, aluno/aluno e alunos saberes pedagógicos. Após, sua avaliação será continua feita pelo professor durante a realização das atividades e em conjunto com os professores da sala regular. Também com relatório de desempenho sendo ele trimestral no ensino fundamental

séries finais e bimestral no ensino médio. Essa forma de avaliar tem o objetivo de acompanhar a superação das dificuldades que o aluno apresentou no ensino regular e essa dificuldade se tornou, então, uma barreira para a aprendizagem. Os avanços podem ser relatados e observados diariamente e servirão de base para a continuidade do trabalho com estes alunos, durante o período de atendimento em sala de recurso.

Referências Bibliográficas

AMORIM, M. **O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas ciências sociais.** São Paulo: Musa, 2001.

ARIES, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1992.

BENJAMIN, W. **Rua de mão única. Obras Escolhidas II.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

BLANCO, L. **Língua, linguagem, reflexão...** Rio de Janeiro: SME, 2002.

BLANCO, L e FERNANDEZ, S. **Falando de integração.** Rio de Janeiro: SME, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil,** promulgada em 05/10/1988. Brasília: Senado Federal. 1988.

_____. Lei nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial,** 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial – Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares,** 1998.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia.** São Paulo: Cortez, 1990.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontez, 2000.

GAGNEBIN, J.M. **História e narração em Walter Benjamin.** São Paulo: Perspectiva, 1994.

GEERTZ, C **A interpretação da cultura.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GLAT, R. **A Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão.** Rio

de Janeiro: Sete Letras, 1995.

_____. E NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. Revista Integração, Brasília: MEC/SEESP, 14 (24), p.22-27, 2002.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

IHA Revista Mediação. Rio de Janeiro: SME, 1999.

KRAMER, S. e LEITE, M.I. (orgs.) **Infância e produção cultural**. São Paulo: Papyrus, 1998.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e programas no Brasil**. São Paulo: Papyrus, 1990.
_____. e SILVA, T.T. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Papyrus, 1990.

NOSELLA, P. **Educação e cidadania em Antonio Grasci**. In: ARROYO, M: BUFFA, E. e NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 1988.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. São Paulo: Autores Associados, 1994.

SILVA, T. M. N. **A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador**. São Paulo: E. P. U., 1990.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1989.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZACCUR, E. (org) **A magia da Linguagem**. Rio de Janeiro: DP& A: SEPE, 2001.

